

AFRICANA STUDIA

International Journal of African Studies

ISSN 0022-218X



For further information, contact the publisher, Routledge, 4 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxford OX14 4RN, UK

© Routledge 2008. All rights reserved. Printed in the UK
by the University Press, Cambridge, UK

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies

Director: António Custódio Gonçalves

Conselho Científico/Advisory Board: Alberto Amaral (Univ. do Porto), Brazão Mazula (Reitor da U.E.M. - Maputo) Christine Messiant (E.H.E.S.S.), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. - Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE - Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG - Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. - U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. - Lisboa), José Novais Barbosa (Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (F.L.U.L.), Patrick Chabal (King's College - London), Michel Cahen (Univ. Bordéus III), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS - Londres), Teresa Cruz e Silva (U.E.M. - Maputo), Victor Kajibanga (U.A.N. - Luanda).

Conselho de Redacção/Editorial Board: António Custódio Gonçalves, Carlos José Gomes Pimenta, Ivo Carneiro de Sousa, Elvira Mea, José Manuel Pereira Azevedo, João Francisco Marques, Mário Vilela, Maria Cristina Pacheco, José Maciel Honrado Santos.

Secretariado: Maria Cláudia Henriques Vasconcelos
Raquel Maria Machado da Cunha

Propriedade: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Edição: Fundação Eng. António de Almeida

©1999 - CEAUP e Fundação Eng. António de Almeida

Capa e composição: Inês Figueiredo

Impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

Preço (IVA incluído):

Assinatura anual 1999: 2.500\$00 (Portugal e Estrangeiro)

Número avulso: 3.000\$00 (Portugal e Estrangeiro)

ISSN - 0874-2375

Depósito legal: 138153/99

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Fundação Eng. António de Almeida.

Revista semestral: nº 1 - Janeiro 1999

Tiragem: 1000 exemplares

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 1. 1999

Editorial	5
Artigos	7
Dinâmicas de desenvolvimento e desafios actuais.....	9
António Custódio Gonçalves – CEAUP	
Em busca da racionalidade perdida.....	27
Carlos José Gomes Pimenta – CEAUP	
África: vencer fatalismos no século XXI.....	49
Adelino Augusto Torres Guimarães – I.S.E.G	
Nós e a África : a questão do olhar.....	67
Patrick Chabal – King’s College London	
Present structures and future challenges of regional cooperation and integration in Southern Africa.....	85
Peter Meyns – Universidade Duisburg	
Etnicidade e Nacionalismo: uma proposta de quadro teórico.....	109
Ivo Carneiro de Sousa - CEAUP	
A sociologia da Cultura Africana na obra de Pinto de Andrade.....	123
Victor Kajibanga – Universidade Agostinho Neto	
Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892: a transição do senhorio para a plantação.....	143
José Capela – CEAUP	
A Língua Portuguesa em África: tendências e factos.....	175
Mário Vilela – CEAUP	

Globalização, democratização e facto literário em Angola.....	193
José Carlos Venâncio – Universidade da Beira Interior	
A melancolia dos percursos: África na Literatura Portuguesa pós - 25 de Abril.....	205
Margarida Calafate Ribeiro – King's College – London	
Notas e Recensões.....	235
A.C. Gonçalves - A investigação e a formação pós-graduada em estudos africanos em Portugal : o caso da Universidade do Porto.	235
C. Pimenta - Contributos para a revitalização da Universidade em Angola.....	251
J.C. Venâncio - <i>Adelino Torres</i> - Horizontes do Desenvolvimento Africano.....	263
Ivo Carneiro de Sousa - <i>José Carlos Venâncio</i> - O Desafio Africano.	265
A.C. Gonçalves e Maciel Santos - <i>John Thornton</i> - The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706.....	269
M. C. Pacheco - <i>Manuel Rui</i> - Rioseco e Da Palma da Mão.....	273
Résumés/Abstracts.....	275
Informações.....	287

DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS ACTUAIS

António Custódio Gonçalves*

Resumo: Associando os domínios da história e da antropologia africanistas e conjugando as reflexões teóricas com estudos de caso na África subsaariana, analisam-se, em primeiro lugar, as relações necessárias entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social e cultural e, igualmente, alguns efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental. Propõem-se, em seguida, questionamentos sobre as novas-velhas problemáticas sociais e políticas das identidades étnicas e culturais e das suas representações. Por fim, analisa-se a gestão política da heterogeneidade étnica e cultural, nomeadamente quanto à (re)construção de processos de identificação e reivindicação étnica do poder e quanto à recomposição das relações entre a sociedade global e o Estado, referentes aos desafios de democratização.

Palavras-chave: identidades étnicas e culturais, desenvolvimento, poder difuso e Estado.

Introdução

As temáticas das identidades culturais e étnicas, dos nacionalismos, do Estado, das transições democráticas, associadas às dinâmicas do desenvolvimento, continuam a dominar profundamente as sociedades e os poderes na África subsaariana. Assiste-se, um pouco por todo o lado em África, à persistência de políticas e conflitos étnicos, aos apelos aos sentimentos étnicos sob uma forma de mani-

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Faculdade de Letras

pulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Os principais efeitos induzidos por estas práticas são o ressurgimento da etnicidade, a politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência inter-étnica, com a inevitável multiplicação da espiral de conflitos inter-étnicos, tidos como constitutivos dos sistemas sociais locais e motores das regulações recorrentes dos fenómenos políticos.

Como explicar este retorno das identidades culturais e étnico-nacionais? Qual é o papel das instituições do Estado e da sociedade civil na continuidade ou no ressurgimento destas identidades, na liberalização política ou na construção da cultura democrática? Como elucidar a questão da construção da democracia e explicar os conflitos induzidos pelas transições democráticas e o revitalização das sociedades pluriculturais e pluriétnicas?

Relativamente à análise destas questões, os contributos recentes da antropologia e da sociologia por parte de especialistas em questões africanas revelam-se importantes, sobretudo pelo questionamento de algumas visões etno e socio-cêntricas da história e das mutações em África, pelas rupturas epistemológicas nos modelos conceptuais e teóricos. O contributo das ciências sociais num domínio tão sensível e complexo como este, afigura-se necessário, na medida em que pode projectar nova luz sobre as dinâmicas socio-políticas dos processos de identificação e de reivindicação étnica do poder, sobre a questão da construção das democracias e explicar e também, numa perspectiva da sociologia da acção e da intervenção, prevenir os conflitos induzidos pelos afrontamentos inerentes ao reforço da dimensão pluricultural e pluri-étnica das sociedades africanas.

Casos como Angola, Ruanda e Burundi, Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa, entre outros, são exemplos particularmente significativos relativamente às questões da ambivalência étnica, das ambiguidades do Estado e dos fenómenos políticos da heterogeneidade étnica e cultural, segundo processos de pertenças clânicas ou territoriais, com acentuações maximalistas ou minimalistas do clientelismo.

O objectivo principal deste artigo é mostrar que as dinâmicas do desenvolvimento estão ligadas a identidades e alteridades e que, ao contrário das perspectivas de análise essencialistas e nacionalistas, subjacentes às estruturas rígidas, fixistas e lineares, devem ser analisadas numa perspectiva histórica como processos e como estratégias.

1. Problemáticas sociais e culturais do desenvolvimento

1.1. Relação necessária entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social e cultural.

O despertar das identidades culturais que esteve na origem da eclosão de resistências activas no seio das sociedades da periferia ou da semi-periferia do desenvolvimento e a denúncia dos efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental contribuíram para a erradicação do conceito determinista, linear e unívoco do desenvolvimento e, conseqüentemente, para a emergência de novas problemáticas e análises, sem dogmatismos ou hierarquias redutoras entre as sociedades industrializadas e as sociedades em vias de desenvolvimento.

A debilidade económica estrutural, a instabilidade política e a marginalização de alguns países africanos na política internacional estiveram associadas a várias modalidades significativas do discurso do poder tradicional sobre o desenvolvimento económico e tecnológico. Permito-me salientar três destas formas. Uma delas apresenta-se como crítica ideológica da dominação dos países mais desenvolvidos em relação aos países em vias de desenvolvimento. Este discurso, incarnado pela Nova Ordem Económica Internacional, destaca os efeitos desestruturantes da absorção incondicional da tecnologia e da racionalidade económica. Uma outra forma, para consumo interno nacional, é constituída pelo discurso culturalista da autenticidade, que dá a ilusão ao povo que o desenvolvimento proposto é compatível com as suas raízes culturais e que o “*imperialismo da racionalidade económica*” é adequado ao sistema normativo de valores. Uma terceira forma de discurso assenta no conceito de “*self-reliance*”, ou seja, de autarcia e de confiança nas próprias forças, dispendo embora de pouco poder real ou virtual por via da dependência.

Estas três formas de discurso, incarnadas nas políticas de desenvolvimento, inscrevem-se numa óptica evolucionista que considera o objectivo do desenvolvimento, entendido na sua lógica linear de produção, de meios de acção e de instituições projectivas e irreversíveis, e não numa lógica de humanização, produtora de novos modos de vida na matriz do desenvolvimento social e cultural.

Um dos grandes desafios às sociedades africanas parece residir na conjunção da interiorização da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade autóctone e a cultura local, com

a criação de novas solidariedades a nível da participação, cooperação e co-produção que assegurem uma repartição do produto obtido regionalmente entre os países desenvolvidos com capacidade técnica e financeira e os países em vias de desenvolvimento com matérias primas, mão-de-obra e consumo secundário. É de salientar a importância fundamental do “capital humano”, não obstante o efeito de “*brain-drain*” de alguns países em vias de desenvolvimento. A este propósito, refira-se a importância da conjunção da adequação da ciência e tecnologia como uma solução para o sub-desenvolvimento, analisada no livro “*Pan-Africanism: Politics, Economy and Social Change in the Twenty-first Century*”, editado por Abdul Raheem. Esta conjunção é por vezes harmónica e consensual, mas, na maioria dos casos, é conflitual e dialéctica. Na verdade, se na concepção tradicional do desenvolvimento os diferentes sectores da vida social e da vida cultural estavam assentes num sistema central e hierarquizado de valores, organizado à volta de um valor dominante que dava a sua legitimidade axiológica aos valores específicos, na concepção moderna, ao contrário, o centro único e integrante foi substituído por centros múltiplos, compósitos e efêmeros, em que as fracturas sociais são cada vez mais desestruturantes, e em que é evidente a subjugação das identidades culturais às leis do mercado. Hoje, o mundo é caracterizado por identidades individuais, cada vez mais transculturais, ou seja marcadas pela globalização complexa, múltipla e fluída.

A racionalidade tecnológica constitui uma relação conflitual, tanto a nível económico, porque só existe em função do capital entendido como conjunto integrado dos meios de produção, e em função do lucro, como a nível social, porque estabelece uma ligação entre os que dispõem destes meios tecnológicos e os que os executam e que deles dependem para a subvenção das suas necessidades. Neste processo, a racionalidade e a irracionalidade cruzam-se: a procura do lucro é racional, mas escapa ao controlo da acção humana. Além disso, as condições são sempre impostas pelo poderio económico. Os países em vias de desenvolvimento são estrangidos a adoptar o modelo de crescimento que lhes é imposto do exterior, sob pena de serem ainda mais marginalizados. Paradigmático é o caso dos países que utilizam a maior parte da tecnologia e da riqueza que acumulam para aumentar e aperfeiçoar o poderio militar, com a acentuada estagnação do nível de vida das populações. Para esta estagnação, muito contribui também a insuficiência da procura interna e o “*efeito - demonstração*” que consiste na imitação do consumo dos países mais desenvolvidos

por parte das classes privilegiadas dos países em vias de desenvolvimento e que não poupam e gastam em bens sumptuários.

1.2. Efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental.

A aplicação indiscriminada de novas tecnologias e do “*imperialismo da racionalidade económica*” induz várias distorções. Uma primeira distorção verifica-se quando são adoptadas mudanças tecnológicas muito rápidas, acompanhadas de súbitas explosões demográficas e urbanas que induzem efeitos de dessocialização, perda de identidade cultural, ruptura do equilíbrio da relação política face aos grupos de referência. Nesta concepção etnocêntrica de desenvolvimento, as mutações sociais seriam consequência das mutações técnicas. Trata-se, na maior parte das vezes, de mudanças rápidas que não deixam tempo necessário para assimilar os elementos exógenos, que continuam a ser corpos estranhos ao funcionamento plural da sociedade.

Uma outra distorção está relacionada com os programas de industrialização e da tecnologia que, privilegiando o poderio político e o lucro capitalista, induzem atrasos cada vez maiores nas zonas rurais. O mercado externo torna-se prioritário e quase exclusivo, sem ser contrabalançado pelo mercado interno. O hiper-luxo ostentatório confronta-se com o espectáculo da miséria. Os processos mais arcaicos, nem sempre os menos eficazes, coexistem com as técnicas mais avançadas. Os “*Programas de ajustamento estrutural*” revelam, também eles, distorções. A questão é saber se o ajustamento estrutural será o mais apropriado pacote de reformas económicas para todos os países africanos ou se deve ser apenas o último de uma longa linha de planos de desenvolvimento.

Uma terceira distorção verifica-se a nível do sistema cultural. Assiste-se ao predomínio de uma franja de ultra-privilegiados, constituída por quadros superiores governamentais ou do sector privado e formada por uma minoria demográfica, constituindo uma maioria sociológica, acentuando-se assim a desestruturação do tecido social e a divisão conflituosa das posições sociais. O modelo actual das estratégias de integração em África, de controlo e utilização de recursos não marginalizará ainda mais os pobres, não aumentará ainda mais a degradação dos recursos, provocando a resistência das populações?

2. Identidades étnicas e culturais e suas representações

2.1. Identidades, Poderes e Etnicidades

O exame científico dos conceitos e da terminologia é necessário a três níveis: a nível das utilizações sociais; a nível da sua clarificação para fins científicos; e a nível das representações ou seja, das auto-imagens e das imagens veiculadas pelos grupos maioritários.

O pensamento de Durkheim a este propósito, na sua obra clássica *As formas elementares da vida religiosa*, é significativo, ao dizer que uma sociedade não é constituída apenas pelo conjunto de indivíduos que a compõem, pelo território que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos actos que realizam, mas acima de tudo pela ideia que tem de si própria. Este pensamento serve de mote à minha análise e ao empenho que me orienta: determinar os códigos, os processos e as situações que servem de base à produção da auto-imagem colectiva que qualquer sociedade enaltece como uma representação cultural definida, produzida por um grupo de indivíduos.

A visão substantivista clássica da antropologia e da sociologia, associadas a determinadas correntes a-históricas, como o evolucionismo, o funcionalismo, o estruturalismo e o culturalismo, entre outras, bem como a ideologia e a acção da administração colonial, fazendo de cada etnia uma entidade dotada de uma cultura, de uma língua e de comportamentos específicos, dominaram os estudos africanistas até aos anos 60.

Uma longa tradição de estudos africanistas identificou-se com o estudo das etnias. Muitas interpretações dos fenómenos políticos da África contemporânea integraram a etnia num esquema simplista e cómodo, tal como "Estados nacionais em construção", tendo reduzido as posições internas a lutas tribais. Como será visto adiante, o tribalismo é aqui concebido como a expressão política da etnia. Depois da Segunda Guerra Mundial, a "Escola Africanista", assim chamada, reivindicou a independência política das colónias africanas para que pudessem entrar na "zona de influência americana" - a política hegemónica da "pax americana". O programa desta escola (a tendência puramente intelectual em universidades africanas e americanas especializadas em estudos africanos) podia resumir-se na expressão "construção nacional", no sentido de construção dos Estados, o que na realidade equivalia à instauração de burguesias africanas fortes; essa construção nacional compreendia um projecto a realizar conjun-

tamente com as antigas potências coloniais.

Mais recentemente, porém, os africanistas Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo mostraram que algumas etnias supostas tradicionais eram criações coloniais. A cristalização de etnias reenvia depois a processos de dominação política, económica ou ideológica de um grupo por outro.

O debate, que não é meramente teórico, sobre a etnia, a etnicidade, o tribalismo é necessário. Primeiro, porque as identidades culturais não são rígidas nem imutáveis; elas são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. É necessário conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. A resposta com êxito à questão da identidade traduz-se sempre numa reinterpretação fundadora que converte o défice de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta. Fá-lo, instaurando um começo radical que combina o individual e o colectivo, o "nós" e os "outros", as identidades e as alteridades, a tradição e a modernidade. Segundo, porque todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial: a "diversidade tribal" serve de argumento para recusar o pluralismo político com o pretexto que este não seria mais do que uma expressão daquela. Ainda hoje, o discurso etnicista, mantido pelas classes dirigentes de alguns estados neo-coloniais e por alguns meios de comunicação social ocidentais, serve para desqualificar e minimizar os movimentos sociais de revolta.

A etnicidade em África é um fenómeno complexo, caracterizado pelo etnocentrismo, pela consciência comum e pela identidade e exclusividade. Há que analisar a "capacidade de sobrevivência" da esmagadora maioria da população; as classes desfavorecidas e as relações que estabelecem com esse objectivo; e o efeito da natureza das organizações sócio-económicas e políticas da sociedade nessas relações, muitas vezes pervertidas pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

2.2. Representações sociais e políticas

A cultura de uma sociedade é uma auto-criação. Não sendo nenhuma cultura auto-contida, os seus limites nunca coincidem com os limites do Estado; por isso mesmo, a cultura tem aberturas específi-

cas e interpenetrações com outras culturas.

As novas-velhas identidades culturais são construídas sobre a representação greco-romana da tensão “*demos*” e “*ethnos*”. “*Demos*” era a comunidade dos cidadãos política e juridicamente qualificada numa “*polis*” que dominava sobre si própria e sobre os estratos inferiores não qualificados (escravos, estrangeiros e metecos; estes eram estrangeiros forasteiros que tinham autorização para residir em Atenas sem, no entanto, gozarem dos mesmos direitos dos atenienses); o “*demos*” das cidades gregas opunha-se aos “*ethnoi*” dos estados tribais vizinhos. Também o “*populus*” romano opunha-se às “*gentes*” e “*nationes*” existentes dentro ou fora do império. Mais tarde, “*etnia*” emerge em oposição aos estados ditos “civilizados” do ocidente. A sua emergência corresponde às exigências do enquadramento administrativo e ideológico da colonização, permitindo dividir populações conquistadas, fechando-as em definições territoriais e culturais unívocas.

É necessário descodificar a tendência para a reificação dos conceitos de etnia e etnicidade. O conceito de etnia é, nomeadamente, uma categoria de nomeação e de classificação, cuja continuidade depende duma fronteira e duma codificação constantemente renovada das diferenças culturais entre grupos vizinhos. Esse conceito pode aplicar-se a conteúdos sociais muito heterogêneos.

Em estudos feitos nos domínios da antropologia e sociologia africanas, salientei, por várias vezes, que as etnias são “significantes flutuantes”, ou seja, uma categoria de análise, um conceito dinâmico que permite compreender uma realidade social em mutação. Trata-se de realidades fluidas, em movimento: ninguém é exclusivamente membro de uma etnia: os indivíduos, assim como os grupos sociais são, ou deixam de ser, membros de uma certa etnia, segundo o espaço e o tempo. As formas de organização social da África pré-colonial estão associadas a processos constantes de composição, decomposição e recomposição que se desenvolvem num determinado espaço e que fundamentam a consciência de pertença e de identidade individual ou de identificação colectiva. A colonização cristalizou num território fixo e rígido estas identidades individuais e estas identificações colectivas, dando lugar a uma série de “safaris ideológicos” que todos nós conhecemos. A cristalização de etnias reenvia a processos de dominação política, económica e ideológica de um grupo em relação a outro.

O tribalismo, entendido como a expressão política da etnia, ocupou um lugar importante na ideologia racista do colonialismo. O termo “tribo” designa, em primeiro lugar, as divisões internas da

república romana, ou seja, divisões políticas dentro de um país homogêneo do ponto de vista cultural.

O tribalismo, quando na terminologia corrente designa a solidariedade do grupo étnico ou linguístico, pode ser substituído pelo termo etnocentrismo. No período colonial, o tribalismo identificou-se com a manipulação do sentimento étnico para fins políticos.

Importa não confundir tribalismo e a legítima reivindicação cultural, étnica ou regional, base da cultura nacional. Há duas espécies de tribalismo: o “tribalismo das massas” e o “tribalismo político”. O primeiro é naturalmente reaccional, sentimental, por instinto de conservação, reflexo da auto-defesa, recusa e, por vezes, agressão do outro. Este tribalismo pode ser atenuado e mesmo desaparecer, com o tempo, na condição porém de deixar de ser manipulado pelo “tribalismo político”, praticado pelos detentores do poder ou por aqueles que a ele aspiram.

O tribalismo apresenta-se como um conjunto de práticas erigidas em métodos de governação consistindo em utilizar, de forma sistemática para fins políticos, as solidariedades tribais, os antagonismos e preconceitos tribais e a consciência de pertencer a uma tribo determinada.

As práticas políticas, em vez de contribuírem para a formação da consciência nacional, desenvolvem e consolidam preconceitos tribais e o sentimento dos cidadãos de pertencerem mais a uma tribo, a uma região do que a uma classe ou nação. A cristalização do tribalismo, associado a diferenças culturais consideradas fundamentais e antagonicas no plano histórico, linguístico, psicológico, constitui o princípio do fracasso do projecto de conscientização e de valorização da identidade cultural africana. O estado colonial, na sua política de dividir para reinar, fez tudo por impedir a emergência de uma consciência nacional, reforçando a ideia de uma personalidade colectiva dos territórios coloniais.

Qual será a personalidade colectiva nacional africana nos limites artificiais de fronteiras, herdados da dominação colonial? As fronteiras coloniais tornaram-se, após cerca de 40/50 anos de independência, as fronteiras nacionais artificiais de Estados. Questioná-las hoje em dia, para as modificar, reequacionando, assim, o problema das fronteiras e do Estado, será a solução adequada?

Quanto às problemáticas políticas de identidade cultural, é necessário insistir, uma vez mais, na necessidade da reavaliação crítica do conceito de etnicidade. Por um lado, a complexidade das dife-

rentes modalidades articuladas ao sistema de poder político como um recurso social mobilizador das problemáticas políticas: construção e reconstrução política; por outro lado, trata-se epistemologicamente de uma “construção” como processo colonial de classificação de identidades. A tribo pode ser definida como uma comunidade dotada de uma solidariedade biológica, suficiente para conferir aos membros uma identidade oposta a outras identidades, no interior de um vasto conjunto chamado estado. A tribo não se define necessariamente por uma língua, um território ou uma religião, mas principalmente pelo cimento da pertença histórica que vincula o grupo para o pior e para o melhor na vida, mesmo em situações de dispersão e de diáspora.

Os conceitos de tribalismo e de etnicidade cristalizam a percepção da diversidade cultural, ao mesmo tempo que pretendem rentabilizá-los politicamente para a minimização dos conflitos sociais e/ou políticos, como veremos adiante.

3. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural: desafios da democratização

3.1. Ambivalência étnica e ambiguidade do Estado: processos de democratização

As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e finalmente da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se justificam as estratégias individuais e colectivas da conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo políti-

co pró-ocidental, fora do confronto este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da “questão étnica” e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo-Kinshasa e o Congo-Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de intronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado.

1. Ruanda e Burundi. Tem sido característica dominante o

enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de afrontamento, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do clientelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geográfica, linguística e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem apresentado, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes Tutsis e em seguida a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsi do Burundi. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2.Congo-Brazzaville. A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville-Ponta Negra e no Sudoeste atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte, menos desenvolvido e dominado, ao Sul, mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.

3.Angola. Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimbundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbundo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Quimbundo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao

poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da “revolução” e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

A diversidade das crises políticas aqui evocada revela algumas problemáticas da questão étnica em Angola. Os três grandes grupos étnicos não só não esgotam a afirmação das identidades culturais dos diferentes povos de Angola, mas eles mesmos são problemáticos e revelam a fluidez das linhas de divisão num território definido pelas potências colonizadoras no Tratado de Berlim. Refiram-se, entre outros, os Yaka e os Lunda, de Angola e do Congo-Kinshasa, e os Ovambo, de Angola e da Namíbia.

Os Bakongo, no antigo reino do Congo, estiveram na encruzilhada de diversas correntes migratórias da costa atlântica e do “*hinterland*”. Cruzaram-se características de unidade e de diversidade. A estruturação sócio-política fez-se através do parentesco e das alianças que constituem as estratégias das identidades individuais e das identificações colectivas. Na sociedade segmentária coloca-se constantemente aos grupos o problema de se definirem antes de mais em relação a si próprio e depois de se identificarem em relação aos outros.

Este processo é o mecanismo normal resultante dos fenómenos migratórios e da assimilação progressiva de grupos heterogéneos, constituindo, no princípio, grupos de descendência matrilinear, mas articulados, mais tarde, entre si localmente por meio de relações patrilaterais, assegurando assim a coerência interna do equilíbrio político tradicional.

Trata-se de um processo constante de ajustamento interno aos factores de compressões ecológicas, demográficas, económicas e políticas ou de ambições pessoais. A organização da vida faz-se em termos de relações patrilaterais e de alianças, a fim de que as ambiguidades de estatuto, definidas em termos de descendência clânica, possam ser acomodadas, de modo a assegurar a legitimidade de residência num novo “*dominium*” e o seu usufruto.

A segmentação e a formação de um novo grupo constituem, assim, um meio de evitar o monolitismo social, o domínio da matrilinearidade sobre os indivíduos, e de interditar a emergência de um poder individualizado e fora da vida quotidiana e do poder doméstico, permitindo à sociedade viver sem conflitos desestruturantes.

O fenómeno político tradicional apresenta-se como um processo de regulação e de acção colectiva na sociedade global: um processo

que define e coordena as oposições e a cooperação numa sociedade; compreende o controlo das instituições e da sociedade global, e não apenas as relações de poder consideradas isoladamente. O social, o político e o simbólico não se dissociam no poder.

Os modelos de organização política, as novas ideologias e os novos códigos de racionalidade e de legitimação, veiculados pelo poder colonial desarticularam as simbolizações das estruturas sociais, políticas e religiosas, e distorceram a estrutura da sociedade matrilinear, subvertendo as relações entre o poder doméstico, colectivo, de linhagem e o poder político, individual, estatal. Entra-se num sistema político formal e monolítico, com a autonomia do político em relação ao social, com a emergência do poder individualizado e centralizado, à margem da vida quotidiana e do regime doméstico e de linhagem, com a separação entre o soberano e o povo e com a ruptura das relações políticas do equilíbrio tradicional entre a matrilinearidade e a linhagem patrilocal.

Se a nova territorialização dada aos “*dominia*” tradicionais agravou os litígios da posse fundiária, isto deveu-se não só à introdução de um novo sistema económico, mas também à distorção das relações sócio-políticas, pela subversão dos dois valores complementares da terra: o poder sagrado e os valores simbólicos dos espíritos tutelares da terra.

Seguem-se períodos de lutas constantes pelo poder. Aos períodos de concentração do poder corresponde uma hierarquização do soberano e dos seus dignitários, uma estratificação social e uma territorialização, enquanto que aos períodos de poder relativamente difuso corresponde o retorno ao poder doméstico e de linhagem.

O movimento de Kimpa Vita tentou pôr fim às guerras constantes pelo poder procurando fundamentar e construir uma nova identidade cultural por oposição à cultura dos colonizadores. A simbolização dos rituais cristãos foi feita por Kimpa Vita, uma jovem Mukongo que quis restaurar o reino do Kongo em princípios do séc. XVIII, após o fracasso do modelo de organização política colonial (concentração do poder nas mãos dos grupos patrilineares): tensão entre o sistema de linhagem e o sistema de organização estatal. Como reacção aos modelos de estruturação sócio-política trazidos pelos portugueses, o movimento do antonionismo e os messianismos Bakongo que se seguiram contribuíram para a reafirmação da identidade cultural e étnica Bakongo. A ABAKO (Associação dos Bakongo) fundada em 1950, foi associada aos movimentos messiânicos do Kimbanguismo e

do Matsouanismo, e fundamentou-se na unidade cultural e linguística e na história comum (o reino do Kongo). Uma e outra fortemente valorizada para sugerir e para reivindicar a constituição de um “Estado nacional Kongo”.

A este propósito, é de salientar uma diferença importante, a meu ver, entre o reino do Kongo e o império Lunda. No primeiro caso, o antigo reino do Kongo havia realizado uma unidade cultural adiantada sem equivalente. No segundo caso, o império Lunda privilegiou a integração política e económica de um espaço pluriétnico e a política dos chefes Lunda inscreveu-se, geralmente, na lógica da colonização. Os movimentos Bakongo, conduzidos pela pequena burguesia intelectual, conseguiram, sem grandes dificuldades, mobilizar todas as classes e categorias da sociedade Kongo, tendo-se imposto como reacção plena à colonização.

A persistência das políticas e dos conflitos étnicos um pouco em toda a parte em África tem vindo a dificultar o processo de democratização. Os apelos aos sentimentos étnicos são uma forma de manipulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Donde, o ressurgimento da etnicidade, a sua politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência sócio-económica interétnica, bem como a subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

Estas são algumas dinâmicas sócio-políticas das relações entre processos de identificações e reivindicações étnicas da autoridade e do poder difuso e estruturas políticas de concentração do poder sob a forma de Estado.

3.2. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são “significantes flutuantes”, ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessional nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal se estão a desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das “estratégias identitárias” nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias? Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras dos grupos étnicos sejam, o mais possível, fluidas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se torna democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre “grupos pequenos”, em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os “grupos grandes” que são manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógi-

cas de guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, conseqüentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

Bibliografia

- ABÈLÈS, M., *Anthropologie de l'État*, Paris, A. Colin, 1990.
- AMSELLE, J. L. e M'BOKOLO, E. (dirs.), *Au coeur de l'éthnie: ethnies, tribalisme et état en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985.
- ANDERSON, B., *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1990.
- BADIE, B., *L'État importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*, Paris, Fayard, 1992.
- BARTH, F. (ed), *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*, Londres, G. Allen e Unwin, 1969.
- BAYART, J. F., "L'état", in COULON, C. e MARTIN, D. (dirs.), *Les Afriques politiques*, Paris, La Découverte, 1991.
- CHABAL, P., *Power in Africa*, Londres, Macmillan, 1994;
- The transition to multi-party politics in Lusophone Africa. Problems and prospects*, in «Lusotopie», 1996, 57-69.
- CHRETIEN, J.-P. e PRUNIER, G., *Les ethnies ont une histoire*, Paris, Karthala, 1989.
- COULON, C. e MARTIN, D. (eds.), *Les Afriques Politiques*, Paris, La Découverte, 1991.
- DE VOS, G. e ROMANUCCI-ROSS, L. (eds), *Ethnic Identity. Cultural Continuities and Change*, Mayfield, Palo Alto, 1975.
- ELLIS, S. (ed.) *Africa Now. People, Policies, Institutions*, Londres, Heineman & James Currey, 1996.
- EPSTEIN, A.H., *Ethos and Identity. Three Studies in Ethnicity*, Londres, Tavistock, 1978.

- GARDNER, K. e LEWIS, D., *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, Londres, Pluto Press, 1996.
- GLAZER, N. e MOYNIHAN, D. (eds), *Ethnicity. Theory and Experience*, Cambridge, Harvard University Press, 1975.
- GONÇALVES, A.C., *La symbolisation politique*, Munchen/London, Weltforum Verlag, 1980;
- Kongo. Le Lignage contre l'État*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- GOSSELIN, G. e OSSEBI, H., *Les sociétés pluriculturelles*, Paris, L'Harmattan, 1994
- GUIBERNAU, M. e REX, J. (eds.), *The Ethnicity Reader, Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.
- HAYNES, J., *Democracy and Civil Society in the Third World*, Sussex, Berg Publishers, 1997.
- LLOBERA, J., *The God of Modernity. The Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford, Berg, 1994.
- MAZRUI, A. e TIDY, M., *Nationalism and New States in Africa*, Oxford, Heinemann, 1989.
- MC CREADY, W. (ed), *Culture, Ethnicity and Identity. Currents Issues in Research*, Londres, Academic Press, 1983.
- MÉDARD, J.-F. (org.), *États d'Afrique Noire, Formations, mécanismes et crise*, Paris, Karthala, 1991.
- MUHLMANN, W., *Messianismes révolutionnaires du Tiers-Monde*, Paris, Gallimard, 1968.
- RAHEEM, A. (ed.), *Pan-Africanism: Politics Economy and Social Change in the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1996.
- ROBERSON, A. F., *People and the state. An anthropology of planned development*, Cambridge University Press, 1984.
- SARUP, M., *Identity, Culture and The Postmodern World*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1996.
- STAVENHAGEN, R., *The Ethnic question: conflict, development and human rights*, United Nations University Press, 1990.
- TAYLOR, C., *Multi-Culturalism and The Politics of Recognition*, Princeton, Princeton University Press, 1992.
- WALLERSTEIN, I. e BALIBAR, E., *Race, Nation, Class: Ambiguous identities*, Londres, Verso, 1991.

EM BUSCA DA RACIONALIDADE PERDIDA

Carlos Gomes Pimenta*

Resumo:

O conceito de racionalidade é, enquanto axioma, hipótese de trabalho ou opção estudada, fundamental na construção do objecto teórico da Economia Política e na leitura, descritiva ou interpretativa, dos homens em sociedade.

Mostradas as ambiguidades, imprecisões e equívocos do conceito de racionalidade económica, chamada a atenção para a conflitualidade interna da disciplina e a natureza idealista e individualista da corrente dominante (o neoclassicismo) sugerem-se alguns percursos alternativos de investigação.

A concentração da atenção na realidade Humana, a alteração das lógicas e metodologias de observação, o estudo da racionalidade dos marginalizados pela teoria económica (a grande maioria) e uma nova leitura do que podem ser as leis económicas, o apelo à interdisciplinaridade e à revisão metodológica são aspectos sugeridos.

Palavras chave racionalidade, epistemologia, leis, metodologia

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	
2. A RACIONALIDADE NO CENTRO DA ECONOMIA POLÍTICA.....	
3. AMBIGUIDADES E PROTÓTIPOS.....	

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Faculdade de Economia

4. ALGUMAS HIPÓTESES DE "NOVOS" PERCURSOS.....	
4.1. Racionalidade "Real".....	
4.2. Racionalidades Marginalizadas.....	
4.3. Diferenças de Racionalidade.....	
BREVE NOTA FINAL.....	
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	

1. Introdução

1.1. Quesnay, ao escrever o Quadro Económico em 1759, pela primeira vez articulou um conjunto de conhecimentos sobre a produção, troca, distribuição do rendimento e consumo e explicitou as leis objectivas - entendidas como independentes da vontade real - que conduziam esses processos, permitindo simultaneamente a reprodução do sistema social representado no seu modelo. Se à sua lucidez e formação científica de médico devemos uma parte deste corte epistemológico que fez nascer uma nova ciência, talvez as razões fundamentais se encontrem num conjunto de factores histórico-sociais que vão desde a laicização da sociedade ao desenvolvimento das forças produtivas.

Abria-se o caminho de um novo conhecimento da sociedade que a pouco e pouco se foi especializando com a construção de um objecto teórico que o individualizava. Adam Smith veio completar a obra iniciada por Quesnay, explicando como é que a revolução industrial, assente na indústria transformadora, contribuía para o aumento da riqueza das nações sem em nada contribuir para o aumento da matéria disponível. A riqueza desmaterializava-se para radicar as suas origens nas relações entre os homens (divisão social do trabalho) e nas relações que estes estabelecem com os bens (numa relação homem-bem ou numa relação-entre-os-homens-através-dos-bens). A actividade dos homens estudada pela ciência nascente fazia-se através da manifestação de vontade de cada um e pela existência de mecanismos automáticos que garantiam e conciliavam os comportamentos dispares.

Desde então tem sido uma longa caminhada de ampliação do objecto de estudo, de refinamento das técnicas e metodologias, de luta entre a realidade social e as teorias, e entre estas. Qualquer listagem dos economistas dignos de serem focados num tão breve apanhado

peça por falta e por uma leitura inevitavelmente tendenciosa da história da Ciência Econômica. Mas será legítimo focar Ricardo com a sua teoria da distribuição do rendimento e, sobretudo, com a consolidação do modelo hipotético-dedutivo. Marx com o desenvolvimento até às últimas consequências das tendências iniciadas por Ricardo, no quadro de uma leitura crítica que permite uma postura classista diferente. Menger com a defesa metodológica do individualismo e o deslocamento da relação-entre-os-homens para a relação homem-bem através da sobrevalorização da utilidade marginal. Walras com o retorno de uma leitura do conjunto da sociedade assente nos novos princípios metodológicos. Marshall com a tentativa de uma leitura realista e multiforme da sociedade industrial, assente na autonomia relativa de quem procura e quem oferece. Keynes com a demonstração de que o automatismo dos mecanismos de autoreprodução da sociedade podem ser entravados pela rigidez institucional e pela ilusão monetária. Robbins sistematizando numa definição as tendências de associar a Economia¹ à escassez e à boa gestão individual dos recursos. Sraffa insistindo sobre a circularidade dos circuitos econômicos e na possibilidade de autoreprodução. Samuelson com a síntese entre escolas neoclássicas e keynesianas e a formulação positivista da teoria das preferências reveladas.

A história da Economia é a descrição e a interpretação de um conjunto de continuidades e rupturas, de revoluções e contra-revoluções científicas a que tem correspondido desde sempre a coexistência de diferentes paradigmas - expressando, directa ou indirectamente, diversos interesses de classes e grupos sociais, associados às suas consciências possíveis da realidade social, na qual são sujeitos e objectos científicos. A dominância relativa de uns paradigmas sobre os outros são a expressão de múltiplos factores que frequentemente pouco têm a ver com a capacidade explicativa ou previsional de cada uma delas. A Economia é uma ciência marcada por uma profunda conflitualidade interna.

1.2. Entre esta grande diversidade de leituras encontramos alguns traços comuns que se identificam com a própria especialidade científica da Economia. Do ponto de vista metodológico² aplicou a desagregação do conjunto nos seus elementos constitutivos, considerados per si, aplicando ao estudo de cada um destes a condição *ceteris paribus*³, subestimou a diversidade da realidade estudada concen-

¹ Utilizamos indiferentemente as designações Economia, Ciência Econômica e Economia Política, embora preferimos esta última.

² Ver MINGAT

³ Isto é, mantendo-se tudo o resto constante

trando a atenção nos elementos considerados comuns ou mais frequentes. O método hipotético-dedutivo é o mais generalizado. Do ponto de vista de conteúdo procurou interpretar os comportamentos sociais manifestados e explicitar os mecanismos sociais, ou interindividuais, de compatibilização de vontades e movimentos diferentes. A fundamentação dos comportamentos encontra-se na Racionalidade e os mecanismos de compatibilização são designados de Mercado.

A concepção que cada paradigma tem da Racionalidade e de Mercado constrói, simultaneamente, uma certa leitura da realidade, *latus sensus*, e o objecto científico da própria ciência.

1.3. O que se pretende neste breve trabalho é chamar a atenção para a importância do conceito de Racionalidade, para o seu impacto na construção dos restantes conceitos da Economia, mostrar a sua pouca transparência conceptual e chamar a atenção para a possibilidade de alguns percursos alternativos no seu estudo, isto é, na concepção da própria Ciência Económica.

2. A Racionalidade no Centro da Economia Política

2.1. Quando se estuda o Homem ninguém será capaz de negar a existência de Indivíduos e de Sociedade e que cada uma dessas realidades não pode existir sem outra. As concepções mais "socializantes" nunca o esqueceram e até o idealismo solipsista teve de encontrar forma de conceber um "pensamento colectivo".

Apesar desta aparente unanimidade são muito profundas as diferenças de entendimento do que elas são e da importância relativa de cada uma delas. Para uns o Indivíduo é a realidade dominante e a Sociedade não é mais do que um somatório de indivíduos, onde será eventualmente de admitir mecanismos de compatibilização ou de manifestação da correlação de forças. Para outros a Sociedade é uma realidade própria, com um conjunto de estruturas e dinâmicas, em que os indivíduos são partes de um todo, com grande dificuldade, senão impossibilidade, de alterar o rumo dos acontecimentos. Para outros ainda a referida dicotomia é demasiado simplista e consideram um conjunto, mais ou menos vasto, de estruturas intermédias, formais ou informais, visíveis ou subterrâneas. Em quase todos os casos Indivíduo, Instituição e Sociedade são realidades, mais ou menos estruturadas, abertas ao exterior, influenciadas e influenciadoras, localizadas no espaço-tempo.

Entre estas diversas posições extremas existem múltiplos matizes e combinações e variegadas formas de conceber as ligações e as relações, seja nos modelos gerais, essencialmente dependentes das concepções filosóficas e metodológicas subjacentes, seja nos modelos parciais e operacionais, conjuntamente determinados por aqueles e pelos horizontes temporais e âmbito do estudo.

Provavelmente a melhor forma de tratar esta coexistência de Indivíduo-(Instituição)-Sociedade seria concentrando a atenção na Relação existente entre esses termos, não enquanto articulação à posterior dos termos, mas como realidade primeira geradora destes. O facto de a realidade ser una e não ser concebível um dos termos sem os outros aconselharia a adopção da relação, simultaneamente harmónica e conflitual. Uma leitura com conteúdos e entoações diferentes conforme o ângulo de observação e o posicionamento do observador na relação. Provavelmente este seria um percurso metodológico mais adequado, que hoje se começa a vislumbrar. A lógica dialéctica - numa terminologia mais ampla, a lógica paraconsistente - e multivalente - provavelmente infinitovalente - são caminhos a que ainda não estamos habituados nos conhecimentos corrente e científico.

A Economia tem tido ao longo da sua história diversas posturas, como dissemos, muitas das quais continuam a perdurar hoje na conflitualidade interna existente. O Neoclassicismo, o Keynesianismo e o Marxismo continuam a ser os grandes pólos catalizadores do debate.

As correntes dominantes, enfeudadas ao Neoclassicismo, privilegiam o indivíduo quase até à exaustão. A Economia é a ciência das escolhas que têm que seleccionar objectivos e adequar da melhor forma os meios disponíveis, necessariamente escassos, para atingir os objectivos definidos. Segundo alguns de toda e qualquer escolha, segundo outros das escolhas directamente relacionadas à reprodução da base material de existência da sociedade (produção, circulação, distribuição). Em todos os casos escolha em ambiente de "escassez".

A Ciência Económica concebida desta forma tem de dar uma grande importância às motivações individuais, tem de procurar a lógica das opções dos indivíduos ou instituições (em que as empresas são o fulcro) perante os problemas que enfrentam. A relação indivíduo-bem, a satisfação das necessidades, a decisão na base da satisfação obtida com a última unidade utilizada do bem e a hipótese da utilidade marginal decrescente estão no cerne das considerações.

A lógica dos comportamentos pressupõem um conhecimento e uma opção racional antes da acção, tendencialmente considerada sem

restrição. A essa lógica chama-se Racionalidade - eventualmente Racionalidade Económica - e está no cerne da Ciência Económica.

2.2. Uma concepção da Ciência Económica assente na gestão de recursos escassos, com um forte pendor pragmático - a verdade é a capacidade de prever, cujas explicações assentam na subjectividade do comportamento individual, é sempre uma ciência entre o ser e o dever ser:

O paradigma neoclássico transporta em si uma ambiguidade protectora. Assentando num conjunto de princípios enunciadores de uma situação ideal de funcionamento do económico (por isso mesmo irrealistas) e considerando-se confrontável com a realidade é uma teoria normativa (que combate) sob a capa do positivismo (que não respeita). Entre o ser e o dever ser está um terreno sem limites. Esta atitude é coerente com a definição de Economia (igual a "Ciência Económica" ou "Economia Política" na nossa terminologia) como ciência-arte da gestão dos recursos escassos (PIMENTA, 1998b)

A componente normativa, permanentemente camuflada emerge no objecto científico como a lógica de comportamento que deveria ser seguida para que houvesse uma optimização de resultados. Mesmo quando as concepções científicas se manifestam mais vincadamente e a cientificidade sobrestima a descrição dos factos aquela racionalidade optimizadora surge com foros de cidadania. Quão fénix, sobrevive ao positivismo e a Racionalidade continua a estar no centro do objecto científico.

2.3. Este percurso entre o ser e o dever ser manifesta-se de diversas formas. Uma delas conduz à grande importância atribuída à análises *ex ante*, isto é, ao estudo de como os "agentes económicos" interpretam as situações conducentes às acções. Antes de agirem, com as informações disponíveis, os agentes - indivíduos ou instituições classificados segundo as funções que exercem - equacionam meios e fins e analisam e comparam possibilidades. Frequentemente infinitas possibilidades, como surge paradigmaticamente nas curvas de oferta e procura - que representam intenções de compra e venda para cada um dos infinitos níveis de preços relativos. As análises *ex ante* e *ex post* são frequentemente baralhadas numa tentativa de quantificar o que não é quantificável - por exemplo através da quantificação de uma curva de procura *ex post* que só é concebível *ex ante*⁴ - mas

⁴ Ver (PIMENTA, 1998a)

aquelas têm uma lugar central na Economia.

Enquanto estudo de realidades *ex ante* a Economia é por excelência uma ciência da racionalidade.

2.4. Os aspectos anteriormente referidos são mais que suficientes para percebermos a posição central ocupada pela Racionalidade entre os conceitos: 1) indispensável para delimitar o objecto teórico da Economia; 2) para a partir dele, em desdobramentos sucessivos metodologicamente determinados, dar lugar a muitos dos restantes conceitos manipulados por aquela ciência.

Convirá, no entanto acrescentar, duas outras razões para a importância atribuída à Racionalidade:

a) A Ciência Económica surge quando se aceita que a "sociedade civil" tem uma "vontade própria" que a permite autonomizar-se de Deus e do Estado. Esta autonomização desponta com os primeiros fumos da revolução industrial, a qual traz novas formas de organização da sociedade, que parecem abalar os hábitos constituídos, a tradição e os poderes que amarravam a iniciativa empreendedora.

Tanto a autonomização da "sociedade civil" como as novas formas de organização exigiam a emergência de uma Razão para as coisas acontecerem de determinada forma.

b) A tradição cultural greco-romana, de que a sociedade europeia é filha, privilegiou naturalmente a racionalidade, à qual é atribuída um conjunto de atributos: consistência (não contradição), autonomia (em relação à autoridade, paixão, revelação, sensibilidade), inteligibilidade do real (incluindo da própria racionalidade), universalidade (aplicação a todo o ser) e unidade (uniforme nas suas diversas aplicações).

2.5. Aceite uma determinada racionalidade, por hipótese ou em resultado de investigações económicas ou antropológicas nesse sentido, classificam-se os intervenientes na actividade económica, estruturam-se os conceitos de procura e de oferta, toma corpo a noção corrente de mercado, formulam-se leis e, através delas, explica-se o funcionamento de uma parte da sociedade, quiçá da totalidade. A Racionalidade é mais do que um simples conceito económico, é uma das bases a partir das quais se constrói a totalidade do edificio teórico.

Sendo de tal importância, e Godelier tem razão quando diz que

atribuir um certo significado à Racionalidade é simultaneamente explicar a realidade e construir a própria ciência que a explica, seria de esperar que os economistas dedicassem muita atenção ao seu conteúdo, estudassem profundamente o seu significado, assentassem as baterias da sua crítica sobre um conceito tão primordial. Seria de esperar tudo isso se a racionalidade que postulam fizesse parte dos seus próprios comportamentos, mas não é isso que acontece.

Apesar do seu significado estar eivado de ambiguidades e problemas, como constataremos no próximo ponto, a categoria racionalidade muito raramente é analisada. Quando a teoria do valor era matéria quase obrigatória dos trabalhos de Economia ainda se fazia um sobrevoo sobre o problema (embora também aí dominasse a ideia de que a teoria do valor mais não seria que uma análise da essência dos preços), mas com o domínio do positivismo e do pragmatismo a discussão foi completamente fechada.

A racionalidade plena e otimizadora é um axioma. Um axioma que não é revisto nas suas vertentes essenciais nem quando a Psicologia, nomeadamente a Psicologia Económica, a Antropologia, a Sociologia ou a História chamam a atenção para a fantasia do seu conteúdo: se o objectivo é explicar a realidade não serão os modelos sempre simplificações que comportam uma certa fantasia? se o objectivo é prever será mesmo necessário o realismo das hipóteses? se as outras ciências mostram à saciedade a incoerência da racionalidade olímpica⁵ não será apenas de fazer algumas restrições, como seja o da plenitude da informação?

É contra estas tendências de esquecimento de um conceito tão central que aqui estamos.

2.6. As ciências sociais possuem uma grande quantidade de conceitos, interligados entre si em múltiplas relações e em variegados modelos. Há uma interdependência entre eles e a revisão de uns pode acarretar efeitos de retroacção e de alterações em cadeia, particularmente patentes nas revoluções científicas. São sistemas cuja validação se faz através de várias vias (cultura, comunidade científica, realidade social em transformação, coerência interna), embora em cada momento possa predominar uma ou outra.

Um sistema com estas características (muitos elementos, interacção e não-linearidade, reprodução-retroacção-reestruturação, em transformação) apresenta fortes probabilidades de ser altamente sensível às condições iniciais, isto é, de variações infinitesimais em

⁵ isto é, específica dos deuses. Ver (SIMON, 1989)

alguns conceitos gerar impactos em cadeia que provocam profundas transformações da totalidade. Sê-lo-ão particularmente em certas circunstâncias, em certos momentos.

Será este um desses momentos? Provavelmente ainda não. A ciência aceite pela comunidade científica ainda é capaz de deglutir as variantes, de assimilar as diferenças, subestimar as críticas, mas admito que existem tendências que apontam para a possibilidade desta situação se alterar: o perdurar de algumas situações dramáticas na vida das sociedades sem que a Economia dê uma resposta adequada, o agravamento das desigualdades sociais resultantes das actuações de inspiração neoclássica, a emergência de leituras da complexidade.

3. Ambiguidades e Protótipos

3.1. Se há um entendimento relativamente claro do que se designa por racionalidade - mesmo que se considere que as evoluções filosófica e científica ponham em causa alguns dos cinco princípios caracterizadores anteriormente apresentados - o mesmo não se passa quando se lhe acrescenta o adjectivo "económico".

E não se trata apenas do facto de haver a referida conflitualidade interna e confrontarem-se diferentes definições, isto é, diferentes objectos teóricos e metodologias. Para uns a racionalidade económica é a racionalidade aplicada aos assuntos designados de económicos, independentemente da definição subjacente, enquanto para outros é um determinado tipo de racionalidade, independentemente da matéria a que se aplique. Se este tipo específico de racionalidade se aplicasse exclusivamente aos referidos assuntos designados de económicos haveria uma convergência de posições, mas nada garante que assim seja.

Na primeira postura se coloca Marshall quando considera que a racionalidade engloba todos os comportamentos do "grupo industrial", pretendendo estabelecer um continuo entre todos os tipos de comportamento (racionalidades) efectivamente existentes e que também se manifestam no mundo dos negócios (MARSHALL, 1988):

"Na presente obra considera-se acção normal aquela que se espera, sob certas condições, dos membros de um grupo industrial, e não se tenta excluir a influência de quaisquer motivos, cuja acção seja regular, somente porque sejam altruísticos. (...) princípio de continuidade.: (4) "aplicado não

só à qualidade ética dos motivos pelos quais um homem pode ser influenciado na escolha de seus fins, mas também à sagacidade, à energia e à disposição com que os procura." (4) "Do mesmo modo que não existe uma linha nítida de divisão entre uma conduta que é normal e a que deve ser provisoriamente desprezada como anormal, assim também não há nenhuma entre os valores normais de um "lado e, de outro, os valores "correntes", "do mercado" ou "ocasionais"" (4) o elemento tempo, que é o centro das principais dificuldades de quase todos os problemas económicos, é, em si mesmo, absolutamente contínuo" (5) "embora haja uma linha nítida de divisão entre o próprio homem e os meios que ele usa, e ainda que a oferta e a procura dos esforços e sacrifícios humanos ofereçam particularidades que lhes são próprias e que não são comuns à oferta e à procura de bens materiais, ainda assim tais bens materiais, em última análise, são geralmente, eles mesmos, o resultado do trabalho humano." (5) "Tem havido sempre uma tentação para classificar os bens económicos em grupos claramente definidos, (...) : Mas grandes males talvez tenham sido causados pelos que, não, resistindo à tentação, traçam, artificialmente, largas linhas de divisão onde a Natureza não traçou nenhuma." (5) "A noção de continuidade no que diz respeito à evolução é comum a todas as modernas escolas do pensamento económico" (6)

Se estas lúcidas preocupações manifestadas na primeira edição da sua obra fundamental não foram concretizadas pela dificuldade de abarcar tão grande diversidade de situações num modelo único, não deixam de dar um claro sentido a esse entruzamento entre a diversidade humana, um comportamento humano aplicável a todas as situações da vida e o mundo dos negócios.

Este "mundo dos negócios" é o produto da revolução industrial. Segundo Lange está datado, tem como referência fundamental a empresa, a milagreira da riqueza das nações sem o beneplácido régio, e representa uma ruptura em relação a outras formas de raciocinar e viver em sociedade:

"Por conseguinte, na economia mercantil e monetária, tanto o fim como o meio da actividade de ganho são cortados da tradição. A actividade de ganho torna-se uma actividade baseada no raciocínio, ou seja, uma *actividade racional*. (...) A passagem da actividade económica tradicional e costumeira para a actividade de ganho tradicional, ou seja, a *racionalização* da actividade económica, efectua-se progressivamente, de modo simultâneo e proporcional ao desenvolvimento das relações mercantis e monetárias. (...) O desenvolvimento das relações mercantis e monetárias, e sobretudo o modo de produção capitalista, isolando e generalizando a actividade de ganho, dando-lhe o carácter de uma actividade racional

baseada no raciocínio, introduziram também a mensurabilidade e a comensurabilidade do fim e dos meios desta actividade. (...) A quantificação do fim da actividade de ganho provoca o desejo de atingir o máximo.(...) O desejo de atingir o lucro máximo em dinheiro desenvolve-se paralelamente ao desenvolvimento das relações mercantis e monetárias" (LANGE, 1963, 148/53)

Na segunda posição encontramos autores como Pareto para quem a racionalidade estudada pela ciência económica é a inerente às acções lógicas, repetidas, na satisfação dos gostos:

"Podemos, portanto, por abstracção, distinguir: 1) as acções não lógicas; 2) as acções lógicas. Dizemos: por abstracção, porque nas acções reais os tipos estão quase sempre misturados e uma acção pode ser, em grande parte, não-lógica e, em pequena parte, lógica, ou vice-versa. (...) não-lógica não significa ilógica" (29/30) (...) estudaremos as acções lógicas, repetidas em grande número, que os homens executam para buscar as coisas que satisfazem os seus gostos" (PARETO, 1988, 79)

havendo uma certa coincidência entre a as acções lógicas deste autor e as acções teleológicas de Max Weber.

Ainda para outros autores, como Mises estas distinções são sem interesse porque

La acción humana es siempre racional. El hablar de «acción racional» supone incurrir en evidente pleonasma u, por tanto, debe rechazarse tal expresión. Aplicados a los fines últimos de la acción, los términos racional e irracional no son apropiados y carecen de sentido. El fin último de la acción siempre es la satisfacción de algún deseo del hombre actuante. Puesto que nadie puede reemplazar los juicios de valoración del sujeto en acción por los propios, vano resulta enjuiciar los anhelos y las voliciones de los demás (MISES,46)

Esta postura tanto pode significar que tudo no comportamento humano é racional como que só se deve considerar o homem à imagem dos modelos explicativos elaborados, os quais têm como axioma essa mesma realidade.

3.2. Na diversidade de interpretações da racionalidade e sobretudo da sua intercepção com o económico aparece de comum uma preocupação em encontrar um conjunto de características da racionalidade que possa ser aplicado à totalidade ou à grande maio-

ria dos intervenientes na actividade económica. Como afirma Menger a consideração da liberdade humana, da diferença entre os diversos intervenientes, seria a negação da própria ciência porque seria impossível construir leis.

Assim se considera o que é normal e se afasta ou se despreza o que não o é. Assim se procura justificar uma unanimidade de comportamentos individuais pela "natureza humana" ou pela dinâmica objectiva da sociedade e a imposição desta sobre os comportamentos individuais. Assim se reconhece uma diversidade de padrões possíveis de comportamento mas concentra-se a atenção nos mais frequentes.

Existem profundas diferenças entre estas diversas posições: umas conduzem à ahistoricidade e outras a uma visão histórica e social; umas a uma leitura "macroeconómica" e outras a interpretações "microeconómicas"; umas identificam a Economia com a Física e aí fundamentam a cientificidade dos enunciados e outras privilegiam as leis probabilísticas. Também as relações entre estas posturas e as classes sociais são bastante diferentes, assim como o são os seus impactos na dinâmica social. Nunca podemos esquecer esse aspecto, mesmo quando chamamos a atenção para um elemento comum: as leis económicas constroem-se na base da simplificação da realidade segundo os princípios cartesianos e através da explicitação da média, do normal ou do mais frequente.

3.3. Esta preocupação pela uniformização, da qual se distinguem autores como Adam Smith, Karl Marx ou Alfred Marshall (no texto referido) facilmente desemboca em arquétipos.

O "homem económico" é o *robot* mais acabado que a Ciência Económica construiu. Segundo os seus artífices é a representação ideal do homem mas nem por isso diferente dos homens, pois foi construído segundo a essência humana. A alta qualidade desta, eterna e essencialmente imutável, faz pensar que foi obtida nos laboratórios do panteísmo pela liquidação integrar da matéria, como nos descreve Capek. É um *robot* construído à imagem do homem mas que o suplanta no mundo dos negócios. Bem equipado de aberturas ao exterior está totalmente informado. Contendo um computador com uma potência até hoje desconhecida e que não é perturbado por emotividades e experiências passadas geradores de marcadores psico-somáticos⁶ compara todos os objectivos (ilimitados) com todos os meios (limitados) disponíveis. Os seus programas de investigação operacional permitem-lhe encontrar sempre a melhor escolha. Tendo-se autono-

⁶ Ver (DAMÁSIO, 1996)

mizado dos criadores, sendo capaz de se autoreconstruir, e vivendo num tempo sem história e num espaço sem sociedade, consegue uma liberdade de actuação que faz com que esta seja a expressão fiel das opções assumidas. Os seus comportamentos são perfeitamente previsíveis, mesmo quando "efeitos perversos" não nos permite, simples humanos, vislumbrar.

O "homem económico" possui além de todas as virtudes anteriormente referidas a santa contradição de ser semelhante a todos nós e ser uma espécie em extinção.

3.4. Não podemos esquecer que estas maneiras de pensar a racionalidade permitiu que a Ciência Económica avançasse, abarcasse cada vez mais espaços, dominasse técnicas mais refinadas, alargasse o objecto de estudo e fosse capaz de uma interpretação satisfatória de muitos e muitos aspectos da sociedade. Não podemos subestimar as preocupações filosóficas, epistemológicas e económicas dos muitos autores que se preocuparam directamente com a racionalidade, atribuindo-lhe este ou outro nome.

Quando hoje olhamos para estas formas de encarar a racionalidade não podemos nem devemos escamotear todos estes aspectos mas também temos de ter bem presente que na actual fase de desenvolvimento social e científico pode ser um empecilho. As correntes hoje dominantes manipulam o "homem económico" como guardião de uma ditadura de saberes que não admite o discurso diferente, que deixou há muito de reflectir criticamente, que serve maravilhosamente os interesses das empresas multinacionais.

Por isso apenas propomos que se tente um outro olhar sobre a racionalidade. Um olhar que é difícil de ter, de tão habituados que estamos a pensar segundo determinados padrões. Propomos um exercício de reflexão que quebre algumas das rotinas do passado.

4. Algumas Hipóteses de novos percursos

Perante as ambiguidades anteriormente referidas e as consequências que terão sobre o conjunto do edificio teórico, somos levados a apresentar algumas sugestões de percursos alternativos, eventualmente unificados na temática e no esforço da construção de uma leitura heterodoxa das problemáticas económicas, que é, como temos vindo a afirmar contra os «colégios invisíveis» e os caminhos fáceis, uma imperiosidade social, científica e ética:

Social porque será de admitir que quanto maior for a inteligibilidade humana sobre o Homem maiores são as possibilidades de construir o futuro e de actuar de forma a que este seja melhor para a grande maioria da sociedade. Científica porque a análise crítica de um modelo reduz a subjectividade inevitavelmente inerente à sua construção, porque a apresentação de posições divergentes é sempre um bom exercício intelectual e o possível despontar de rumos alternativos, porque as «revoluções científicas» passam sempre pelo aparecimento de vozes discordantes, que por vezes se limitam a dizer que «o rei vai nu». Ética porque impõe-se a cada homem, incluindo os cientistas, exercitar o seu livre arbítrio, afirmar a sua identidade, comportar-se em todos os aspectos da sua vida de acordo com os seus princípios, no quadro das leis da convivência social. (PIMENTA, 1998a, 4/5)

4.1. Racionalidade "Real"

Quando analisamos as diversas concepções de racionalidade que os economistas foram desembrulhando, com maior ou menor aparato, ao longo da história, naquele balancear entre o "ser" e o "dever ser" a que fizemos alusão, somos levados a admitir que frequentemente "racionalidade é a lógica de raciocínio e de comportamento atribuída pelos economistas aos agentes económicos (para que os seus modelos existam e «funcionem»)"(PIMENTA, 1990, 40). Se pretendemos que a Economia seja uma ciência explicativa da realidade tal postura, que podemos designar de idealista, é manifestamente inadequada. Temos de ter cuidado para não "deitar fora o bebé com a água do banho", pois essas posturas dos economistas podem encerrar vertentes válidas que expliquem alguns aspectos da dinâmica social na reprodução da sua base material, mas globalmente não nos podem satisfazer.

É necessário reencontrar uma concepção de racionalidade (económica) que faça a leitura dos comportamentos humanos. É necessário um esforço da Economia para conseguir compreender o comportamento humano nas suas múltiplas determinações e a partir dele reconstruir os seus modelos. É um esforço que a Economia tem de fazer mas que sozinha nunca conseguirá plenamente.

A reconstrução da leitura da racionalidade real exige três direcções de trabalhos que partem de uma mesma preocupação e que convergem, assim o admitimos, no fornecimento de um conjunto de

elementos úteis para um repensar da importância desse conceito e da melhor forma da Economia a tratar:

1. Adam Smith está na base de quase todas as escolas do pensamento económico. Os neoclássicos expressamente se reconhecem como descendentes dele e de Ricardo. As suas posições individualistas encontram fundamento em muitas das passagens daquele autor. Existe no entanto um contra-senso entre as posturas de uns e outros. Adam Smith baseia toda a sua análise, nomeadamente o egoísmo capaz de gerar o bem-estar social, na divisão social de trabalho. O indivíduo comporta-se de tal forma e esse comportamento, pela interligação com o dos restantes, gera uma determinada situação social porque o indivíduo e os seus comportamentos são partes integrantes desse todo social que encontra na divisão de tarefas, na especialização, "no gosto pelo comércio", a sua origem e natureza.

Se a absolutização do indivíduo, entendido como realidade totalmente autónoma dos restantes, ou da sociedade, a consideração de um destes termos da relação como um epifenómeno do outro, são posturas que já anteriormente considerámos como inadequadas, acrescentamos agora que a postura solipsista é também uma contradição com alguns dos seus pressupostos. Nem a "natureza humana" escapará a esse contexto social de manifestação.

A procura da racionalidade real exige a consideração da relação indivíduo-sociedade, eventualmente com a intermediação das instituições, *latus sensus*.

2. O "fenómeno social total", a "indissociabilidade da racionalidade tecnológica e do mito", o "papel ideológico da racionalidade tecnológica" (CUSTÓDIO, 1997, 180), a mudança como única realidade permanente, a natureza social do espaço-tempo são razões bastantes para afirmarmos inequivocamente que o trabalho que propomos só é inteiramente possível com o concurso de diversas ciências sociais (Antropologia - a ciência que mais cedo alertou os economistas para a necessidade de analisarem o conceito de racionalidade -, Economia, Psicologia, Sociologia, História, Teoria das Ideologias, Linguística, Geografia), utilizando eventualmente algumas das suas especializações (Sociologia Económica, Psicologia Económica, Antropologia Económica, etc.).

A unidade do objecto real é condição necessária mas não suficiente para o surgimento da referida interdisciplinaridade e da

capacidade dos diversas cientistas se escutarem, se lerem, dialogarem. Para tal é necessário que os objectos teóricos de cada uma das ciências reconheçam áreas de convergência com as restantes. O desenvolvimento das novas lógicas, a compreensão da "dimensão fractal" dos fenómenos sociais, a importância atribuída à "complexidade" e os esforços para se encetar uma sua "leitura directa" são aspectos geradores da condição suficiente. Além disso chama a atenção que reinterpretar a racionalidade real é também reconstruir a racionalidade teórica e o estatuto científico da sua leitura. Alerta que a Filosofia da Ciência, a Gnoseologia e a Epistemologia, a Lógica, assim como, as Matemáticas, também são conhecimentos chamados a participar neste esforço interdisciplinar.

Poderá dar lugar a novas metodologias e ao aparecimento de novas áreas científicas.

3. Quando nos colocamos no campo estritamente económico constatamos que, apesar das diferenças entre as diversas posturas e do "irrealismo" de algumas, todas as leituras da racionalidade reflectem alguns aspectos do comportamento dos "agentes económicos". Temos chamado a atenção em diversos trabalhos por este facto e para a sua consequência: há que saber lançar pontes entre os diversos paradigmas em confronto restringindo as áreas de conflitualidade insanável às que são o resultado da luta social inultrapassável. Simultaneamente há que constatar que nem todos os modelos têm a mesma capacidade explicativa. Reduzindo as controversas em torna da racionalidade ao confronto entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade mostramos há alguns anos que aquela não só é mais ampla na sua leitura da realidade como é capaz de explicar o conteúdo desta (PIMENTA, 1990). Falámos, por isso, em diversos "níveis" de racionalidade a que corresponderia igualmente uma hierarquização conceptual. Admitindo que a ciência é a descoberta do encoberto designamos por "racionalidade em profundidade" a resultante da teoria do valor-trabalho.

Em síntese, há que fazer um esforço de interligação entre diferentes paradigmas e de hierarquização conceptual.

4.2. Racionalidades Marginalizadas

O estudo da racionalidade é a análise da razão pela razão e a

razão-objecto amiudadamente apresenta-se imperceptivelmente como razão-autoimagem-do-objecto. Para a Economia a racionalidade-que-é comporta a racionalidade-que-deve-ser e os nossos referenciais racionalistas procuram encontrar na sociedade em que vivemos e em cada um de nós alguns sinais desta racionalidade-limite. Quando a Economia observa os outros, desarmada das metodologias antropológicas, acaba por tender a ver o que se pretende. O homem europeu só ao transformar-se em *papalaguí*⁷ encontra alguma das suas próprias raízes.

A interdisciplinaridade a que fizemos alusão no ponto anterior poderá ajudar a reequacionar a construção económica da racionalidade, mas a compartimentação científica actual, fruto de séculos de descoberta e de avanço científico, exige que aquela seja acompanhada de uma reanálise do conteúdo de cada uma das ciências sociais. Só assim os contributos dos outros não são alheios (neste caso extra-económicos) e marginalizados nos modelos elaborados.

O estudo dos comportamentos económicos dos sectores que não são considerados "normais", que são pouco "prováveis" e sem "relevância" social e a consequente elaboração de modelos em conformidade é uma razoável via de modificar o nosso ponto de vista.

Se analisarmos o "homem económico" da Ciência Económica constatamos que ele tem algumas parecenças com as empresas capitalistas (inseridas na economia capitalista e com uma lógica concorrencial e maximizadora) com capacidade de influenciarem o mercado, estejam no âmbito da economia legal ou subterrânea. Também alguns consumidores finais, famílias na terminologia económica, poderão ser englobados no conjunto dos que se aproximam daquele limite. De fora ficam todos os demais: empresas do sector informal, empresas sem capacidade de liderança, a grande maioria dos consumidores finais, o Estado, todos os que produzem com uma estratégia de sobrevivência; regiões, países, continentes.

Não é necessário procurar as racionalidades marginais na América Latina ou em África porque elas estão connosco e em nós. Poderemos no entanto utilizar África como um espaço social dramaticamente privilegiado para estudar a racionalidade marginalizada resultante da «socialização alienante» (dia a dia reproduzida por leituras tecnocratas e de organismos internacionais), da sobreposição de modos de produção, das profundas desigualdades económicas e sociais, da desarticulação cidade-campo.

No meio deste percurso o próprio significado do "normal" ou

⁷ Nome dado ao homem europeu e título de uma obra com o mesmo nome de grande sucesso no mundo ocidental.

"mais provável" quebrar-se-á quão ferramenta incapaz de suportar a força dos novos caminhos.

4.3. Diferenças de Racionalidade

De uma forma genérica podemos dizer que a Economia procura regularidades nas sucessões dos acontecimentos que estuda quando os procura captar na sequência temporal e zonas de concentração de dos factos a estudar, incidindo a sua atenção no "centro de gravidade". A atenção sobre a racionalidade "normal" conduz exactamente à mesma situação.

Por outras palavras, faça-se corresponder a cada indivíduo i um comportamento explicável pela racionalidade r . Chamemos a essa aplicação f e temos a função $r=f(i)$. Ao conjunto de indivíduos $\{i_k\}$ com $k=1, 2, \dots, n$ corresponde o conjunto de racionalidades $\{r_k\}$ com o mesmo número de elementos, sem qualquer restrição de valores.

Podemos dizer, grosso modo que

I. O nosso objecto de explicação é r

II. Se

A. há uma grande dispensação nos valores de r , não sendo viável encontrar um subconjunto significativo de valores próximos, podem-se ter duas atitudes:

1. considera-se que o fenómeno de racionalidade em observação não é susceptível de explicação científica

2. considera-se a média $((r_1+r_2+\dots+r_n)/n)$ e concentra-se a atenção sobre ela

B. é possível considerar subconjuntos de racionalidades que apresentam entre si uma certa proximidade (tal que $|r_k-r_{cg}| < a$ para um valor de a relativamente pequeno e previamente definido em função do problema em estudo, sendo r_{cg} um valor escolhido que possa constituir o "centro de gravidade") e algum desses subconjunto é uma percentagem significativa do universo. Então pode-se

1. concentrar a atenção no "centro de gravidade" do subconjunto mais significativo

2. concentrar a atenção nos diversos "centros de gravidade" e fazermos uma análise probabilística considerando que todos eles fazem parte da mesma realidade de estudo

3. isolamos cada um dos "centros de gravidade" através da explicitação de um terceiro elemento que fracciona o universo anteriormente considerado e remetemos para B.2.a.

É para descrever esta atitude científica que temos frequentemente afirmado que a Economia só se preocupa com as médias e despreza totalmente a dispersão.

Se considerarmos a relação indivíduo-sociedade poderemos admitir que a sociedade tanto é o espaço de manifestação das regularidades como das diferenças. Se no actual estágio de desenvolvimento dos nossos conhecimentos apenas conseguimos explicar as regularidades, então que se concentre também a atenção sobre as regularidades das diferenças.

Recorrendo à simbologia anterior façamos corresponder a cada r_k um r'_k que é o vector das diferenças entre r_r e todos os valores desse conjunto: $r'_k = \{r_k - r_1, r_k - r_2, \dots, r_k - r_n\}$ e apliquemos os procedimentos anteriormente referidos, se necessário, se não se encontrar outra via de tratar o assunto, a r'_k .

Breve Nota Final

Insistamos no que já foi dito.

Estes percursos não podem ser assumidos exclusivamente pelos economistas. A interdisciplinaridade poderá ser a chave do sucesso. Uma interdisciplinaridade que englobe investigadores sociais (antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas, psicólogos) investigadores das ciências que operacionalizam os modelos que aqueles constróem (lógicos, matemáticos).

Todo o mundo é um laboratório mas a África está no centro das experiências possíveis, se formos capazes de fazer a sua leitura.

Ler, compreender, transformar.

Bibliografia Citada

- BOSTON, Thomas D. & Outros(1997), *A Different Vision - African American Economic Thought*, Londres, Routledge, 2 Vol. 312 e 435
 DAMÁSIO, António R
 (1996) *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 308

GODELIER, Maurice, (sd) *Racionalidade e Irracionalidade na Economia* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 396

GONÇALVES, A Custódio, (1997) *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento, pp 196

KEYNES, John Maynard, (1964) *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, pp. 366

LANGE, Oskar, (1963) *Moderna Economia Política. Problemas Gerais*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, pp. 377

MARSHALL, Alfred, (1988) *Princípios de Economia*, São Paulo, Nova Cultural, 2 Vol.

MARX, Karl, (1969) *Le Capital*, Paris, Editions Sociales, 8 vol.

MENGER, Carl, (1988) *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Nova Cultural, pp. 185

MINGAT, A. & SALMON, P. & WOLFELSPERGEN, A., (1985) *Méthodologie Économique*, Paris, PUF, pp. 576

MISES, Ludwig von, (1986) *La Accion Humana. Tratado de Economia*, 4ª. ed., 1986, Madrid, Union Editorial

PARETO, Vilfredo, (1988) *Manual de Economia Política*, São Paulo, Nova Cultural, 3ª ed., pp.183

PIMENTA, Carlos, (1990) "Economia Política e Racionalidades", *Estudos Econômicos*, 20/Esp, pág. 39/58

PIMENTA, Carlos, (1996a) "Economia, Dialéctica e Caos", Porto, FEP, *Investigação Economia* 56, pp. 16

PIMENTA, Carlos, (1996b) "Pluralismo Teórico nas Ciências Sociais. Uma Batalha Necessária", *Diagonal*, nº 1, pág. 20/32

PIMENTA, Carlos, (1997) "Quelques hypothèses pour des nouveaux paradigmes" Comunicação escrita apresentada na 9ª International Conference on Socio-Economics, organização do SASE, Universidade de Montreal, 5-7/Julho

PIMENTA, Carlos, (1998a) "Heterodoxias e o Conceito de Procura", *Boletim de Ciências Económicas*, pp. 52

PIMENTA, Carlos, (1998b) "Alguns Caminhos Possíveis das Heterodoxias", Comunicação ao II Encontro de Economia Política

QUESNAY, François, (1978) *Quadro Económico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 403

RICARDO, David, (1983) *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 512

ROBBINS, Lord, (sd) *Autobiography of an Economist*, Londres, Macmillan, pp. 301

- SAMUELSON, Paul A., (1987) *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill, pp. 951
- SIMON, Herbert, (1989) *A Razão nas Coisas Humanas*, Lisboa, Gradiva, pp. 127
- SMITH, Adam, (1981) *Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vol.
- SRAFFA, Piero, (1979) *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, Rio Janeiro, Zahar Editora, pp. 119
- WALRAS, (1988) *Compendio dos Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo, Nova Cultural, pp. 235
- WEBER, Max, (1987) *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica

NÓS E A ÁFRICA: A QUESTÃO DO OLHAR¹

Patrick Chabal*

Resumo. Na primeira parte o autor desenvolve o debate sobre a visão ocidental de África e a nossa identidade pós-colonial, pós-nacional e pós-moderna. Na segunda parte analisa a questão da interpretação das políticas africanas pós-coloniais.

O que é África? É talvez uma estranha questão a colocar num artigo sobre a nossa percepção do continente africano, mas uma reflexão cuidada leva-nos a concluir ser esta a questão certa. E porquê? Encontramo-nos num país cujos contactos com África duraram mais de quinhentos anos e onde as noções de identidade nacional sempre estiveram intimamente ligadas às noções da natureza da relação entre a metrópole e o império ultramarino. Será possível compreender Portugal sem considerar como este país concebe a sua “missão” ultramarina de cinco séculos?

De uma forma idêntica, e por extensão, pode-se ver que as identidades nacionais europeias têm sido definidas, pelo menos desde o século XV, no contexto da percepção do “outro” tal como foi “descoberto”. No fim deste segundo milénio, ao concentrarmos a nossa atenção no impacto do pós-colonialismo nas nossas sociedades europeias, é bom lembrar quão fundamental tem sido o papel do “outro” na nossa definição de quem somos

“O que é África?” contém na realidade duas questões: (1) O que está a acontecer em África hoje? (2) O que é que pensamos que está a acontecer em África hoje? Mas será relevante compreender o que está a acontecer em África? Terá alguma importância que quer os jornalistas, quer os académicos tenham tanta dificuldade em explicar a

¹ Este artigo, traduzido do Inglês por Margarida Ribeiro, é baseado nas ideias desenvolvidas no meu capítulo, “The African Crisis: Context and Interpretation”, publicado em Richard Werbner & Terence Ranger (eds.), *Postcolonial Identities in Africa* (London: Zed Press, 1996).

*King's College London

actualidade africana? Eu argumentaria que tem, pois a necessidade de compreender África passa pela necessidade de compreender quem somos nós, europeus ocidentais.

É claro que a actualidade africana não é a única que temos dificuldade em explicar. Muito do que se passa hoje na Europa de Leste põe à prova a nossa capacidade de compreensão. De facto, o paralelo com a Europa de Leste é instrutivo, dado que nos ajuda a reconhecer porque é que explicar a política do “outro” é uma actividade tão eminentemente subjectiva, e porque é que frequentemente não a conseguimos ver como tal.

Porém, o tema deste artigo é a África, não apenas porque é aquilo que tenho estudado, mas também porque a profundidade da presente crise africana representa um desafio para todos nós. A actual problemática do continente (que não discutirei aqui em detalhe) pode ser resumida por:

I uma aguda debilidade económica

II uma instabilidade política maciça

III a assim chamada “re-traditionalização” das sociedades africanas

IV a marginalização de África na cena política internacional.

Este texto divide-se em duas partes: em primeiro lugar, analisarei o actual contexto histórico, intelectual e ideológico, no qual, nós africanistas, tentamos compreender a actualidade da África contemporânea. Em segundo lugar, vou tratar da questão da interpretação da política africana pós-colonial. A ênfase será posta naquilo que nós (africanistas ocidentais) fazemos quando tentamos compreender a África contemporânea.

I

Sempre foi verdade que a visão ocidental de África foi produto da sua própria imaginação, e não de um sério interesse naquilo que realmente acontece no continente. Não obstante, o contexto em que nós, africanistas, tentamos hoje compreender África encontra-se numa mutação particularmente rápida. O que é diferente hoje em dia é a crise africana afectar a consciência ocidental numa altura em que o próprio Ocidente se debate com o seu sentido de identidade. E é claramente devido às incertezas sobre a nossa própria identidade, que somos tão susceptíveis ao possível destino da África dos dias de hoje.

A nossa tentativa de compreender a África contemporânea é

motivada (em parte pelo menos) pela necessidade de entender o que o manifesto “fracasso” de todo um continente representa para a nossa “civilização”. A expectativa de que a África pós-colonial se desenvolveria, desfez-se e andamos às voltas com as consequências deste fracasso, numa altura em que começamos a duvidar da noção de identidade subjacente à nossa (demasiado) confiante marcha para a modernidade e o conforto.

Por esta razão, é útil fazer uma pausa e perguntarmo-nos porque pensamos como pensamos neste particular momento histórico. Há obviamente várias abordagens possíveis a esta questão, mas penso que um bom ponto de partida seria a simples observação de que parecemos apostados em nos definirmos em termos daquilo que já não somos. Vemo-nos como a geração “pós-qualquer coisa” e, para o bem e para o mal, é este o contexto em que actuamos. Em seguida tratarei brevemente de quatro aspectos desta “pós-mania”: as noções do pós-colonial, pós-nacional, pós-modernismo e pós-ideológico.

(i) O pós-colonial

O presente debate sobre a nossa identidade pós-colonial não tem como tema principal o facto histórico do fim dos regimes coloniais (*grosso modo* de 1947 a 1964). Na verdade, fala-se mais do pós-colonial hoje em dia do que na altura do fim dos impérios. Tão-pouco a noção de pós-colonial se refere às condições dos países africanos depois da independência. No sentido em que é usado hoje no discurso cultural e ideológico, refere-se às implicações da condição pós-colonial ou pós-imperial na definição da nossa identidade no Ocidente actual. Está portanto mais relacionado connosco do que com aqueles que hoje vivem em sociedades pós-coloniais.

Embora o conceito de pós-colonial se tenha tornado ostensivamente uma palavra-código para afirmar que somos parte de sociedades multiculturais e multirraciais, o seu sentido é, na verdade mais profundo. Na Europa, e em particular nos antigos países imperialistas, o termo surgiu para reflectir a necessária conciliação e integração do nosso legado colonial na nossa sociedade contemporânea. Somos de facto sociedades multirraciais e multiculturais, nas quais os descendentes das nossas andanças coloniais são hoje nossos vizinhos, amigos, inimigos ou simples competidores. Todavia, o facto de agora explicitamente reconhecermos a presença daqueles que durante tanto tempo ignorámos ou rejeitámos não é mera coincidência.

Em primeiro lugar, demora pelo menos uma geração até que um país colonizador se possa reconciliar com a perda do império e comece a discutir as consequências da descolonização - vejamos neste caso a recente avalanche de livros e filmes sobre a Argélia em França. Neste sentido, Portugal não está ainda na posição de enfrentar abertamente o seu passado colonial.

Em segundo lugar, é vulgarmente a segunda geração de imigrantes das antigas colónias quem afirma plena e vigorosamente o seu direito de pertença à sociedade pós-colonial, e quem ao fazer isso, questiona alguns dos pressupostos em que se baseiam as identidades da antiga metrópole. Afro-britânico, francês-magrebino ou um português de origem cabo-verdiana não são apenas *Gastarbeiter*, (trabalhadores imigrantes) eles são cidadãos europeus de pleno direito.

Em terceiro lugar, tem havido na última década uma reacção quer contra o nosso sentimento de culpa colonial, quer contra a aceitação gradual no nosso meio de imigrantes das ex-colónias. Isto tem sido, naturalmente, parte de uma reacção mais geral contra os valores liberais dos anos 60. Mais significativamente isto foi também o resultado de uma perspectiva especificamente revisionista sobre a nossa história colonial e o seu legado. Em geral esta perspectiva revisionista resume-se em três argumentos:

- (i) o mundo colonial beneficiou com o domínio colonialista e as ex-colónias pioraram as suas condições desde a independência;
- (ii) devemos pois estar orgulhosos das nossas realizações;
- (iii) a nossa identidade “europeia” de hoje deve reflectir o reconhecimento das nossas realizações como países imperialistas, em vez de tentar expiar um “crime” colonial que não cometemos.

Em quarto lugar, há na Europa um cada vez mais forte e expressivo movimento xenófobo de direita. Embora em termos sociológicos, este movimento seja em parte explicado pelas consequências da crise económica e o crescimento do desemprego, há aqui claramente uma correlação entre as estridências xenófobas e as incertezas sobre a nossa identidade contemporânea (pós-colonial). E aliás, a característica comum a todos os movimentos europeus de direita é a necessidade de redefinir identidade em termos de um único tipo “nacional” (racial e cultural). Por conseguinte, a forma que o racismo assume hoje em dia é aquela que sublinha com singular veemência a necessidade de um retorno às nossas “reais” (isto é, de facto imaginárias) raízes pré-imperiais.

O debate sobre o significado do pós-colonial nas nossas

sociedades é no seu cerne um debate sobre a natureza da nossa identidade contemporânea. Em campos opostos estão, por um lado, aqueles que defendem que a nossa identidade presente não é somente multirracial e multicultural, mas simplesmente parte de uma complexa, múltipla e fluida “cultura mundial” - contra aqueles que procuram redefinir o fundamento das nossas sociedades contemporâneas de uma forma essencialista e nacional(ista). Este debate põe a nu as mais profundamente sentidas diferenças de percepção da natureza do estado-nação de hoje.

Face ao antigo mundo colonizado, onde frequentemente há uma violenta reacção “fundamentalista” contra a ocidentalização e modernidade - que tem como contraponto o movimento xenófobo europeu - a nossa capacidade de compreender as sociedades africanas contemporâneas é necessariamente influenciada pela medida em que aceitamos ou rejeitamos as questões acerca da nossa identidade pós-colonial. E isto, por sua vez, afecta a nossa visão da natureza e da relevância do nacionalismo na política de hoje.

(ii) Pós- nacional

Paralelamente ao debate sobre o pós-colonial, existe hoje em dia a ideia de que entramos na idade pós-nacional - querendo dizer com isto que o estado-nação começa a ser suplantado, ou pelo menos começa a ser cada vez menos relevante, no mundo “moderno” em que vivemos. Argumentar que o nacionalismo e o estado-nação são anacronismos na nossa sociedade, não é, claro, novo. Há longas tradições, em particular na esquerda, de linhagem anti-nacionalista. Porém, o que é novo é a noção mais geral de que o próprio desenvolvimento das sociedades modernas torna o estado-nação redundante.

Esta argumentação desenvolve-se em dois ramos: o da consolidação de uma economia global e o da revolução contemporânea na tecnologia e comunicações. À medida que a economia internacional se estende ao mundo inteiro, os países tornam-se cada vez mais interdependentes. Negócios, finanças e operações bancárias realizam-se através do mundo sem respeitar as fronteiras nacionais. Países mais pobres que integram esta economia mundial podem rapidamente realizar avanços gigantescos - como se torna evidente em grande parte dos países do Pacífico. E é este novo estatuto económico internacional, em lugar do antiquado nacionalismo, que hoje em dia se defende ser

determinante do sucesso de cada país.

Se estes cenários supra-nacionais são realistas depende do ponto de vista adoptado por cada um quanto ao declínio histórico do estado-nação. Em particular, depende das interpretações pessoais dos variáveis padrões de identidade social e individual. Argumenta-se que as formas contemporâneas de identidade estão em antagonismo crescente com a estreita bitola do estado-nação. As pessoas hoje pensam e agem cada vez menos em termos de um território (terroir) local e cada vez mais de acordo com valores e perspectivas transnacionais. A internacionalização da economia vem a par com a globalização cultural.

Também em relação a África, há agora cada vez mais vozes exprimindo as limitações do actual sistema dos estados-nação e a necessidade de novas formas de cooperação. A presente crise económica e a aparente inviabilidade de alguns países africanos mais pequenos ou sem recursos, têm levado muitos, dentro e fora de África, a propor soluções supra-nacionais (regionais ou pan-africanas) radicais. Argumenta-se que, sendo os estados-nação africanos recentes e artificiais, é realista e viável iniciar novas formas de associação que poderão com o tempo tornar as actuais divisões nacionais africanas redundantes. A noção de que o estado-nação já não é apropriado para a futura prosperidade de África tem sido fortalecida pelo ponto de vista que o estado africano é, ao mesmo tempo, predatório e impotente: um obstáculo para a resolução da crise africana.

No entanto, face aos acontecimentos que têm ocorrido na antiga União Soviética e Europa de leste bem como os inumeráveis incidentes de violência "tribal" em África, devemos-nos questionar se não é mais provável que os fracassos do estado-nação dêem origem a políticas de mais forte (e não mais fraco) carácter "nacionalista". Ou, mais provavelmente, se a fraqueza do estado não levará ao libertar da frustração acumulada de energias infra- e não supra-nacionais. Certamente em África todos os sinais apontam nessa direcção. A nossa opinião de se o debate acerca do pós-nacional aponta para um real abrandamento do imperativo nacionalista, ou se apenas reflecte um desejo de políticas menos provincianas por parte do Ocidente, depende em parte da opinião que tomamos no corrente debate sobre pós-modernismo.

(iii) *Pós-modernismo*

Não é possível aqui abordar os variadamente múltiplos significados do considerável (e sempre crescente) discurso pós-modernista. Será suficiente delinear a traços largos as principais questões que podem afectar a nossa compreensão da África contemporânea. É claro que toda a noção de pós-modernismo tem as suas raízes na cultura e auto-análise sociológica ocidentais e poder-se-ia argumentar que é perfeitamente irrelevante para a condição do Terceiro Mundo. Mas a questão aqui é examinar o contexto político, intelectual e ideológico, no qual nós, africanistas, conceptualizamos o "outro" na África contemporânea. Por esta razão, portanto, e também porque o discurso ocidental habitualmente encontra eco em África, temos de dedicar alguma atenção/estudo à possível importação de conceitos do pós-modernismo para os estudos africanos.

Os dois aspectos do pós-modernismo que podemos considerar são aqueles que reflectem a interligação entre identidade e valores. A força da argumentação pós-modernista reside no mundo contemporâneo ser caracterizado por identidades individuais cada vez mais transculturais e valores cada vez mais relativos. O primeiro, porque a evolução tecnológica e a globalização da cultura criaram condições em que as sociedades vivem influências culturais cada vez mais diversas. O segundo, porque no mundo moderno a força de colectivos e absolutos imperativos morais ou religiosos está em declínio e a criatividade dos individualismos é vista como um campo fértil para feitos artísticos e científicos.

Talvez isto se torne mais claro com um exemplo vindo da literatura. Os *Versos Satânicos* de Salman Rushdie podem representar a promessa e as ambiguidades (de pelo menos uma das formas) de literatura pós-modernista, combinando com êxito a arte do Ocidente e a inspiração de uma cultura não ocidental. Podemos também argumentar que as obras de Wole Soyinka apontam na mesma direcção - ao mesmo tempo perfeitamente moderno, num sentido ocidental, mas também fundamentalmente africano, na inspiração e na sensibilidade artística. De forma semelhante, também as histórias de Mia Couto podem ser vistas como exemplos do pós-moderno numa nova literatura de África. A questão é que, independentemente da condição actual de África, uma literatura africana genuinamente criativa seria tão decididamente pós-moderna como a sua equivalente ocidental. Ou melhor, as duas não estão mais separadas, mas seriam parte de uma

criação literária universal que pode falar a todos nós.

Mesmo circunscrevendo-nos ao campo da literatura, a questão do pós-modernismo é também contestada no Ocidente. Há de facto um sério debate entre os proponentes de um relativismo pós-moderno e aqueles que argumentam que é necessário e possível identificar um canône literário. Para além disso, os críticos do pós-modernismo rapidamente apontam para a confusão que existe entre a necessidade de compreender a multiplicidade dos significados culturais presentes na sociedade moderna e o desejo de preservar um sentido do que é culturalmente significativo. Negam ainda que mudanças nas percepções e valores equivalam quer à perda de uma identidade cultural, quer ao abandono de modelos culturais específicos.

Com excepção da literatura (e da música por exemplo) é bastante mais difícil ver a relevância do pós-modernismo para os estudos africanos ou para as realidades da política contemporânea africana. Para o cidadão comum nas povoações africanas a influência do pós-modernismo não é provavelmente significativa. Porém, há pelo menos duas formas pelas quais o pós-modernismo pode concretamente afectar as sociedades africanas, independentemente e para além da influência que o pós-modernismo exerce nas nossas mentes. A primeira está ligada ao rápido desenvolvimento dos meios de comunicação que agora podem levar televisão satélite ao mais remoto lugar do globo. A segunda tem a ver com a reacção em África ao discurso do pós-modernismo no Ocidente.

Todavia, o paradoxo é que a cultura pós-moderna, parcialmente vista como o resultado de influências crescentemente transculturais vividas no Ocidente, pode ter sérias, embora não intencionais, consequências em países não ocidentais. Para o melhor, é claro, mostrará que a cultura ocidental contemporânea tem sido significativamente influenciada pela cultura não ocidental. Mais provavelmente, no entanto, a revolução na tecnologia da informação comercializará uma forma de ocidentalização cultural que atrairá e ofenderá em igual proporção, mas que em qualquer caso induzirá em erro. E como o Irão e agora a Argélia demonstram as reacções fundamentalistas podem ser violentas e brutais.

Que fazer então do pós-modernismo em África? A noção de que a cultura moderna no Ocidente como em África caminha numa direcção pós-moderna pode tornar-nos cegos em relação ao que realmente se passa hoje em África. Pode também afastar a nossa atenção das outras formas, talvez mais subtis e significativas, com que a cul-

tura ocidental está de facto a afectar os africanos. Mais significativamente, o discurso pós-moderno pode influenciar a maneira como conceptualizamos a política africana pós-colonial. Não primeiramente porque pensemos que os africanos são repentinamente pós-modernos (qualquer que seja o significado), mas porque poderemos estar a começar a pensar na noção de indivíduo, e na relação do indivíduo com a sociedade, de formas influenciadas pelo discurso pós-moderno.

De facto, qualquer noção de indivíduo que tenha uma perspectiva crescentemente multicultural e universal - seja ou não uma descrição exacta do que está a acontecer às sociedades ocidentais - tornar-nos-á mais difícil compreender os modos como os africanos agem como indivíduos. Também estaria em contradição com o que, em outros contextos, tendemos a ver como a "re-traditionalização" das sociedades africanas. E, apesar desta aparente "re-traditionalização" estar obviamente em conflito com as causalidades implícitas na noção de pós-moderno, em vez de fazermos esforços para compreender os africanos tal como eles são, poderemos mais uma vez olhar para eles com um espelho à nossa frente.

(iv) Pós- ideológico

O raciocínio aqui é claro mesmo que tenda para ser demasiadamente simplificado no debate popularizado por Fukuyama sobre "o fim da história"². Dizemos que hoje vivemos num mundo pós-ideológico essencialmente por duas razões. A primeira é que não há mais nenhuma batalha ideológica a travar, face ao fim da guerra fria e ao aparente colapso do comunismo. O socialismo morreu e não há nenhum sistema ideológico de valor para desafiar o ideal democrata liberal. A segunda é que a agenda política agora fixada aponta firmemente para a democratização ou, de uma forma mais geral, para uma melhoria da responsabilização política.

Pondo de parte as simplificações espúrias neo-hegeleanas de Fukuyama e limitando-nos aqui às considerações de relevo para África não é difícil ver que as consequências do fim da guerra fria são mais de natureza prática do que ideológica. Os líderes africanos "transformaram-se" em democratas, por imposição do Banco Mundial e não porque subitamente aceitem que a democratização seja a "melhor" via de evolução política ou que a sua liderança seja sujeita à responsabilização política democrática. E, na verdade, onde haja outros patrocinadores, outras ideologias são facilmente adoptadas. Por exemplo, há

² As ideias de F. Fukuyama foram publicadas em primeiro lugar no seu artigo "The End of History", *National Interest*, 16, 1989

em alguns países africanos um claro movimento pró-fundamentalismo islâmico que não deixa de ter relação com a influência (financeira e ideológica) de países como o Irão ou a Arábia Saudita.

A suposição que o fim da guerra fria *ipso facto* conduziria ao fortalecimento da democratização de África é uma ilusão e uma perigosa ilusão. A tão proclamada morte do socialismo não pode ser tomada seriamente em nenhum sentido como o advento do mundo pós-ideológico. Primeiro, enquanto a China continuar a ser um país comunista é prematuro não considerar o comunismo como uma ideologia - independentemente do que isso significar na prática. Em segundo lugar, há outras "ideologias" não-(ou mesmo anti-) socialistas que presenteiramente desafiam o *ethos* liberal democrata - duas das mais poderosas são claramente a religiosa e a nacionalista que se combinaram em países como o Irão. Em terceiro lugar, a crença de que a ruína de uma ideologia implica o advento de um mundo menos ideológico, é uma crença assente numa suposição ingênua de que existe uma evolução política ascendente pela qual o homem acaba por deixar as ideologias para trás.

Por esta razão, o actual debate acerca da democratização em África não é muito encorajador. Que o Banco Mundial imponha condicionalismos políticos (democráticos) em países africanos não é surpreendente. Nem é surpreendente que os *media* ocidentais tenham saudado, com um entusiasmo incansável, a "conversão" do continente à democracia. É, contudo, um pouco preocupante quando os africanistas interpretam os recentes acontecimentos em África como uma clara evidência de que (1) há uma simples relação causal entre o "fim da ideologia" e a democratização e (2) de que há de facto em África um movimento no sentido de uma maior responsabilização política. O processo é de longe mais complexo e, a não ser que esta complexidade seja compreendida, corremos o risco de nos confortarmos, uma vez mais, com o que se revelará ser apenas a última ilusão acerca de África.

II

Tendo determinado o contexto em que os africanistas ocidentais actualmente trabalham, passo agora a analisar a questão da interpretação das políticas africanas pós-coloniais. Como não há um consenso geral sobre o que possa significar compreender a África contemporânea, é pelo menos importante, tornar explícito o propósito de

a compreender. Penso que há três grandes enquadramentos para a interpretação da política pós-colonial em África: a histórica, a analítica e a prescritiva (ou orientada por políticas). As três estão obviamente interligadas influenciando-se mutuamente. Separei-as aqui por uma questão de clareza conceptual precisamente porque acredito que não tornar explícita a perspectiva da qual escrevemos sobre África tem sido uma das principais causas da fraca interpretação do que realmente acontece em África hoje em dia.

O “handicap” sob o qual nós, africanistas ocidentais, trabalhamos é a nossa herança - ou seja o peso acumulado do que a nossa cultura veicula sobre África. Para nós, no Ocidente, África é aquela parte do mundo que permanece profundamente dotada de duas facetas centrais do “outro” - o misterioso e exótico. Misterioso não só no sentido de que não entendemos bem a sua realidade, mas também que a sua realidade não é realmente susceptível à nossa capacidade de entendimento. Exótico, ao preencher em nós essa duradoura necessidade de encontrar num “outro”, (convenientemente distante), essa qualidade de inexplicável, que é ao mesmo tempo assustadora, na sua aparente irracionalidade, e reconfortante, ao realçar a nossa racionalidade.

Deixando para trás estas considerações gerais que, por muito trivialmente óbvias que sejam, têm na minha opinião uma influência muito maior no nosso entendimento de África do que aquilo que pensamos ou estamos preparados para aceitar, vou agora abordar algumas das dificuldades analíticas específicas que nós, africanistas, defrontamos. Escolhi três, que abordarei em sequência, para ilustrar esta reflexão: (1) a política do espelho; (2) a tirania das causalidades (3) as implicações da enunciação.

(i) A política do espelho

Aqui refiro-me à maneira como os africanistas tem abordado África, agora e no passado. Em parte porque África tem sido vista como misteriosa e exótica, os africanistas tiveram tendência para ver em África um contraponto da sua própria história. Embora isto seja talvez mais óbvio no que respeita aos antropólogos, procurando nas sociedades “primitivas”, das quais (nós) supostamente evoluímos, também é visível no trabalho de quase todos os outros africanistas.

Exploradores, missionários funcionários coloniais, colonos, economistas, especialistas e cientistas políticos têm todos olhado para

África através da perspectiva da evolução das suas próprias sociedades ocidentais. Isto é particularmente notório e consequente, no que toca ao trabalho de desenvolvimentalistas (económicos e políticos) pós-coloniais. De facto, as pressuposições que fizeram sobre a trajetória da África contemporânea têm em grande parte origem na sua noção de “atraso” do continente em relação ao desenvolvimento ocidental.

Falamos de política do espelho, dado que a principal consequência de tal perspectiva teleológica tem sido de procurar em África uma imagem do africano que confirmasse as nossas pressuposições desenvolvimentalistas acerca de nós próprios. As consequências têm sido tão inevitáveis quanto previsíveis. Em primeiro lugar, temos sido perenemente desapontados pela realidade africana nunca ter alcançado as nossas expectativas. Em segundo lugar, e de uma forma mais preocupante, olhamos para África como a imaginamos e não como ela é (no seu contexto histórico e local). Em terceiro lugar, e como resultado, temos remetido a África para o caixote do lixo da história, considerando-a um continente cuja história não se pode esperar que compreendamos e do qual acabamos por “desistir”.

O outro aspecto da política do espelho que vale a pena considerar, é aquilo a que eu chamo o síndrome de Caliban, que se revela de duas maneiras: (1) o facto de que quando os africanos falam, apenas ouvimos o que se conforma à nossa noção de África; (2) e a medida pela qual os africanos aprenderam a falar a linguagem que nós queremos ou precisamos de ouvir. Isto tem sido um problema através da história das relações entre África e o Ocidente e eu diria que ainda é um problema com relevância hoje em dia. Talvez a mais reveladora ilustração deste síndrome seja toda a questão do “tribalismo”. Historiadores de África aceitam hoje prontamente **que** a noção de etnicidade, tal como a de nação, foi largamente uma invenção, **que** a nossa primeira avaliação da etnicidade do continente era essencialmente uma figura da nossa imaginação histórica, e **que** os africanos rapidamente exploraram a linguagem étnica traçada pela mentalidade colonial.

O grau de influência do síndrome de Caliban na nossa percepção das condições e necessidades da África contemporânea é menos claro, mas mais consequente. Mencionarei aqui dois exemplos. O primeiro tem a ver com a chamada transição para a democracia e o segundo com o debate acerca dos programas de ajustamento estrutural.

O debate sobre a democratização é claro. O Ocidente exige a democracia na qual se pode reconhecer: pluralidade de partidos, competição partidária, eleições regulares multipartidárias e política parlamentar. Os africanos acedem ao pôr em marcha um processo de democratização que cumpre todos estes condicionalismos. Se isto favorece a causa da democracia ou não, é outro assunto. Não estou aqui a afirmar que o processo de democratização em curso em África não tem significado, mas sim que a sua agenda é largamente determinada pelo Ocidente, com a concordância (mais ou menos entusiástica) daqueles africanos que aprenderam a nova linguagem da democracia e, independentemente das circunstâncias de cada país serem ou não propícias à criação e fortalecimento da responsabilidade política através da receita ocidental de eleições multipartidárias.

O mesmo se poderia argumentar acerca dos programas de ajustamento estrutural. Não é que não haja necessidade para a gestão económica e financeira que o ajustamento implica. A questão é se o ajustamento estrutural é o mais apropriado pacote de reformas económicas para todos os países africanos ou se é apenas o último de uma longa linha de planos de desenvolvimento para África. O facto de alguns africanos estarem agora preparados para apoiarem o ajustamento estrutural não é em si uma indicação da sua conveniência. É mais a prova que esses africanos aprenderam perfeitamente a linguagem que consegue extrair mais ajuda financeira do Ocidente.

O efeito paradoxal das políticas do espelho é que ao não conseguirmos encontrar uma imagem de África congruente com as visões de nós próprios, temos tendência para explicar o que acontece em África pela sua africanidade. Ou seja, enquanto a realidade de África continuamente frustra a nossa compreensão do continente, em termos de descrição de nós mesmos, continuamos facilmente a cair no outro extremo: a dizer que África é especial, única, *sui generis*. E, por causa disto, caímos na ratoeira interpretativa tautológica que consiste em dizer que o que acontece em África, como a violência "tribalista", se deve há africanidade da política africana.

(ii) A tirania das causalidades

A questão que queria aqui desenvolver é simples e, em parte, vem na sequência do que estivemos a analisar: tentando interpretar os acontecimentos na África contemporânea todos temos olhado com demasiada boa-vontade para simples causalidades pelo menos em

dois sentidos. O primeiro é o vulgarizado (ab)uso de teorias de causalidade histórica. A segunda é a extraordinária tendência para explicar processos complexos em África por meio de simples causalidades, que nunca aceitaríamos a propósito das nossas sociedades.

Uma leitura dos principais paradigmas para a análise da política africana pós-colonial mostra o peso que as explicações causais tiveram nos vários enquadramentos interpretativos³. Desde a sucessão de teorias marxistas e dependentes às várias escolas de desenvolvimento, por meio de múltiplas interpretações culturais em princípio significativamente causais, a nossa visão da política africana contemporânea tem sido obcecada pela procura de uma teoria triunfante de explicação causal.

A gradual tomada de consciência de que todas essas teorias económicas, políticas ou culturais não conseguiram explicar o que se passava em África não marcou, infelizmente, o fim da idade da teleologia em relação a África. Em vez de deduzir do fracasso interpretativo de tais esquemas teóricos, a necessidade de abandonar a simples causalidade na análise da África contemporânea, tem havido uma tendência para procurar a causalidade africana (por oposição à universal) da actualidade africana. Assim, por exemplo, é que o imperativo "tribal" é agora frequentemente representado como a *ultima ratio* da política africana. É claro, que tudo isto se tornou pior pelo facto de os líderes africanos prontamente entrarem na retórica "tribal" e, neste sentido, ajudarem a criar um clima onde a competição e a hostilidade políticas são prontamente orientadas ao longo de linhas étnicas.

A este respeito, parecemos não estar hoje mais próximo de compreender o "tribalismo" em África do que estávamos há cem anos atrás. A primeira razão de continuarmos perplexos pela etnicidade em África, é porque a enfrentamos de uma perspectiva pré-concebida das /ideias/ interpretações/ conceitos de "evolução" humana e do lugar da etnicidade nesse esquema de "evolução". Etnicidade é, portanto, uma condição que afecta o "outro" num primeiro estado de evolução. Exposto desta forma, este raciocínio é imediatamente visto como grosseiro e já não seria aceitável para muitos. Mas, na mais tortuosa linguagem de jornalistas e peritos, parece por vezes difícil abandonar a noção que etnicidade é, ou uma reliquia de uma época anterior ou a falsa consciência que afecta as pessoas que são facilmente levadas por líderes sem escrúpulos.

Porém, como John Lonsdale, o historiador britânico de África,

³ Esta revisão é feita na primeira parte do meu livro *Power in Africa: an essay in political interpretation* (London: Macmillan, 1992 & 1994).

demonstrou no seu recente trabalho, o problema que temos com as noções de etnicidade e tribalismo em África tem largamente origem na maneira como as abordamos. Passo a citá-lo:

“Até há pouco tempo, os estudiosos ocidentais de África tem jogado na defensiva em relação à política étnica do continente, na ânsia de sossegar o preconceito racista dos nossos leitores. Estamos habituados a construir desculpas para os africanos: tribalismo não é culpa deles. Agora que algumas tribos europeias provaram ser mais selvagens do que a maioria das africanas, esse pudor está a desaparecer. Mas o tema será sempre complexo. Etnicidade é um facto social mundial; todos os seres humanos constroem a sua cultura no interior de comunidades, que se definem por oposição a “outros”. Mas nós nem sempre politizámos a cultura; e quando o fazemos não é necessariamente para exercer uma xenofobia reaccionária. Imaginar a existência de uma nova “tribo” é talvez a melhor maneira de olhar para o exterior de nós próprios, de abraçar o progresso social. Os estudiosos de África estão agora a começar a compreender esta ambiguidade - de que ao mesmo tempo que certos aspectos da etnicidade são, de facto, herdados e conservadores, mas os seus significados também são diariamente reinventados, para dar resposta a novas necessidades. Identidade cultural é realizada pelas pessoas e não é algo que elas histórica e inelutavelmente são. E a “eticidade moral” - o que eu chamo esse contestado padrão interno de virtude cívica contra o qual avaliamos a nossa estima pessoal - é muito diferente de um tribalismo político sem princípios no qual os diferentes grupos competem para a obtenção de recursos públicos.”⁴

Conclui-se daqui que as complexidades da etnicidade e os seus usos para fins políticos tem de ser explicados historicamente. Uma vez isto aceite, podemos ver que etnicidade, tal como o nacionalismo, pode, sob determinadas circunstâncias, sobressair politicamente e, dependendo do contexto histórico específico, o seu impacto político é construtivo ou destrutivo.

O exemplo da etnicidade ilustra a proposição mais geral de que a análise da política africana contemporânea exige que nos afastemos da maldição das causalidades, que tem obscurecido a nossa compreensão do continente durante tanto tempo. Para o fazer precisamos de conhecer melhor a sua história e de ter bem presente aquilo que dizemos.

⁴ John Lonsdale, “Moral Ethnicity and Political Tribalism”, artigo não publicado, p. 1. Para um tratamento mais geral desta questão aplicada aos Kikuyu, consulte “The Moral Economy of Mau Mau”, in Bruce Berman and John Lonsdale, *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, vol. II (London: Currey, 1992), pp. 265-504.

(iii) *As implicações da enunciação*

Para além da necessidade de resistir à tentação de utilizar um vocabulário de causalidades, quero debater as singulares dificuldades enfrentadas pelos africanistas na escolha das palavras que usam para “explicar” África. Não me refiro apenas a ter a sensibilidade de usar uma linguagem que não diminua as pessoas sobre as quais escrevemos - o que eu assumo - nem recomendar o uso de uma linguagem politicamente correcta, um dos mais estuprificantes e limitadores discursos.

Refiro-me antes à difícil questão da relação entre a análise da realidade e a sua enunciação. Uma vez que nos libertamos de uma linguagem codificada, simples, ou pelo menos de bem compreendidas explicações causais, entramos num território de grande subtileza, mas também de maior ambiguidade. Nada é simples, nada é inteiramente claro. O que vemos, ou o que pensamos que vemos, não é objectivamente identificável, mas depende em parte da maneira como o apreendemos e enunciamos. Voltando ao perene exemplo africano, teríamos de analisar como é que a mentalidade colonial percebeu e enunciou que o “facto” da etnicidade tinha uma influência directa na percepção e na realidade deste fenómeno.

Felizmente muitos de nós estamos hoje conscientes da importância da linguagem. No entanto, ainda estamos muito próximos da situação em que sabemos o que não devemos dizer, e ainda não estamos tão seguros sem relação ao modo de nos exprimirmos no sentido de descrevermos a política africana contemporânea - mantemo-nos numa posição defensiva, em vez de avançar para uma atitude positiva. Temos agora de procurar os conceitos e o vocabulário que nos possibilitarão avançar esclarecimentos para as interpretações das realidades da África contemporânea.

A este respeito, não há dúvida de que o trabalho dos cientistas políticos franceses ligados à revista *Politique Africaine* apontou-nos na direcção correcta⁵. O relevo dado a “le politique” em vez de à “la politique” e o alerta para considerar a “la politique par le bas” tem sido de grande utilidade⁶. Desta abordagem tem vindo a lume muito trabalho de qualidade, que em conjunto com o avanço da historiografia africana, nos torna capazes de abandonar as simplistas explicações causais. De forma semelhante, trabalho realizado na política de áreas (como a literatura, calão, música, religião e desporto) que até aqui não

⁵ *Politique Africaine* foi editada em 1980 por membros da “Association des chercheurs de politique africaine” e está agora no número 70. Cada volume analisa um tema específico ou um país

⁶ A distinção entre “le politique” e “la politique” é a seguinte: a primeira refere-se a tudo o que é político na sociedade enquanto a segunda diz respeito à política no seu sentido prático e comum

tem recebido muita atenção, tem-nos grandemente ajudado a compreender o que é por vezes chamado a política da sociedade civil.

Dos trabalhos dos franceses, talvez o mais largamente citado, mas sem dúvida o menos lido, tem sido o livro de Jean-François Bayart *L'Etat en Afrique*⁷. Trata-se de um livro importante por várias razões, quanto mais não seja porque sintetiza muito do trabalho realizado em França ao longo da década que precedeu a sua publicação. Mas o aspecto particular deste livro que eu gostaria de debater aqui está ligado à maneira como o seu autor tenta enunciar aquilo que ele crê que são as realidades da política africana pós-colonial.

Por definição um livro que procura enunciar em vez de meramente explicar a política africana é um livro pouco susceptível a um simples resumo. As suas virtudes interpretativas e discernimento analítico residem na criativa ambiguidade do seu vocabulário e no tom da linguagem usado⁸. No cerne da explicação de Bayart sobre o papel do estado em África está a procura da metáfora africana apropriada para a prática política: aqui escolhida como "la politique du ventre". No entanto, *L'Etat en Afrique* também demonstra os limites, e até as armadilhas, desta (necessária) abordagem. De facto, a utilização da metáfora "la politique du ventre" é simultaneamente muito perspicaz e maliciosa.

Muito perspicaz na medida em que expressa um dos aspectos fundamentais da política africana e de certo um dos aspectos que está longe de ser compreendido. Maliciosa, no sentido de que não pode escapar a Bayart - tal como não escapará aos seus leitores - que as implicações desta metáfora têm dois gumes. Pode bem reflectir com precisão um dos principais meios pelos quais os africanos (e também outros) percebem e conceptualizam a política, mas certamente não abrange todo o alcance da experiência política africana. E é um algo paternalista.

Concluo referindo brevemente os dois argumentos-chave fundamentais do meu livro *Power in Africa*, que são simples. O primeiro é que precisamos de estudar o particular, ou seja, o que é "africano" na política africana, através de conceitos universais - pelo que entendo conceitos gerais que de bom grado aplicaríamos às nossas sociedades. O segundo é que devemos basear a nossa análise política dos acontecimentos contemporâneos na história profunda de África - isto é, a história que liga o presente com o passado pré-colonial e colonial. Os

⁷ Jean-François Bayart *L'Etat en Afrique: La politique du ventre* (Paris: Fayard, 1989) traduzido para inglês sob o título *The State in Africa: the Politics of the Belly* (London: Longman, 1993).

⁸ Muito disto parece ter derrotado os tradutores do livro na língua inglesa.

leitores de *Power in Africa* saberão porque razão defendo uma análise política baseada nas noções de poder e de responsabilização política.

O que eu argumento é que os conceitos de identidade, comunidade e responsabilização política constituem os fundamentos da análise política. A comunidade política forma-se e evolui nas variadíssimas maneiras como os indivíduos se definem a si mesmos e aos outros. Por seu turno, a responsabilização política - a prática complexa e multidimensional através da qual quem é governado procura a responsabilização dos governantes - providencia o princípio pelo qual as comunidades políticas se mantêm unidas. Sem uma forma de responsabilização política mutuamente aceitável, a comunidade política não pode sobreviver por muito tempo sem recorrer à força e à violência. Enquanto a ameaça da força for parte da matemática do poder, o seu uso real (e especialmente repetido) representa um manifesto fracasso da responsabilização política.

Uma análise baseada nestes conceitos torna possível colocar questões fundamentais sobre a constituição e funcionamento do processo de governação. É particularmente apropriada para o estudo das políticas pós-coloniais dos estados-nação africanos pelo menos por quatro razões. Primeiro, porque centra a atenção nas realidades da política em África em vez de no discurso. Em segundo lugar, permite-nos ligar o estudo da política dos cidadãos e a alta política. Em terceiro lugar, obriga a considerar a história profunda (da pré-colonial à presente) do que está por trás destas três noções. Finalmente, e talvez o mais importante, torna claro que a análise política é compreender processos ao longo do tempo - isto é o oposto de construir explicações fixas.

PRESENT STRUCTURES AND FUTURE CHALLENGES OF REGIONAL COOPERATION AND INTEGRATION IN SOUTHERN AFRICA

Peter Meyns*

1. Introduction

In an introductory contribution to a special issue of the journal 'Nord-Süd aktuell' on the subject of 'new regionalism' Benno Engels distinguished two factors affecting the motivation for and background to regional co-operation: the 'traditional rationale (guided by economic theory) of regionally limited trade and co-operation promotion' and 'impetus from the current international political environment'.¹ In the South, regional groupings based on the traditional economic *raison d'être* have rarely lived up to expectations. However, approaches towards regional co-operation on other than economic grounds were being advocated in the Third World as early as the 1970s, especially against the background of the North-South conflict and the demand for the establishment of a new international economic order. The slogan of 'collective self-reliance' was primarily political in nature. Engels sees the 'new' regionalism of the 1990s as relating to the global trend towards liberalisation and opening up markets, not least of all in the context of the Uruguay Round, which has given fresh impetus to regional co-operation initiatives. As the example of NAFTA shows, the logic of the 'new' regionalism now goes beyond the traditional rationale, placing greater emphasis on the creation of a 'more comprehensive regional political order'.²

From the outset, the 'Southern African Development

* Gerhard - Mercator - Universität, Duisburg

: Engels, Benno: Regionalisierung und "neuer" Regionalismus, in: Nord-Süd aktuell, Jg. 10, Nr.2, 1996, p. 252.

: Ibid, p. 253

Community' (SADC) and its predecessor, the 'Southern African Development Co-ordination Conference' (SADCC), were primarily political in nature. The conflictual relationship between the independent African countries in southern Africa and the South African apartheid regime was the principal reason for the establishment of SADCC in 1980. Today, integration policy is strongly affected in the countries of southern Africa, as elsewhere, by the global changes occurring in the world economy.³ However, priority is still given to impetus for change emanating from the regional environment. The demise of apartheid in South Africa has, in particular, created entirely new conditions, giving high priority to the establishment of new co-operation structures that include a non-racial and democratic South Africa.

In re-organising regional co-operation in southern Africa, all countries are vitally concerned to establish a stable regional order for the future. South Africa is facing massive socio-economic problems, which will prevent it from acting against its own interests in the region even after the end of apartheid. However, this does not mean that the new South Africa will take less interest in the region than before.⁴ South Africa has an undeniable political interest in regional co-operation,⁵ and the importance of African markets for South African industry should not be underestimated.

SADC/SADCC having been established on an economic basic, albeit for primarily political reasons, the organisation is now promoting regional economic integration in the sense of the traditional economic rationale. The first step has been to envisage the setting up of a free trade area. New institutional arrangements will be needed to implement the new facets of regional integration. This contribution looks at present structures and future challenges facing SADC's development in southern Africa.

2. From SADCC to SADC

The founding of SADC at the SADCC summit at Windhoek in 1992 was of decisive importance for the development of regional co-

³ See Odén, Bertil: *Southern African Futures: Critical Factors for Regional Development in Southern Africa* (=Nordiska Afrikainstitutet, Discussion Paper 7), Uppsala 1996, p 10-13; see also Mills, Greg/Begg, Alan/van Nieuwkerk, Anthoni (eds.): *South Africa in the Global Economy*, Johannesburg 1995; Baker, Paulin H./Boraine, Alex/Krafchik, Warren (eds.): *South Africa and the World Economy in the 1990s*, Cape Town/Johannesburg 1993.

⁴ As suggested by Herbst, Jeffrey: *South Africa and Southern Africa after Apartheid*, in: Harbeson, John W./Rothchild, Donald (eds.), *Africa in World Politics. Post-Cold War Challenges*, 2nd ed., Boulder, Co. 1995, p.149.

⁵ Lancaster, Carol: *The Lagos Three: Economic Regionalism in Sub-Saharan Africa*, in: John W. Harbeson/Donald Rothchild (eds.), *op. cit.*, p. 189ff.

operation in southern Africa, and at the same time a first step towards institutional reorganisation. The ten countries involved (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique, Namibia, Swaziland, Tanzania, Zambia, Zimbabwe) put their signatures to a treaty⁶ converting SADCC from an organisation co-ordinating regional development projects into a development community with the aim of promoting the social and economic development of the people in southern Africa by intensifying regional integration.

A retrospective look at SADCC will elucidate the institutional changes. The organisation was founded in 1980 in view of the continued existence of the apartheid regime in South Africa for the purpose of promoting co-operation between the independent African countries in the region. Although the founding document spoke of 'forging ... regional integration', SADCC did not seek to initiate a process of trade liberalisation. The main aim of SADCC was 'the reduction of economic dependence, particularly, but not only, on the Republic of South Africa'.⁷ To this end it initiated a mechanism of development co-ordination through which functional areas of co-operation were identified and, in a separate step, support was sought from international donors for priority regional development projects.

In view of the failure of regional integration initiatives with a highly centralised bureaucratic apparatus, like the 'East African Community' which collapsed in 1977, the SADCC deliberately opted for an alternative organisational form, involving individual member states in regional development and renouncing an elaborate central structure. One of the co-founders of the SADCC, the former president of Tanzania Julius Nyerere, described the Conference's institutional particularities as follows:

SADCC is ... unusual in Africa because of its structure. It does not consist of a Headquarters and Secretariat which initiates and organises everything, with member countries trying to direct and keep budgetary control through periodic Ministerial and Summit meetings. Instead, all members are actively concerned in the initiation and implementation of all SADCC projects, with each having the responsibility for co-ordinating and promoting a particular sector. This structure enables the Secretariat to remain small and effective, while monitoring and co-ordinating the work of the co-ordinators. Even more important, this structure enhances the active involvement of all member States in both the work and the benefits of co-operation.⁸

⁶ Treaty of the Southern African Development Community, in: SADC: Declaration, Treaty and Protocol of Southern African Development Community, Gaborone 1993.

⁷ Southern Africa: Toward Economic Liberation. A Declaration by the Governments of Independent States of Southern Africa made at Lusaka on the 1st April, 1980, published in: Mandaza, Ibbo/Tostensen, Arne: Southern Africa: In Search of a Common Future, Gaborone 1994, p. 118.

This gives some idea of the degree to which this loose form of co-operation was endemic in the way SADCC saw itself. The areas of co-operation assigned to individual member countries and administered by them as sectoral units at home and under their own responsibility, including financing, are essential substantive components of the SADCC programme; but from the institutional point of view they do not strictly speaking belong to SADCC. This decentralised approach meant that precisely because the regional sectoral units of SADCC were the responsibility of individual member states, in a sense belonging to them, the countries concerned were able to develop stronger ties with SADCC.

The process of change that the region and its co-operation structures are currently experiencing began in 1990 when the white government in South Africa released Nelson Mandela and announced their intention of abolishing apartheid. Although South Africa entered the post-apartheid era only four years later after the first non-racial election in April 1994, there were clear signs as early as 1990 that the Republic would soon be one of the independent African countries. It was thus from this date that the future of regional co-operation in southern Africa began to be envisaged *with* instead of *against* South Africa.

By adopting the SADC Treaty by which the Community superseded the Conference, the member countries confirmed their determination to further co-operation in the region. In stating their goal to establish a development community, they decided to go beyond the development co-ordination as practised by SADCC to seek a higher form of co-operation on the basis of 'development integration'.⁹ In the so-called 'Windhoek Declaration', which was adopted together with the SADC Treaty at the 1992 summit, this new approach was officially confirmed. The purpose, as the declaration affirms, is to elaborate and establish a framework for co-operation:

...which provides for ... deeper economic co-operation and integration, on the basis of balance, equity and mutual benefit, providing for cross-border investment and trade, and freer movement of factors of production, goods and services across national borders.¹⁰

⁹ Quoted in: Mandaza/Tostensen, op. cit., p. 70.

¹⁰ The option of 'development integration' was presented in the theme document 'SADCC: Towards Economic Integration', which the SADC Secretariat submitted at the Annual Consultative Conference in Maputo in early 1992.

¹¹ Towards the Southern African Development Community. A Declaration by the Heads of State or Government of Southern African States. in: SADC: Declaration, Treaty and Protocol of Southern African Development Community. Gaborone 1993, p. 5.

The declaration also made important statements on institutional issues, intimating that the transition from SADCC to SADC would require fundamental organisational innovation. In particular, it was stressed that successful regional integration needed institutions at the regional level to assume responsibility for decisions previously taken at the national level. The issue thus also involved the partial shift of sovereign rights to the regional level. For the SADCC it had been a primordial goal to leave the national sovereignty of member countries largely untouched. Because of its importance, the relevant passage of the 'Windhoek Declaration' on institutional issues will be quoted in full:

Successful regional integration will depend on the extent to which there exist national and regional institutions with adequate competence and capacity to stimulate and manage efficiently and effectively, the complex process of integration.

Integration will require mechanisms capable of achieving the high level of political commitment necessary to shape the scope and scale of the process of integration. This implies strengthening the powers and capacity of regional decision-making, co-ordinating and executing bodies.

Integration does imply that some decisions which were previously taken by individual states are taken regionally, and those decisions taken nationally give due consideration to regional positions and circumstances. Regional decision-making also implies elements of change in the locus and context of exercising sovereignty, rather than a loss of sovereignty.¹¹

This declaration by the southern African heads of state and government clearly shows that, in concluding the SADC Treaty, they visualised a new form of co-operation with far-reaching consequences for the structures of co-operation in the region. The identification of areas of co-operation and their allocation to individual member countries will continue to be an important aspect of regional co-operation under the 1992 SADC Treaty. At the same time, however, new goals were set beyond the development co-ordination practised since 1980 within the SADCC context, which demand enhanced regional-level capacities if they are to be attained. The above quote from the Windhoek Declaration points out expressly that 'regional institutions with adequate competence and capacity' are needed. Neither the SADC Treaty nor the Declaration, however, give any clear indication of what form such institutions should take.

¹¹Ibid., p. 10.

3. The problem of overlapping membership

The transformation of SADCC into SADC brought to the fore an issue that had already existed but which was now seen more clearly as problematic, namely the existence of competing regional institutions in southern Africa with overlapping membership. The main grouping was the 'Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa' (PTA), which reconstituted itself in 1993 as the 'Common Market for Eastern and Southern Africa' (COMESA). Then there were the 'Southern African Customs Union' (SACU) and the 'Common Monetary Area' (CMA) grouped around South Africa.¹²

The approaching demise of apartheid doubtless accelerated recognition that it was necessary to clarify the relationship between the various organisations. The fact that the existing structure of regional institutions also hid conflicts of interest between regional actors made the task all the more urgent.

Most important was the relationship between SADC and PTA/COMESA; nine of the ten founding members of SADC were also members of PTA/COMESA. Like SADCC, PTA had been set up in the early 1980s. However, the regional policy approach adopted by PTA differed from that of SADCC. In keeping with traditional integration theory, it was trade oriented, whereas SADCC adopted a development orientation. In contrast to the loose and decidedly decentralised organisational form of SADCC, PTA was more highly centralised from the outset. Finally, the two organisations were the outcome of different processes, the PTA being the fruit of UN Economic Commission for Africa strategy to build up an African economic community via regional modules, and SADCC resulting from the regional conflict situation in southern Africa. Given these differences, the prevailing view in the first decade of their existence was that the two organisations would complement each other well.¹³

However, behind this façade of complementarity there was rivalry, nurtured not least of all by the issue of relations with the donor community. Since the EC had played a role in establishing SADCC, the initiators of PTA regarded this as an enterprise 'designed at best to hegemonise an African initiative'.¹⁴ Communication between the

¹² For a discussion of PTA and SACU see the contributions of Jan Isaksen and Rave Ofstad in: Odén, Bertil (ed.), *Southern Africa after Apartheid. Regional Integration and External Resources*, Uppsala 1993.

¹³ This and the following discussion of the relationship between SADC and PTA/COMESA is based on my essay: Meyns, Peter: *Regionale Kooperation im südlichen Afrika nach dem Ende der Apartheid*. in: Tetzlaff, Rainer/Engel, Ulf/Mehler, Andreas (eds.), *Afrika zwischen Dekolonisation, Staatsversagen und Demokratisierung*, Hamburg 1995.

¹⁴ Mandaza, Ibbo: *The Bases of the PTA-SADC Dispute*. in: *Southern Africa Political and Economic Monthly*, Vol. 6, No. 6, March 1993, p. 41.

secretariats of the two organisations was kept to a minimum.

Within SADCC there was no uniform attitude towards PTA. Zambia was chosen as the seat of PTA and consequently developed a strong affinity for that organisation. Botswana, by contrast, was the only SADCC member to consistently refuse to join PTA. Other SADCC members, like Mozambique and Angola, hesitated for a long time before joining PTA, and did so finally less for economic reasons than on political grounds.¹⁵ Within individual SADCC countries, the departments of trade tended to be interested in PTA whilst planning and foreign ministries tended to co-operate more strongly with SADCC.

In the early 1990s the co-existence of SADCC and PTA came under pressure. Especially the changes occurring in South Africa raised new issues, which intensified rivalry between the two organisations. The ANC - the government *in spe* of the transitional period - held out the prospect of South African membership during this phase, but even at that time pointed out, 'that southern Africa cannot afford a proliferation of institutions or a duplication of efforts and that the challenges of the future will require considerable institutional development'.¹⁶ When the SADCC countries subsequently redefined their objectives with the conclusion of the SADC Treaty, adding integration in the field of trade relations to their programme, the original differences between the two decreased markedly, with substantive overlap becoming more evident.

It was now generally agreed that the relationship between SADC and PTA/COMESA had to be reconsidered. The Zimbabwean social scientist Ibbo Mandaza explained that to meet the goal of regional co-operation and integration 'it appeared essentially anomalous - and even counterproductive to that goal - to have the two organizations exist side by side while pursuing much the same objectives'.¹⁷ The South African economist Gavin Maasdorp regretted

'... the lack of clarity regarding the future relations between SADC and the PTA: increasingly these two organisations seem to be duplicating one another's functions, and this is a vexing issue in attempting to delineate a future path for the region to take.'¹⁸

¹⁵ On the political logic of membership in regional integration initiatives see Lancaster, Carol, op.cit. (note 5).

¹⁶ Mandela, Nelson: South Africa's Future Foreign Policy, in: Foreign Affairs, Vol. 72, No. 5, Nov./Dec. 1993, p.92

¹⁷ Mandaza, Ibbo: The Bases of the PTA-SADC Dispute, op. cit. (note 14), p. 40.

¹⁸ Maasdorp, Gavin/Whiteside, Alan: Rethinking Economic Co-operation in Southern Africa - Trade and Investment (= Konrad-Adenauer-Stiftung, Occasional Papers on International Co-operation), Johannesburg 1993, p.40.

In January 1992, the PTA produced a surprise resolution at the annual summit meeting of heads of state and government in Lusaka, deciding 'that PTA and SADCC be merged into a single Common Market for Eastern and Southern Africa, within the Abuja Treaty for the African Economic Community'.¹⁹ The tenor of this resolution was to incorporate SADCC in the geographically more extensive territory of PTA. This would render the continued existence of SADCC superfluous. The resolution came as a surprise not least of all because the Secretaries General of the two organisations had reached agreement only a few months earlier to co-operate and co-ordinate their activities to avoid overlap.²⁰ The unilateral initiative of PTA reflected the view held at the time by the PTA Secretariat that they were in the stronger position. PTA was considered the better organised grouping. Moreover, it had expanded its programme in the late 1980s to include development-oriented areas, thus claiming that it covered the functions of SADCC. Finally, PTA covered a larger territory and thus, according to traditional integration theory, disposed of a larger market and economies of scale.

How little the action by the PTA Secretariat and the SADCC members of PTA was co-ordinated is shown by the fact that, only a few days after the PTA summit, SADCC staged its Annual Consultative Conference with its co-operation partners in Maputo, presenting the theme document 'SADCC: Towards Economic Integration', which discussed the perspective for the creation of an economic community in southern Africa. And a few months later the SADCC heads of state and government - disregarding the PTA resolution of January, which they had supported - concluded the SADC Treaty. Challenged and cornered by PTA, the erstwhile SADCC thus asserted its determination to continue as an independent institution in the guise of the SADC. There can be no doubt that the haste with which SADC was founded, precluding, for example, discussion of the draft agreement among a broader public in the member countries, was designed to forestall PTA (and the planned establishment of COMESA).²¹ As a countermeasure the PTA Secretariat now pushed ahead with the transformation of PTA, effected in late 1993 with the conclusion of the 'Treaty Establishing the Common Market for Eastern and Southern Africa' (COMESA).

Whilst there had been some justification for considering that

¹⁹ PTA, Final Communiqué of the Tenth Meeting of the Authority of the Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States (mimeo.), Lusaka 1992, p.9.

²⁰ Agreed Minutes of the Meeting between the SADCC Secretariat and the PTA Secretariat, Gaborone (mimeo), 9th March 1991.

²¹ See Ching'ambo, Lloyd: SADC: The Rebirth of SADCC, in: Southern Africa Political and Economic Monthly, Vol. 5, No. 11, Aug. 1992.

SADCC and PTA differed in objectives and organisational structures, this was no longer the case after the transformation of the organisations into SADC and COMESA respectively. The two new organisations now shared the aims of promoting development and trade, and bringing about a higher form of regional integration.

Parallel to this development, SADC and PTA had, however, already agreed to deploy a regional team of experts to elaborate proposals for future relations between the two organisations. The initiative had been taken by SADC, but had been welcomed by PTA as well. The task of the experts was to investigate 'the harmonisation, co-ordination and rationalisation' of SADC and PTA/COMESA activities with a view to eliminating 'duplication and overlapping in the activities', and to ensuring 'the integration of activities of the two organizations where required in the interests of cost-effectiveness and improved services to member countries'.²² A joint SADC/PTA committee of six at the ministerial level was to assess the proposals put forward by the experts and to elaborate recommendations for the summit meetings of the two organisations.²³

The expert report was submitted in 1994, presenting a catalogue of six options:²⁴

Option 1: Maintenance of the status quo provided that suitable mechanisms for harmonisation, rationalisation, and co-ordination be introduced.

Option 2: The fusion of PTA/COMESA and SADC.

Option 3: The setting up of four regional sub-groups within the framework of PTA/COMESA, of which SADC would be one.

Option 4: The division of PTA/COMESA into two organisations, of which the southern African one would basically coincide with SADC.

Option 5: The secretariats of PTA/COMESA and SADC should meet to solve the issues raised by the harmonisation and rationalisation of activities.

Option 6: PTA/COMESA would be defined as the institutional framework envisaged under the Abuja Treaty for the creation of an African Economic Community.

The team of experts gave highest priority to the pan-African

²² Terms of Reference for the Joint Study on Harmonisation. Co-ordination and Rationalisation of the Activities of the PTA and the SADC (mimeo). n.p., n.d. (1993).

²³ PTA was to be represented on the Committee of Ministers by Burundi, Uganda, and Zambia, while SADC was to be represented by Botswana, Mozambique, and Tanzania. Due to the political unrest in Burundi, Ethiopia took the third PTA seat. The Secretary General of UNCTAD, K.K.S. Dadzie, was appointed neutral chairman.

²⁴ Mandaza, Ibbo: Südliches Afrika - Getrennte Wege, in: Afrika süd, Nr. 6, Nov.- Dec. 1994, p. 34. Mandaza was one of the three experts appointed by PTA and SADC.

option 6, followed by options 3 and 4. The joint ministerial committee agreed on a Solomonian recommendation along the lines of harmonisation and rationalisation as proposed in options 1 and 5.²⁵ In effect, they opted for the status quo with certain modifications. PTA/COMESA, which had previously been a strong advocate of option 2, was now prepared to accept the recommendation of the ministerial committee in favour of a slightly modified option 1 - a sign that its position was no longer as strong as it had been two years earlier. However, at its summit in August 1994 in Gaborone, SADC, which had initially advocated coexistence with a meaningful division of labour, did not accept the recommendation of the committee, preferring option 4²⁶ - a clear indication that its position had strengthened.

The decision of the SADC Summit was based primarily on the recognition that the transformation of the two organisations had rendered SADC and PTA/COMESA largely identical, and that it no longer made sense to continue to exist side by side. There was also criticism that the territory covered by PTA/COMESA was too large and complex, making the administration of a regional integration process extremely difficult. The policy of the PTA Secretariat to expand the PTA market and strengthen the organisation by accepting additional members proved a failure. The advantage of southern Africa for SADC was that, in contrast to the overall PTA/COMESA area, the region had more in common, which was doubtless an important condition for successful co-operation and integration.

SADC's argument also found support in the fact that the OAU Abuja Treaty, which in 1991 had affirmed the goal of an African Economic Community, expressly mentions five regions in Africa where regional integration initiatives should serve as components of the future pan-African economic community. In addition to North, West and Central Africa, the regions enumerated included East Africa and southern Africa.²⁷ SADC was thus also able to claim that it was acting in accordance with the strategy laid down under the Abuja Treaty.

But what gave SADC a decisive edge over PTA/COMESA was that it won the competition for South African membership. As the eleventh member country, South Africa attended the summit where the decision in favour of option 4 was taken.²⁸ The annoyance of the PTA Secretariat and the non-SADC members of PTA/COMESA about

²⁵ *Ibid.*

²⁶ Press Release (mimeo), SADC Summit, Gaborone, 29th August 1994.

²⁷ Treaty Establishing the African Economic Community, published in: Naldi, Gino J. (ed.), Documents of the Organization of African Unity, London/New York 1992, p. 204.

²⁸ Subsequently, further members were admitted to SADC, Mauritius in 1995, and the Seychelles and the DR Congo in 1997.

the SADC resolution also had primarily to do with South Africa's accession to SADC, because this enhanced the attractiveness of the SADC region for international investors, not improbably to the disadvantage of the remaining COMESA members.²⁹

Implementation of the SADC resolution had to be effected by sovereign decision of the individual member countries. It was therefore hardly surprising that there were no immediate withdrawals,³⁰ for African politicians prefer a consensual style. However, the COMESA Secretariat and the non-SADC members were not prepared to accept a consensual division of COMESA into a northern and a southern region. They suggested a joint summit of the two organisations. SADC agreed in principle, but proposed that the preparation of such a summit should be placed in the hands of a ten-member joint ministerial committee.³¹ A first meeting of the committee in early August 1996 produced no consensus on the agenda for a joint summit - COMESA wished to negotiate on the basis of option 1 and SADC on the basis of option 4 - so that SADC postponed the summit indefinitely.³²

Even if a formal separation has not taken place by early 1998, the die appears to have been cast. The prevailing opinion in the SADC is that there can be no question of harmonising activity priorities. SADC countries are concentrating on developing their own organisation and, where they are members of COMESA, are reducing their commitment vis-à-vis that organisation. The SADC member Malawi, which had taken on the presidency of COMESA in 1995, had to continue in this role in 1996 since the annual summit could not be convoked for financial reasons. Eventually Zambia did accept to take over the chairmanship and convened a further summit meeting in 1997. Nonetheless, the importance of COMESA in southern Africa is clearly declining. Its weakened position is borne out by members of its organisation, such as Mauritius, the Seychelles and the DR Congo, which can hardly be regarded as belonging to southern Africa, joining SADC.

After adopting an initial 'protocol' on shared water course systems in 1995 the SADC summit in Maseru 1996 adopted four more. 'Protocols' are implementing instruments of the SADC Treaty, intended to lay down 'the objectives and scope of, and institutional mechanisms for, co-operation and integration'.³³ These documents, which upon adoption become part of the SADC Treaty and also require rati-

²⁹ See Mandaza. *Ibbo: Südliches Afrika - Getrennte Wege*, op. cit. (note 24), p. 34.

³⁰ In 1997 it was reported that Lesotho, Mozambique and Namibia had announced their intention to leave COMESA. See *New African*, April 1997 ('COMESA totters as its boss is sent on leave')

³¹ COMESA was represented on the Committee of Ministers by Ethiopia, Kenya, Rwanda, Uganda, and Zaire. SADC was represented by Botswana, Lesotho, Mozambique, Tanzania, and Zimbabwe.

³² Communiqué (mimeo). SADC Summit, Maseru, 24 August 1996, p. 7.

³³ Treaty of the Southern African Development Community (SADC) (mimeo), op. cit., p. 19.

fication by the member countries, include the highly significant Trade Protocol, under which SADC resolved to establish a free trade area in its region.³⁴ This decision placed the issue of the future relationship between SADC and SACU, the customs union between South Africa and four other SADC member countries (Botswana, Lesotho, Namibia [since 1990], and Swaziland), on the agenda.

SACU is the oldest regional grouping in southern Africa. It was founded as long ago as 1909 prior to South Africa's becoming independent, and was reconstituted in 1969 after the independence of the BLS countries. For white South Africa, co-operation with these three independent African countries was of interest within the context of its 'outward policy', under which it attempted in the 1960s to establish political contacts with the African continent.³⁵ For this reason it was willing to concede a disproportionately high share of common customs revenue to the BLS countries within the framework of the customs union.³⁶

For SADCC, membership of the BLS countries and later Namibia in SACU was not a problem, because the structures and functioning of the two organisations were so different that there was no danger of overlap in activities. And for the BLS countries, membership of SADCC strengthened their independence vis-à-vis the apartheid regime.

However, with the founding of SADC, and especially with the resolution to set up a free trade area, the situation changed, for SADC now planned to expand co-operation in the fields of traditional economic integration, which had always been the domain of SACU.

In the transitional phase in South Africa, during which various future options for SACU were discussed, the question of dissolution was also raised. Since the abolition of apartheid, this option does not appear to be high on the agenda. Indeed, the new South African government under the leadership of the ANC has taken up negotiations with the BLNS countries on restructuring SACU. Both sides are dissatisfied with existing mechanisms. The BLNS countries want to continue to benefit from customs revenue, but they want a more democratic structure giving them greater scope for industrialisation. South

³⁴ Protocol on Trade in the Southern Africa Development Community (SADC) Region, n.s., n.d. (1996).

³⁵ See du Pisani, André: *Ventures into the Interior: Continuity and Change in South Africa's Regional Policy (1948-1991)*, in: van Nieuwkerk, Anthoni/van Staden, Gary (eds.), *Southern Africa at the Cross-roads. Prospects for the Political Economy of the Region*, Johannesburg 1991, p. 199-200; see also Mills, Greg: *The History of Regional Integrative Attempts: The Way Forward?*, in: Mills, Greg/Begg, Alan/van Nieuwkerk, Anthoni (eds.), op. cit. (note 3).

³⁶ Maasdorp, Gavin: *The Advantages and Disadvantages of Current Regional Institutions for Integration*, in: Baker, Pauline H./Boraine, Alex/Krafchik, Warren (eds.), op.cit. (note 3), pp. 239-241

Africa wishes to alter the formula for distributing common customs revenue in its favour. Nevertheless, the two sides seem to be willing to find a new common denominator for continued co-operation within the context of SACU.

Already at the beginning of the nineties, Gavin Maasdorp had argued against abolishing SACU, contending that it was seldom wise 'to discard systems which are working', and that SACU represented the most advanced stage of integration that had hitherto been achieved in the region.³⁷ If this view prevails, it is conceivable 'that the SACU and CMU represent a core around which economic integration in the wider region needs to be built'.³⁸ The SADC has yet to adopt an official stance on this strategy. Nevertheless, the present Executive Secretary of the SADC, Kaire Mbuende, has, with reference to SACU and CMU, assumed a positive attitude towards the principle of 'variable geometry', according to which 'some sub-units have closer relations among themselves and some are at a higher level of integration', adding, 'the closer relations among sub-units can serve as a basis for further regional integration'.³⁹

Further developments in this matter depend in strong measure on the new South African government, which three years after coming to power has still not definitively settled all issues of regional co-operation policy, owing especially to the competing interests existing within South Africa. After the new South Africa's efforts to join the Lomé Convention had initially been repudiated by the EU, the two sides took up negotiations, on the basis of a EU proposal, on the establishment of a free trade zone between the EU and South Africa. This produced a new problem for integration in southern Africa, primarily for the other SACU members, who are directly affected, but also for the SADC as a whole.⁴⁰ Subsequently, South Africa was accepted as a member of the Lomé Convention though without trade and other privileges. Negotiations on a bilateral EU-South Africa free trade arrangement, therefore, continued. Both SACU and SADC countries fear that, in pursuing its own trade interests, South Africa might lose sight of the

³⁷ Maasdorp, Gavin/Whiteside, Alan: *Rethinking Economic Co-operation in Southern Africa*, op. cit. (note 18), p. 40.

³⁸ Maasdorp, Gavin: *The Advantages and Disadvantages of Current Regional Institutions for Integration*, op. cit. (note 35), p. 245; also Leistner, Erich: *Considering the Methods and Effects of Regional Integration*, in: Mills, Greg/Begg, Alan/van Nieuwkerk, Anthony, op. cit. (note 3), p. 270.

³⁹ Mbuende, Kaire: *Perspectives on Regional Integration*, in: *International Perspectives* (Windhoek), Oct. 1994, p. 18. The term 'variable geometry' had already been used in an SADC document, but in a more general sense, including PTA/COMESA, and concerned with the harmonisation of the areas of activity; see SADC: *A Framework and Strategy for Building the Community*, n.s., n.d. (Gaborone 1993), p. 7.

⁴⁰ See Holland, Martin: *South Africa, SADC, and the European Union: Matching Bilateral with Regional Policies*, in: *Journal of Modern African Studies*, Vol. 33, No. 2, 1995.

regional postulate of 'regional development and integration on the basis of balance, equity and mutual benefit'.⁴¹ There can be no doubt that the creation of a SADC free trade area on the basis of the 1996 Trade Protocol will be seriously hampered by these parallel initiatives.

4. The Problem of Internal Structure

There is still no clear policy apparent on the SADC institutional framework for implementing the protocols adopted. According to the SADC Treaty, the Secretariat is 'the principal executive Institution of SADC'; the areas of co-operation that had already determined the activities of SADCC are also identified under the Treaty.⁴² Since adoption of the Treaty, the institutional structures of the organisation have hardly changed at all. It is headed by the Summit of the heads of state and government and the Council of Ministers assisted by the Standing Committee of Senior Officials. The Secretariat, headed by the Executive Secretary, is the co-ordinating and - under the broader definition of its role in the SADC Treaty - principal executive organ of SADC. Projects are organised on a decentralised basis, being entrusted to sectoral units established by the individual member countries and directed by the Sectoral Committees of Ministers. This structure is not sufficiently adapted to the future integrative tasks of the SADC, as Mandaza and Tostensen note in a study commissioned by the SADCC/SADC Secretariat:

To address concretely and effectively, both the economic and political questions pertinent to integration, will require adequate institutional machinery and procedures. Unfortunately, the existing SADC institutions are relatively weak; they frequently lack the capacity to address and manage existing problems, ... Capacity constraints also apply to both public and private institutions of the member States. It is, therefore, important to examine closely the institutional structures of SADC, and those of the member States involved in regional affairs, in the light of the new mandate and mission of integration. Institutions and other structures which are answerable to regional authority, will be needed.⁴³

The decentralised sectoral units are particularly deficient, frequently as a result of inadequate staffing and funding by the co-ordinating countries. At the 1995 Annual Consultative Conference in Lilongwe, Lesotho's minister of finance openly addressed the problems of the sector co-ordinating units. Reiterating the arguments in favour

⁴¹ Treaty of the Southern African Development Community, op. cit., p. 18.

⁴² Ibid., pp. 14, 18.

⁴³ Mandaza, Ibbo/Tostensen, Arne, op. cit. (note 7), p. 105.

of the existing decentralised structure, namely that it promoted the integration of all member countries in regional affairs and that lean administration saved the regional community expense and costs, he nevertheless raised certain objections:⁴⁴

However, the experience learned over the last 12 years of SADCC (the conference) and two years of SADC (the community) has taught us that the decentralised approach to implementation of regional programmes is confronted with several problems caused by among others, lack of capacity of national institutions, domestic political uncertainties and overall weaknesses of national economies. While it may be difficult to identify specific problems experienced by each member country over the last 14 years, invariably performance of some co-ordinating units has not been up to expectations due to resource constraints. ...

We recognise that some countries have not employed full time staff in their respective co-ordinating units and that the only sectors which show some appreciable level of success, are those that are jointly funded. Therefore, it is instructive to suggest that the low performance of existing SADC structures based on decentralisation principle clearly calls for re-examination of institutions for integration. With the foregoing in mind, I wish to propose that the debate on issues of institutions and capacity for community building revolve around the following:

- 1.The need to create regional institutions for all priority sectors in the Community.

- 2.The need to establish independent Community institutions.

Mandaza and Tostensen, too, confirm 'the undeniable need to create truly Community institutions, with sufficient capacity to carry out the very complex task of building SADC'.⁴⁵ Despite these clear words, SADC has retained its decentralised sectoral structure. The number of sectoral units has meanwhile increased to 17, distributed as follows among the individual member countries:

⁴⁴ Senaoana, M. P.: Institutions for Integration, in: SADC (ed.): SADC: Resources, Institutions and Capacity for Integration. The Proceedings of the Consultative Conference held in Lilongwe, Republic of Malawi, 1st-4th February, 1995, Gaborone 1995, p. 88-89.

⁴⁵ Mandaza, Ibbo/Tostensen, Arne, op. cit. (note 7), p. 78.

Overview of SADC Sectoral units

Area of co-operation	Country responsible
Agricultural research	Botswana
Food security, agriculture and natural resources	Zimbabwe
Inland fisheries, forestry and wildlife	Malawi
Marine fisheries and marine resources	Namibia
Livestock production and animal disease control	Botswana
Environment and landmanagement	Lesotho
Water	Lesotho
Mining	Zambia
Energy	Angola
Transport and communications	Mozambique
Tourism	Mauritius
Industry and trade	Tanzania
Investment and finance	South Africa
Human resources development	Swaziland
Labour and employment	Zambia
Health	South Africa
Culture and information	Mozambique

Source: SADC Sectoral Responsibilities Chart, updated

Since SADC was established, several new areas of co-operation have been created (investment and finance; labour and employment; water; health), not least of all to integrate new members into the existing decentralised structure. This form of co-operation thus continues to be characteristic of SADC's organisational structure.

Within the given SADC structure and under the terms of the instruments adopted, there are the following institutional possibilities for attaining the integration goals set by the SADC Treaty:

- the sector co-ordination units,
- sector commissions,
- newly created 'regional institutions'.
- the Secretariat as 'principal executive institution of SADC'.

The establishment of sector commissions had already been possible in the SADCC context.⁴⁶ Two of the areas of co-operation listed above are organised as sector commissions: transport and communications (SATCC) and agricultural research (SACCAR). The reference by the Lesotho Finance Minister to more or less successful, jointly funded sectors is to sector commissions. In contrast to sectoral units they are regional institutions. Since as institutions they are part of the

⁴⁶ SADCC: Memorandum of Understanding, published in: Mandaza, Ibbo/Tostensen. Arne, op. cit., p. 9.

SADCC/SADC tradition, they offer a feasible possibility for the development of SADC structures. The Energy Protocol adopted by the SADC Summit in 1996, for example, provides for the setting up of a commission.⁴⁷ Nevertheless, the option of establishing new 'regional institutions' should also not be excluded where the substantive steps in the integration process so require.⁴⁸ In this regard, the SADC Secretariat would have an important preparatory role to play.

The setting-up of a SADC free trade area is clearly a supra-sectoral step in the integration process requiring the creation of a new 'regional institution'. However, the Trade Protocol provides for the sectoral unit located in Dar-es-Salaam, the 'SADC Industry and Trade Co-ordination Division' (SITCD) to co-ordinate 'the day-to-day operations in the implementation of the Protocol'. In keeping with the traditional SADCC/SADC structure, it operates under the direction of the Committee of Ministers and the Committee of Senior Officials. Moreover, the 'Trade Negotiating Forum', in which private economic interests are also represented, will also play a central role in negotiating the concrete steps towards establishing the SADC free trade area.⁴⁹

In view of the fact that SITCD is a sectoral unit, which due to deficient resource endowment has only a limited capacity to act, it can hardly be expected to handle the complex and multifarious tasks that will arise in connection with the setting-up of a free trade area. In addition, there is the more serious institutional problem that SITCD is a national institution (with a regional function) - subordinated to the Tanzanian government. As mentioned above, this structure was chosen after the foundation of SADCC in order to leave the national sovereignty of member countries inviolate. Although in 1992 the member countries decided in Windhoek that they wanted to shift greater decision-making powers to the regional level, to be vested in regional institutions, the still decentralised structures in SADC continue to operate on the assumption that national sovereignty is to be safeguarded. The sectoral units accordingly jib at the SADC Secretariat's intention to assume responsibility for the 'strategic planning and management of the programmes of SADC' given it by the SADC Treaty,⁵⁰ because they consider this to restrict their competence.

There is thus a discrepancy between the decision of the SADC to intensify regional integration in southern Africa and the decentralised practice of co-operation. Whilst the sectoral structure was

⁴⁷ Protocol on Energy in the Southern African Development Community (SADC) Region (mimeo), n.s., n.d. (1996), p. 9.

⁴⁸ See Mandaza, Ibbo/Tostensen, Arne, op. cit. (note 7), p. 78.

⁴⁹ Protocol on Trade, op. cit. (note 33), pp. 17-18.

⁵⁰ Treaty of the Southern African Development Community, op. cit., p. 14.

regarded in the eighties as an appropriate means to consolidate member countries' commitment to SADCC, it can now also be seen as a hindrance to strengthening the regional decision-making level. And the decision taken at that period to keep organisational bureaucracy to a minimum - an appropriate choice for the mode of operation envisaged - is not easy to adapt under the changed circumstances to accommodate a more strongly regional organisational structure. Without an efficient regional institution the planned SADC free trade area cannot be implemented. Rationalisation of the rampant sectoral structure would furthermore permit those areas of co-operation to be strengthened, which must be given priority for future regional integration. The SADC is facing decisions that will test the seriousness of its commitment to progress from the project co-ordination of SADCC to the development integration of SADC.

5. The SADC Organ on Politics, Defence and Security

The sovereignty issue is particularly sensitive in respect of security matters. When a special summit meeting of SADC in June 1996 decided to form a new body, to be called the 'SADC Organ on Politics, Defence and Security', this was the result of lengthy consultations to determine the appropriate form of security cooperation between the countries of the region after the end of apartheid in South Africa.

What needed to be considered after the end of apartheid was the future of the group of 'Front Line States', which had been formed in 1974 by independent African states in the region to coordinate their efforts to support the struggles against colonial and white minority rule in southern Africa. Its task has now been accomplished. The Liberation Committee of the OAU, which had served a similar purpose on a pan-African level, was dissolved in 1994, and the Front Line States faced a similar decision.

However, a need was felt within the region for future security cooperation in southern Africa taking into consideration the new context of regional relations as well as pressing problems of security in a broader sense. The Front Line States had always worked in close cooperation with SADCC/SADC - indeed, they had been instrumental in taking the initiative to establish SADCC in 1979. The main line of discussion, therefore, regarding their future role was related to establishing a closer link with SADC. In mid-1994 a SADC conference at ministerial level on 'Democracy, Peace and Security' in southern

Africa developed the proposal to form a SADC Sector on 'Politics; Diplomacy; International Relations; Defence and Security; Peace; Conflict Prevention, Management and Resolution'. Meeting in August 1994 the SADC Summit accepted this idea and proposed that all security matters in southern African should in future be dealt with by such a newly created area of cooperation within the SADC structure.

However, the establishment of a 'sector' along the lines of other SADC sectors proved to be problematic and ultimately unrealistic. It would have been allocated to a member country - Zimbabwe as the outgoing chairman of the Front Line States was seen as a likely candidate - which would then have run the sector under national jurisdiction. Issues of security belong to each country's most highly treasured area of national sovereignty which they wish to keep in their own hands. Therefore, the idea of creating a SADC sector for security could not achieve the consensus of member states, not only because of their reluctance to transfer responsibility for security matters to a single country, but also because the political level at which a SADC sector operates was not in line with the importance they attach to issues of national and regional security.

It took two further years of consultations before the problem was solved and agreement was reached on the establishment of the SADC Organ on Politics, Defence and Security at the level of heads of state and government. The new body operates independently of other SADC institutions. Apart from the identity of its composition at summit level, the SADC Organ is linked to SADC through the appointment of its chairman by the SADC summit meeting. As expected President Mugabe of Zimbabwe was elected to be the first chairman of the Organ. The initial concept of the Organ was to have a collective leadership with an annually rotating chairmanship and a leadership tria-ka comprising the elected chairman, his predecessor and his designated successor.⁵¹ Quite soon, however, an extension of the term of office of the chairman to three years was thought to be more convenient.

The basic guidelines for the operation of the Organ are centred on the principle of national sovereignty - in line with the Charter of the OAU - but do also include the possibility of military intervention as an *ultima ratio* if peace and security are in danger. The following points are included in the list of the Organ's objectives:⁵²

a) sovereign equality of all member states;

⁵¹ The SADC Organ on Politics, Defence and Security: Meeting of SADC Ministers Responsible for Foreign Affairs, Defence and Security (mimeo.), Gaborone, 18 January 1996, p. 3.

⁵² *Ibid.*, p. 1

- b) respect for the sovereignty and territorial integrity of each State and for its inalienable right to independent existence;
- c) achievement of solidarity, peace and security in the region;
- d) observance of human rights, democracy and the rule of law;
- e) promotion of economic development in the SADC region in order to achieve, for all member states: equity, balance and mutual benefit;
- f) peaceful settlement of disputes by negotiation, mediation and arbitration;
- g) military intervention of whatever nature shall be decided only after all possible remedies have been exhausted in accordance with the Charter of the OAU and the United Nations.

The SADC Organ is an inter-governmental organisation of sovereign states, similar to SADC itself. On occasion member states have intervened in other countries' affairs. Botswana, South Africa and Zimbabwe's role in solving the political crisis between the King and the Prime Minister in Lesotho in 1994/95 is a case in point. But when President Mandela of South Africa and other members of the SADC Organ tried to put pressure on the Zambian government during that country's constitutional crisis in 1996 their intervention was rebuked and their attention was drawn to each member country's 'inalienable right to independent existence'.⁵³

The initial structure of the SADC Organ showed a continuing preference of regional leaders for 'high politics' at summit level.⁵⁴ An example of this was the meeting of the SADC Organ convened by President Mugabe to Luanda in October 1996 in order to give the Angolan peace process a much needed boost with the help of the assembled regional dignitaries. Unfortunately, even their presence could not coax UNITA leader Savimbi to overcome his mistrust of the Angolan government and travel to Luanda.⁵⁵

The decision to establish the SADC Organ as part of SADC structures was a significant step towards developing a coherent regional framework in southern Africa, even if the Organ did retain considerable autonomy. Nevertheless, if we look upon SADC and the SADC Organ as representing the two principal pillars of SADC structures, one dealing with economic, social and cultural issues and the other responsible for peace and security, there are still issues to be solved as regards their relationship to one another.⁵⁶ This became very

⁵³ See Sunday Mail (Lusaka), 7.7.1996 ('Regional Peace Moves Doubted')

⁵⁴ Chazan, Naomi et al.: *Politics and Society in Contemporary Africa*, 2nd ed., Boulder, Co. 1992, p. 153ff.

⁵⁵ See The SADC Organ: Communique of the SADC Organ on Politics, Defence and Security, held in Luanda, 2 October 1996

⁵⁶ See Malan, Mark/Cilliers Jakkie: *SADC Organ on Politics, Defence and Security: Future*

visible at the SADC summit meeting in Blantyre in September 1997 when a dispute arose between President Mandela and President Mugabe. Mandela, chairman of SADC, argued that the SADC Organ should be more closely incorporated into the SADC structures. Mugabe, on the other hand, chairman of the SADC Organ - and current chairman of the OAU as well -, insisted that the Organ must retain its full autonomy. Having become a matter of personal prestige and influence consensus could only be achieved by maintaining the *status quo*. Therefore, Mugabe's appointment as chairman of the SADC Organ, which had initially been limited to one year, was extended.

6. Problems of future regional integration in southern Africa

This contribution has focused strongly on institutional aspects of the future development of SADC, letting political and economic issues fall somewhat by the wayside. In the actual development of SADC, these three levels interact and are closely interrelated. It has become clear that with the demise of apartheid in South Africa and the accession of the new South Africa to the organisation, SADC has also gained new strength. For the other countries in the region, which as the group of Front Line States had joined in supporting this goal, the liberation of South Africa from apartheid was a success as well, and bolstered their political solidarity. Moreover, the interest taken by international investors in co-operation with the new South Africa also had favourable repercussions for their co-operation with the SADC, as, for example, the two EU/SADC conferences in Berlin in 1994 and Windhoek in 1996 have shown.

The euphoria occasioned by this positive development can nevertheless not conceal the difficulties the region still faces on the path towards integration. Partly, these are of SADC's own making. The decision taken at the summit meeting in 1997 to accept the DR Congo as a member of the organisation will certainly not make progress in the integration process more easy. To extend the membership to a country which is so huge and in such an extreme state of socio-economic decay and disintegration, in a phase when the deepening of integration through the creation of a free trade area has just been put on the agenda, will inevitably delay further integration. What the purpose of the decision was beyond purely political considerations such as offering the new government in the Congo a new - anglophone -

Development (= Institute for Security Studies, Paper No. 19), Halfway House, March 1997

⁵⁷ See Gumende, António: South Africa - The Bully on the Bloc. in: Southern Africa Political and Economic Monthly. Vol. 9, No. 11, August 1996, p. 8-9

haven to support its aim of reducing its relations to francophone Africa remained unclear even to some SADC member states. There had been no prior knowledge, let alone preparation, of this significant expansion of membership by the SADC Secretariat. The main material interest SADC - and in particular South Africa as a country with limited water resources - has in the Congo is directed at the water and energy potential of the Congo river basin.⁵⁷ Only a year or two earlier SADC had argued that COMESA's weakness was the sheer size and unwieldiness of the territory it covered, and now SADC embarks on a similar road and justifies itself - as COMESA's former Secretary-General used to do - by pointing to the advantages of a larger market. For many years Mobutu's Zaire was refused entry to SADC for political reasons, now Kabila's Congo is granted membership - for political reasons. It does appear that SADC is still principally a club of heads of state for whom political cooperation and regional diplomacy are higher on the agenda than issues of economic integration.⁵⁸

Nevertheless, these same heads of state did support new integration goals for the region after the demise of apartheid. To implement these will, however, be difficult for other reasons as well. The democratisation of the 1990s has eliminated many political and ideological differences between the countries of the region, and can promote infrastructural and economic interlinkage - which in the past bore the stigma of white dominance - in the sense of co-operation between equal partners. A more important problem is the fact that the economic differences between South Africa and the other member countries of SADC remain significant⁵⁹ and constitute a substantial hurdle to co-operation characterised by 'equity, balance and mutual benefit' (SADC Treaty).

Trade relations in the region, and specifically the negotiations on the SADC Trade Protocol have, moreover, revealed a divergence of interests that should not be underestimated. Whilst the new South Africa has taken over relatively high customs barriers from the apartheid period, other countries of the region like Zambia have considerably reduced their external tariffs in the course of structural adjustment. This made it easier for South African firms to penetrate these markets, while their home market was still protected by tariff barriers. While it was therefore in the interest of SADC countries like Zambia, Zimbabwe, and Malawi to adopt the Trade Protocol as rapi-

⁵⁷ As argued by Carol Lancaster, *op. cit.* (note 5)

⁵⁹ In 1996, for example, before the Seychelles and the DR Congo joined the organisation, South Africa's GNP was four times that of the remaining 11 SADC member countries together. See Handley, Antoinette/Mills, Greg (eds.), *From Isolation to Integration? The South African Economy in the 1990s*, Johannesburg 1996, p. 8.

dly as possible, South Africa delayed agreement, because it enjoyed marked benefits from the existing situation. In the pending preparations for the SADC free trade area, these differences will doubtless complicate negotiations.

Today the SADC has reached a point where the political will of member countries to raise regional co-operation and integration to a higher level must find expression not only in high-flown proclamations but also in decisions and concrete measures aimed at achieving the 'development integration' envisaged. For this purpose, the strengthening of decision-making capacity at the level of regional institutions appears to be indispensable.

ETNICIDADE E NACIONALISMO: UMA PROPOSTA DE QUADRO TEÓRICO

Ivo Carneiro de Sousa*

Resumo: Este artigo procura discutir o conceito de etnicidade que se apresenta não como uma essencialidade «natural» ou, mesmo, «cultural», mas como uma estratégia social importante na afirmação de grupos e comunidades. Sempre que a etnicidade se convoca enquanto acção e movimentos políticos, as suas conexões com a construção de nações e com o crescimento de nacionalismos mostra-se evidente. É esta relação que se discute e polemiza.

1. O termo etnicidade tornou-se progressivamente crucial, senão mesmo dominante, no campo das ciências sociais que, a partir da década de 1960, se dedicaram aos estudos extraeuropeus em comunicação com a descolonização da África e da Ásia e o surgimento de numerosos novos estados-nações independentes¹. Movimentos, programas, discursos, argumentos anti-coloniais e anti-racistas contribuíram para a especialização de um novo vocabulário em que o termo etnicidade começa a ser demoradamente frequentado por sociólogos e antropólogos, tanto como por líderes políticos e responsáveis dos novos estados, para designar, genericamente, «o sentimento colectivo de pertencer a um grupo cultural próprio» que, apesar da diversidade de factores constituintes, do somático ao simbólico, tende hoje, cada vez mais, a visitar-se com um sentido social e cultural positivo ancorado à exorinação crescente da diversidade e alteridade culturais.

Enquanto a noção de «raça» se converteu paulatinamente numa

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Faculdade de Letras

¹ Seguimos e resumimos nos três primeiros pontos deste trabalho GUIBERNAU, Monteserrat e REX, John, *The Ethnicity Reader. Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, 1997.

categoria quase proibida na linguagem científica e, conseqüentemente, também no discurso político e, a partir dele, na própria linguagem social quotidiana, o conceito de etnicidade está verdadeiramente na moda, assistindo-se mesmo à sua progressiva mediatização e utilização em auditórios extensos para configurar e sumariar os mais diversos temários sociais, do problema das chamadas minorias à discussão da criminalidade. Convoca-se frequentemente o termo «eticidade» sugerindo tratar-se de uma categoria evidente – como ocorria, no passado, com a noção de «raça» – praticamente natural, normal e coextensiva com a conflitualidade emergente nos grupos sociais «eticamente» minoritários ou subalternos. Um exame mais detalhado mostra rapidamente o oposto, contrariando qualquer evidência, naturalidade ou normalidade no funcionamento da etnicidade, dissolvendo qualquer explicação em que se procure reconduzir a noção para o campo das categorias essencialistas vinculadas à natureza humana *sub specie aeternam*...

2. Mais recentemente, o colapso e fragmentação dos países e espaços do chamado «socialismo real» e o desenvolvimento dos conflitos violentos em África sobrelevaram aspectos fundamentalmente negativos da etnicidade em torno da ideia de «limpeza étnica» que, dramaticamente, a partir de exemplos que se estendem da antiga Jugoslávia à antiga URSS, passando violentamente pelo Ruanda ou, ainda mais recentemente, pelos territórios congolezes, fizeram também com que a etnicidade invadisse e totalizasse de forma brutal o campo da disputa e combate políticos. Alterando e matizando claramente esse sentido positivo de pertença a uma etnicidade partilhada que solidifica solidariedades grupais, os últimos afrontamentos apresentados e discutidos também debaixo do tema da etnicidade, da África Central ao Kosovo, parecem destacar formas de especializar uma etnicidade que se afirma também, afinal, através da total hostilidade e genocídio em relação a outros grupos que, apesar de partilharem muitas vezes factores culturais identitários semelhantes, da língua ao território, se procuram precisamente distinguir com violenta adversidade pela alteridade étnica.

3. Uma última razão para a multiplicação da utilização do termo etnicidade prende-se com o continuado afluxo de emigrantes, principalmente africanos que, oriundos de sociedades pós-coloniais em desenvolvimento, debandam a Europa Ocidental que parece encarar

exageradamente este movimento como um problema interno, muitas vezes quase nacional, triplamente político, cultural e identitário, que não se pode desligar do crescimento de movimentos «nacionalistas» com programas e discursos xenófobos, assentando na dramatização do nacional contra a presença da emigração estrangeira, tantas vezes fundamental nos processos de desenvolvimento económico das indústrias pesadas e da construção civil europeias.

Em qualquer um destes três eixos o que predomina é a dimensão política no consumo da noção de etnicidade e, muitas vezes, a sua manipulação pelos mais diversos preconceitos políticos, ideológicos, culturais e, até, morais, sobejando em etnocentrismo o que escasseia em investigação e debate científicos sérios sobre uma noção que, dificilmente, se pode reduzir a definições fáceis e rápidas, exteriores à investigação de processos, espaços e culturas em que se insere. Deste modo, um dos principais objectivos da investigação e convocação actual da noção de etnicidade pelas ciências sociais deverá ser contribuir para alterar os termos e os modos que dominam a frequência de noções complexas que, como esta de etnicidade ou de termos aparentemente mais simples a ela ligados, como poderes, identidades ou nacionalismos, concorrendo para fazer com que estes conceitos se estudem e investiguem profundamente, primeiro, pelas ciências sociais para, depois, chegarem mais qualificada e rigorosamente às administrações, planeamentos, partidos e governos.

4. As ciências sociais actuais que se preocupam em discutir noções como esta de etnicidade, ganham muito pouco se pedirem ajuda à tradição sociológica e ao pensamento social clássicos. O marxismo que praticamente não produziu estudos e debates em torno do tema, encarava a etnicidade como uma forma de falsa consciência social que era submergida por essa dialéctica antitética da consciência de interesses opostos que se vazava na luta de classes com a sua produção de sistemas ideológicos contrários. Ao mesmo tempo, as tradições que nascem com Tönnies (1887) e Durkheim (1933) interessam-se mais pelo contraste entre sociedades tradicionais e modernas, entendendo aquelas debaixo das noções de «Gesellschaft» e «solidariedade orgânica», subsumindo a etnicidade no campo das práticas sociais, sem qualquer especificidade, o que acontece mesmo nas inteligentes investigações maussianas em que as sociedades e culturas melanésias tradicionais se perspectivam quase exclusivamente através dos sistemas de alianças matrimoniais, do *potlatch*, sem qual-

quer referência às suas especializações linguísticas, culturais, religiosas, simbólicas, tantas vezes informando espaços de evidente etnicidade. Em rigor, também no caso das investigações e discussões promovidas por Marcel Mauss, como ocorria nos estudos de Durkheim, a identificação das estruturas do *don* e das prestações sociais fazia-se geralmente no interior dos sistemas gerais de parentesco e de organização linhageira, não se esclarecendo outros círculos sociais mais amplos organizados em torno da etnicidade.²

Na geração dos fundadores das modernas ciências sociais parece apenas encontrar-se um único autor que dedicou alguma atenção crítica ao tema dos grupos étnicos: Max Weber. Dentro das limitações do seu tempo, da especificidade das suas metódicas e teorias, tendo também presente a pressão crescente que, desde finais do século passado, discutia em círculos tanto académicos como políticos a germanidade com um problema de *jus sanguinis*, Weber conceptualizava a noção de etnia em contraste com a de classe, status e partido. Designava especializadamente por grupos étnicos «aqueles agrupamentos humanos que mantinham uma crença subjectiva numa descendência comum de similitudes de tipo físico ou de costumes ou de ambos, ou devido à memória da colonização e emigração».³

Em termos sumários, organizando o pensamento weberiano nesta área, parece possível destacar quatro ideias principais:

a) Max Weber distinguia grupos étnicos de «raças», noção que frequentava apenas em termos biológicos. Esclarece-se mesmo que não era uma especialização biológica por si só que constituía um grupo étnico, os «costumes comuns» eram também factor fundamental. Contudo, não era sequer suficiente acumular, ao mesmo tempo, características físicas e culturais específicas, era necessário também convocar o entendimento subjectivo destes caracteres, duplamente pelos que os partilham e por aqueles que reagem contra eles.

b) Weber não acreditava que a partilha de uma etnicidade comum pudesse isoladamente conduzir à formação de um grupo social. A etnicidade apenas facilitava a formação grupal, especialmente no plano político. Com efeito, a análise weberiana esclarecia ser geralmente a comunidade política a sobrelevar a etnicidade e a transformá-la em acção política, social e cultural. Assim, sempre que grupos étnicos se constituem ou configuram politicamente, a crença numa etnicidade comum tende «a persistir mesmo após a desintegração de uma comunidade política, a menos que diferenças drásticas

² MAUSS, Marcel, *oeuvres*. 3. *Cohésion sociale et divisions de la sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1969, pp. 29-103

³ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 318

nos costumes, tipo físico ou, acima de tudo, linguagem se imponham aos seus membros»⁴. Deste modo, Weber entendia a acção política como elemento principal da dinâmica da etnicidade.

c) Como consequência, o estudo weberiano destacava também o papel incontornável da história na génese e desenvolvimento de agrupamentos étnicos, sublinhando a importância da memória colectiva de um passado comum, a ligação a um território demarcado e certas tradições e formas de vida próprias, características que obrigavam a estudar os agrupamentos étnicos em ligação com a emergência e construção histórica dos Estados.

d) Por fim, Weber reconhecia que a etnicidade servia funcionalmente para delimitar «círculos sociais» que não eram idênticos aos grupos endógenos vicinais e parentais mais elementares. As características destes grupos parentais primários eram muitas vezes atribuídas, nomeadamente através dos mitos e dos símbolos, a círculos sociais mais amplos que construía uma etnia. A investigação weberiana concluía, por isso, que a simbolização jogava um papel central na presentificação da etnicidade, ajudando a explicar a sua continuidade em grupos de emigrantes ou de populações subjugadas enquanto consciência social, cultural e simbólica específica.

5. Partindo da qualidade das contribuições weberianas e dos desenvolvimentos subsequentes das ciências sociais, em especial da sociologia e da antropologia, podem resumir-se da seguinte forma os critérios de etnicidade geralmente utilizados na sua composição:

a) diferenças somáticas invariáveis (cor da pele, tipo de cabelo, etc.)

b) língua (idioma, dialecto, subdialecto, etc., formando uma categoria

intermédia que se pode alterar numa ou em várias gerações);

c) variáveis multiculturais (verdadeiras ou supostas)

- normas e valores
- religião
- história
- região de procedência
- características económicas, sociais, etc.

O facto de a primeira categoria, somática, ser normalmente apresentada como um dado «natural», pelo menos dentro de uma geração, não quer dizer que não se possa manipular - os negros ricos

⁴ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 319

americanos, por exemplo, fazem-se «socialmente» mais brancos, o cabelo encaracolado pode alisar-se e o contrário também ocorre...-, convocando-se, social e culturalmente, também como estratégia polimórfica de identificação, afirmação e promoção sociais. De qualquer modo, deve reconhecer-se que a segunda e terceira categorias, variáveis idiomáticas e multiculturais, são dinâmicas claramente sociais e culturais, obrigando a etnicidade a investigar-se sempre obrigatoriamente no interior dos espaços sociais e culturais que lhe servem de contexto, o que significa, assim, inserir a etnicidade no interior das modalidades estratégicas de organização e estruturação dos contextos sociais.

Tradicionalmente, porém, consideravam-se factores absolutamente decisivos para definir uma etnicidade as duas primeiras variáveis: somática e linguagem. Partia-se do princípio de que apenas se podia falar de etnicidade se existissem características somáticas («raça») ou uma língua distinta que diferenciasse um «povo» de forma clara e inequívoca. O que conduzia a essas constelações de classificações esquemáticas e redutoras que foram taxonomizando povos e culturas através da sua expressão linguística própria, mesmo quando esta apenas oferecia uma especificidade dialectal sem qualquer envasamento noutras especializações culturais. Ainda que não se possa negar o valor heurístico destas classificações - sendo por isso, normalmente, ensinadas com uma comodidade que se estende da geografia à política -, parece continuar a ser necessário sublinhar e, cientificamente, assumir que não servem como base de investigação científica. É difícil defender qualquer tese próxima da existência de grupos étnicos invariáveis quando existem demasiados exemplos de subgrupos étnicos que desaparecem ou se ocultam por meio da assimilação e da negação, quando as transacções de etnicidade são também evidentes ou quando, por exemplo, se evidenciam com tanta frequência novos grupos étnicos - como os mulatos e os mestiços, por exemplo - que, em numerosas sociedades, como as africanas, apropriaram funcionalidades sociais e culturais importantes, da construção da cidade à tentativa de afirmação de culturas elitárias, das artes às literaturas. Acresce ainda que a invalidação definitiva de qualquer ideia de invariabilidade étnica comparece também como resultado dos processos históricos que fazem com que, na longa duração, conceitos supostamente evidentes como «índio» ou «negro» mudem continuamente de conteúdo e «pureza», evidenciando a distância também conceitual, cultural e simbólica a que nos encon-

tramos de personagens tão interessantes como desconhecidas como a desse missionário dominicano de Seiscentos, Frei Jacinto da Encarnação, que, depois de missionar a Zambézia, descrevia as populações timorenses, dos manbai aos makassae, como «cafres» e «negros» que julgava apresentarem as mesmas estruturas sociais que o padre dominicano havia descrito nos reinos de Sena³. Não se esqueça também que não só os membros de um determinado agrupamento étnico, mas também as pessoas estranhas, adaptam, do vocabulário à acção social, o conteúdo e a utilização de categorias étnicas a novas circunstâncias. E, por último, ideia tão simples, mas carregada de consequências sociais complexas, uma coisa é que alguém se defina como membro de um grupo étnico, outra situação muito distinta é que a pessoa em causa se considere como tal, ou seja socialmente reconhecida como tal, situação que reenvia para o tema complexo da identidade ou identificação étnica com as suas ligações ao temário mais amplo das estruturas identitárias sociais e culturais.

6. A etnicidade é sempre uma composição de factores somáticos, sociais e culturais. Em rigor, apenas existe no plural, enquanto modalidade identitária que implica afirmação e reconhecimento. É precisamente a diferença entre a etnicidade reclamada por um grupo populacional e aquela que lhe é atribuída por outros que obriga a falar preferencialmente de etnicidades. Na verdade, aqueles que classificam um agrupamento étnico de fora podem particularizar aspectos físicos ou culturais que não têm qualquer significado e importância na categorização social de si próprios... Da mesma forma, estas particularidades podem ser convocadas e exacerbadas estrategicamente como modalidade de afirmação grupal ou de reivindicação política com implicações tão diversas que se podem estender da simples afirmação ou exigência de reintegração social e consideração nacional, como parece ter ocorrido no processo de transição moçambicano, à exigência de controlos territoriais e comparticipação nos poderes nacionais, como se destaca no processo conflitual de transição de Angola. A dialéctica de reconhecimento e afirmação sociais que envolve a consideração da etnicidade deve ainda ligar-se, imediatamente, ao abuso da utilização da noção de grupo étnico para classificar minorias e grupos sociais ditos «inferiores», enquanto os grupos dominantes não se perspectivam a eles próprios como étnicos, apesar de utilizarem principalmente a diversidade cultural transvertida de etnicidade como fac-

³ ENCARNAÇÃO, Frei Jacinto da, *Summaria Relaçam do que obraram os religiosos da Ordem dos Pregadores na Conversão das Almas e pregaçam do Santo Evangelho em todo o Estado da India*, IAN/TT, Ms. Livr. 860, Fls. 1-48

tor de diferenciação social . Uma distinção social, nas fronteiras de uma estranha mistura de neocolonialismo, paternalismo pastoral e marginalização social, que talvez ajude a explicar cargos tão demoradamente estranhos como esse que, em Portugal, exhibe a extensa mas significativa titulação de «Alto-Comissariado Para as Minorias Étnicas»...

Com efeito, seria necessário esclarecer também estas instituições e as suas formas de agir de que, pese embora a etnicidade se poder basear em diferenças demonstráveis historicamente entre grupos e, no geral, também assim experimentadas, e ainda que estas diferenças somáticas e culturais possam estar incrustadas na sociedade de uma ou outra maneira, quer dizer, enquanto afirmação ou reconhecimento, é incorrecto e quase perigoso esquematizar estas diferenças e considerá-las fixas, categorizando grupos e meios sociais a partir fundamentalmente delas.

Continuam, por isso, a ser referenciais as noções desenvolvidas ainda nos anos sessenta sob a direcção de Frederik Barth em *Ethnic Groups and Boundaries* (1969), trabalho em que este autor se opõe à ideia geralmente aceite até então de que a etnicidade se produzia em grupos que viviam afastados ou marginalizados e que não tinham sido contagiados por influências vindas de fora. Os investigadores reunidos em torno de Barth ofereceram uma interpretação completamente diferente, demonstrando que a etnicidade assumia ainda mais importância nas zonas sociais de fronteira, nas quais os interesses de grupo se viam mais ameaçados e em que a coesão social era mais débil. Nestas situações tornava-se particularmente relevante traçar linhas divisórias étnicas enquanto factor de identificação, reunião e mesmo defesa social. Repare-se, assim, que a formulação categórica das identidades étnicas e a mobilização étnica surgiam em situações em que os grupos entravam em contacto uns com os outros, muitas vezes especializando ou usando a etnicidade enquanto a ideologia em que tomam forma as diferenças sociais. Os casos mais recentes dos processos de transição com as suas especializações eleitorais em Moçambique e Angola oferecem exemplos até excessivamente óbvios e, por isso, enganadores, de diferentes modalidades de manipulação da etnicidade enquanto estratégia política, estendendo-se das tentativas de etnicização do voto aos processos mais complexos de determinação das reivindicações políticas e de partilha de poderes centrais e regionais.

7. As ciências sociais que frequentam o conceito de etnicidade discutem actualmente um outro problema, com profundas implicações do teórico ao metodológico, que ressalta do uso da noção de «identidade étnica». Identidade é um conceito ao mesmo tempo sociológico e psicológico. Por um lado, ajuda o indivíduo a produzir ordem na sua vida individual. Por outro lado, concorre para colocar o indivíduo no interior de um grupo que cruza a identificação com uma colectividade. Estes dois aspectos da identidade variam muitas vezes independentemente. Por isso, quando a etnicidade é convocada como modalidade identitária pode ser utilizada quer como modo de acção social quer como representação: refere-se a uma decisão que as pessoas tomam para se destacarem a elas próprias ou as outras simbolicamente como portadores de uma determinada identidade cultural. Esta capacidade de decisão social significa que o carácter aparentemente monolítico ou generalizado da etnicidade a um nível colectivo nem sempre obriga necessariamente à reconstrução da etnicidade a um nível pessoal...

Em termos gerais, a etnicidade funciona no campo das dinâmicas sociais. Enquanto produto, processo e acção social. Precisa, assim, de uma comunicação social, de um apoio da comunidade, quer dizer, de um meio e espaço sociais específicos. Uma base que pode apenas existir de forma latente, enquanto noutros casos pode activar-se e converter-se numa força, numa formação ou num movimento social que persegue objectivos também sociais. Quando é que a etnicidade se transforma em acção social? Em que momentos a etnicidade pode mesmo constituir a «essência» da acção social ou uma espécie de polarização da acção social e política?

8. À volta dos finais do século XVIII princípios do século XIX, iniciou-se no mundo europeu um processo continuado que foi substituindo as antigas lealdades e submissões patrimoniais, dominiais, sociais e simbólicas ao senhor e ao monarca pela fidelidade a uma Nação. Para além de construção política e de edifício ideológico, a Nação tornou-se também um objecto emocional, vazado no campo das mentalidades sociais, e o nacionalismo emergiu como ideologia centrada precisamente em torno do sentimento de pertença a uma comunidade particular e o desejo sequente de a ver florescer e desenvolver. O Estado-nação foi criado como uma instituição política com uma base territorial que utilizava a doutrina do nacionalismo no seu momento fundacional para gerar uma cultura comum e um sentido de

solidariedade entre os seus membros. Muitas destas nações tinham, de facto, da história à territorialidade, características multinacionais que se configuravam através de uniões dinásticas, conquistas, anexações, impérios. Saído de uma única nação, de um espaço multinacional ou de uma entidade imperial, o Estado-nação passou activamente a promover a homogeneização cultural das suas populações, chegando mesmo a apelar para uma nova etnicidade comum que, reduzindo geralmente os factores de diversidade cultural, se procurava construir de maneira simbólica.

Em meados do século XIX, o crescimento dos movimentos românticos europeus promoveu também activamente a redução destes factores de diversidade cultural, tratou de estreitar univocamente as etnicidades, perseguindo mesmo uma ideia quase unívoca de homogeneização nacional: a diversidade cultural expressava-se através da diversidade linguística, a única que devia ser preservada e, conseqüentemente, também a única que deveria passar a ser frequentada para classificar, taxonomizar e organizar povos e culturas... Quase contemporaneamente, o optimismo positivista oitocentista defendia que a formação dos Estados-nação representava o ponto final da modernização social e económica. A evolução histórica das sociedades conduziria automaticamente à formação de Estados-Nação, pelo que os grupos social, cultural ou etnicamente isolados - como as comunidades ditas tradicionais - acabariam lentamente por ser absorvidas pelo Estado. Através deste movimento de construção do Estado-nação com as suas vinculações estreitas aos ideários de progresso industrial, a importância das identidades de grupo acabaria inevitavelmente por diminuir e seria substituída por uma identidade nacional, fazendo-se, assim, com que, ao longo deste processo, diminuísse também a importância da etnicidade em benefício da identificação com o Estado-nação, forjando o que se passou a agitar como a identidade nacional.

Actualmente, pouco resta deste optimismo oitocentista. O surgimento de regionalismos e de separatismos nacionais que, muitas vezes, se reivindicam de uma composição fundamentalmente étnica em espaços que, dos Balcãs à Indonésia até há poucos anos atrás, estavam submetidos a Estados aparentemente estáveis e fortemente centralizados, ditatoriais e totalitários, não apenas dissolveu completamente o que restava ainda dos optimismos positivistas, como obriga também a revisitar os lugares e noções mais firmados da reflexão teórica acerca das relações entre nação e etnicidade.

Sinal marcante, quase cronologicamente genético, destas mudanças na investigação e estudo sobre a ideia de Nação descobrem-se ainda em 1983 no notável trabalho de Benedict Anderson, *Imagined Communities*⁶. O livro deu início a um caudal de publicações em que se interpretava o surgimento dos estados-nação como um resultado relativamente recente de sucessos históricos específicos de confrontação de interesses sociais diversos. O que implicava, entre outras consequências, considerar a Nação (como modelo) e o nacionalismo (como doutrina política por detrás da formação de nações) como «opções» estratégicas que, longe de serem unívocas ou inevitáveis, se foram ajustando a diferentes processos históricos e sociais. Quer dizer, também a Nação não representa, afinal, uma categoria natural ou essencial de organizar populações e territórios.

Existem, de qualquer forma, comunicações estreitas entre os processos de formação de nações ou os processos de especialização de sistemas de estados (state-system) e as etnicidades⁷. A construção da ideia de nação convoca sempre a edificação também de uma ideia de identidade nacional que tende muitas vezes a erguer-se a partir da configuração política e ideológica do simbolismo cultural e étnico existente e do significado nacional que se lhe atribui. Apesar da incorporação de elementos característicos de grupos étnicos diferentes ter conduzido frequentemente à sua transformação e ao seu desaparecimento final, os novos estados-nação centralizados incorporaram geralmente elementos desse simbolismo étnico e cultural existente no seu «novo» nacionalismo, apoiando-se geralmente naquilo que se representa como a cultura ou etnicidade dominante e que especializa também um sistema de valores dominantes que, do folclore à gastronomia, se procura cunhar em termos nacionais. Paralelamente, esta verdadeira ofensiva também cultural e simbólica da construção do Estado pode concorrer para desenvolver a consciência das minorias étnicas acerca da sua própria identidade que podem já tentar servir-se do novo aparato estatal para defender os seus próprios interesses étnicos, já também, noutros casos, encontrar na afirmação dessa sua etnicidade invocada pelo Estado uma fonte de resistência. Por isso, muitas vezes, as elites dominantes procuram convencer os grupos étnicos colocados nos escalões inferiores da sociedade que também eles formam parte da Nação e devem contribuir activamente para a sua construção, subsumindo definitivamente a sua alteridade étnica e cultural na identidade nacional, especializando, assim, uma forma

⁶ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*, New York - London, Verso, 1996

⁷ Seguimos e discutimos o trabalho referencial de SMITH, Anthony D., *The Ethnic of Nations*, Oxford-Cambridge, Blackwell Publishers, 1983

clara de dominação social.

A Nação é também um conjunto de lugares da memória, mais do que história, que procura firmar uma origem com ampla funcionalidade na coesão social e na invenção da identidade nacional⁸. É também porque a Nação persiste continuamente em «pregar» a continuidade com o passado e uma descendência comum que a etnicidade é muitas vezes convocada e agitada pelo nacionalismo e ancorada aos processos incontornáveis de uma espécie de história imóvel nos domínios da identidade cultural. Esta crença na uniformidade das origens ancestrais comuns de uma comunidade que se considera a ela própria como um grupo natural não é, no entanto, comum a todos os nacionalismos, pelo que parece pertinente distinguir entre um nacionalismo cívico e um nacionalismo étnico, o primeiro assentando e exagerando a cidadania enquanto factor primordial de identidade social nacional, enquanto o nacionalismo étnico seria quase herdado, uma espécie de característica genética que se foi colando com algum sucesso político aos processos actuais de «limpeza», territorialização ou divisão de poderes que se pretendem baseados na etnicidade. Por isso, o apelo para uma etnicidade comum, praticamente genética e natural, logo inevitável em termos de identidade cultural também comum, é geralmente utilizado pelos líderes e movimentos políticos como factor de coesão e mobilização sociais. Deste modo, as relações entre etnicidade e nacionalismo podem permanecer apenas latentes durante anos e subitamente reemergir com inesperado vigor, como se assiste hoje dramaticamente do Ruanda à antiga Jugoslávia. Etnicidade e nacionalismo passam rapidamente a ser referenciais fundamentais em períodos de vazio ideológico. Depois, por exemplo, do colapso do comunismo, o nacionalismo tornou-se uma alternativa dominante num conjunto de países sem tradições democráticas e de competição política e ideológica. O Nacionalismo demonstra mesmo uma grande capacidade para congregar populações e povos de diferentes condições sociais e níveis culturais, muitas vezes unificando até populações de etnicidades claramente diversificadas. Será que em vez de ser uma modalidade intermitente de construir nações, o nacionalismo é mesmo a sua condição endémica? Para responder a uma interrogação deste tipo, era naturalmente preciso perguntar que elementos ocupam um lugar central no processo de formação de Nações e que relação tem, afinal, a etnicidade com esse processo formativo?

⁸ Mantem-se ainda válida, nos domínios da história e antropologia culturais, a definição de Nação adiantada por ANDERSON, *ob.cit.*, p.5: "In an anthropologic spirit, then, I propose the following definition of the nation: it is an imagined political community – and imagined as both inherently and sovereign".

A formação de nações supõe geralmente a convocação e combinação de vários factores, importando assinalar, pelo menos, três elementos constituintes que se mostram incontornáveis: a) a formação de Estados; b) a consolidação de uma comunidade de interesses de cidadãos, vazada em estruturas jurídico-territoriais; c) a formação da unidade nacional em sentido subjectivo em torno da noção de identidade nacional⁹. Se os dois primeiros elementos estruturam investimentos sociais, políticos e institucionais que se afiguram praticamente comuns à maioria dos processos que se têm vindo a estudar de construção de nações, já o último vector parece funcionar em termos compósitos que decorrem da dialéctica entre factores externos e internos à afirmação nacional. Os países com grande diversidade etnocultural tentaram geralmente adaptar uma ou ambas das formas possíveis de formação da identidade nacional, que podemos designar por orientação interna e externa, respectivamente. A solução nacional interna tentou fazer da necessidade uma «virtude» criando precisamente uma cultura nacional com um enfoque explícito na heterogeneidade étnica. A segunda estratégia consiste, apesar da heterogeneidade étnica, em dirigir a atenção para um inimigo étnico estrangeiro, real ou aparente. Em qualquer dos casos, quer configurando a diversidade étnica numa identidade nacional geral, quer promovendo a etnicização dessa mesma identidade nacional, pode afirmar-se que os estados modernos consideram geralmente a qualificação das diferenças étnicas dentro das suas fronteiras como uma questão muito complexa, difícil, quase sempre entendida mesmo como perigosa. Quando podem, tratam de neutralizar, ocultar ou reprimir a diversidade étnica. Pelo contrário, nas relações com o mundo exterior exageram com frequência as diferenças etnoculturais, fazendo com que o antagonismo assim criado contribua para promover uma unidade nacional e obstaculize a importância de possíveis contrastes étnicos internos. Em todos os casos, o Estado tende sempre a transformar a etnicidade e afigura-se ser com este princípio presente que as ciências sociais devem tratar o tema da comunicação entre etnicidades, nações e estados.

9. Voltando a visitar a noção de etnicidade, parece comprovar-se que é muito difícil oferecer definições generalizadoras porque o conceito é em si mesmo largamente de extracção ideológica e de consumo político mais do que de rigorosa construção conceitual científica. Mais ainda, em termos sociais comuns, nomeadamente através

⁹ BAUD, Michael, KOONING, Kees, OOSTINDIE, Gert, OUWENEEL, Arij e SILVA, Patricio, *Etnicidad como Estrategia en America Latina y El Caribe*, Quito, Ed. Abya - Yala, 1996, pp. 74-81

dos meios de comunicação social, passa-se mesmo a ideia de que a etnicidade é alguma coisa de natural que se voltou a «descobrir» nos últimos anos. A etnicidade não é uma característica histórica ou social fixa, interpreta-se em diferentes contextos e apresenta-se sob formas distintas. Muito frequentemente, as definições apenas se aplicam a casos específicos e perdem força quando procuram investigar outras regiões e espaços sociais ou diferentes períodos históricos. A própria aparência física das pessoas, por exemplo, representa um critério tudo menos claro: aquele que em Portugal é considerado um mulato pode ser um branco em algumas regiões de Angola, um topázio em Timor ou um negro na Suécia. Relativizar o carácter natural e original da noção de etnicidade é tão fundamental como retirar-lhe a preconceituação política e ideológica que constantemente reconstrói e mobiliza precisamente essas ideias essencialistas e naturais. A «eticidade original» inspira-se, entre outras coisas, em imagens difundidas pelos meios de comunicação, em visões políticas e em contribuições pseudo-acadêmicas, notando-se em quase todos estes casos, que a fantasia é muito mais do que evidente. Como no caso desses antepassados dos italo-americanos que, actualmente, percorrem cidades como Nova Iorque com t-shirts que dizem «Kiss me, I'm Italian», e que se consideram não italianos, mas, por esta sucessão hierárquica, sicilianos, calabreses ou napolitanos.

A etnicidade pode constituir uma estratégia. Quer dizer, representar o produto de uma eleição consciente de grupos de pessoas para alcançar certos objectivos sociais. Sem negar completamente o seu envasamento tradicional, somático, linguístico, etnocultural, parece preferível não apenas pluralizar a noção, mas passar a investigá-la no campo das estratégias sociais, culturais e simbólicas que afirmam agrupamentos sociais com as suas especializações, da cultura material aos festivais religiosos, dos poderes aos sistemas de valores... O que obriga a privilegiar o estudo de casos. E, assim, o rigor...

A SOCIOLOGIA DA CULTURA AFRICANA NA OBRA DE MÁRIO PINTO DE ANDRADE¹

Victor Kajibanga*

Introdução

A civilização, a cultura, a linguística e a literatura são os domínios que maior desenvolvimento receberam na ensaística do primeiro sociólogo angolano, Mário Pinto de Andrade (1928 - 1990)². O seu imaginário sociológico, que se consolidou ainda em Lisboa, deveu-se sobretudo ao facto de, muito cedo, Mário Pinto de Andrade ter começado a encarar a cultura como fundamento da sociedade. Aliás, a coerência da tradição sociológica endógena, que entre nós ele é o fundador, releva da importância que ele atribui aos problemas culturais, à análise dos problemas sociais e vice-versa.

No presente texto falo da contribuição de Mário de Andrade à abordagem sociológica dos aspectos da civilização, cultura, linguística e literatura - domínios que, de resto, podem ser inseridos num *corpus* mais vasto, o da chamada sociologia das obras de civilização, emprestando um termo do primeiro professor de sociologia de Mário Pinto de Andrade, Georges Gurvitch (1894 - 1965)³. Porém, aqui, trato apenas as questões específicas que dizem respeito à contribuição de Mário de Andrade ao tratamento sociológico dos problemas da civilização, cultura e literatura negro-africanas, nesta última categoria com maior

¹ Excertos do livro "A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade. Uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano", em preparação.

* Universidade Agostinho Neto (Angola).

² Nasceu no Golungo Alto a 21 de Agosto de 1928.

³ O termo sociologia das obras de civilização foi pela primeira vez utilizado por Gesges Gurvitchi no segundo volume do seu Tratado de Sociologia. Para este sociólogo, a sociologia das obras de civilização subentende os seguintes domínios do saber sociológico: Sociologia das religiões, Sociologia do conhecimento, Sociologia da vida moral, Sociologia do direito, Sociologia criminal, Psicossociologia, Sociologia da linguagem, Sociologia da arte, Sociologia da literatura e os aspectos sociológicos da psicologia social e da personalidade da etnologia e da psicanálise.

ênfase à poesia negro-africana de expressão portuguesa.

1. Elementos da sociologia da cultura e da linguística africanas

A maior parte dos primeiros trabalhos e intervenções públicas de Mário de Andrade, inscrevem-se no âmbito dos problemas sociológicos da cultura e da linguística. Refiro-me aos artigos dispersos sobre “*O Folclore na cultura bantu*” (1950), “*A imprensa angolana e a nossa cultura*” (1951a), as “*Questões de linguística banto*” (1951b), “*O problema linguístico-negro africano*” (1953a), “*Exotismo e folclore*” (1953b), assim como às suas palestras sobre os temas: “*A expressão do Kimbundo*”, proferida na Casa dos Estudantes do Império (em Abril de 1950), “*História das civilizações em África: o passado ante-europeu*”, intervenção no Centro de Estudos Africanos, a 16 de Dezembro de 1951; “*Do preconceito racial e da miscigenação*”, intervenção no Centro de Estudos Africanos, a 16 de Março de 1952; e “*Como se exprime o negro*”, intervenção no Centro de Estudos Africanos, em 1952.

Os fundamentos metodológicos da visão sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre a cultura foram formulados, pela primeira vez, em Março de 1952, numa célebre palestra sobre o tema “*Do preconceito racial e da miscigenação*”, proferida no Centro de Estudos Africanos, em Lisboa. Aqui, o ensaísta angolano apresentou, à luz dos estudos sociológicos e antropológicos contemporâneos, o seu conceito de cultura, que servirá de base metodológica de todo o seu pensamento sociológico.

Mário de Andrade define o conceito de cultura em duas dimensões, nomeadamente uma dimensão intencional e outra extencional. Para o sociólogo angolano, «*a cultura compreende tudo o que é socialmente herdado ou transmitido, o seu domínio engloba uma série de factos dos mais diferentes : crenças, conhecimentos, literatura (muitas vezes tão rica, então sob a forma oral, entre os povos sem escrita) são elementos culturais do mesmo modo que a linguagem ou qualquer outro sistema de símbolos (emblemas religiosos, por exemplo) que é o seu veículo, regras de parentesco, sistemas de educação, formas de governo e todos os outros modos segundo os quais se ordenam as relações sociais são igualmente culturais; gestos, atitudes do corpo, até mesmo as expressões do rosto, provêm da cultura, sendo em larga escala coisas socialmente adquiridas, por via da educação ou instituições; tipos de habitação ou de vestuário, instrumentos de trabalho, objectos*

de trabalho, objectos fabricados e objectos de arte, sempre tradicionais, pelo menos em algum grau - representam, entre outros elementos, a cultura sob o seu objecto material.» (1952, p. 3). No mesmo lugar, o autor acrescenta que a cultura não deve ser reduzida «ao que se entende na linguagem corrente quando se diz duma pessoa que ela é “cultura” (isto é, provida de uma mais ou menos rica e variada gama de conhecimentos nos principais ramos das artes, das letras e das ciências, tal como foram constituídas no Ocidente), longe de se identificar com esta “Cultura” de prestígio que não é senão a florescência dum vasto conjunto pelo qual ela está condicionada e de que não é senão a expressão fragmentária, a cultura deve pois ser concebida como compreendendo na verdade, todo este conjunto coerente de ideais, de mecanismos, de instituições e de objectos que orientam - explicita ou implicitamente - a conduta dos membros dum grupo dado» (1952, p. 3).

Esta longa definição, parte de uma compreensão simultaneamente sociológica e antropológica de cultura. O ponto de partida da cultura é o homem, sendo este um ser social dotado de cultura (1952, p. 3). Para Mário de Andrade, a cultura é um facto social, cujo sujeito-criador é o homem. «Tudo é obra do homem»- afirma o ensaísta angolano no seu já citado célebre informe sobre o preconceito racial e a miscigenação (1952). O sociólogo angolano entende a cultura como um fenómeno social e atribui ao homem (agente social) o papel central na produção e realização da cultura.

Na sociologia, o conceito de *facto social* foi pela primeira vez usado pelo sociólogo francês Emile Durkheim (1858-1917). Portanto, a sua utilização constante no já citado texto de Mário Pinto de Andrade (1952) revela-nos três aspectos importantes para o entendimento dos princípios metodológicos que norteiam a imaginação sociológica de Mário de Andrade: em primeiro lugar, o conhecimento das obras de Emile Durkheim e dos sociólogos da chamada Escola Durkheimiana (a mais importante escola da sociologia francesa); em segundo lugar, a assumpção de uma posição epistemológica, que pode ser filiada, embora com algumas reservas, na chamada concepção objectivista (Durkheimiana) de acção social, que postula o *facto social* como «toda a maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão da sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (Durkheim, 1995, 39); em terceiro lugar, a adopção da concepção Durkheimiana sobre as *regras do método sociológico*, que consistem, primordialmente, no tratamen-

to dos factos sociais como coisas (Durkheim, 1995). De resto, no texto em referência, Mário de Andrade privilegia a análise dos fenómenos sociais (tais como civilização, cultura, língua, literatura, racismo e outros) como factos sociais, isto é, como coisas.

Por outro lado, há na concepção sociológica de Mário de Andrade sobre a cultura, uma tentativa de reconciliar duas posturas teóricas diametralmente opostas: o objectivismo sociológico de Durkheim com o relativismo cultural de Franz Boas. Assim, quando critica as posições eurocêtricas, que postulavam teses segundo as quais «*as civilizações que floresceram na África Negra antes do colonialismo Europeu, eram civilizações tecnicamente atrasadas*», ele arranca os seus argumentos de Franz Boas: «*A história da humanidade - diz Mário de Andrade citando Boas - prova que os progressos da cultura dependem das ocasiões oferecidas a um grupo dado, de aproveitar um ensinamento da experiência dos seus vizinhos. As descobertas de um grupo estendem-se a outros grupos e quanto mais variados são os contactos, maiores são as ocasiões de aprender. As tribos cuja cultura é a mais simples, são no conjunto, aquelas que foram isoladas durante períodos muito longos, de modo que elas não puderam aproveitar o que os seus vizinhos tinham conquistado em matéria de cultura*» (Andrade, 1952, p. 5).

No mesmo texto, Mário Pinto de Andrade abraça dois outros postulados teóricos do relativismo cultural. O jovem ensaísta angolano, considerava então que «*as culturas não podem ser hierarquizadas. Não há culturas superiores nem inferiores. Quase todas tem os seus pontos altos e baixos*» (1952, p. 5).

Outra tentativa de associar as perspectivas objectivista e relativista, é ensaiada por Mário de Andrade na análise dicotómica que faz sobre a relação da língua enquanto facto social com o sistema de hierarquia sócio-cultural. Na esteira de Mário Pinto de Andrade, «*A língua, instrumento e condição de pensamento, facto social, não pode servir para estabelecer uma hierarquia entre as culturas*» (1952, p. 5). Mário de Andrade estabelece uma comparação entre as literaturas orais das línguas bantu com as literaturas nas línguas europeias. Ele conclui dizendo que «*as línguas bantu consideradas pelos europeus como selvagens ou não civilizadas, possuem uma estrutura morfológica muito mais rica e variada que os idiomas dos génios do Ocidente. As fábulas do folclore (negro-africano), em nada ficam a dever às de Esopo ou de la Fontaine*» (1952, p. 5).

Já atrás dissemos que Mário de Andrade via a língua como um

facto social. É a velha questão do estudo sociológico das relações entre o instrumento da linguagem articulada, a língua e a sociedade que a fala (cf. Granai, 1977; Carvalho, 1991). É um ponto de partida sociológico na compreensão da linguagem como um fenómeno da existência social. Este tema mereceu destaque nos já referidos trabalhos de Mário de Andrade: “*A expressão do kimbundu*” (1950), “*Questões de linguística banto*” (1951, 1952) e “*O problema linguístico negro africano. (Esquema)*” (1953). Na mesma linha, o estudioso angolano, trabalhou no alargamento da *Kimbundu Grammar de Héli Chatelain* e ensaiou estudos sobre a estrutura da língua kimbundu, em estreita conexão com o estudo da tradição oral e do folclore (cf. 1997b, p. 93).

No artigo “*Questões de linguística “bantu”. Da posição do “kimbundu” nas línguas de Angola*”, escrito em Fevereiro de 1950 e publicado na revista “*Mensagem*” (números 1/2 e 3, de 1951/1952), Mário de Andrade levanta o problema da importância das línguas, (as línguas banto, sobretudo o kimbundu), para o estudo e conhecimento da geografia humana de Angola.

Mário de Andrade faz um estudo crítico das obras até então publicadas no domínio da linguística bantu e polemiza com dois estudiosos da linguística Bantu, nomeadamente J. Torrend, autor do livro *Comparative Grammar of South-African Bantu Languages* e Drexel, autor da *Carta linguística da África*. Também critica a visão exótica das línguas e das sociedades africanas presentes nas obras de Renato de Mendonça (*A Influência Africana no Português do Brasil*), de Alfredo Trombetti (*Elementi di Glottologia*), de Bernardo Maria Cannecanttin (*Colecção de observações Gramaticais sobre a língua bunda ou angolense e dicionário abreviado da língua Conguesa (1805 e 1819)*) e de Saturnino de Sousa e Oliveira Manuel Francina (*Elementos Gramaticais da “língua mbundu”*).

Por outro lado, o ensaísta angolano saúda Héli Chatelain, autor de *Cartilha Racional para se Aprender a Ler o Kimbundu ou Língua Angolense* (1892), José Cordeiro da Matta e António de Assis Júnior, este último autor do *Dicionário Kimbundu - Português*. Estes três autores apresentam uma visão sociocultural endógena sobre a língua kimbundo e a sociedade que a fala. Para Mário Pinto de Andrade, Héli Chatelain é um autor insuspeito, enquanto Cordeiro da Matta é o quimbundista mais autorizado do seu tempo (Andrade, 1951/1952b, p. 31).

A polémica com Torrend, Drexel e outros, tem por base três questões. O primeiro problema da polémica consiste na confusão em

relação à designação das línguas e dos povos de Angola. O jovem ensaísta angolano critica J. Torrend pela «confusão de nomes dos povos “Ambundu” e da sua principal língua» (1951/1952b, p. 6). Torrend atribuiu à palavra “A-mbundu” ou “A-mbunda” dois sentidos etimológicos. No primeiro caso, o significado de “os invasores”, e, no segundo caso, o sentido de “atrás”, “costas”, “back”, ou “ocidente”. Outro ainda, o padre capuchinho Bernardo Maria Cannecattin, atribuiu à “língua bunda” o sentido etimológico de “batedor”, relacionando-o segundo Mário de Andrade com o verbo ku-bunda, que significa bater (1951/52b, p. 31). Mário Pinto de Andrade classifica as posições do padre capuchinho de categóricas e fantasistas, portanto não merecedora de crédito. Segundo o sociólogo e historiador Mário de Andrade, Cannecattin «esboçou (...) confusamente, a história das origens da língua em questão, (...) começa por a denominar mal: Língua bunda» (1951/1952b, p. 31). Mário de Andrade conclui a sua crítica a Cannecattin, dizendo que ele se perdera «nas observações latinas que nada têm a ver com o kimbundu» (1951/195b, p. 31).

O segundo problema da polémica, está relacionado com a questão da moderna ortografia do kimbundu. Mário de Andrade questiona as regras de grafia latina utilizadas na escrita do kimbundu. O estudioso angolano refere-se ao livro *Arte da língua de Angola*, do padre Pedro Dias (1697). O autor, um padre da Companhia de Jesus, pretende nesta obra aplicar o que ele chama de «*regras gerais que pertencem a todas as línguas e que se podem acomodar às do quimbundu*» (citado por Andrade, 1951/1952b, p. 31). Para Mário de Andrade, trata-se da primeira tentativa de gramática do kimbundu, com iniciação as regras de sintaxe, «curiosa pela insistência de citações da gramática latina» (Andrade, 1951/1952b, p. 31).

O último problema que estrutura essa polémica, é a imprecisão na classificação etno-linguística e na distribuição etnográfica e etnológica, dos povos de Angola. Segundo Mário de Andrade, em Torrend a classificação dos povos de Angola inclui apenas seis comunidades humanas: (i) Angola proper in the district of St. Paul de Loanda, (ii) Angola cluster mbamba; (iii) Mbangala, at Kassanje, (iv) Sertão at Ambaka, (v) Lower Congo, or Fiote, at, and round, S. Salvador, e (vi) Lunda, between the Upper Kassai and upper Luluba. Na mesma esteira, critica também a classificação de Alfredo Trombetti, que apresenta uma visão numérica do mosaico étnico de Angola com os seguintes povos: “3 grupos mbundu sud, 4 Kwango o Mbunda, 5 grupos Angola, 7 Loango ou Fiote, 8. Buma, 9. Lunda, e

10 gr. Luba" (sic). (Andrade, 1951/1952b, p. 5, 31, 32, 38)

O principal motivo das insuficiências consiste, segundo Mário de Andrade, na ausência de trabalhos históricos. Esta acarreta, por sua vez, as insuficiências referidas no parágrafo supra. Passo a citar o resumo feito por Mário de Andrade sobre o assunto: «*Passando a examinar os trabalhos especializados em que se fala da "língua de Angola" ou declaradamente do "Kimbundu" verificamos a inexistência de gramáticas históricas, pois a maior do que está feito neste campo, dirige-se apenas ao conhecimento prático de umas regras elementares, muitas vezes mal expostas. Nem sequer uma pequena alusão histórica. Muitos dizem vagamente onde se fala a língua e alguns aventam hipóteses de relações do Kimbundo com as línguas clássicas e semíticas. Ora, se de facto há um interesse imediato na elaboração destas gramáticas, não é destituída de razão a defesa da língua, da sua história e, pelo menos, uma localização dos pontos onde ela se fala, dos dialectos que compreende e das relações com as línguas que a rodeiam*» (1951/1952b, p. 6).

Mário Pinto de Andrade saúda Héli Chatelain, o primeiro a desvendar os segredos do kimbundu e a «*mostrar toda a vernaculidade dos termos próprios do povo que fala (ambundu) uma língua (kimbundu)*» (1951/52b, p. 38). O mérito do insuspeito autor, benemérito filólogo e folclorista (é esta a caracterização que Mário Pinto de Andrade faz sobre Cheteilain), consiste em vários factores. Primeiro, por ter definido correcta e historicamente a palavra *kimbundu* como língua e ter estabelecido a sua distinção das línguas kikongo e do umbundu. Mário de Andrade diz, citando Cheitelain, que o kimbundo é falado pelos Dembos, Angolas, Mahungos, Jingas, Holos, Bundos, Bângalas, Quissamas, Libolos, Quibalas, Songos, Mussendes e Acos (1951/1952b, p. 32). Em segundo, por ter escrito o primeiro *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português*; Em terceiro lugar, por ter feito um estudo empírico do folclore e reunido fábulas africanas e da poesia tradicional. Finalmente, por ter feito, com base no estudo das línguas, uma divisão etnossociológica dos povos de Angola. Em relação a esta problemática Mário de Andrade é peremptório: «*Quanto a divisão etnográfica, dentro da sua época, não sei de outra mais completa. Os limites dos distritos nessa divisão coincidem até certo ponto com as das nações, que constituem a população nativa da Província. Assim, a nação do Congo ocupava a maior parte do distrito do Congo e envolvia a parte norte do de Luanda ocupada pela nação de Angola (A-mbundu), nome extensivo a toda a Província. O distrito de Benguela era ocupado*

pelos Ovi-mbundu embora muitos tivessem afinidades com os parentes Ova-Herero e Ova-Ndonga. Os Além-Kwango ainda não estavam localizados pelas autoridades portuguesas. Depois, faz a relação das tribos da nação Congo incluídas em Angola, as tribos de Angola ou nação dos A-mbundu e nota outras de Amboim, do novo Redondo e interior de Quibala, os do Bié, do Sudeste de Angola, do Alto Zambeze, e finalmente os do baixo Cuabango (Ma-mbunda). Esta divisão - prossegue o sociólogo angolano - corresponde à divisão em línguas e dialectos» (Andrade, 1951/1952b, p. 38).

Como se pode ver desta longa citação, as preocupações linguísticas de Mário Pinto de Andrade têm uma finalidade sociológica, ou seja, a do estudo das nações étnicas. Para realização desse desiderato de reflexão sócio-cultural, Mário de Andrade empreendeu um estudo sistemático do kimbundu: fez um levantamento bibliográfico de tudo o que se relacionava com as línguas de Angola (1997, p. 91-95) Realizou concomitantemente estudos com vista à reformulação do kimbundu e à construção de uma morfologia do kimbundu. Este trabalho, que não foi concluído, culminaria com a reclassificação etnosociológica das comunidades étnicas de Angola, em particular as comunidades que integram o povo ambundu.

Embora inacabado, temos de reconhecer, porém, que o trabalho teórico e empírico empreendido por Mário de Andrade, confirmava as suas primeiras teses sobre o nexos existente entre a língua e a sociedade que a fala, a problemática da língua kimbundu - lançada em Abril de 1950, numa conferência sobre o tema "A expressão do kimbundu", proferida na Casa dos Estudantes do Império. De resto, neste texto paradigmático, Mário de Andrade atribuía «ao kimbundu o estatuto de língua que tinha uma estrutura linguística que poucos conheciam e que tinha uma literatura» (1997, p. 93; 1951/1952b; 1950a), que devia ser estudada tendo em conta a sociedade do seu enraizamento.

2. A construção da sociologia da literatura negro-africana

Mário Pinto de Andrade foi um dos primeiros divulgadores, historiadores e sociólogos da literatura negro-africana de expressão portuguesa. Ele notabilizou-se pela construção de um quadro de referência da sociologia da literatura negro-africana, sistematizando estudos sobre poesia, romance, ensaio, crítica literária e teatro. Estes aspectos que representam o domínio que maior atenção mereceu na

actividade intelectual de Mário de Andrade, foram desenvolvidos nas diversas antologias de poesia africana de expressão portuguesa (1979a, 1976a, 1969a, 1968c, 1967a, 1961b, 1961c, 1961e, 1958a, 1953a), nos diversos textos crítico-literários e ensaísticos (1971b, 1967b, 1958b, 1954c, 1954b, 1954a, 1955e, 1955a, 1953d, 1953c, 1953b, 1951d, 1951b).

Neste item, presto maior atenção ao seu contributo ao estudo dos aspectos sociológicos da poesia negro-africana, expressos nas introduções às antologias de 1953, 1958, 1967, 1968 e nos textos ensaísticos sobre a literatura-negro africana (ver bibliografia de Mário Pinto de Andrade). Também se aborda sobre a sua contribuição na construção sociológica das antologias poéticas e para a percepção sociológica da linguagem da moderna narrativa angolana.

2.1. Pressupostos sociológicos da poesia negro-africana

A elaboração do *corpus* de uma sociologia da poesia negro-africana de expressão portuguesa, é um dos aspectos que mais marcou a actividade intelectual de Mário Pinto de Andrade. A construção dos pressupostos de uma sociologia da poesia negro-africana começa com reflexões teóricas sobre o tema, prolonga-se com a sistematização temática das várias antologias que elaboram e se consolidam em toda a sua produção teórica sobre a poesia negro-africana de expressão portuguesa. Os seus trabalhos neste domínio constituem uma contribuição original ao pensamento sociológico africano.

Mário Pinto de Andrade lança as bases da sua concepção sociológica de poesia negro-africana, no prefácio ao caderno homónimo de poesia negro-africana, escrito em 1953. O sociólogo angolano localiza a poesia negro-africana nos quadros sociais das sociedades e da tradição negro-africanas, vendo a poesia como uma estética de enraizamento *no complexo social africano* (Tenreiro e Andrade, 1982: 48) e de amadurecimento duma nova consciência dos problemas africanos (Ibidem: 47). Para Mário de Andrade, a poesia negro-africana «está expressa nas canções, vinculadas aos acontecimentos da comunidade: nas cerimónias de nascimento, iniciação, casamento, caça ou funeral, quando há necessidade de os jovens exercerem a sua influência sobre a amada, de as mães educarem ou embalsamarem os filhos, de os velhos perpetuarem a tradição da comunidade, de os chefes religiosos ou civis conservarem a obediência dos seus súbditos, de os guerrilheiros despertarem a sua coragem durante o combate e inspi-

rarem temor ao inimigo, enfim, canções religiosas de feitiçaria e maldição, canções invocando os benefícios da natureza, canções executadas pelos trabalhadores e tudo o mais que seja peculiar ao grupo. E a servir estas canções, as línguas e dialectos veiculares nativos, duma notável expressividade e concisão, tal como os ritmos de tam-tam» (Tenreiro e Andrade, 1982, p. 47).

Em 1954, num texto publicado no n.º 19 do periódico «Província de São Pedro», Mário de Andrade retoma a teoria de quadros sociais como premissa da produção e compreensão sociológica da poesia negro-africana. A partir desta data, a ideia de quadros sociais passa a constituir a alma do seu pensamento sociológico e a presidir todas as suas reflexões teóricas sobre a poesia africana. Para esse sociólogo, «*não se pode entender a poesia tradicionalmente negra, se não for integrada nos quadros sociais em que se tem movido o Homem negro. Entrevemos a Poesia Negra principalmente nos cantos, história oral das famílias ou das tribos, lendas, louvores dos antepassados e dos chefes, código da vida familiar e social, crenças religiosas e interpretações dos fenómenos da natureza, aspirações comuns, tudo o que é manifestação da "alma negra", guardado por "arquivos humanos" (quase sempre os mais antigos da colectividade) só pode ser intuído na forma linguista nativa*» (Andrade, 1995b, p. 393).

2.2. Dimensão sociológica das antologias poéticas de Mário Pinto de Andrade

Nos trabalhos antológicos, a dimensão sociológica da literatura é detectável sobretudo nos critérios que presidem à selecção dos autores e das temáticas. Por exemplo, na antologia de 1953, escrita em colaboração com Francisco Tenreiro e intitulada pelos autores *Caderno da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, o tema central é o da *negritude*.

Quanto ao produto literário e seus produtores, o *Caderno* contém um poema em espanhol do poeta cubano Nicolás Guillén e oito poemas em língua portuguesa: "Lá na Água Grande", de Alda do Espírito Santo (S. Tomé e Príncipe); "Aspiração" e "Criar", de Agostinho Neto (Angola); "Monangambá", de António Jacinto (Angola); "Coração em África", de Francisco José Tenreiro (S. Tomé Príncipe); "Magaíça", de Noémia de Sousa (Moçambique); "Mamã Negra" de Viriato da Cruz (Angola).

Nessa primeira antologia de poesia negra de expressão por-

tuguesa, não estão representados os poetas de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau. Na nota final ao caderno, Francisco Tenreiro explica as causas dessa ausência. Tal sucede, escreve Tenreiro, por «a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas exceções, não traduzir o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia negra» (Tenreiro e Andrade, 1982, p. 82). «De menos interesse por isso? Menos válida para a compreensão do mundo negro?» “ - questiona-se Tenreiro. A resposta às suas perguntas é categórica: «De forma alguma. Trata-se (...) de uma poesia de características regionais bem vincadas, fruto da aculturação do negro no Arquipélago, e, como tal merecedora de estudo muito particularizado» (p. 82).

O poeta cubano Nicolás Guillén não figura por acaso nesse primeiro caderno de poesia negra africana. Na óptica do professor Manuel Ferreira (1982, p. 14), a explicação da presença do poeta cubano no Caderno, está expressa na dedicatória que abre o corpo poético do volume: «Dedica-se este caderno a Nicolás Guillén, a voz mais alta da negritude de expressão hispano-americana». Aliás, Guillén é um dos autores que maior influência terá exercido na poesia africana de expressão portuguesa produzida a partir dos anos quarenta até ao início da década sessenta.

Por outro lado, a inclusão de “um mais velho” reveste-se de importância cultural. A figura do mais velho é, na tradição africana, uma instituição social. O respeito e a homenagem aos mais velhos é, por outro lado, um pressuposto da sociologia das gerações nas sociedades orais. Na opinião de Manuel Ferreira, para os dois jovens (refere-se aos autores do caderno), Mário de Andrade e Francisco Tenreiro, a inclusão no caderno do famoso poema *Son número seis* do poeta cubano, era «um ideário e uma homenagem. Por um lado a fidelidade à negritude, por outro, a voz de um companheiro mais velho de jornada já então surpreendentemente admirado e prestigiado» (Ferreira, 1982, p. 13).

Como foi acima dito, a negritude é o critério societário que preside à definição da poesia negra da época e da poesia africana de expressão portuguesa. Na perspectiva do investigador português Alfredo Margarido, os autores do Caderno afirmam «sem ambiguidade que o elemento que permite unificar esta poesia é nem mais nem menos, ou até exclusivamente, a negritude. Só ela permitirá pôr fim à prática do assimilacionismo que criou um tipo de homem “marginal” e transitório que se dissolve na mentalidade europeia, apresentando só vagamente as suas raízes africanas» (Margarido, 1980, p. 80).

É na mesma perspectiva que se pode entender a postura teórica radical dos autores do Caderno, em excluir os poetas das ilhas crioulas. De resto, corroboro da opinião de Alfredo Margarido; o leit-motiv dessa postura não é de ordem literária. Pelo contrário, os autores do Caderno partem de critérios sociológicos. Neste caso, fundamentam a sua visão na questão da assimilação e da aculturação (Margarido, 1978a, p. 80-82)

No artigo “Poesia Negro-Africana de Expressão Portuguesa», escrito um ano depois da publicação do Caderno, Mário de Andrade continua a considerar a negritude como um movimento literário do Homem Negro. Esse ensaísta, confere ao conceito de negritude uma finalidade sociológica que se reveste nas instituições sociais, tais como a economia, a estrutura social e a família, a política e não só. Mário de Andrade escreve, pois, o seguinte: «A “negritude” - o termo é criação da intelectualidade negra francesa - pretende muito simplesmente a auto-realização do Homem Negro nos seus quadros de vida económica, social e política. O Homem Africano deve apresentar-se como tal, no conjunto vário da família humana» (Andrade, 1995b, p.394).

No mesmo lugar, o ensaísta homenageia os poetas da negritude de expressão francesa e atribui um sentido civilizacional e ecuménico ao movimento da negritude na poesia. «Os representantes mais fiéis da negritude são os poetas negros de expressão francesa e malgache. Desde o Senegal a Madagascar, das Guianas ao Haiti, Gibert Gratiant, Aimé Césaire, Guy Tirolien, Jacques Roumain, Sédar Senghor, David Diop, Jean Joseph Rabémananjara, são (...) os vanguardas do caminho duma autenticidade nova. (...) Trata-se de galvanizar formas de cultura do passado africano, de reunir os ecos mais distantes de outros companheiros da África ou da América, cantores das mesmas angústias e das mesmas ansiedades. Trata-se enfim duma presença negra no mundo» (p. 394-395).

Quanto aos poetas da negritude de expressão portuguesa, no texto em referência, Mário de Andrade assinala o nome de Francisco José Tenreiro e a data de publicação (1942) do seu livro de poesia *Ilha de Nome Santo*, como a primeira realização da negritude em “expressão” portuguesa. Refere-se às vozes mais destacadas na poesia negra de expressão portuguesa, entre as quais Agostinho Neto e Viriato da Cruz (Angola), Alda do Espírito Santo (S. Tomé e Príncipe) e Noémia de Sousa (Moçambique), nomes antologiadados no primeiro Caderno. Mário de Andrade tenta estabelecer a unidade entre os poe-

tas negros de expressão francesa e os de expressão portuguesa: «Os poetas Negros exercitam os seus timbres para cantar na grande sinfonia humana» (Andrade, 1995b, p. 395).

Em 1958, Mário Pinto de Andrade publica, com a chancela da editora Pierre Jean Oswald, a *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Nessa obra são inseridos, além dos poetas do primeiro Caderno, também autores do Brasil, de Cabo-Verde e da Guiné Bissau. Na introdução à antologia, Mário de Andrade reconhece o significado histórico e sociológico do caderno de 1953, que constitui o primeiro trabalho de antologia da poesia africana de expressão portuguesa. No dizer de Mário de Andrade (1958, p. XV), «O caderno cumpriu a sua missão de revelar uma tomada de consciência negra de alguns de nós, no momento em que as vozes fraternais de Césaire, Senghor, Guillén, Langhoston Hughes, Desprestre nos soavam já fortemente aos ouvidos que nos incitavam a dizer os nossos problemas específicos».

Os nomes inseridos nessa antologia de 1958 são: dos angolanos Agostinho Neto, António Jacinto, Geraldo Bessa Victor, Mário António Fernandes de Oliveira, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz; dos cabo-verdianos Aguinaldo Fonseca, Gabriel Mariano, Jorge Barbosa, Osvaldo Alcântara, Ovidio Martins e Pedro Carsino Azevedo; dos guineenses Terêncio Casimiro e Anahary Silva; dos moçambicanos José Craverinha, Kalungano, Noémia de Sousa e Rui de Noronha; e ainda Solano Trindade, do Brasil.

Na nova antologia, Mário de Andrade estabelece uma certa ruptura com a negritude. Ela já não é assumida como o critério societário exclusivo para a caracterização da poesia negra de expressão portuguesa. No texto introdutório à antologia, Mário Pinto de Andrade justifica a nova postura epistemológica da seguinte maneira: «o 'depassement' da negritude é um facto evidente, entendida como simples afirmação do acto de existir no mundo, sobretudo com a poesia negra de expressão francesa, que constitui o seu principal veículo. Mas o poeta negro em nada deve renunciar a sua qualidade ou as suas características; pelo contrário, o fundamento da sua universalidade reside na plena afirmação da sua particularidade, que não é puramente étnica, mas tanto histórica como social e cultural, numa palavra, humana.» (Andrade, 1958, p. XIV).

O ensaísta português Alfredo Margarido, num texto de título extenso, aponta duas razões que, na sua perspectiva, estariam na base da nova postura de Mário Pinto de Andrade - a postura de supe-

ração da negritude: «a primeira reside no facto de que a negritude já não é a escala para medir a estrutura da poesia africana de expressão portuguesa; ultrapassada, ela é sobretudo um dos valores da poesia negra de expressão francesa e aí deve ficar circunscrita; a segunda mostra que a negritude, ao mesmo tempo que é importante no mundo francófono, é incapaz de assumir a totalidade dos fenómenos históricos, sociais e culturais responsáveis pela situação de dominação em que se encontra o homem africano. A partir daí, as poesias negras de expressão portuguesa devem ser apreciadas segundo uma óptica nova, rompendo portanto com o quadro proposto em 1953» (Margarido, 1969, p. 83).

Uma terceira antologia de Mário Pinto de Andrade surgiu em 1967, em Argel, com o título *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa.*, precedida de uma introdução do autor “A poesia Africana de Expressão Portuguesa: Evolução e Tendências”. Esta antologia foi também publicada em 1968 com a chancela da Pierre Jean Oswald, sob o título *La poésie africaine d’expression portugaise. Anthologie précède de “Evolution et tendances actuelles”*.

A antologia inclui ao todo vinte e quatro poetas: treze de Angola, Agostinho Neto, António Jacinto, Geraldo Bessa Victor, Fernando Costa Andrade, Mário António Fernandes de Oliveira e Viriato da Cruz; nove de Cabo-Verde, Aguinaldo Fonseca, António Nunes, Gabriel Mariano, Jorge Barbosa, Mário Fonseca, Onésimo Silveira, Ovídio Martins, Osvaldo Alcântara, Pedro Corsinho Azevedo; cinco de Moçambique, Jorge Rebelo, José Craverinha, Kalungano, Noémia de Sousa e Rui Noronha; quatro de S. Tomé e Príncipe, Alda do Espírito Santo, Costa Alegre, Francisco José Tenreiro, Tomás Madeiras; e ainda dois poemas da poesia de guerrilha da Guiné Bissau.

O ensaísta português Alfredo Margarido escreveu, em 1969, uma recensão a essa antologia de Mário de Andrade. Margarido classifica a antologia da seguinte forma: é «duma enorme importância para o estudo da poesia africana de expressão portuguesa. Trata-se de um balanço associado a uma análise estrutural muito fina que mostra a diversidade dos territórios sob dominação portuguesa, sem perder de vista a identidade do processo colonial. Isto leva Mário de Andrade a demonstrar que todos os escritores de expressão portuguesa partilham, para lá dos particularismos regionais, uma mesma situação cultural e política» (p. 73-74).

Como se pode ler da avaliação que Margarido faz à antologia de Mário Pinto de Andrade, aqui, os critérios de selecção dos autores que

integram a antologia têm a ver com os processos que constituíam «o conjunto do período africano de expressão portuguesa», a situação cultural e política da colonização. Mais uma vez, estamos em presença do ascendente de factores sociológicos sobre os pressupostos estéticos.

2.3. A sociologia do romance através de duas narrativas de Luandino Vieira.

Em 1971, a *Présence Africaine* publicou, num único volume em francês, duas narrativas de Luandino Vieira, “*A verdadeira vida de Domingos Xavier*” e “*O fato completo de Lucas Mateus*”, traduzidas por Mário de Andrade e Chantal Tiberghien, com um prefácio do primeiro. O título da tradução francesa das narrativas de Luandino Vieira é “*La vraie vie de Domingos Xavier suivi de le complet de Mateus*”.

No prefácio intitulado *Uma nova linguagem no imaginário angolano*, Mário de Andrade lança, pela primeira vez, as bases do estudo sociológico do romance angolano. Estas consistem no imaginário social do meio e no papel dos personagens no romance. O prefácio é uma leitura sociológica da narrativa de Luandino Vieira. O ensaísta classifica assim o livro de Luandino Vieira: «*Esta narrativa é um estudo sociológico da resistência que os angolanos de Luanda, nas vésperas do desencadeamento da luta armada, opõem à dominação portuguesa*» (Andrade, 1971b).

Do ponto de vista de uma abordagem estritamente sociológica, Mário Pinto de Andrade, no ensaio em referência, situa os leitores na análise da compreensão do nexos entre o contexto, o escritor, a obra e o imaginário literário, no estudo sociológico das obras de literatura, fazendo a seguinte caracterização sociológica das narrativas de Luandino Vieira: «*Enquanto se consolida a implantação colonial ao longo da costa africana, as cidades emergem e multiplicam-se. Os efeitos da dominação estrangeira sobre as formações sociais levam sectores importantes da população rural a demandar os meios urbanos. Mas é na periferia destes aglomerados que se organiza a nova vida dos africanos destribalizados. Um outro espaço sociológico surge nos “bairros da cidade cruel”. Esta divide-se nitidamente segundo uma dupla linha de demarcação racial e social, sobretudo na colónia de povoamento, como é o caso de Angola*» (Andrade, 1971b, p. 19).

Mário Pinto de Andrade aprofunda a caracterização sociológica do contexto em que emerge a nova literatura angolana, o discurso narrativo inaugurado por Luandino Vieira e estabelece a alteridade entre

a sociedade, o autor e a obra. A sociedade é a «cidade cruel» de Luanda e os seus musseques: «*Luanda, cidade à medida da nação angolana, totalmente aberta aos novos ventos do mundo, capital administrativa, foi progressivamente envolvida por uma cintura de miséria, com os bairros a crescerem em número e em pobreza, segundo a vontade da colonização e imigração branca. O povo chama a estes bairros «musseque», o que, originalmente, designava simplesmente a areia avermelhada do terreno. Os que mantinham a ordem colonial viam instalar-se nestes bairros de lata às portas da Luanda Europeia»* (Andrade, 1971b).

O autor é Luandino Vieira, portador de uma experiência social de vivência no musseque: «É num «musseque», o do Braga, que Luandino Vieira passa a sua infância. A sua obra de ficção testemunha um conhecimento vivido do universo deste bairro periférico» (Andrade, 1971b).

Quanto às obras, as duas narrativas reflectem a evolução da conscientização política, reflectem o mesmo quadro social e projectam o imaginário literário, emergente do contexto social (quadro sociológico). Para o estudioso angolano, «*As duas narrativas possuem uma temática comum: a prisão que os militantes angolanos compartilham. A trama destas histórias situa-se à volta da vida clandestina.*» (Andrade, 1971b). A primeira narrativa, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, «é um estudo sociológico da resistência que os angolanos de Luanda, nas vésperas do desencadeamento da luta armada, opõem à dominação portuguesa». Em relação à segunda narrativa, *O fato completo de Lucas Mateus*, o sociólogo angolano afirma o seguinte: «o quadro sociológico da segunda narrativa é semelhante ao primeiro. No centro da acção encontram-se operários da fábrica de Luanda, a Textang» (1971b).

Em síntese, a perspectiva de Mário Pinto de Andrade no estudo sociológico do facto literário, privilegia o estudo do contexto sociológico (quadros sociais), como condicionantes do imaginário literário. No caso das duas narrativas sobre as quais recaiu a análise de Mário Pinto de Andrade, os elementos da realidade circundante que determinam a linguagem das narrativas têm a ver com a reconstituição dos dados sócio-económicos da exploração colonial e as desigualdades sociais dela decorrentes (Andrade, 1971a, 1971b). É, portanto, neste contexto histórico-social em que situa a obra e o autor de *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier e O fato completo de Lucas Mateus*. Daqui decorre o significado metodológico do ensaio *Uma nova lin-*

guagem no imaginário angolano, como um trabalho pioneiro na elaboração e estudo da sociologia da literatura em Angola, muito particularmente da sociologia do romance angolano.

Conclusão

A presença da sociologia da cultura na obra de Mário de Andrade não se esgota nos quatro aspectos que aqui foram objectos de análise: ensaio, linguística, antologias poéticas e narrativas. Como é sabido, ele também escreveu trabalhos sociológicos no domínio do teatro africano. O ensaio mais significativo neste capítulo é o seu prefácio ao livro *Continent-Afrique/Amazount*, de C. Néné-Klhaly Camara, intitulado “Antar-Chaka: vers un théâtre pour les peuples africains”. Trata-se de texto que constitui um valioso contributo à sociologia do teatro africano.

Portanto, a ideia genérica com que se fica da leitura das obras de Mário Pinto de Andrade referenciadas neste capítulo, consiste no seguinte: a cultura, a língua e a literatura enquanto domínios do saber sociológico (a sociologia das obras da civilização) fornecem aos actores sociais um quadro de referência para a orientação da sua acção social. É a tradicional questão da sociologia sobre a formação do imaginário civilizacional e cultural, do código linguístico e do imaginário literário com base num contexto social determinado, neste caso, o espaço negro africano.

Bibliografia

Andrade, M. P. (1997), *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Sá da Costa.

Andrade, M. P. (1995a). “A literatura negra e os seus problemas”, in Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de expressão portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 385-390.

Andrade, M. P. (1995b), “Poesia negro-africana de expressão portuguesa, in Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de expressão portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 391-395.

Andrade, M. P. (1982), *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, Lisboa: Editora Ática.

Andrade, M. P. (1971a), *La guerre en Angola – Etude socio-economique* (em colaboração com Marc Olliver). Paris, Editions Maspéro.

Andrade, M. P. (1971b), 'Nouveau langage dans l'imaginaire angolais', In L. Viera, *La vraie vie de Domingos Xavier, suivi de Le complot de Mateus*, Paris: Présence Africaine.

Andrade, M. P. (1958), *Antologia de Poesia de Expressão portuguesa*, Paris: Pierre Jean Oswald.

Andrade, M. P. (1953a), *Primeiro caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, Lisboa, Abril/Maio.

Andrade, M. P. (1953b), *Esquema do problema linguístico negro-africano*. In Vértice, Coimbra, pp. 102-104.

Andrade, M. P. (1953c.), *Poesia negra de expressão portuguesa. Prefácio ao caderno homónimo*. Lisboa, Abril/Julho.

Andrade, M. P. (1952), *Do preconceito racial e da miscegenação. Palestra ao Centro de Estudos Africanos*, Lisboa.

Andrade, M. P. (1951-52a), 'Questões de linguística "Bantu" - I. Da posição do kimbundu na línguas de Angola'. In *Mensagem*, Luanda, nº 1 e 2.

Andrade, M. P. (1951-52b), 'A literatura negra e os seus problemas, I e II'. In *Mensagem*, Ano III, 12 e 13, Lisboa: CEI, pp. 1-3, 11-14

Andrade, M. P. (1951^a), 'História das civilizações em África: o passado ante-europeu'. Intervenção no Centro de Estudos Africanos, Lisboa, 16 de Dezembro.

Andrade, M. P. (1951b), 'Literatura negra e os seus problemas. Comentário à palestra proferida pelo Dr. Thomé Agostinho das Neves'. In *jornal Tribuna*.

Andrade, M. P. (1951c.), 'A propósito de um poeta Caboverdiano'. Lisboa. *Magazine da Mulher*, 14 de Outubro.

Andrade, M. P. (1951d.), 'Aspectos da literatura negro-africana. Palestra proferida na Casa dos Estudantes do Império', Lisboa, 27 de Maio.

Andrade, M. P. (1950a), *O folclore na cultura Bantu*. Lisboa, 10 de Outubro.

Andrade, M. P. (1950b), 'A expressão do Kimbundu. Palestra proferida na Casa dos Estudantes do Império', Lisboa, 2 de Abril.

Carvalho, P. (1991), *Estrutura social e linguagem. O caso da Angola colonial*, Coimbra: Instituto de Antropologia, 23 p.

Durkeim, E. (1995, 6ª edição), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, M. (1982), 'Metamorfose e premonição. Prefácio'. In F. Tenreiro, M.P. Andrade, *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Editora Ática.

Margarido, A. (1978a), *Alienação, Independentismo, negritude, mulatismo e negrismo nas poesias africanas de expressão portuguesa*. In A. Margarido, *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 79-86.

Margarido, A. (1978b), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa - da Negritude ao Combate*, Diário Popular, 15 de Junho. . In A. Margarido, *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 129 - 134.

Margarido, A. (1969), *Poesia*, Antologia Temática, Literatura Africana de Expressão Portuguesa. . In A. Margarido, *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 73-77.

Grani, G. (1977), *Sociologia da linguagem*. In G. Gurvitch, *Tratado de sociologia*, Livraria Martins Fontes Editora.

CONFLITOS SOCIAIS NA ZAMBÉZIA, 1878-1892 A TRANSIÇÃO DO SENHORIO PARA A PLANTAÇÃO

José Capela*

*A repetição de guerras, rixas e lutas que se dá na Zambézia, merece que as autoridades portuguesas prestem toda a atenção a um estado de cousas que é sinal evidente de que existem motivos ponderosos estranhos para entreter uma situação violenta incompatível com a boa administração e com os interesses da província. Urgindo conhecer a fundo as causas de um estado anómalo e inaceitável Sua Exca. o Governador Geral manda inquirir (...) se há interesses de alguém e de quem na conservação desta guerra latente, se as missões estrangeiras têm concorrido para isso e até que ponto (...)*¹

Nas três últimas décadas do século passado multiplicaram-se na Baixa Zambézia os conflitos armados. Para o período que vai de 1878 a 1900 Allen Isaacman recensou 23 revoltas camponesas, rebeliões, acções de banditismo social e de guerrilha, que designou genericamente como «formas de resistência»². Esta densidade de conflitos sociais exprime uma situação de crise para a qual têm surgido interpretações diversas. Mas não estão rigorosamente identificados nem as causas nem os intervenientes de tais conflitos, pelo que se diverge sobre a sua natureza. Este trabalho pretende contribuir para o esclarecimento de uma situação extremamente complexa.

Trato o período que vai de 1878 a 1892 porque compreende quatro conflitos que tomaram particular envergadura e cuja memória está

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

¹ Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Séc. XIX, Governo-Geral, código 11-400, fls. 26, do secretário-geral para o governador de Quelimane, 11 de Abril de 1881

² Allen F. Isaacman, *The Tradition of Resistance in Mozambique*, University of California Press, 1976, pág. 104

suficientemente documentada para poderem ser sujeitos a uma análise conclusiva. O que se passou neste curto percurso ilustra à saciedade como se caracterizou na Zambézia a transição do antigo regime para o liberalismo.

As guerras de 1878, 1881, 1884 e 1892

A guerra de 1878 ficou conhecida pela *Macuta*³. De locais diversos, surgem notícias de sublevações. É de todo improvável que estivessem sujeitas a um comando único. Mas dada a contiguidade dos territórios onde se desenvolveram e a facilidade com que se comunicava naquelas dilatadas distâncias é muito provável que se incentivassem mutuamente.

Em Maio, o capitão-mor de Sena mandara apresentar todos os inhacuaus e 40 chefes de povoação do prazo Luabo para saber porque não pagavam tributo a Caetano Maria Pereira. A resposta foi que de facto deviam o tributo mas que não podiam pagar porque o Caetano fora causa de as suas povoações ficarem completamente arruinadas pela guerra que ele mesmo fizera ao prazo deixando todos os colonos na miséria. Tinham-lhes sido roubadas todas as sementes, toda a criação, inclusivé as enxadas. Quando Caetano levava a guerra às suas terras tinham nas casas alimento e géneros para pagar o tributo. Quando regressaram do mato para onde haviam fugido não encontraram nada e as casas estavam escangalhadas. Estavam a pagar tributo ao arrendatário actual e não àquele, a quem o não tinham pago, porque se lhe não julgavam devedores uma vez que se ele, Caetano Vaz Pereira, não tivesse levado a guerra ao prazo não teriam sido roubados pelos sipais; além disso o Caetano tinha feito com que tivessem perdido 5 homens e uma mulher, mortos pelos sipais; um irmão do Caetano Pereira aproveitara a sua ausência e mandara roubar o que ficou; finalmente, ao contrário do que fizera nos dois primeiros anos, neste terceiro ano de cobrança, o Caetano Pereira deixara de cobrar pela medida regular e exigira quantidades maiores⁴.

³ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, maço 3, n.º. 1, do arrendatário (João de Jesus Maria?) do prazo Marral para o governador do distrito, 25 de Janeiro de 1878: «[...] um preto turbulento de nome *Macuta*, que foi liberto dos herdeiros do finado Caetano de Sousa Vasconcelos. Este negro, quando subiu a butaca, puseram-lhe de mocambo de um dos distritos do Marral e sempre foi turbulento e andou com suas guerrilhas [...]». Shubilugemalila Ishemo. *Economy and Society of the Lower Zambezi Basin in Mozambique ca. 1850 - ca. 1914*. Tese para P.H.D., Universidade de Manchester, 1986: «Mocuta has been a *liberto* (slave) of the late Caetano de Sousa Vasconcelos. Since of the first record of his activities on the Qua Qua and Mucombeze were recorded in 1887, it is most probable that he had escaped from slavery before the final abolition of the *liberto* status in 1878». Boletim Oficial de Moçambique (B. O.), n.º. 6, de 10 de Fevereiro de 1879, publica um relatório sobre a sublevação.

⁴ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 40, maço 1, n.º. 176, do capitão-mor dos Rios de Sena para o secretário do governo de Quelimane, 9 de Maio de 1878

Nos finais do mesmo ano, o administrador do prazo Inhassunge queixava-se de não poder pagar aos credores por causa dos roubos a que tinha sido sujeito pela sublevação. Dera ordens aos mocazambos do prazo para diligenciarem na captura dos autores da sublevação e para, confidencialmente, ordenarem o mesmo aos seus samaçosas.⁵

Por sua vez os colonos do Macuse, em Agosto, «continuavam» a não querer pagar mussoco e a não querer trabalhar dizendo seus o terreno e distrito que habitavam.⁶

A 22 de Outubro, o governador militar de Sena transmitia ao governador de Quelimane um quadro geral de actos bélicos. Segundo ele tratava-se de uma sublevação na Baixa Zambézia, uma guerra declarada aos europeus e asiáticos. Os revoltosos eram mais de dez mil. No distrito de Quelimane tinham procedido a roubos e incendiado propriedades nos prazos Xinbazo, Marral, Boror e Mazaro. Nesta localidade tinham prendido o capitão-mor e expulso o destacamento militar ali estacionado. Já em Fevereiro os colonos do Mazaro se haviam recusado a dar o nome para o censo, segundo o administrador, porque sendo embora livres mantinham a ideia de que eram escravos da antiga titular do prazo, absentista, Emília Rosário Fernandes e Silva.⁷ Em Mopeia tinham destruído a capela de S. Francisco Xavier, cortado as imagens a machado, tinham despido os moradores brancos e castigado corporalmente alguns deles.⁸

No Mahindo a sublevação terá começado também com o recenseamento para o mussoco. Foram destruídos armazens e casas de habitação e as plantações cortadas a machado.⁹

A falta de trabalhadores provocada pela revolta implicou a interrupção das obras públicas que estavam em curso em Quelimane: obras de saneamento na vila e a abertura de um canal de Mucello ao Mussange.¹⁰

O terror atingiu os moradores de Quelimane que procuraram entrincheirar-se nas casas do governo a coberto das quatro peças de fogo existentes. Alguns pediram protecção ao vice-cônsul britânico. Nada disso foi necessário porque o governador-geral socorreu Quelimane com 80 soldados que se juntaram aos 1100 sipais forneci-

⁵ *Idem*, caixa 44, maço 2, n.º. 1, de Caetano Piedade de Sousa para governador de Distrito, 17 de Dezembro de 1878

⁶ *Idem*, caixa 44, maço 4, n.º. 1, de Manuel Cardoso Carvalheiro para governador do distrito, 30 de Agosto de 1878

⁷ *Idem*, caixa 8-46, maço 1(6), do administrador do prazo, Joaquim Augusto, para o governador do distrito de Quelimane, 7 de Março de 1878.

⁸ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 16, maço 3, n.º. 79, do comandante militar de Sena para o governador de Quelimane, 22 de Outubro de 1878

⁹ F. Gavicho de Lacerda, *Cartas da Zambézia (Assuntos Coloniais)*, 2.ª edição, Lisboa, 1923

¹⁰ João de Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, II, Lisboa 1884, pág. 397

dos por senhores de prazos para a defesa da vila¹¹.

O comerciante Cosimo Natalino de Figueiredo, antigo arrendatário do prazo Maganja aquém Chire, foi condenado por ter distribuído armas aos revoltosos e morreu na prisão.¹² Outro comerciante, Caetano António da Fonseca, foi condenado a cinco anos de prisão por ter divulgado entre os rebeldes que o governo tinha mandado ao capitão-mor do Mazaro uma porção de gargalheiras para prender uns milhares escravos com que iria pagar uma dívida aos ingleses; por ter distribuído pombe aos revoltosos na sua casa de Mopeia, sendo esta e as outras propriedades do Caetano respeitadas e saqueadas as dos vizinhos; por ter recebido em sua casa (respeitada e protegida pelos revoltosos) os filhos de um dos principais chefes da revolta.¹³

A 2 de Janeiro de 1881 amotinaram-se os povos do prazo Mugovo «por causa das questões do mussoco». No dia 6 revoltou-se toda a Maganja (além Chire) invadindo os prédios dos moradores e impedindo a sua saída da Maganja para Sena e tomando conta de todas as embarcações. Só nos luanes de Sebastião Salvador de Sousa e de Rogaciano Vidigal estavam mais de 800 pretos «comendo à sua vontade e destruindo o que encontravam». O estado da vila de Sena e da Maganja era péssimo¹⁴. Segundo relatório do governador-geral, era a quinta vez que os habitantes dos prazos Maganja e Mugovo pegavam em armas. Entre eles estava grande número de serviçais (sc. achicunda) de D. Ana Apolónia de Almeida, vulgo Cativa, que eram os principais revoltosos, oriundos do distrito de Mapire no prazo Maganja. Eram cerca de 10 000. Segundo o governador, a rebelião devia-se a questões havidas entre os colonos do Mugovo e o capitão do prazo Chuamba por causa da cobrança do mussoco. Questão que se terá agravado pela indisposição que havia contra o arrendatário José António Alves, marido de D. Ana, «a quem os indigenas dizendo-se escravos da mulher, apesar do decreto de 25 de Fevereiro de 1869, não respeitam de modo algum». Da Maganja os revoltosos obrigaram o muanamambo do prazo a apresentar-se com uma panja que servia para cobrar o mussoco e que tinha a capacidade de quatro panjas ordinárias, ameaçando-o com a morte se ele não se apresentasse. O governador comenta: «[...] reconheci que não havia motivo para esta queixa, pois conquanto a panja fosse quatro vezes maior do que a da

¹¹ Eric Axelson, *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*. Johannesburg, 1967, pág. 137

¹² Leroy Vail e Landeg White. *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. Heinemann, 1960, pág. 74. Segundo o comandante militar de Sena, cit., o que corria entre os revoltosos era que «em Quelimane lhes foram agarrados pelo governo os seus filhos os quais dizem foram embarcados para fazer escravatura».

¹³ B.O. nº. 32 de 9 de Agosto de 1888, acórdão da Junta de Justiça.

¹⁴ *Jornal O Africano*, Quelimane, 13 de Março de 1881, correspondência de Sena de 17 de Fevereiro

câmara é certo porém que cada palhota ou casal pagava aquela medida em mantimento cafreal (mapira); pelo preço acabam por pagar muito menos que nos prazos de aquém Chire. Os principais milandeiros eram os capitães ou cobradores de mussoco que roubavam tanto os colonos como o arrendatário. A rebelião foi sufocada por um exército reunido em Sena e constituído por 1200 homens do capitão-mor de Manica, 1100 do capitão-mor do Guengue, 1000 do capitão-mor de Sena, 500 do sargento-mor de Sena, 500 do capitão-mor do Massingir e 400 de João Eduardo Coelho Barata¹⁵.

A guerra de 1884 ficou conhecida como o *Levantamento do Massingir*.

O Massingir era terra de senhorio da família Vaz dos Anjos desde as primeiras décadas do século. Em finais de 1881 o último dos Vaz dos Anjos foi assassinado por achicunda de Dona Ana Cativa, também ela senhora de escravos.¹⁶ Os achicunda de Vaz dos Anjos em meados do ano seguinte «continuavam sem reconhecer ninguém e vacilando se devem ou não entregar as terras ao governo».¹⁷ A 23 de Setembro de 1882 essas terras foram oficialmente ocupadas pela autoridade portuguesa em cerimónia a que estiveram presentes os capitães do prazo, sangiras e muenes.¹⁸ A 5 de Março de 1884 o tenente Vitorino Teixeira d'Almeida Queirós tomou posse do comando militar do Massingir.¹⁹ Durante uma semana sucederam-se as festas com que a população o recebeu. O comandante não deixou de manifestar o seu regozijo por «os sipais do Massingir de quem tive tão aterradoras informações antes de para cá vir não faltaram em vir trazer-me seus respeitos em força de 140 homens [...]».²⁰ No entanto, esta visão idílica da situação depressa se alteraria. Logo no mês seguinte estava a lamentar-se porque as autoridades tradicionais que o vinham cumprimentar, apesar das suas insistências e das promessas em contrário, jamais lhe tinham fornecido um único homem para a companhia de sipais que ele pretendia organizar. A primeira acção a executar pelo comandante do posto seria o recenseamento com a finalidade última da cobrança do mussoco. Achava no entanto que seria impossível executar o recenseamento porque os chefes estavam a cobrar para si mesmos os tributos da população desde que morrera o

¹⁵ B.O. n.º. 11, 4 de Março de 1882, relatório do governador de Quelimane, José d'Almeida de Ávila, 22 de Maio de 1881

¹⁶ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 40, maço 1, n.º. 208, do capitão-mor dos Rios de Sena para o governador de Quelimane, 9 de Novembro de 1881

¹⁷ AHM, códice 11-1178, fls. 14, vs., do governador de Quelimane, José Melo Almeida de Ávila, para o governador-geral, 13 de Junho de 1882

¹⁸ B. O. n.º. 40, 23 de Setembro de 1882

¹⁹ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 22, maço 5, n.º. 11, do comandante militar do Massingir para o governador de Quelimane, 5 de março de 1884

²⁰ *Idem*, do comandante militar do Massingir para o governador de Quelimane, 23 de Março de 1884

Mariano Vaz dos Anjos. Além disso sonegavam os escravos que possuíam e tudo faziam para ocultar as populações aos recenseadores.²¹ Ora no primeiro ano que a autoridade portuguesa se exerceu no Massingir não foi cobrado mussoco. No segundo ano não houve oposição à cobrança. Uma vez instalada a força militar, pretendeu-se fazer a cobrança não somente aos homens e mulheres mas também aos rapazes e raparigas. O chefe Bezingué protestou, foi preso e quando era conduzido a caminho de Quelimane fugiu e regressou à terra em Julho de 1884.²² A 18 desse mesmo mês a aringa onde estava a guarnição foi atacada e o comandante e soldados massacrados.²³ Os homens do Massingir preparavam-se para tomar os prazos da margem esquerda do Zambeze.²⁴ A 26 foi morto no Chamo, lugar da margem esquerda do Chire, o negociante José Augusto Freitas e roubada toda a sua fazenda. Os revoltosos foram avassalando as terras e destruíram e assaltaram armazens da Afrikan Lakes Company, das companhias francesa e holandesa, até atingirem as instalações da Companhia da Cultura e do Comércio do Ópio em Mopeia. O pânico atingiu Quelimane.²⁵ No dia 11 de Agosto foi cercado e atacado o luane da Companhia do Ópio. Caldas Xavier, administrador do prazo da Maganja de aquém Chire e da Companhia, juntamente com um seu irmão, um maquinista e um escasso número de alguns mais refugiaram-se num armazém onde resistiram durante sete horas. Foram socorridos no limite da sua capacidade de resistência por uma força ida de Quelimane, constituída por súbditos estrangeiros.

O governador-geral organizou a contra-ofensiva em Quelimane a partir de 7 de Agosto. Fez convergir sobre o Massingir 150 soldados e 8 oficiais das guarnições da Ilha de Moçambique e de Quelimane assim como as forças de sipais da Maganja da Costa, de Manuel António de Sousa do Bárúê e dos Ferrão de Sena. O governador-geral, nessa altura, calculava o total dos efectivos em 1500 homens.²⁶ No final das operações elevava o seu número para 5000.²⁷

A guerra foi oficialmente dada como finda a 3 de Novembro de 1884. Nesta data, na aringa do falecido Mariano Vaz dos Anjos, reuniram os chefes das forças organizadas para sufocarem a revolta: o

²¹ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 22, maço 5, n.º. 16, do comandante militar do Massingir para o governador de Quelimane, 9 de Abril de 1884

²² Eric Axelson, *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*, Johannesburg, 1967, pág. 166

²³ AHM, códice 11-28, fls. 65, confidencial do governador-geral para o ministério da Marinha, 20 de Agosto de 1884

²⁴ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 58, maço 3, n.º. 141, do comandante militar de Sena para o governador do distrito de Quelimane, 24 de Julho de 1884

²⁵ Eric Axelson, *idem, ibidem*

²⁶ AHM, códice 11-28, fls. 63 vs., confidencial, do governador-geral para o ministério da Marinha, 20 de Agosto de 1884

²⁷ *Idem*, fls. 98 vs., do governador-geral para o ministério da Marinha, 13 de Dezembro de 1884

coronel honorário Manuel António de Sousa, o capitão-mor de Sena, Anselmo Henriques Ferrão, o sargento-mor de Sena, Zacarias Henriques Ferrão e Aurélio Rosa da Silva, comandante das forças da Maganja da Costa. Segundo a acta deste encontro o Manuel António de Sousa ocupara o Missange onde obrigara os revoltosos a entregar o alferes Curado e o filho do capitão Queirós que tinham escapado ao massacre, duas peças de artilharia bem como os cabeças da rebelião, os pretos Bezingué e Raposo. O Aurélio Rosa da Silva recebera na Chimoara o comando das forças da Maganja da Costa de Mariano Henriques da Nazareth que, por alegada doença, regressara a Quelimane, dali marchou para o Massingir, bateu os revoltosos na serra da Morrumbala, encontrou-se depois com as forças de Manuel António de Sousa e seguiram juntos para o Massingir²⁶. Pelo que o governador de Quelimane pôde garantir ao governador-geral que as forças fiéis já tinham entrado na aringa do Massingir onde não haviam encontrado ninguém²⁹.

A guerra de 1892 tem origem na que ficou conhecida como «República Militar da Maganja da Costa»³⁰ que vigorou entre 1862 e 1898, no território confinado entre os Rio Moniga, ao norte, e o Licungo, ao sul. João Bonifácio Alves da Silva, senhor da terra, morreu na conquista de Angoche a 19 de Outubro de 1961. Um ano depois o seu exército de achicunda regressava à Maganja da Costa. Segundo Azevedo Coutinho que viria a invadir, a conquistar e a destruir a república, os achicunda regressaram «cheios de fama, de despojos - de soberba, assim se criou, em terras da Zambézia, um poderio militar que largo tempo foi considerado indomável e impossível de submeter e que havia de crescer gradualmente em força e em atrevimento»³¹. Os achicunda, uma vez privados de senhor, aceitaram como sucessor do Bonifácio o seu irmão Vitorino que viria a morrer em 1867³². À morte de Vitorino ter-se-á candidatado à herança um seu meio irmão (filho da mesma mãe), de nome Salustiano Norberto de Moraes. Sem êxito, porque, de harmonia com a lei costumeira, os achicunda só aceitavam como novo senhor um herdeiro directo do antigo. Foi assim que quem ficou na posse efectiva da Maganja da Costa, foi o capitão dos achicunda, de nome Mateus, em nome da mãe do João Bonifácio, D. Theodora Temporário de Mattos³³. Dos serviços destes

²⁶ AHM, Distrito de Quelimane, caixa 12, maço 4 (9), n.º. 1, Termo em que se lavrou a tomada [...], 3 de Novembro de 1884

²⁷ *Idem*, caixa 88, maço 2, n.º. 90, do encarregado do governo de Quelimane para o secretário-geral do governo, 8 de Novembro de 1884

²⁸ José Capela, *A República Militar da Maganja da Costa, 1862-1898*. Porto, 1992

²⁹ Azevedo Coutinho, *Memórias*, pág. 476

³⁰ AHM, códice 11-1504

³¹ *Idem*, códice 11-194, do governador de Quelimane Joaquim José Lapa para o secretário-geral, 13 de Maio de 1893.

achicunda passaram a valer-se familiares da titular do senhorio, entre eles José Bernardo de Albuquerque e Mariano Nazareth. Ambos arrendatários de prazos e personagens localmente influentes, aparecem frequentemente a relacionar-se com os maganjeiros como de seus escravos se tratasse.

São estes achicunda que, nos começos de 1898, são acusados de estarem a raziar os prazos Licungo, Macuse, Boror, Nameduro, Tirre e a assaltar casas de comércio. Eram acompanhados pelas populações que tinham sublevado. Outros dirigiam-se aos prazos Andone e Anquase onde se lhes iriam reunir os que haviam passado pelo Penguerrine para, juntos, atacarem Quelimane. Os caminhos do Macuse foram ocupados e o administrador do prazo não reagiu porque temia a revolta geral a que não poderia resistir. O cazembe da Maganja que comandava a invasão no Macuse reuniu todos os muenes e impôs-lhes que não pagassem mussoco sob pena de morte. A 20 de Fevereiro cem achicunda atravessaram o rio Mabala acompanhados por 400 homens e dois muenes, Batella e Dulavide, do prazo Macuse. No dia seguinte atacaram a defesa do prazo que fora reforçada com tropa de Quelimane. O tiroteio durou todo o dia após o que retiraram os atacantes levando consigo 30 prisioneiros. A retirada impressionou fortemente as populações que tinham os maganjeiros na conta de invencíveis. No entanto repetiram-se os ataques, tendo sido o último a 13 de Março³⁴.

Foram suspensas as garantias no distrito de Quelimane e foi proibida a venda de armas e pólvora no distrito³⁵. A suspensão de garantias foi levantada em Maio mas manteve-se a proibição de venda de armas e pólvora.³⁶ Em Quelimane foi elaborado um plano minucioso de defesa na perspectiva de ataque à vila.³⁷ Três muenes e mais cinco indivíduos do Macuse foram presos e mandados para Quelimane pelo administrador do prazo que também informava que o Licungo estava revoltado.³⁸ A revolta no Licungo era confirmada pelo administrador deste território, Mariano Henriques de Nazareth, ele próprio instigador da sublevação. Aproveitando-se da sua ausência os

³⁴ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 43, maço 5 (1), n.º. 54, dos arrendatários dos prazos Boror e Tirre para o governador do distrito da Zambézia, 7 de Janeiro de 1898; *idem*, caixa 45, maço 5 (1) n.º. 40, do administrador dos prazos Nameduro, Tirre e Andone para o secretário do governo distrito, 18 de Fevereiro de 1892, e n.º. 41, 19 de Fevereiro de 1892; *idem*, caixa 44, maço 4 (1), n.º. 25, do administrador do prazo Macuse, José Silvestre Correia, para secretário do governo de Quelimane; *idem*, caixa 45, n.º. 42, do administrador dos prazos Nameduro, Tirre e Andone para o secretário do governo do distrito, 23 de Fevereiro de 1892; *idem*, caixa n.º. 45, 16 de Março de 1892.

³⁵ B. O. n.º. 13, 26 de Março de 1892, portaria de 16 de Março de 1892.

³⁶ B. O. n.º. 21, de 21 de Maio de 1892.

³⁷ AHM, Governo-Geral, caixa 17, maço 2 (22), *Relatório da Comissão para estudar e concordar no melhor plano de defesa da vila de Quelimane e de ataque à Maganja da Costa*, 16 de Abril de 1892

³⁸ *Idem*, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, Maço 4 (1), n.º. 26, do administrador do prazo Macuse para o secretário do governo do distrito, 29 de Fevereiro de 1892

revoltosos estariam a danificar a povoação em que habitava mas retiraram à sua chegada. Convocara os grandes da terra e estava convencido de que se viessem, tudo se resolveria. Em caso contrário expulsá-lo-iam tanto mais que pretendiam anexar o Licungo à Maganja da Costa.³⁹

Por onde passaram os revoltosos destruíram tudo quanto era obra e bens de europeus e de asiáticos. O que não puderam levar consigo foi inutilizado. As casas dos colonos do Nameduro que não aderiram foram destruídas.⁴⁰

Uma vez batidos no Mexixine e no Macuse os achicunda regressaram à Maganja da Costa com os despojos e os prisioneiros. Passaram a cobrar mussoco em géneros e em dinheiro nos prazos Tirre, Macuse e Licungo a pretexto de estarem a planear nova guerra e o Tirre mantinha-se sublevado. De facto não se seguiu outra guerra.

Quem esteve no comando das operações foi um tal Aurélio Roza da Silva (*mozungo* Vitorino).⁴¹ Este Aurélio, depois de ter comandado os da Maganja da Costa na guerra do Massingir, em 1878, em substituição de Mariano Henriques da Nazareth, foi lá instalar-se ao serviço de José Bernardo de Albuquerque quando a este foi passada procuração pela senhora do território, D. Theodora Temporário de Mattos, para o administrar.

Constata-se que em todos os casos os agentes fulcrais das sublevações são os achicunda ao serviço dos senhores, como é flagrante no caso da Maganja da Costa, ou em conflito com senhores da última hora cuja autoridade rejeitam, como na *Macuta*.

Exceptuando o caso da Maganja da Costa, em todos os outros a cobrança do mussoco é causa próxima da revolta.

São comuns a todos os roubos, a pilhagem e as depredações que incidem nas propriedades dos europeus e indianos mas que não poupam os colonos.

Há um caso de recusa selectiva do pagamento do mussoco que é negado ao arrendatário antigo que expoliava os contribuintes mas que é satisfeito ao arrendatário novo.

Em todos os casos, de forma mais ou menos evidente, há senhores envolvidos nas revoltas.

Em 1878 foi atacada e expulsa a guarnição militar do Mazaro e em 1884 massacrada a do Massingir.

³⁹ *Idem*, caixa 44, maço 7, n.º. 18, do administrador do prazo Licungo para o secretário do governo, 24 de Fevereiro de 1892

⁴⁰ *Idem*, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, maço 5, n.º. 89, do agente da autoridade no prazo Nameduro para o secretário do governo da Zambézia, 23 de Agosto de 1896

⁴¹ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, maço 5, n.º. 46

A sociedade zambeziana

Para compreensão da crise de que estas guerras e sublevações são a expressão mais evidente há que ter presente o quadro alargado da história e da sociedade zambezianas que se revestem de grande peculiaridade no todo da colonização portuguesa. É o que vamos tentar esboçar.

A sociedade zambeziana compunha-se de grupos perfeitamente estratificados em que eram principais: os senhores ou *mozungos*, os escravos e os colonos. Nas três últimas décadas de oitocentos surgiram no terreno os executores das companhias de plantação e os representantes de grandes casas comerciais europeias.

Os senhores (comumente designados *mozungos*) emergiram naturalmente na organização que a sociedade zambeziana a si mesma se deu após o aparecimento dos portugueses e foram depois institucionalizados pela coroa de harmonia com a ordem vigente nos territórios de seu domínio.

Havendo embora a proibição estrita de os portugueses se estabelecerem no interior das terras, em 1530 já havia centenas deles no mato a negociar marfim e ouro. Os lucros do negócio entre a costa oriental de África e a Índia eram fabulosos pelo que a incursão de aventureiros ao longo do Zambeze se multiplicou⁴². Em 1550, quando o missionário jesuíta Gonçalo da Silveira chegou ao Monomotapa os portugueses estavam lá estabelecidos e familiarizados com o meio e com a côrte. Paralelamente ou em sobreposição aos poderes locais foram estabelecendo o seu próprio poder.

Dois factores terão contribuído particularmente para a fixação dos portugueses. As expedições que, em 1571 e 1574, se destinavam a vingar a morte de Gonçalo da Silveira e a concessão das minas feita pelo Monomotapa aos portugueses em 1604. Das expedições que fracassaram totalmente ficaram no terreno numerosos trãsfugas. A concessão terá favorecido a sua instalação. O que não há dúvida é que os portugueses estavam já organizados, na Zambézia, na segunda metade do século XVI. Na primeira metade do século seguinte a posse das terras estava a ser formalizada embora de uma forma um tanto atrabiliária, constando dessa altura os mais antigos aforamentos. Ora os senhores aparecem simultaneamente com o assenhoreamento efectivo de terras e de escravos e com a necessidade da administração do poder. Como os agentes da coroa não chegavam ao interior nem dispunham de meios para administrar a justiça eram os próprios

⁴² Alexandre Lobato. *No Centenário de Neutel de Abreu: Sobre as Causas da Ocupação Tardia do Norte. Num Relance pela História de Moçambique*, s/local de publicação, s/d

moradores que constituíam o seu poder. Ricos e poderosos chegaram a rejeitar a aplicação da justiça da coroa. Assim apareceram os capitães-mores, às vezes designados por capitães-juizes pois «que juntamente são juizes ordinários, e dos órfãos, provedores de defuntos e toda justiça em seus distritos». Os mozungos que exerciam este senhorio eram, a breve trecho, maioritariamente, goeses, e mestiços da mais variada mestiçagem: de reinóis, de goeses, de africanos, de índios e outros asiáticos. Além de todos esses, também indígenas.

Foi nestas circunstâncias que surgiram os Prazos da Coroa: «forma de enfiteuse em que a investidura era feita *ad tertiam generationem et nominationem*, como já era costume no tempo das Ordenações Afonsinas, directamente pelo rei ou através de capitães ou governadores-gerais ou governadores subalternos. Uma instituição tradicional do direito português, portanto, largamente experimentada no Estado da Índia e depois levada à outra costa do Índico»⁴³.

Característica dos Prazos da Coroa na Zambézia é a de se tratar de um sistema que, na prática, se sobrepõe e toma o lugar do que por muitos chega a ser considerado como um tipo de feudalismo pré-existente à chegada dos portugueses⁴⁴.

Como senhoras de prazos aparecem também as donas, elas próprias titulares efectivas e administradoras de terras e de escravos como qualquer senhor feudal. Dotadas com terras para contratos nupciais, por absentismo de cônjuge de casamento de conveniência, por viuvez ou por qualidade de carácter comportaram-se tal e qual como qualquer senhor de prazo incluindo o uso da violência que fizeram de forma generalizada e desmesurada.

Senhores de terras muitas vezes extensíssimas, eram-no também de escravaturas às centenas e das rendas pagas pelos colonos, às vezes de minas de ouro e de outras indústrias e sempre do comércio, actividades estas exploradas pelos escravos.

Com o advento do regime liberal multiplicaram-se as tentativas de extinção dos prazos. O decreto de Mousinho da Silveira de 13 de Agosto de 1832 fê-lo mas sem efeito em Moçambique. Um decreto de 1854 aboliu os Prazos da Coroa em Moçambique e substituiu «todas e quaisquer obrigações, serviços pessoais ou prestações de qualquer denominação, impostos aos colonos e habitantes livres, por um imposto único de 1\$600 réis por palhota». Estava criado o que ficaria conhecido como «imposto de palhota». Na Zambézia manteria sempre a designação de *mussoco*. Uma portaria de 12 de Dezembro de 1867,

⁴³ Narana Cossóiró, *O Regime das Terras em Moçambique* in Moçambique: Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. Lisboa

⁴⁴ Ernesto de Vilhena, *Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, 1916 e Allen F. Isaacman, *Mozambique: The Africanization of a European Institution*, The University of Wisconsin Press, 1972

regulamentando o decreto de 1854, manda que a cobrança do novo imposto se faça por arrematação e por prazos. Mantinha-se tudo na mesma até porque a entidade que ficou a cobrar o imposto, arrendatário ou administrador, continuava a exercer as funções do antigo senhor enfiteutico. Em 1880, novo decreto desapossa os enfiteutas dos prazos mas cede-lhes terrenos em recompensa. O governador-geral Augusto de Castilho consegue passar alguns para a administração directa do Estado entre 1885 e 1888 mas em 1886 ainda são feitas concessões por arrematação trienal e prorrogações de arrendamentos anteriores: as do prazo Maganja aquém Chire, por trinta e dois anos, à Companhia da Cultura e do Comércio do Ópio e a do Mahindo por trinta anos. Estes dois últimos prazos serão parte dos palcos das guerras de 1884, o primeiro, e da Macuta, em 1878, o segundo.

Os portugueses tão depressa chegaram a Moçambique logo tomaram escravos a seu serviço. Mas ao contrário do que sucedeu na costa ocidental, na oriental só bastante depois de ali terem chegado é que se dedicaram ao tráfico de escravos em grande escala. Enquanto a frequência da costa ocidental foi motivada pelo tráfico de escravos, Moçambique começou por ser um ponto de apoio à rota da Índia e o engodo comercial que atraiu os portugueses para o interior foi o do ouro e não o dos escravos. Foi a miragem do ouro e da prata que os levou a fixar-se, logo no século XVI, ao longo do vale Zambeze. Não se dedicando embora até às primeiras décadas de setecentos ao tráfico sistemático de escravos não deixaram de dispor deles em grande número para serviço próprio. Gonçalo da Silveira, a caminho do Monomotapa, baptizou, de uma assentada, 500 escravos de portugueses e muitos dos carregadores que Francisco Barreto levou na sua incursão militar com o mesmo destino tinham sido comprados ao longo do caminho. Uma forma muito comum de dar entrada nos grupos de escravos dos senhores era a do «corpo vendido». Assim se dizia porque eram os próprios que se apresentavam à venda aos seus futuros senhores. O que acontecia em situações de fome, de fuga a sentenças, etc. Este costume arreigou-se de tal maneira que mesmo quando disposições legais tentaram acabar com esse tipo de escravização tanto senhores como subordinados procuraram furtar-se aos efeitos da lei. Como quer que fosse senhores havia de largas centenas de escravos. Estes escravos chegados ao senhor seriam, mais tarde, conhecidos por *chicunda* (pl. *achicunda*) e, após a abolição efectiva da escravatura, mantiveram a sua identidade de grupo ao ponto de muitos investigadores os terem classificado como etnia. Armados e às

vezes militarizados, eram a guarda pretoriana do senhor, o seu exército, e faziam a caça e o comércio à distância por conta do mesmo senhor. Viviam em aldeias exclusivas e tinham eles próprios escravos seus, para além de capitanearem outros escravos e escravas do senhor em serviços como a mineração e a agricultura.

Os achicunda eram, por conseguinte, uma ordem privilegiada de escravos. O dispor de uma arma atribuía-lhes importância acima de qualquer outra.

Dada a preponderância que os achicunda assumiram na história da Zambézia, nomeadamente as acções, inclusivé as acções bélicas, que desenvolveram com total autonomia, será legítimo classificá-los como escravos? Até finais do século XIX tanto os senhores os tinham na conta de propriedade sua e nessa qualidade os transacionavam ou transmitiam em herança como os próprios achicunda se comportavam na mais estrita obediência e total fidelidade aos senhores que reconheciam como tais. Este senhorio foi exercido até à extinção dos prazos, quando os senhores já não eram os enfiteutas mas os administradores ou arrendatários dos mesmos prazos. A relação senhor-escravo manteve-se muito para além da abolição legal da escravatura. Em 1888, Caldas Xavier defendia que os arrendatários eram «indispensáveis ao negro da Zambézia e à protecção a que eles chamam *parede*».⁴⁵ Com a promulgação da legislação liberal que abolia a escravatura, os achicunda passaram a ser designados primeiro por *libertos*, estado a que passavam segundo a lei, e, mais tarde, por *sipais*.

O grosso da população nos prazos era constituída pelo colonos, em princípio livres mas sujeitos à prestação de rendas ao senhor, como vimos.

Nas três últimas décadas aparecem no palco zambeziano o novo funcionalismo da ordem liberal, os agentes das casas comerciais europeias, os comissários das companhias de plantação e os militares que vão fazer a ocupação efectiva do território.

O estado da questão

As guerras na Baixa Zambézia despertaram a curiosidade dos melhores especialistas da historiografia moçambicana contemporânea cujas análises passamos a sintetizar.

A primeira foi a de Eric Axelson⁴⁶ que apresenta como causa para a guerra de 1878 a que foi fornecida pelo vice-cônsul britânico: o

⁴⁵ In Ernesto Vilhena, *Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, pág. 28

⁴⁶ *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*, Johannesburg, 1967

mau tratamento dado pelos senhores aos seus negros; os factos precipitaram-se por causa do recenseamento destinado á cobrança do imposto de palhota que os colonos temeram fosse um primeiro passo para a escravização ou para o trabalho forçado. Cita uma opinião segundo a qual os senhores de prazos não eram melhores do que bandidos tão prontos a desafiar o Governo como a apoiá-lo.

Relativamente ao levantamento do Massingir, de 1884, limita-se a debitar as informações do cônsul britânico em Moçambique segundo as quais a única causa referida para a guerra seria a cobrança do mussoco. Ao caso da Maganja da Costa não se refere uma vez que ultrapassa o período considerado pelo seu estudo.

Para Allen F. Isaacman⁴⁷ foi a incapacidade da autoridade colonial para proteger o Massingir contra as invasões dos Makololos (teria sido essa uma das razões porque os massingires aceitaram a presença militar portuguesa no território) e o seu excesso de zelo em impor a administração portuguesa que precipitou a rebelião de 1884. A proibição da prática de tradições de carácter religioso também teria estado na causa da revolta. Ao estabelecer que *they had effectively liberated the entire lower Shire Valley from European control* Isaacman mantém o ponto de vista segundo o qual o objectivo dos massingeres era o de libertarem a Baixa Zambézia do controlo europeu.

Estes e outros casos são, para Isaacman, disputas de soberania entre Portugal e os estados secundários. As relações foram boas até ao momento em que Lisboa colocou os estados secundários na posição de agentes subordinados, deixando de lhes reconhecer a sua autonomia. Os levantamentos de 1878, 1884 e 1892 teriam sido rebeliões contra a soberania portuguesa. A partir de 1856, quando a Inglaterra começou a afirmar a seu interesse sobre o Vale do Zambeze, Portugal passou a alimentar relações diferentes com os chefes locais, inclusivé fazendo-os capitães e sargentos-mores. As autoridades portuguesas facilitavam aos estados secundários o tráfico da escravatura que lhes permitia a aquisição de armas. «Embora cada dos estados secundários em última análise rejeitasse as aberturas de Portugal, de facto constituíram um braço armado de Lisboa em primeira instância».

Segundo Leroy Vail e Landeg White⁴⁸ a revolta *Macuta* foi provocada pela ameaça do imposto de palhota de que o recenseamento era o prenúncio. Cosimo Natalino de Figueiredo, comerciante e antigo arrendatário do prazo Maganja aquém Chire, que distribuiu armas aos revoltosos, Caetano António da Fonseca que terá espalhado o

⁴⁷ *The Tradition of Resistance in Mozambique*, University of California Press, 1976, pág. 132 e segs.

⁴⁸ *Capitalism and Colonialism in Mozambique*, Heinemann, 1980, págs. 73 e segs.

boato de que o governo ia fazer escravos para entregar aos ingleses assim como outro comerciante e arrendatário de prazos, João Eduardo Coelho Barata, são considerados por estes autores como nova geração de comerciantes em oposição aos velhos senhores de prazos e de escravaturas. Veremos que não era assim.

Vail e White atribuem a revolta do Mugovo ao facto de os colonos estarem a ser roubados na cobrança do mussoco, estarem a ser sujeitos a uma «quádrupla tributação» que é como estes autores designam o facto de os cobradores utilizarem uma medida vantajada para os cereais. Também porque o marido de D. Ana Cativa se recusara a libertar os escravos conforme a lei de 1875.⁴⁹

Quanto ao levantamento do Massingir, em 1884, Vail e White centram a sua análise no ataque às instalações da Companhia do Ópio com que culminou a insurreição. São estes autores que consideram impropriedade a adopção que M. D. D. Newitt faz da interpretação de Caldas Xavier segundo a qual teria sido João Eduardo Coelho Barata, representante dos «velhos» interesses, o instigador do ataque à Companhia. Para Vail e White, Barata *was not a representative of the 'old' but one of the new men in the area, being among the most successful of those who traded for African produce*. Admitindo que ainda não surgiu uma interpretação geral adequada desta insurreição, estes autores consideram no entanto que, na sua globalidade, incluía «uma larga expressão de descontentamento da parte de muitos grupos da Zambézia» e que se tratou de «resistência popular à nova ordem emergente na Zambézia». No que respeita à guerra de 1892, Vail e White limitam-se a registar o acontecimento como evidenciador da fraqueza portuguesa quanto à ocupação efectiva do terreno.⁵⁰

René Pélissier aponta duas causas principais para a guerra de 1878. O que se passou na zona do Massingir terá ficado a dever-se à dificuldade em encontrar mão-de-obra para a plantação do ópio que iniciava os seus trabalhos. Os senhores eram-lhe hostis e impediam o recrutamento dos colonos. A companhia utilizou soldados para fazer o recrutamento pelo terror. Nos prazos do distrito de Quelimane estava a introduzir-se a administração directa e a substituir-se o imposto de capitação pago pelos colonos ao senhor pelo imposto de palhota cobrado pelos administradores. Este sistema retirava os proveitos e o prestígio aos senhores e aos seus chefes de guerra. Simultaneamente tinha sido declarada a abolição oficial da escravatura e tinham surgido as companhias de plantação que dependiam de mão-de-obra regular e abundante. São atingidos portanto tanto os colonos com o

⁴⁹ Vail & White, citados, pág. 76

⁵⁰ *Idem*, pág. 109

recrutamento que os obriga a pagar o imposto e os leva para o trabalho compelido como os senhores e as autoridades tradicionais que ficam sem os tributos.⁵¹

Quanto ao levantamento do Massingir, o que se passou no baixo Zambeze terá ficado a dever-se exclusivamente aos colonos dos prazos que terão sido induzidos à revolta pelos *mozungos* prejudicados pela presença da Companhia do Ópio, gerida por Caldas Xavier, simultaneamente director geral da Companhia e administrador territorial do prazo Maganja aquém Chire.

Havia uma rede de descontentes nos prazos «domesticados» e os *libertos* (isto é, os achicunda) de duas donas foram em ajuda dos autênticos revoltados do Massingir. Considera que na sua essência a revolta é anti-branca, anti-comerciante, saqueadora e sem futuro porque sem um objectivo comum aos massingires e aos dos prazos do delta, mais do que o desejo de manter a ordem antiga dos senhores e de restabelecer a autoridade do Massingir desde Morrumbala até Mopeia.⁵²

Quem alimenta uma visão mais global do profundo significado dos acontecimentos belicosos e nos fornece portanto uma interpretação mais convincente da situação é M. D. D. Newitt⁵³. Visão moldada nesta síntese: nos anos 80 a Zambézia presenciou a clássica confrontação entre feudalismo (as famílias afro-portuguesas e as chefias tradicionais africanas cujo status dependia dos seus exércitos privados e do tributo cobrado ao campesinato) e o capitalismo (representado pelos concessionários das plantações e casas comerciais crescentemente apoiadas por um aparato de estado burguês, débil ainda mas fortalecendo-se rapidamente).

Capitalismo vs. Senhorio

Intervindo embora factores menores de larga diversidade, a causa remota do grande e global conflito que se desenrolou na Baixa Zambézia na segunda metade de oitocentos foi a intromissão violenta que o capital personificado nas companhias de plantação fez por aquele mundo de características feudais adentro. Foram muitos os intervenientes que disso mesmo tiveram a mais perfeita consciência e um deles exprimiu-a lapidarmente: «À Zambézia das donas, dos batuques, dos mozungos, dos almoços pantagruélicos, dos nababos

⁵¹ René Pélissier, *Naissance du Mozambique: Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)*. Pélissier, 78630 Orgeval, France, 1984, págs. 356 e segs.

⁵² *Idem*, págs. 370 e segs.

⁵³ *The Massingire Rising of 1884*, *Journal of African History*, XI, 1 (1970), pp.87-105 e *A History of Mozambique*, Londres, 1995

brancos e pretos, servidos por legiões de nhenhas e moleques, à velha Zambézia, pitoresca, sem dúvida, mas improdutiva, substituiu-se uma outra, brutalmente talvez, acotovelando a antiga, e que venceu porque era forte e porque, implacável, obedecia a uma lei do progresso». ⁵⁴

Esta intromissão que foi a do liberalismo em Moçambique formalmente começou muito antes das convulsões com que culminou na Baixa Zambézia.

Já em finais de setecentos a ameaça da «propagação dos abomináveis e destrutíveis princípios da Liberdade e da Igualdade» em Moçambique estava a preocupar o governo de Lisboa. ⁵⁵ Os reflexos longínquos da Revolução Francesa também chegaram a Moçambique mas sem provocarem convulsões com qualquer efeito imediato no sistema social prevalecente no vale do Zambeze. A revolução de 1820 teve correspondência em Moçambique com um golpe militar em 25 de Junho do ano seguinte. ⁵⁶ Para além de alguma agitação na capital e de vagas ameaças de secessão de Rios de Sena no sentido de se unir ao Brasil ⁵⁷ com a finalidade de manter o fornecimento de escravos que estava a ser feito, nada mais de assinalável se registou até 1840. Foi a 29 de Março deste ano que tomou posse como governador-geral o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho. Pela primeira vez em Moçambique alguém com autoridade se dispôs a aplicar o decreto de 10 de Dezembro de 1836 que abolia o tráfico da escravatura. O que lhe valeu a exoneração em Maio do ano seguinte. ⁵⁸ As medidas legislativas que se multiplicaram a partir de 1836 no sentido de abolir o tráfico, primeiro, e a escravatura, depois, não deixaram de perturbar a ordem vigente até então. Mas não alteraram as relações estruturais da sociedade zambeziana.

Em meados da década de 60 era ainda «com as escravaturas [que] se tem até hoje defendido a Zambézia e é ainda nelas que a segurança existe; e são as próprias escravaturas que mutuamente se mantêm em respeito» ⁵⁹. Eram os exércitos de achicunda quem mantinha

⁵⁴ A. de Portugal Durão, *O Distrito de Quelimane*, Lisboa, 1914

⁵⁵ Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Moçambique, caixa 63, n.º. 32, do governador-geral para o ministro, 30 de Agosto de 1792. As instruções de Lisboa estavam datadas de 21 de Fevereiro.

⁵⁶ *Idem*, caixa 181, n.º. 41, ofício de João Manuel da Silva para o Rei, 15 de Outubro de 1821, em que se descrevem os acontecimentos na capital de Moçambique. O tenente-general João Manuel da Silva, enviado pela côrte do Rio de Janeiro para o capitão-general de Moçambique não foi aceite pelo governo provisório entretanto constituído com a alegação de que a capitania só aceitaria um governador mandado pelas côrtes de Lisboa.

⁵⁷ *Idem*, caixa 253, n.º. 4, do governador de Quelimane para o governador-geral, 3 de Janeiro de 1832 e AHM, códice 11-2396, fls. 13, cópia de um ofício do ex-vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, José Maria Marcelino da Rocha Cabral, 14 de Outubro de 1839

⁵⁸ Joaquim Pereira Marinho, *Memória de Combinações Sobre as Ordens de Sua Majestade a Senhora D. Maria II ...*, Lisboa, 1842

⁵⁹ B.O. n.º. 48 de 1 de Dezembro de 1886, relatório do governador interino de Tete, Miguel Augusto

algum equilíbrio naquela sociedade belicosa. Mas também estava a caminho do fim o que tinha sido o negócio em grande escala do marfim. Nos sertões de Tete e do Zumbo os negociantes, com largas centenas de caçadores, estavam a dizimar as manadas. Só em 64 e 65 tinham saído do Zumbo 3450 arrobas de marfim.⁶⁰ Sendo o tráfico de escravos clandestino e estando a ser combatido surgiram os primeiros empreendedores com nova visão para a exploração económica da Zambézia. E os primeiros foram exactamente negociantes de marfim e de escravos.

Conjugaram-se então os factores que viriam a alterar profundamente a situação na Zambézia e em que seriam principais as companhias de comércio e de plantação e a política desenvolvimentista de Andrade Corvo.

Desde a década de 50 estavam a instalar-se em Moçambique e nomeadamente na Zambézia as grandes casas comerciais que procuravam em África as matérias primas indispensáveis à industrialização da Europa. Em finais de 1855 chegaram a Moçambique as duas primeiras barcas francesas idas directamente de Marselha. Uma casa forte desta cidade tinha já correspondente em Moçambique. Uma das barcas carregaria cauril para a costa ocidental mas outra dispunha-se a levar géneros para Marselha.⁶¹ Os primeiros a serem carregados foram a urzela, o gergelim e coco seco.⁶² Este comércio prosperou de imediato.⁶³ Em 1857, estabeleceu-se em Moçambique uma casa de Hamburgo, A.I. Hertz & Sons, representada localmente pela companhia de navegação George Grote⁶⁴. Também uma firma americana se estabeleceu no mesmo ano.⁶⁵ Em 1873 já se tinha instalado na capital a feitoria holandesa da casa Dulopo Mees & C^a, de Roterdão que dispunha de um navio de cabotagem e para cujo abastecimento tinha chegado um vapor com fazendas e géneros.⁶⁶ De Lisboa era a casa Barbosas e Bessone que mantinha relações comerciais com Moçambique. A procura estava a intensificar a cultura das oleaginosas. A do gergelim e do amendoim atingia o alto Zambeze.⁶⁷

Como não podia deixar de ser a actividade destas companhias comerciais viria a repercutir-se fortemente na Zambézia. Em 1868 estabeleceu-se em Quelimane a Fabre et Fils provocando grande

de Gouvêa, 12 de Janeiro de 1866

⁶⁰ *Idem*, *ibidem* e B.O. n.º, 13 de 30 de Março de 1867, relatório do governador de Tete, Miguel Augusto de Gouvêa, 2 de Janeiro de 1867

⁶¹ AHU, sala 12, pasta 16, n.º, 5, do governador-geral para o ministro, 20 de Dezembro de 1855

⁶² *Idem*, pasta 17, do governador-geral para o ministro, 11 de Dezembro de 1856

⁶³ *Idem*, pasta 18, n.º, 1, do governador-geral para o ministro, 12 de Março de 1857

⁶⁴ *Idem*, pasta 18, n.º, 2, do governador-geral para o ministro, 15 de Dezembro de 1857

⁶⁵ *Idem*, pasta 18, n.º, 1 do governador-geral para o ministro, 6 de Julho de 1857

⁶⁶ *Jornal de Moçambique*, 24 de Julho de 1873

⁶⁷ AHM, código 11-241, fls. 165, acta da sessão do Conselho do Governo, 13 de Outubro de 1882

desenvolvimento do comércio de oleaginosas. Também em Quelimane se estabeleceram a Oaste Africanisch, de Roterdão, a Companhia Africana de Lisboa e outras.⁶⁸ Em 1884, como acima referimos, quem foi socorrer Caldas Xavier cercado em Mopeia foram os agentes em Quelimane das feitorias da African Lakes Company, escocesa, da Mante Frères e Borelli Regis Ainé e da Fabre & Fils, francesas, da Deutsche Ost Afrika Line e outras. Todas essas casas mantinham feitorias ao longo do Zambeze e do Chire para a troca de produtos. O que tinha provocado verdadeira revolução nas culturas agrícolas e nas relações sociais vigentes.

A 7 de Janeiro de 1873 foi feita, em Quelimane, a primeira escritura de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, a da Companhia de Minas da Zambézia. Foi subscrita por António José da Cruz Coimbra, José Bernardo de Sousa Leite e Manuel Veloso da Rocha, todos portugueses residentes em Quelimane, negociantes de profissão. Tinha como objecto a exploração de minas de carvão de pedra e ferro e outras no distrito de Tete. Sendo eles presidente, secretário e tesoureiro respectivamente da sociedade, quem foi o animador da iniciativa foi Inácio José de Paiva Raposo que na escritura aparece como representante para fora de Quelimane e expressamente na Europa onde diligenciaria junto do governo e dos capitalistas quanto fosse necessário para executar os objectivos do empreendimento⁶⁹. A chegada a Lisboa, logo a seguir, de Paiva Raposo, segundo um periódico moçambicano, causara grande alvoroço abundando os candidatos a accionistas. O mesmo acolhimento teria tido em França e Inglaterra para onde enviara amostras dos produtos que iriam ser explorados.⁷⁰ Relativamente a Moçambique estes eram indícios inteiramente novos do tipo de exploração que se projectava. A companhia de minas não teve sequência mas Paiva Raposo que, também ele negociante de marfim até 1864, fizera fortuna em Moçambique e fora depredá-la em Lisboa, acabou por obter, em 1874, a concessão do prazo Maganja aquém Chire para a Companhia da Cultura e do Comércio do Ópio que entretanto constituíra.⁷¹ Esta companhia iniciou a plantação na Zambézia e em Moçambique, teve vida efêmera, mas foi sucedida pela que viria a ser a maior açucareira do país.

A segunda companhia a constituir-se foi a de Correia e Carvalho a quem foi concedido o prazo Mahindo. Se bem que esta empresa não tenha chegado a tomar especial envergadura nem se tenha projectado

⁶⁸ B.O. n.º. 34 de 25 de Agosto de 1888, relatório da Alfândega de Quelimane, 24 de Fevereiro de 1887.

⁶⁹ AHM, códice 11-5840, fls. 17, Estatutos da Companhia de Minas da Zambézia, 7 de Janeiro de 1873

⁷⁰ *Jornal de Moçambique*, 30 de Outubro de 1873

⁷¹ B.O. n.º. 4, 1875, decreto de 26 de Novembro de 1874

no futuro como outras que ainda hoje subsistem em Moçambique é certo que se integra no movimento que iniciava a reformulação profunda da sociedade zambeziana. Foi um dos seus sócios, Correia Pereira, o fundador do periódico *O Africano*, inimigo do velho sistema dos prazos. O que, para o local e para a época, representava grande inovação. A iniciativa da empresa de produção de álcool de cana de açúcar, essa já existia na Zambézia. A breve trecho, com a introdução de máquinas a vapor.⁷²

O grosso das companhias que viria a dominar a vida económica da Zambézia e de Moçambique só apareceria na última década de oitocentos e nas primeiras do nosso século mas não há dúvida que a incursão do capital orgânico e, com ela, a grande transformação, se iniciou nos anos 70.

Mais por força da circunstância política internacional do que induzido pelas mutações que estavam a verificar-se em Moçambique um muito reduzido número de próceres do liberalismo em Lisboa passou a debruçar-se sobre a realidade da costa oriental de África e muito particularmente sobre o caso da Zambézia. Na esteira de Sá da Bandeira, quem foi conseqüente relativamente a Moçambique no sentido de aí tornar efectiva a política liberal, foi João de Andrade Corvo. Defendia ele que «só depois da abolição do tráfico, da supressão dos exclusivos e monopólio, da multiplicação das alfândegas e do abaixamento dos direitos, é que os primeiros indícios de algum progresso se começam a manifestar [...]». A solução para Moçambique era, portanto, o *free trade* pelo que havia que «ter a coragem de continuar energeticamente no caminho das liberdades e das franquias» porque «nas liberdades económicas está todo o segredo de uma boa e fecunda administração»⁷³. De par com a liberalização comercial Andrade Corvo promoveu as Obras Públicas, tendo chegado a Moçambique a sua primeira missão em 1877. Em Quelimane, além de obras menores, a expedição preocupou-se com as vias de comunicação. Segundo o seu director, o major engenheiro Machado, o distrito de Quelimane pouco precisava de vias de comunicação porque possuía muitos rios e canais navegáveis. Pelo que se limitou a propor a limpeza e reabertura do canal que fazia a comunicação entre Quelimane e o rio Zambeze, em mais de 100 quilómetros, a abertura de um canal entre os rios Licuare e Muanangue e obras de saneamento na vila⁷⁴. Embora só parte destas obras grandiosas se tenha executado a simples presença de

⁷² B.O. nº. 40, 1 de Outubro de 1887, relatório do governador de Quelimane, 1886/87. Além de Correia e Carvalho também José Baltazar Farinha produzia aguardente com máquinas a vapor em Malinguine. Romão de Jesus Maria tinha no prazo Marral uma pequena fábrica de aguardente dirigida por índios.

⁷³ João de Andrade Corvo, *Estudos Sobre as Provincia Ultramarinas*, vol. II, Lisboa 1884, pág. 355

⁷⁴ *Idem, ibidem*, pág. 382

uma expedição na pequena vila capital da Zambézia representava certamente uma lufada de ar fresco. De facto as populações começaram a fluir ao trabalho remunerado. A actividade particular cresceu com o exemplo das Obras Públicas. O preço dos salários aumentou⁷⁵.

Ao longo das décadas de 70 e de 80 assim se foram instalando na Zambézia os pressupostos para que os efeitos da grande transformação exigida pela evolução da economia mundial e da política europeia relativa a África aí se fizessem sentir. Como isso mesmo interferiu na ordem zambeziana e deu origem a conflitos sociais sistemáticos é o que vamos ver.

A legislação liberal relativamente aos prazos, cobrança de prestações, etc. fora inócua, inclusivé no caso do decreto de 1854 que substituíra «todas e quaisquer obrigações, serviços pessoais ou prestações de qualquer denominação, impostos aos colonos e habitantes livres, por um imposto único de 1\$600 réis por palhota». Como também não teve aplicação imediata a portaria provincial de 12 de Dezembro de 1867, que regulamentava o decreto, dando a cobrança daquele imposto por arrematação. Mas se as medidas legislativas tardaram na aplicação, criaram duas figuras que viriam a ser grandemente perturbadoras da ordem secular prevalecente. A do imposto de palhota e a do arrematante. O imposto, na prática, pelo menos em muitos casos, passou a ser cobrado não por palhota mas por cabeça. O arrematante assumindo embora o estatuto do antigo enfiteuta, não era hereditário e fazia incidir os seus interesses na cobrança do imposto e, em alguns casos, no tráfico da escravatura. Quando os arrendatários são realmente novos, isto é, quando introduzem inovações como no caso das companhias, passam a ser hostilizados pelos velhos senhores que, por sua vez, não toleram serem desapossados dos antigos senhorios. «Para além da esfera de acção do governador do distrito, muitos prazos continuam na posse dos antigos senhores, e quando o Governo logra desapossá-los eles, refugiam-se nas propriedades que possuem, chamadas *tembas* ou *luanes*, acompanhados da sua côrte, juizes e carrascos, chefes de guerra e sipais, e movem guerra aos novos arrendatários empossados pela autoridade, fomentando revoltas que chegam a ser graves. É a antiga e conhecida luta que fecha todos os periodos de feudalismo: o suserano procurando fortalecer a sua autoridade, os feudatários defendendo direitos tradicionais que são a própria razão da sua existência»⁷⁶.

⁷⁵ *Idem, ibidem*, pág. 290: «Logo que os trabalhos das obras públicas se inauguraram, nos dias de pagamento era costume apresentarem-se muitos senhores a receberem os salários dos seus negros, que eles tinham mandado trabalhar. Tais pedidos nunca foram deferidos, e o salário foi sempre entregue ao próprio individuo que tinha trabalhado, explicando-se-lhe que só ele tinha direito a receber o que lhe pertencia».

⁷⁶ Ernesto de Vilhena. *Regime dos Prazos da Zambézia*. Lisboa, 1916, pág. 28

Em maior ou menor grau, este factor esteve presente nas guerras enumeradas.

Na guerra ou sublevações de 1878, entre as várias manifestações de rebeldia contam-se os casos de Cosimo Natalino e de Caetano António da Fonseca, já referidos, ambos implicados na rebelião por fornecimento de meios e de incentivos aos revoltosos. Ambos comerciantes, um antigo arrendatário do prazo Maganja aquém Chire, agora nas mãos da Companhia do Ópio, e outro impedido de arrematar um prazo.

Por sua vez, o governador militar de Sena dava como causa da guerra que alastrava pela Baixa Zambézia o facto de tendo o governo dado a liberdade aos escravos lhes ter tirado o pão, conforme diziam⁷⁷. Para esclarecimento desta razão apresentada pelo governador militar de Sena acrescenta-se o que, exactamente sobre o mesmo assunto, dizia em 1900 o seu camarada dos Angurus, mais ao norte, já fora da zona aqui considerada, mas com grande identidade cultural com a Zambézia: «Em toda esta região reina a escravatura como nos tempos em que era autorizada e, não ficará muito aquém da verdade calcular em 5% os patrões e 95% os escravos; empregar meios violentos para a sua abolição seria gastar dinheiro e tempo sem resultado algum (pois que ela continuaria de facto atento o estado de civilização) além dos inconvenientes que teria uma revolta certa na região; seguindo esta ordem de ideias, eu tenho já libertado alguma gente da escravatura, por meios persuasivos e sem que possa advir quaisquer vislumbres de revolta; tenho aproveitado esta medida por ocasião de milandos em que entra o roubo de escravos, castigando o ladrão com trabalhos e o roubado com a perda deles, esta medida porém é de efeito muito moroso, porque não me tem dado o resultado que eu esperava, pois que de todos que tenho libertado só 10% de facto têm ficado libertos; a razão porém é porque muitos destes não tendo que comer vêm-se forçados a de novo entregarem-se nas mãos dos seus antigos possuidores».⁷⁸

Os senhores e os escravos convergiam na defesa de interesses comuns contra o novo regime. Também nas pilhagens puras e simples. Ignácio Zeferino e Pereira, moradores no prazo Mahindo, à mais pequena desavença entre os seus libertos (sc. achicunda) «que são numerosíssimos» e os colonos do prazo reúnem toda a sua gente e assolam a povoação ou povoações onde se tenham dado os casos. Os desacatos são quase sempre provocados pelos libertos que já contam

⁷⁷ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 16, maço 3, nº. 75, do comandante militar de Sena para o governador de Quelimane, 22 de Outubro de 1878

⁷⁸ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 21, maço 4, nº. 10, do comandante militar dos Angurus para o secretário do governo de Quelimane, Molumbo, 22 de Setembro de 1900

com o apoio dos seus amos. As populações desses sítios andam fugidas e preferem fugir a queixar-se pois temem as represálias daqueles «pequenos guerreiros».⁷⁹

No caso do Mugovo, em 1881, é que o problema do mussoco foi agravado pela indisposição que havia contra o então arrendatário José António Alves, marido de D. Ana «a quem os indígenas dizendo-se escravos da mulher, apesar do decreto de 25 de Fevereiro de 1869, não respeitam de modo algum».⁸⁰ Aliás não consta nenhum caso em que os achicunda se tivessem jamais revoltado contra a sua condição mas sim o contrário.

Caldas Xavier, administrador do prazo Massingir aquém Chire e da Companhia do Ópio, acusa os senhores de escravaturas de serem os autores tanto da guerra de 1878 como da de 1884. Indivíduos a quem a atracção da população para trabalhar na companhia causara grande descontentamento, esses mesmos indivíduos «conservavam as suas antigas escravaturas num maior ou menor grau de escravidão; tendo aringas, gente armada [...] feridos legalmente pela administração da companhia do ópio, em ilícitos interesses e pretensões ridículas, tinham os seus nomes inscritos nos cadastros judiciais, como causadores de duas revoltas anteriores; e outros entretinham íntimas relações com os primeiros [...]».⁸¹ Está a referir-se, além daqueles que foram condenados por terem instigado à sublevação de 1878, a João Eduardo Coelho Barata que terá incitado à revolta o chefe Massingir, Bezingué, e as suas escravaturas. Os relatórios que Caldas Xavier produziu relativamente à guerra de 1884, e à destruição das instalações da companhia que administrava têm como principal finalidade demonstrar que a responsabilidade dos acontecimentos se deve a esses senhores de escravos. É uma opinião interessada. Neste caso, da totalidade da documentação disponível, incluída a que ele abundantemente produziu, somos levados a crer que as causas são bastante mais complexas mas não deixa de ficar claro que os grandes fomentadores da revolta são corpos de achicunda, instados pelos seus senhores ou não. Aliás, Caldas Xavier, para o caso de 1884 distingue entre massingires e escravaturas. Os massingires são os achicunda do falecido Mariano Vaz dos Anjos, senhor do Massingir, agora com um comandante militar que eles massacram, primeiro acto da revolta que se segue. As escravaturas são os achicunda dos senhores também

⁷⁹ *Idem*, caixa 44, maço 6. n.º. 4, do arrendatário do prazo Mahindo, Carlos Nandim de Carvalho, para Adelino Abel Coelho da Cruz, 20 de Dezembro de 1875

⁸⁰ B.O..n.º. 11, de 4 de Março de 1882, relatório do governador de Quelimane, José d'Almeida de Avila, 22 de Maio de 1881

⁸¹ Caldas Xavier, *Factos da última revolta da baixa Zambézia em 1884*, As Colonias Portuguesas, n.º. 10, Nov. 1886 a n.º. 12, Dezembro de 1886

comerciantes que acusa. Segundo Caldas Xavier, as populações atribuíam os roubos e assassinatos às escravaturas e não aos massingires. Como quer que seja, não há dúvida que as escravaturas de diversos senhores estiveram envolvidas nas acções bélicas.

O governador-geral, que não teve qualquer tipo de consideração para com Caldas Xavier, se é que não o incluía entre os causadores da revolta, interrogava-se: se os potentados da Zambézia estavam do lado da administração colonial, à força de dinheiro - «o que sucederá quando as vistas do governo contrariarem os planos e conveniências desses potentados, e eles voltarem contra nós os elementos com que agora nos auxiliaram?»⁸²

A guerra de 1892 foi toda ela conduzida por achicunda que faziam parte da chamada República Militar da Maganja da Costa. Neste caso, a evidência do litígio entre o antigo e o novo regime é flagrante. De um lado estão velhos senhores no melhor estilo zambeziano, se bem que titulados em arrematantes de prazos, como é o caso de Mariano Henriques da Nazareth e José Bernardo de Albuquerque. Do outro lado Pedro Campos Valdez. Em Quelimane tinha-se formado o que este último chama «sindicato oculto» de que os primeiros faziam parte, que ia à licitação dos prazos sem concorrentes e que dava saída às *principais mercadorias* (sublinhado no original) pelas barras de Mabala e outras até ao Quizungo. O que quer dizer que se utilizavam da Maganja da Costa para o tráfico clandestino. Valdez apareceria em Quelimane a disputar a esse sindicato os melhores prazos. Fã-lo-ia em nome de um sindicato capitalista de Lisboa. A formalização destas pretensões dá-se logo a seguir à guerra. Mas a presença de Valdez em Quelimane data de 1890 e não terá deixado de dar a conhecer os planos que eram os seus e que viriam a ter concretização na que seria a grande companhia do Boror. Como vimos, quem comandou a revolta foi um homem do Albuquerque e do Nazareth. Entre as razões que terão levado estes senhores a fomentarem a revolta estava certamente a ameaça de perderem a Maganja da Costa, seu agente na exportação clandestina de escravos, o grande negócio. Era a perda do senhorio a favor da nova ordem que se fazia anunciar.

Outra razão porque os achicunda se revoltavam era que deixando de o ser, eles, que eram simultaneamente senhores de escravos, isentos de prestações, passavam numa primeira fase a libertos e logo a cidadãos sujeitos a imposto e obrigados ao trabalho por conta de outrem, na prática, ao trabalho forçado. Com uma agravante de peso. É que nos casos em que o senhor tinha desaparecido, como foram os

⁸² AHM, códice 11-28, fls. 62, confidencial do governador-geral, Joaquim d'Almeida Coelho, para o ministro da Marinha, 20 de Agosto de 1884

do Massingir e da Maganja da Costa, eram os achicunda que ficavam a receber as prestações devidas ao senhorio. Se aparecia um arrendatário a tomar conta do prazo ou o comandante militar a proceder ao recenseamento para cobrança do imposto de palhota, mais uma vez os achicunda reagiam ao despojamento a que estavam a ser sujeitos. Esta a reacção por parte dos achicunda. Mas também reacção por parte dos contribuintes, antes obrigados a uma prestação sobre as produções e agora compelidos a um imposto de palhota muitas vezes transformado em imposto de capitação e ao trabalho compelido.

É caso para perguntar porque é que não constam rebeliões contra as prestações de tipo feudal, ao longo de séculos, e porque é que surge uma generalizada contestação ao imposto de palhota. O que se afigura razoável é admitir que se está perante realidades de natureza e de prática diferentes. A antiga prestação de tipo feudal era limitada ao reconhecimento do senhorio através da entrega do dente do elefante que ficava do lado da terra após o seu abate e das percentagens dos géneros colhidos. O imposto de palhota era antecedido pelo recenseamento e de uma espécie de contribuição predial facilmente passava a imposto de capitação. O recenseamento nivelava achicunda e colonos e sujeitava toda a gente a um fácil recrutamento para o trabalho nas companhias. Os achicunda jamais poderiam aceitar uma tal redução do seu estado privilegiado.

Na guerra de 1878, como em anteriores e posteriores, por todo o lado, o que se passa é a reacção ao recenseamento e à cobrança do mussoco. Na versão oficial, os moradores no Mazaro, na Mopeia, no Marral e no Mahindo, em 1878, sublevaram-se «instigados por discólos mal intencionados, os quais, tomando por pretexto os trabalhos do recenseamento geral da população insinuaram no ânimo dos referidos colonos os boatos mais absurdos e inacreditáveis».⁸³

Esta instabilidade não podia deixar de induzir a emergência de uma afirmação como a de colonos do prazo Boror que eram «muito atrevidos e bravos, não são como de outros prazos que logo obedecem às ordens do arrendatário»⁸⁴. Dois anos depois havia já um contestável de tipo nacionalista: «[...] este colono é um daqueles rebeldes que andam com 60 a 70 homens armados e não obedecem aos arrendatários e nem têm pago tributo desde que tenho arrendado este prazo, e no ano passado quando o meu administrador queria fazer a correcção reuniram todos e fizeram-o correr, dizendo que aqueles distritos pertencia deles assim com estes exemplos mais parte dos

⁸³ B.O. nº. 6 de 10 de Fevereiro de 1879

⁸⁴ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 43, maço 5(1), nº. 1, de Francisco Manuel Correia para governador de Quelimane, 15 de Agosto de 1875

colonos que habitavam nas margens dos rios e pagavam o tributo sem custo vão fugindo para o interior afim de praticarem o mesmo [...]». ⁸⁵ Vinte anos mais tarde a cobrança do imposto de palhota nas vilas de Quelimane, Tete e Chinde fazia-se no princípio de cada ano e referido ao ano transacto. Nos prazos da Coroa o imposto não era de palhota mas sim individual e denominado *mussoco*. A cobrança era feita duas vezes por ano, pelo arrendatário: em Junho cobrava-se o *mussoco* do primeiro semestre chamado do arroz e em Janeiro o do segundo semestre denominado do feijão, conforme o produto da colheita com que se pagava. ⁸⁶ Havendo mais do que um administrador no mesmo prazo e no mesmo ano chegou-se ao ponto de cada um cobrar o seu *mussoco* com atrasados. ⁸⁷ As denúncias de abusos choviam no governo de Quelimane. Para os lados de Milange, no extremo norte da Zambézia, também aí a cobrança do *mussoco* estava a provocar inúmeras revoltas pela maneira como era feita. Os arrendatários cobravam de nascituros e de defuntos. O comandante militar local era de opinião que os contribuintes pagariam de boa vontade se não se lhes exigisse mais do que os 840 réis anuais devidos. ⁸⁸

Não parece haver dúvidas de que as grandes causas próximas das revoltas eram portanto o recenseamento e a cobrança do *mussoco*. Para cada caso haverá outras, específicas. Um missionário jesuíta atribui o massacre da guarnição do Massingir, em 1884, ao comportamento dos soldados de Angola que a compunham, ⁸⁹ o que não consta de qualquer outra documentação.

Para outros não havia dúvida de que «as revoltas que tem havido foram sempre causadas, ou por imprudência, ou por malícia de homens de raça superior à do preto». ⁹⁰ Tanto os colonos como os achicunda não iam contra o senhorio em si mesmo. Revoltavam-se contra o comportamento de determinados senhores. Em 1883 havia revoltas no prazo Benga, de Tete, contra um enfiteuta que foi expulso. Os colonos não queriam acabar com o senhorio. O que queriam era outro senhor. Em outros prazos acontecia o mesmo. ⁹¹ No ano seguinte acontecia fenómeno parecido no prazo Chupanga. Os colonos tinham fugido aos invasores landins e às atrocidades do arrendatário Bernardo de

⁸⁵ *Idem*, caixa 43, maço 5(1), do arrendatário do prazo Boror, Francisco Manuel Correia para o governador de Quelimane, 28 de Outubro de 1877

⁸⁶ AHM, Governo-Geral, caixa 100, maço 1(2), n.º. 72, do secretário do governo da Zambézia para o secretário-geral, 20 de Maio de 1898

⁸⁷ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 21, maço 2, n.º. 110, do comandante militar no Inhamissengo para o governador do distrito de Quelimane, 30 de Junho de 1887

⁸⁸ *Idem*, caixa 21, maço 3, n.º. 69, do comandante militar de Milange para o governador da Zambézia, 9 de Abril de 1895

⁸⁹ Lettres de Mold I-II (1881-1884), Pe. Gabriel, Quelimane, 27 de Agosto de 1884.

⁹⁰ Martin Hubert Maas, *Duas palavras Acerca dos Prazos da Coroa de Quelimane*, B.O. n.º. 1 de 5 de Janeiro de 1889

⁹¹ B.O. n.º. 1 de 6 de Janeiro de 1883

Sousa Leite. Logo que o prazo passou às mãos do governo estavam a regressar.⁹² Os abusos dos arrendatários eram de tal ordem que o governador-geral não se coibiu a expressar em portaria que se comportavam «como se fossem verdadeiros senhores das terras em vez de meros arrematantes do mussoco que obrigavam a pagar a quem não era obrigado e empregavam colonos sem lhes pagarem salário o que equivale a fazer reviver o estado de escravidão».⁹³

Se todas estas causas devem ter estado na origem das revoltas descritas há outras que muito devem ter contribuído para o seu desenvolvimento. Como é o caso da perspectiva de rapina que proporcionavam. Em todas as sublevações, em todas as guerras e mesmo naquelas que foram comandadas por oficiais do exército português, a rapina esteve sempre em vista. Aliás não havia outra forma de alimentar os exércitos. Era o que faziam os achicunda cedidos para as expedições de Coutinho.⁹⁴

De entre as conclusões a que chegaram os autores considerados, não se nos afiguram curiais as de Isaacman e as de White & Vail.

Para o primeiro os massingires ter-se-iam revoltado em 1884, dada a incapacidade de Portugal os proteger contra os Makololos (grupo de acompanhantes de Livingstone que se instalou no alto Chire); a guerra que os massingires desencadearam teria como finalidade libertar o Baixo Zambeze do controlo europeu e, finalmente, de uma forma geral, as rebeliões eram-no contra a soberania portuguesa.

Relativamente aos segundos há um ponto crucial a considerar. Se os portugueses envolvidos nas rebeliões, mais ou menos do lado dos sublevados, são, de facto, *new man in the area*, ou não.

Isaacman considera que havia uma disputa de soberania nomeadamente entre os «estados secundários» e a ocupação portuguesa. A situação era muito mais complexa e subtil. Os «estados secundários» eram constituídos por senhorios cujo senhor, nominalmente, às vezes realmente e, de direito, sempre, era a autoridade representativa da coroa portuguesa. Em todos os casos apontados por Isaacman os senhores eram capitães ou sargentos-mores nomeados pela autoridade colonial. As revoltas, quando foram da iniciativa dos senhores, iam contra o esbulho a que os mesmos senhores estavam a ser sujeitos pela própria autoridade colonial. Nos casos em que, por

⁹² AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 22, maço 3, n.º. 15, do comandante militar da Chupanga para o governador de Quelimane, 3 de Julho de 1884

⁹³ B.O. n.º. 51 de 19 de Dezembro de 1885, portaria de Augusto de Castilho de 12 de Dezembro de 1885

⁹⁴ AHM, Governo do Distrito de Quelimane, caixa 44, maço 3, n.º. 17, do arrendatário do prazo Mirrambone para o governador do distrito do Marral, 25 de Fevereiro de 1891

morte, não havia senhor eram provocadas pela imposição de um novo senhor a que os achicunda não reconheciam legitimidade ou pela expoliação das prerrogativas de que devida ou indevidamente usufruíam.

Por outro lado, à medida que o senhorio ia sendo extinto e se ia implantando a nova ordem que implicava o pagamento do imposto de capitação, o trabalho forçado e a sua extinção como grupo privilegiado, os achicunda revoltavam-se. O móbil da revolta não era a ocupação do território, enquanto soberania exógena. Essa haviam-na aceitado sempre e lutaram por ela até ao exacto momento em que o seu estatuto passou a estar ameaçado. Os sipais que formaram os primeiros corpos policiais das companhias de plantação e das companhias majestáticas eram provenientes dos grupos de achicunda que, mais uma vez, se abrigavam à sombra do ocupante.

Na Maganja da Costa, a sublevação foi, claramente, provocada pelos senhores que dispunham do seu exército nomeadamente para o tráfico de escravos, tráfico esse cuja continuação viam ameaçada pela nova ordem a instalar-se. Contra estes senhores uma boa parte dos achicunda da Maganja não se cansou de solicitar ao governador de Quelimane que lhes nomeasse outro de sua escolha. A falácia dos pretextos que Azevedo Coutinho invocou para invadir a Maganja da Costa são um indício claro de que não se pretendia mais do que eliminar tudo quanto impedia a instalação do novo sistema naquela área de Moçambique. Os achicunda tinham colaborado com a autoridade portuguesa sempre que solicitados e manifestaram até ao fim a disposição de continuarem vassallos da soberania portuguesa ... desde que essa soberania não acabasse com eles! Que era o que se pretendia e se fez.

Saber se os instigadores de revoltas eram ou não *new men in the area* reveste-se de alguma importância porque implica saber quem, neste momento de transição da história da Zambézia, permanecia do lado do antigo regime e quem representava ou executava o novo regime. Para Vail & White, Figueiredo, Fonseca e Barata representam uma nova geração de comerciantes que está a perturbar a ordem antiga. Desde logo percebe-se mal que Caldas Xavier, administrador da primeira companhia de plantação, se insurja contra eles, sendo o modelo acabado do novo modo de exploração. De facto só um equívoco epistemológico pode classificar estes protagonistas da cena zambeziana como *new*. O equívoco reside nos critérios de classificação desses protagonistas. Eles são novos no terreno cronologicamente

falando mas são velhos se levarmos em conta as relações sociais e de produção de que se prevalecem na sua actividade. Basta atentarmos no facto de, também eles, beneficiarem das rendas dos prazos enquanto arrematantes dos mesmos, possuírem exércitos de achicunda e corpos de escravos. O Barata comportava-se como os velhos senhores de prazos, inclusivé na pragmática sumptuária.

Entre todas, as conclusões de Newitt, acima referidas, são as que mais ajustadamente contemplam uma visão global do fenómeno, atribuindo-lhe a dimensão que atingem e o significado de que se revestem.

CONCLUSÕES

1. A partir de meados do século XIX verificou-se na Baixa Zambézia uma lenta mas irreversível transformação social provocada pela instalação de casas comerciais europeias, das companhias de plantação e das Obras Públicas. As medidas liberais nomeadamente para a extinção dos prazos e para a abolição do tráfico e da escravatura tendo embora escasso efeito prático imediato não deixaram de provocar uma agitação profunda nas mentalidades e de contribuir, por essa via, para a agitação que caracterizou a agonia do antigo regime na Zambézia.

2. Os conflitos verificados na Zambézia nas três últimas décadas de oitocentos são manifestações de revolta contra os novos métodos de exploração, nomeadamente contra os abusos que proporcionam e contra a eliminação de *status* privilegiados vigentes no antigo regime como é o caso dos senhores e dos achicunda.

3. As guerras, sublevações ou revoltas não têm um carácter nacionalista ou protonacionalista porque não põem em causa a soberania enquanto tal. Os corpos de guerra estão do lado dos senhores e da autoridade colonial sempre e enquanto estes respeitam as suas prerrogativas tradicionais. Apenas se revoltam quando essas prerrogativas lhes são confiscadas como no caso da privação da cobrança do mussoco em seu proveito. As populações, os colonos, comportam-se da mesma maneira. Satisfazem sem incidentes os tributos tradicionais mas revoltam-se quando estes são abusivamente cobrados e quando são substituídos por um imposto de capitação. Uns e outros resistem ao recenseamento que vai permitir a transformação do imposto de palhota em imposto de capitação e que denuncia o recrutamento para o trabalho forçado.

GLOSSÁRIO

Aringa - Recinto fortificado com troncos de árvore dentro do qual se situava a residência do senhor

Butaca - Senhorio, poder, herança - «Subir a butaca» - o mesmo que subir ao trono

Cazembe - Comandante de ensaca

Chicunda (pl. - achicunda) - Escravo guerreiro, caçador, machileiro.

Colono - Habitante dos prazos

Ensaca - Grupo. Podia ser grupo de soldados, de escravos, ou de trabalhadores

Inhacuaua - No período aqui considerado, o mesmo que régulo

Landim - Nome dado pelos portugueses aos povos ngunizados do Sul do Save, nomeadamente ao seus guerreiros

Liberto - Estádio do individuo entre a escravatura e a liberdade definitiva

Luane - Casa senhorial e anexos

Milandeiro - Provocador de milando

Milando - Litígio, questão

Mocazambo - Chefe das expedições comerciais de achicunda

Mozungo - Senhor

Muanamambo - (Muana [filho] + Mambo [chefe linhageiro]) - Autoridade dentro do prazo correspondente a regedor, segundo Caldas Xavier

Muene - Chefe linhageiro nos povos matrilineares a norte do Zambeze

Mussoco - Prestação de tipo feudal paga ao senhor pelo colono

Nhenha - Amante de mozungo

Panja - Medida de capacidade correspondente a 1 alqueire e 3/4 (+ ou - 24 litros)

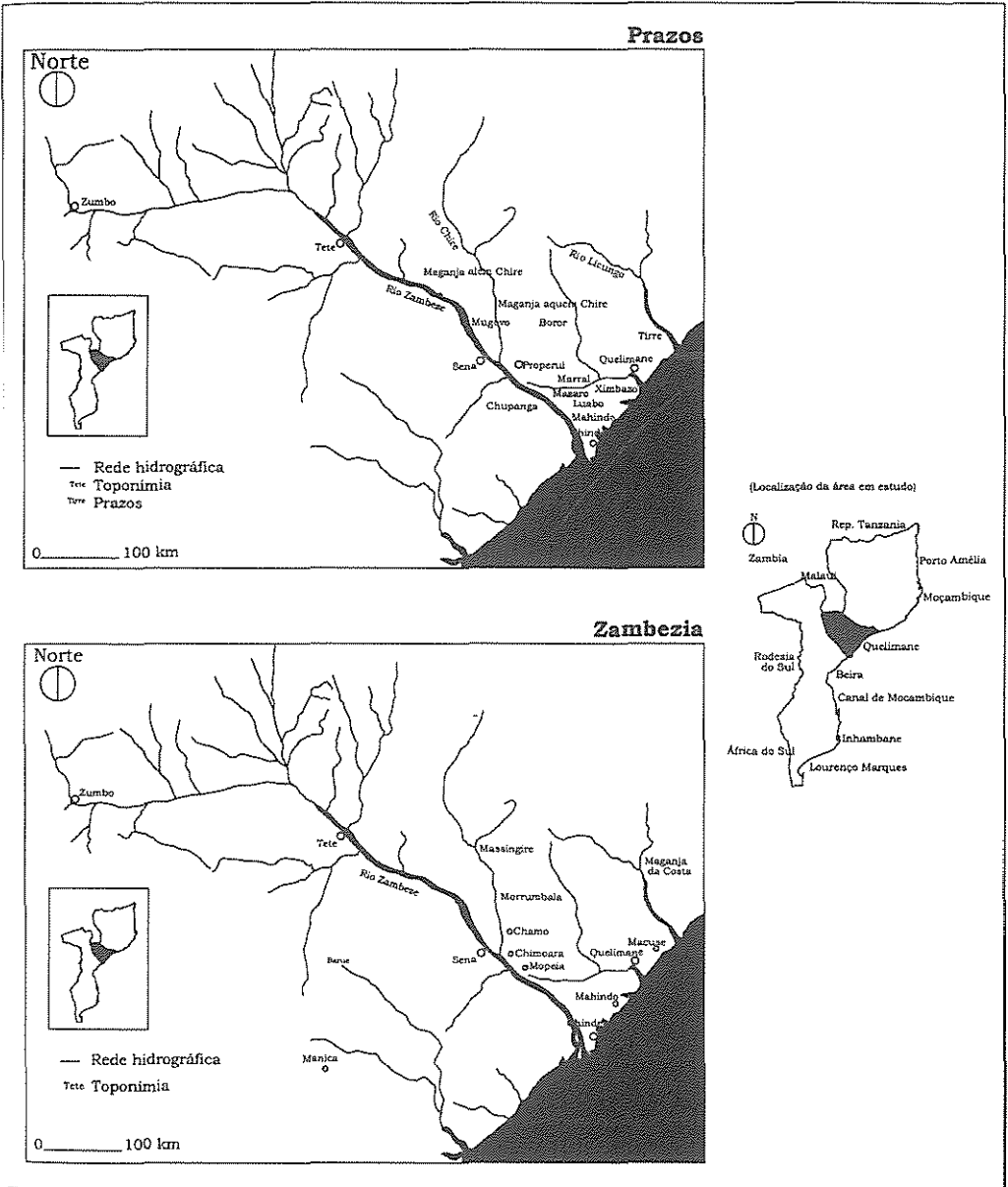
Pombe - Vinho de milho

Samaçoa - Autoridade dentro do prazo

Sangira - Autoridade dentro do prazo correspondente a cabo de polícia, segundo Caldas Xavier

Sipai-Soldado indio ao serviço dos ingleses; nome atribuído em Moçambique aos antigos achicunda após a abolição da escravatura, depois aos agentes dos corpos policiais das companhias majestáticas e outras e, finalmente, aos auxiliares indígenas da Polícia de Segurança Pública

Temba - Aldeia



Fonte: República Popular de Moçambique. M. E. C., Vol. 2, 1983

A LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA: TENDÊNCIAS E FACTOS¹

Mário Vilela*

0. Apresentação e delimitação do tema

0.1. *Línguas em contacto*

Expressões como “língua franca”, “línguas auxiliares”, “língua de comércio”, “pidgins”, “crioulo”, “variedades linguísticas”, “dialectos”, embora apontem para factos muito diversos, transportam conceitos que se aplicam (ou aplicaram) à língua portuguesa, nomeadamente, em relação ao português do continente africano. As expressões língua franca, língua de comércio, “pidgin”, designam formas linguísticas de contacto entre povos com línguas diferentes. Não constituem a língua materna de ninguém: todos os falantes de “pidgin” - expressão que aqui tomamos como denominação genérica - têm outros meios de expressão. Trata-se de uma língua que não comporta a capacidade de exprimir sentimentos como a ironia, a expressividade, a tristeza. Uma das possíveis evoluções dos “pidgins” é desaguarem em crioulos: estes são já uma língua criada com base lexical (ou mesmo gramatical) noutra língua.

Dou exemplo de uma língua franca, uma língua de comércio, o **sabir**, que em finais da Idade Média era um “pidgin” de base portuguesa e que, durante os Descobrimentos, serviu de ponto de ligação na Guiné (que depois se tornou o crioulo da Guiné), em certas zonas de influência castelhana (donde deriva o chamado “papiamento”), na Jamaica (de influência inglesa), nas ilhas Maurícias (de influência francesa), no africaans (de influência holandesa), no neomelanésio (de influência inglesa)².

¹ Este texto foi apresentado na Universidade de Toronto (Canadá) no “Symposium Windrose: Portuguese in the Four Corners of the World” (realizado em 25-26 de Outubro de 1997).

* CLUP e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

0.2. Bilinguismo e diglossia

Designações como **bilinguismo** (ou multilinguismo) apontam também para “línguas em contacto”³. Os mesmos falantes, alternadamente, usam línguas diferentes. O lugar de contacto das línguas é constituído pelos próprios falantes. Estamos perante uma definição psicolinguística de “línguas em contacto”: o indivíduo constitui o “locus” do contacto. Há uma outra interpretação do conceito de “línguas em contacto”: o “grupo” constitui o centro. E agora temos já uma definição sociolinguística: os mesmos grupos falam alternadamente diferentes línguas. Temos assim bilinguismo (ou multilinguismo) de indivíduos e bilinguismo (ou multilinguismo) de grupos. Por outras palavras, entende-se por contacto de línguas ou bilinguismo a existência de duas ou mais línguas faladas pelos mesmos indivíduos ou pelos mesmos grupos de indivíduos.

O **resultado** das línguas em contacto pode ser muito diverso:

- as línguas não se alteram, apenas se misturam com a mudança de código no mesmo enunciado (=codesswitching),

- todo o enunciado ou parte dele é repetido numa segunda (ou terceira) língua, dando-se portanto apenas a mudança de código: a chamada estratégia de neutralização para evitar a incompreensão,

- o enunciado é feito numa língua segundo o modelo de outra língua: são as chamadas interferências e transferências,

- uma das línguas perde-se no decurso do tempo: temos a mudança / a perda definitiva da língua,

- verifica-se uma divisão de “domínios” de uso entre várias línguas em contacto: a situação a que se chega com o evoluir do tempo e da sociedade. As línguas distribuem-se pelos vários domínios da vida, afectando cada uma a si um dado domínio. É a chamada **diglossia** (ou bilinguismo especial).

0.3. Dialectos e outros “lectos”

Há outras variáveis a considerar, tais como **dialectos** (variedades regionais de uma mesma língua), **sociolectos** (variedades de uma mesma língua por grupos sociais) e outros **lectos** ou variedades, dependentes de outras variáveis, tais como o sexo, a idade, as crenças

³ Cfr. Loreto Todd - *Pidgins and creoles*, 2ª ed., London and New York: Routledge, 1990 e Johannes Bechert / Wolfgang Wildgen - *Einführung in die Sprachkontaktforschung*, Darmstadt: Wiss. Buchges., 1991, 131.

⁴ Um conceito introduzido por Uriel Weinreich (*Languages in Contact, Findings and Problems*, New York: Circle of New York, 1953).

e os mitos colectivos, etc. Por exemplo, no contexto urbano, o português em África está em transformação evidente, ampliando-se o léxico por força da matriz bantu, os traços prosódicos alteram-se, há mesmo mudanças sintácticas. Nas ruas há a mistura de códigos, na escola impõe-se a norma, o que faz gerar a diglossia. Em Moçambique, nomeadamente no Maputo, o inglês vai-se transformando em língua franca: não se esqueça que são cinco os países de língua inglesa à volta; em Angola, Luanda é uma ilha em que a maior parte dos falantes tem o português como língua materna. Mas, na generalidade dos PALOP, a língua portuguesa tornou-se o meio oficial de comunicação, nos "media", na administração, na escola: mas as próprias culturas dos países africanos são múltiplas e dispares. E é uma língua exógena que filtra essas culturas. Por isso torna-se um tanto problemática a tentativa de caracterização do português africano⁴. Tendo sempre presente que há variedades segundo grupos socioculturais, segundo os meios em que a comunicação se processa (jornais, rádio, televisão), segundo a forma de realização (escrita/oral), segundo a situação (grau de formalidade, número e qualidade dos participantes) e segundo o objecto da comunicação.

1. Português língua nacional e língua oficial

A língua portuguesa tem existência, como uma das línguas nacionais e como língua oficial, em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; sob a forma de crioulo, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em Casamanche e em Annobón (Pagalu).

O resultado da dupla qualidade do português língua nacional e português língua oficial – ou o futuro do português em África – posso resumi-lo nas afirmações de um jornalista: «Estou mais preocupado com a decadência (o termo é esse) de algumas línguas nacionais, nomeadamente o ronga. De referir que o português é a língua dos meus filhos (...) e, conseqüentemente, eles não falam o ronga. Eu sou bilingue.»⁵. O português começou a ter uma cor africana quando os PALOP determinaram que a língua portuguesa se tornasse a sua lin-

⁴ As descrições e caracterizações do português em África feitas por J. Leite de Vasconcelos (*Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 1901), por Adolfo Coelho / Hugo Schuchardt – *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África*, •Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa•, 2ª Série, 3/1880, 129-196), por F. Venâncio Peixoto da Fonseca (*O Português entre as línguas do mundo*, 1985), por O Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo (1983/1985), pelo *Projet de dictionnaire bilingue des particularités en Afrique de la langue portugaise écrite* (Rennes) e sobretudo pelos trabalhos dos Lusitanistas da Escola de Leipzig documentam a dificuldade da tarefa que temos entre mãos.

⁵ Albino Magaia – *Português em Cordel*, Dez. 1993 a Fev. 1994, pg. 8.

gua oficial. Ao contrário do que acontecia até ao final da era colonial, em que havia "correccão de erros", agora nota-se que a língua está em transformação, mas em que essa transformação ou é assumida ou, pelo menos, não é impeditiva de ascensão social.

2. O Português de Angola

De acordo com os dados de um mapa demográfico já bem antigo⁶, são dez as principais comunidades linguísticas de Angola, a saber:

- Umbundo (35, 7%)
- Kimbundo (22, 3%)
- Kikongo (12, 6%)
- Ulunda/uCokue (9, 1%)
- Cingangela/Mbunda (8, 7%)
- Olunyaneka/Lunkhumbi (6, 7%)
- Oxivambo/Oxikuanyama (2, 4%)
- Ocihelelo (0, 7%)
- khoisan (0, 35%)

Além disso, cada uma destas línguas admite uma ampla série de variantes. Apenas o Umbundo, Nyaneka (Olinyaneka), Nkumbi (Lunkhumbi) e parcialmente Kimbundu têm o ponto nuclear de expansão em Angola, as restantes línguas estão centradas fora de Angola. Serão estas línguas e suas variantes que constituem a maioria dos falantes.

Há, em seguida, o português: dado o contacto permanente entre os falantes portugueses e a população autóctone, não houve a criação de crioulos. A língua portuguesa pouco se afasta do português europeu e tornou-se, com o andar dos anos, língua materna de muitos angolanos, sobretudo dos da população urbana.

Há, no entanto, um novo registo exemplificado nos musseques (arredores de Luanda): cuja língua resulta da mistura do português com o Kimbundo⁷.

Se por um lado a língua portuguesa tornada língua oficial se

⁶ José Redinha - *Distribuição étnica de Angola. Introdução. Registo Étnico. Mapa*. Luanda: Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, 1963. Daremos entre parêntesis a percentagem de falantes, com alguma fiabilidade, relativamente à população em 1987.

⁷ Stern, I. (*A novelística de Luandino Vieira: Descolonização ao nível do Terceiro Registo*, in: «Luandino Vieira e a sua obra», Lisboa, 1980: 194) «O português é a língua dominante e bem estabelecida das figuras coloniais - os administradores portugueses, os comerciantes dos musseques, os patrões. A língua do povo dos musseques ... é o kimbundo. Quando estes dois grupos entram em contacto, em contacto entram igualmente as respectivas línguas, e o resultado é ainda o de um terceiro registo de comunicação que implica mudança de código e outras relações linguísticas entre as duas línguas.»

expandiu, por outro lado, não sendo já o português na norma europeia a porta de entrada para a ascensão social⁸, a constituição de uma variante angolana viu as portas escancaradas. Tanto mais que as elites europeias desapareceram, cubanos e brasileiros ocuparam lugares importantes, e por isso o modelo europeu de português deixou de estar tão presente.

Um dos domínios em que se nota uma certa afirmação angolana do português é no léxico: há novas formações e novos semantismos.

Novas formações:

-sufixações:

-*eiro*:

-em formas do português: *bicheiro*

-em palavras bantu: *kasakuteiro*, *kitandeiro*

-*ista*:

-em formas da língua bantu: *camanguista*, *carienguista*,
mabangista

- *dade*: *manobrilidade*

-prefixações:

-*des*: *desconseguir*, *desprogramar*, *desproteger*⁹

No domínio dos grupos nominais há a valorização de certos nomes, indicativos das linhas de força da vida angolana e, simultaneamente, indicativos de algumas das suas palavras-chave:

campanha de + nome

centro de + nome,

controlo de + nome,

etc.

Um dos factos mais interessantes nas variantes africanas, nomeadamente em Angola, são os chamados **neossemantismos**:

deslocado (por causa da guerra)

esquema (por causa da influência dos países do antigo leste europeu)

olho gordo: feitiço, mau olhado

Outra espécie de neossemantismo é o que se verifica na criação de categorias semânticas novas (=novos classemas):

«.. o riso saltava-lhe as mamas secas..»¹⁰

⁸ O antigo "pretoquês" deixou de ser uma marca negativa.

⁹ O prefixo "des" tem um desenvolvimento muito grande no português de Angola.

¹⁰ Lunadino Vieira - *Luuanda*, Lisboa, 1963, 21

« .. essa árvore ainda tinha coragem e força para ... crescer suas folhas verdes sujas ..»¹¹

Empréstimos:

O contacto entre as línguas bantu de Angola e o português vêm de longe: há objectos para os quais o português não tinha designações (fauna, flora), factos da economia, da cultura e das tradições africanas. Os bantuisms eram inevitáveis. Nos jornais – sobretudo nos comentários, nos chamados “folhetins” -, mesmo na rádio, surgem termos com designações próprias, como por exemplo:

- alembamento*: preço a pagar pela compra da noiva
- azimute*: barafunda
- bazar*: sumir, fugir
- bicheiro*: que está na bicha
- bumbar*: trabalhar muito
- camanguista*: explorador de diamantes
- canhangulo*: arma artesanal
- cariengue* (=‘gato’): trabalho escravo (*fazer cariengue, carien guista*)
- dikuenzo*: soldado, polícia
- estrilho*: barafunda
- estiloso*: queque, peneirento
- kamba*: amigo, camarada
- kazakuta* (=‘dança selvagem’): indisciplina (*kazakuteiro*)
- kilamba*: médico/ feiticeiro
- kinbo*: aldeia
- kitanda*: quiosque(e *quitandeiro*)
- kinda*:
- maka* (=‘história, problema’): discussão, zanga, barafunda
- maxima/maximbombo*: bus, autocarro
- malamba*: confusão
- musseque* (=‘areia vermelha’): aldeamento de barracas nos arredores de cidades
- muxima* (=‘coração’): centro da cidade
- xima* (=‘gato selvagem’): designação pejorativa de polícia
- xingar*: injuriar, chatear
- zagaiar*: fugir, sumir, cavar

A maior parte destes bantuisms provêm do Kimbundu e

¹¹ Id., *Ibid.*, 25

Umbundu. Embora a sua integração fónica e gráfica seja variável, o seu uso está totalmente enraizado.

Morfossintaxe:

As mudanças mais salientes da morfossintaxe reportam-se à -colocação dos pronomes objecto (e pronomes reflexos), em que há algumas alterações relativamente á norma europeia¹²,

-alteração das preposições em relação á sua regência, nomeadamente *em* e *a*¹³,

-confusão na regência entre *cd* (complemento directo) e *ci* (complemento indirecto)¹⁴, etc. Estas mudanças reportam-se também á língua escrita.

Estão a afirmar-se outras especificidades, mais frequentes na chamada língua falada e suponho que se trata em alguns dos casos de influências das línguas bantu, como, por exemplo, o emprego dos advérbios *devagar* e *depressa*¹⁵, a generalização de verbos "suporte"¹⁶.

Se quisermos tipicizar a linguagem dos musseques como uma forma oral do português de Angola, podemos estabelecer o seguinte:

-pronomes objecto:

- neutralização de género e caso no uso do pronome obj.(*cd/ci*)*ci* das 3^{as} pessoas singular e plural, generalizando-se o uso de *lhe* para essas funções¹⁷. Têm-se afirmado que esta não-distinção entre *cd* e *ci* se deve á influência bantu.

-há uma preferência pelo uso proclítico dos pronomes¹⁸. Também aqui se aduz a influência bantu.

-pronomes possessivos:

- o uso de *seu/sua*, *seus/suas* é evitado, preferindo-se *dele/dela*, *deles/delas*¹⁹

¹² Como: «O estudante liceal *se manifesta* aplicado» e «O representante daquela empresa disse que a oficina *encontra-se* também de um motor gerador».

¹³ «... apesar de vários tratamentos *em que foi submetido*»

¹⁴ «Um porta-voz nas Nações Unidas *recomendaram-no* a viajar nas próximas semanas por se encontrar cansado» e «De acordo com a composição da delegação gostaria *informar-lhe* o seguinte ...»

¹⁵ Em vez de *devagar* e *depressa* ocorre «com devagar» e «com depressa»: «Mama Naxa se soltou com depressa no abraço do filho e foi irritada, até no fim do quintal, enxotando os pintinhos da vizinha.» (L. Vieira - *Estória da Baciazinha de Quitaba*, Luanda, 1986: 13).

¹⁶ Por exemplo, a generalização do verbo *pôr* como auxiliar de formas verbais: *pôr mentira*, *pôr gritos*, *pôr perguntas*, em vez de *mentir*, *gritar*, *perguntar*.

¹⁷ «velha Xixi encosta as mãos na parede e sua amiga ajuda-lhe a levantar...» (L. Vieira - *Luuanda*, 3^a ed., Lisboa, 1972:30) e «Aliás, o dito Adriano acusou ali mesmo ... de lhe denunciar» (Pepetela - *O cão e os calús*, Lisboa, 1985:35) e «*Lhe percebemos logo*, e não tínhamos nada que lhe levar a mal ...» (C. L. Cardoso - *Baixa e Musseques*, Lisboa, 2^a ed., 1980:61).

¹⁸ «Te avisei ainda para ir lá, se você trabalha lá, ele *vai nos fiar almoço*» (Vieira 1972:17)

¹⁹ «A menina morena, de tranças castanhas ... A velha mãe *dela* ...?» (L. Vieira - *A cidade e a infância*, Lisboa, 1978: 106/7) «*tinha voz dela* doce outra vez e os olhos macios» (Vieira 1972: 99).

- formas de tratamento e concordância verbal:
 - em vez de «você é» do português europeu, usa-se «você és»²⁰, mas se a forma de tratamento for outra, a concordância não é tendencialmente a mesma, mas sim a 3ª pessoa²¹
 - as formas de tratamento podem variar relativamente à mesma pessoa²²

-fraseologias²³:

- alguém é um caxico*: “lambe-botas”
- estar completamente tonado/ xuxudado/pilhado/chibado*: “estar completamente bêbedo”
- vai dar kazukuta/ vai ser uma maka/ vai dar estrilho*: “vai dar sarilho”
- lá nos mabululas, lá no kimbo, lá nos fundos*: “lá no fim do mundo”, “lá no cu de Judas”:
- baicar*: “bater a bota”
- trabalhar bué, bumar bué*: trabalhar no duro,

-domínio das preposições:

O facto mais importante a salientar, no domínio das preposições, sobretudo em relação à linguagem dos musseques, é a alteração da valência e respectiva regência dos verbos, como acontece, por exemplo, nos verbos “dicendi/loquendi”, em que há perdas e ganhos semânticos por parte de algumas preposições. Vejamos o caso da preposição *em*. Esta preposição vê aumentar a sua frequência, acopulando-se aos verbos de movimento, aos verbos dicendi/loquendi.

Usa-se a preposição *em* em vez de *a* e *para* com verbos de movimento, e com valores opostos:

«... e corria *na* cubata, onde vavô, sempre sentado debaixo da mandioqueira ou na porta, sorria *no* sol» (Vieira 1972:13)

«Zeca Santos feliz com o vinho na barriga, atravessaram a rua de pedra, deixaram os pés levarem-lhes *no* cais de cabotagem, na muralha ...» (Vieira 1972:35)

Usa-se em vez da preposição *de*, com os verbos de movimento que regem essa preposição:

«... como naqueles dias de chuva quando a cobra do raio desce

²⁰ «*Você brinca* sempre perto da prisão, precisamos saber o que passa» (L. Vieira - *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa. 3ª ed. 1977: 135)

²¹ «Maneco! *Traga* a lata de torrar tujuba com ela» (Vieira 1986:14) e «Menino *tem* a certeza era uma “chivro” azul? Tem, mano Xico!» (Vieira 1977: 31).

²² «Não é daqueles brancos que te faz bem para você gostar dele ..» (L. Vieira 1977:31).

²³ A construção de fraseologias em português com cor angolana é um dos sinais da vitalidade da língua na configuração normal da realidade circundante. A fraseologia é sempre uma das marcas estereotípicas duma língua.

no céu»²⁴

«Mama saiu *no* fundo do quintal» (Vieira 1986:13)

Usa-se em vez de outras preposições (*diante de, em frente de, por*):

«Tinham parado *na* casa do soba...» (Rocha 1979:74)

« A outra pessoa ... tinha fugido *na* janelinha de trás» (Vieira 1977: 29)

Como nota digna de registo está o facto de a mesma preposição poder exprimir os valores direccionais de *para* e de *de* com o verbo *voltar*:

«Vocês voltam *no* musseque» (Vieira 1977: 18)

« .. e só mesmo à noitinha chegara *na* cidade. Tinha descido junto da missão, ..., foi a só andar um bocado, no meio do povo voltando *no* trabalho» (Vieira 1977:42)

Com os verbos *dicendi / loquendi*, e preposição *em* substitui as preposições *a, de, sobre, com*:

«Quando Domingo lhe falou *no* desaparecimento, levantou os olhos da planta... » (Vieira 1977: 18)

«Falei *no* chefe, jurei mesmo meu homem não é terrorista, não senhor...» (Vieira 1972: 30)

« ... e muitas mães que diziam *nas* filhas ...» (Vieira 1977: 58)

«... coisas que, muitas vezes, repetia *nos* meninos da mesma idade ...» (Vieira 1977:13)

«..., gritando *nos* monandengues ..» (Vieira 1972: 14)

Com outros verbos dá-se também a revalorização da preposição *em*:

«A isca, se você põe assim, está dar matabicho *nos* peixes» (Vieira 1977)

«Você vai roubar serviço *num* desses homens» (Vieira 1972: 43)

«Aquele mais velho que está tomar conta *nas* ferramentas» (Vieira 1986: 12)

«Tirou essa ideia *na* cabeça do amigo» (Vieira 1977: 42)

«Zito dividia a atenção *no* avô e *no* fio...» (Vieira 1977: 19)

A transitividade directa é substituída pela transitividade indirecta com a inserção da preposição *em*:

«... e agora quer ir jogar *no* futebol?» (Vieira 1985: 10)

²⁴ J. Rocha - *Estórias do musseque*. Lisboa, 1979: 75

« ... miúdo Zito, feliz, agarrando orgulhoso *na mateba* ...» (Vieira 1977: 24)

«E a voz de sá Zefa, sempre lamentando *no* filho, dói-lhe no coração»(Vieira 1977:35)

3. O Português de Moçambique

Cerca de 98% da população moçambicana pertence a comunidades de língua bantu. Integram-se estas comunidades no grupo sudeste, e apenas o Swahili, Maconde e Yao se integram no ramo leste das línguas bantu. No estado actual dos nossos conhecimentos, não sabemos quantas são as línguas de Moçambique, pois não há conhecimento seguro sobre se estamos perante simples dialectos e ou se efectivamente se trata de línguas. Seguindo Rzewuski²⁵ haverá em Moçambique nove grupos de línguas: Swahili, Yao, Makua-Lomwe, Nyanja, Nsenga-Sena, Shona, Tswa-Ronga, Shangana, Copi e Nguni. Acerca da dimensão destas línguas, não sabemos muito. Segundo indicações recolhidas em Maputo (Universidade Eduardo Mondlane), as principais línguas nacionais a servir de comunicação seriam: Swahili, Macua, Sena, Nyanja, Changana. Segundo indicações da mesma fonte, as línguas Makua, Nyanja-Sena, Shona e Tsonga seriam as línguas de 90% da população. Mas qual o número de pessoas que comunica em português ou nas línguas africanas, as percentagens não coincidem. Nas necessidades quotidianas, na música, usam-se as línguas nacionais. Há emissões de rádio em algumas línguas nacionais.

3.1. Língua portuguesa²⁶

No final do tempo colonial apenas falaria português 15% da população²⁷. A partir daí o ensino do português passou a ser orientado pelo Estado, do que resultou uma expansão de aprendentes do português e, por conseguinte, de falantes. Embora se deva reconhecer que a aprendizagem espontânea tenha diminuído. O "sistema nacional de educação" (a partir de 1983) e as "campanhas de educação de adultos" levaram por diante não só a aprendizagem do português como abriram a porta à língua portuguesa como língua

²⁵ Rzewusky, E. - *Línguas de Moçambique em classificação de M. Guthrie*. Maputo, 1978.

²⁶ Cfr. Graça Machel - *Contribuição para a Definição de uma Política Linguística na República Popular de Moçambique*. SEC, 1989 e «(Projecto) *Processo de Importação de Neologismos de Origem Bantu no Português de Moçambique*» (UEM).

²⁷ Cfr. M. Saraiva Barreto - *Aspectos da lusofonia em Moçambique*, in: *Comunicação ao I Encontro Nacional Para a Investigação e Ensino do Português*. Lisboa (1976, pg. 6).

nacional. A rádio, os jornais, a televisão, passaram a ter problemas de língua nos seus programas e páginas. Há na rádio um sistema de consultas e programa de correcção de erros do português em relação à norma europeia. A afirmação de um português de Moçambique passou, por outro lado, a ser um motivo de orgulho. O português escrito é, por via de regra, muito próximo do da norma europeia.

O português falado, por parte dos que chegam agora a esta língua, o português corrente, apresenta diferenças nítidas em relação à norma europeia.

No plano **fonológico/fonético**:

-nasalização incompleta

-a não distinção entre algumas consoantes áfonas e surdas(d-t,

k-g).

-a não distinção entre as alveolares /l/ e /r/

-a não distinção entre /r/ e /R/

No **plano morfológico**²⁸:

-ausência de artigo:

fui buscar livro

cortar cabelos

-concordâncias:

os granizo começou

eu esperou

eu compra o lápis

-concordância do participio passado com o cd

ele tinha roubados gatos

-uso alterado das preposições *em, de, a*, sobretudo com os ver-

bos de movimento:

fui na escola

cheguei em casa

-o pronome pessoal dativo é ignorado:

diz a ela que estou bem;

encontrei ela na rua;

lhe é usado em vez de *o / a*, e vice-versa:

vi-lhe ontem,

disse-a a verdade

-há variabilidade na colocação dos pronomes:

me diz a verdade,

nunca falei-lhe disto,

²⁸ Algumas das informações aqui apresentadas foram recolhidas em: Fátima Ribeiro - *O Português da Imprensa*, Maputo, 1985.

-«O concelho cristão de Moçambique também *diz-se intrigado* com as estruturas da IURD em Moçambique»(MediaFax, pg. 2)

-negação simples

«*nem difamou alguém*»

Formação de palavras/Lexicologia.

-formações analógicas:

desconhecer-desconseguir;

roubador- corredor,

desgovernado-despapelado

-generalização de verbos denominais, substituindo algumas formas com verbo suporte:

bichar (=fazer bicha),

barulhar (=fazer barulho)

confusionar (=fazer confusão).

o uso indiferenciado de verbos de movimento:

buscar, procurar, levar, trazer, ir, vir

-causativização de certos verbos:

transparecer: 'deixar/fazer transparecer'

Traços da **língua escrita**:

O português da língua escrita é, como dissemos, mais próximo do da norma europeia. A sintaxe, a morfologia estão próximas das do português standard, já o léxico mostra alterações e enriquecimentos vários:

-formação de palavras.

-sufixação: cursante, iniciante; farmeiro, machambeiro, marfineiro, taxeiro; miseramento, comandamento(=comando), interencionamento; lobolar, voluntariar-se, voluntarizar-se, confusionar (=fazer confusão).

-prefixação: desprogramar, desconseguir, desplanificação

-composição: feijão-nhembra, formiga muchém, etc.

-neossementismo (mudança de significado):

-afecção, arranjista (=música), caniço (=aldeamento de barcos), chapa (=meio de transporte público de propriedade privada), alarmar um carro (=instalar um sistema de alarme num carro)

abrir: fugir, sumir, cavar

admitir = autorizar²⁹

²⁹ «Eles não eram admitidos para chegarem lá» (Perpétua Gonçalves – *Português de Moçambique. Uma Variedade em Formação*. Maputo: Univ. Eduardo Mondlane. 1996. pg. 56).

Uma outra fonte de semantismo é a aproximação de campos lexicais. Por exemplo, *eliminar* é um lexema afim, quanto ao conteúdo, de *acabar com* e daí surge *eliminar com* a mesma regência de *acabar* (*eliminar com* e *acabar com*):

«...para eliminar com esta dificuldade»(Tempo 709: 44)

o verbo *insistir com (alguém)* situa-se na mesma área de conteúdo que *pedir a (alguém que)*, e surge *insistir a alguém que* como *pedir a alguém que*:

« Ai foi ter com uma servente, ... a quem insitiu que lhe fizessem o tratamento» (Tempo 682: 46)

o verbo *levar a que* está na mesma área semântica que *fazer com que* e o verbo *levar* toma a mesma regência que o verbo *fazer* na referida construção:

« Essa situação levou com que houvesse uma reunião ..»(Tempo 703: 40)

os verbos *repercutir-se em* e *estender-se a* pertencem ao mesmo domínio de conteúdo e um verbo afecta o outro:

« O exemplo daquela senhora devia repercutir-se a todos os trabalhadores..»(Tempo 708: 39)

Uma outra fonte de neossemantismos é, não já a incorporação do conteúdo de outras palavras próximas/afins no conteúdo de uma determinada palavra, mas a soma de duas palavras com esmagamento formal:

-*predisponto*: predis(posto) + pronto

ou a soma do conteúdo de duas palavras numa só:

acabar equivale a 'terminar + ficar': «acabar um mês num lugar»

Há um traço marcante dos africanismos, em geral, que é a valorização do predicado por uma modificação que é algo que explica (=determina /modifica) interiormente o predicado:

dizer pela sua resposta

chover chuva: «.. dois dias iam passar sem a chuva chover»³⁰

-uso de verbos genéricos e nomes a servir de predicado: ex. pôr.
pôr um grito
pôr explicações

³⁰ Em Angola verifica-se o mesmo fenómeno, e com mais frequência na linguagem dos musseques (L. Vieira- Luuanda, 1ª ed.. 1963. pg. 11) como em *chover chuva*: «.. dois dias iam passar sem a chuva chover».

pôr uma derrota em alguém
pôr uma mentira

Estamos em presença de formas típicas de neosemantismo, com criações analógicas e reguladoras da língua.

-empréstimos:

-do inglês:

compound(e) (=compound): aldeamento para mineiros, facho (=*shovel*), farma, chuinga, flat, maningue (=many),

-das linguas bantu:

lobolo, lobolar (pagar o dote da noiva), lalalaca, pala-pala, panga-panga repetição de sílabas; xibalo, xitolo (loja), xiconhoca (reaccionário), machimbombo, capulana, machamba, madala, suruma, nhamussoro(=médico), mamana (mulher, mãe), txova-xitaduma (=carroça de tracção humana), mulungo(branco), canganhiçar(enganar), tingar(fugir).

Colocação:

-colocação dos clíticos

«quando alguém casa-se»

-a colocação dos determinantes:

«essas todas coisas»

-a colocação dos advérbios:

«sempre nessa altura eu preocupava-me»

Adaptação de **fraseologias**:

tremer como varas de caniço

não haver (em vez de *ter*) mãos a medir,

fazer a vida cara (negra) a alguém

dobrar os espinhos das micaias

defender-se que nem uma hlelwa

estar duro/ estar teso/ estar tchonado/ estar sem uma quin-henta

desaparece! / Suca!

não há maka! / Não há crise!

estar na ressaca / estar com babalaze

Estruturas sintácticas moçambicanas:

Há uma série de factos sintácticos denotadores de uma sintaxe

que vai ganhando alguns traços próprios. Estes factos estão a ser detectados e analisados por linguistas moçambicanos e, se não estão de acordo com a explicação e com a identificação da origem, não deixa de ser verdadeiro o facto da sua existência. Vejamos os factos:

a) Troca de lugar entre complemento directo (=cd) e complemento indirecto (=ci): ...

Era o comandante a explicar o tal major ci a situação militar (cd)

Demonstrou as outras mulheres ci o papel do destacamento feminino cd

b) Passivas frequentes e com marcas bem definidas:

A ocorrência de construções passivas, que tanto apresentam semelhanças com as transitivas do inglês, como com certas construções bantu, está a dividir os estudiosos: será o resultado dos contactos com o inglês, ou será antes o reflexo de construções próprias de línguas bantu? Limitamo-nos a apresentar os factos. Numas ocorrências ficamos com a impressão de estarmos em presença de decalques do inglês:

O irmão foi concedido uma bolsa de estudo

Os jovens são dados responsabilidades de família

Parece tratar-se de uma possível "passiva de dativo". Já em construções como:

Eu não estou para ser abusado por militares

As futuras vendedeiras dizem ter sido atribuídas o terreno pelas autoridades policiais

O que é importante aqui está estes homens terem sido nascidos em Moçambique

Ele não é gostado pela polícia

Para nós aquilo era normal! Ser batido

em que temos tanto passivas desviantes, em relação ao português europeu, como o resultado da tendência para a transitivização directa de verbos que são intransitivos ou transitivos indirectos. Vejamos os casos de *abusar de*, *nascer*, *gostar de*, *bater em*, *atribuir a*.

c) transitivização directa (tendência para a -):

Um fenómeno bastante generalizado é a eliminação das preposições nos chamados transitivos indirectos (ou preposicionados):

Os bandos armados sempre batiam as pessoas

Chegou na sala entregou o enviado

Riu-se tanto que os olhos saíram lágrimas
 Sempre tinha que assustar (= assustar-se com) qualquer barulho que houvesse
 Foram avisar os presentes a chegada inesperada ..
 Venha entrar connosco (=no) o novo ano de paz
 Nasceu (=dar à luz) dois filhos na Suazilândia
 Vivi muito tempo a pegar (=na) a enchada
 Eu precisei mais informações

Mas esta tendência parece ser contrariada por um outro facto, a troca do cd pelo ci:

A mãe meteu-lhe na escola
 Alguma coisa lhe atraiu

e mesmo nas construções pronominais reflexas há contrações:

O Fernando preferiu-se de tal rapariga
 A senhora desconfiou-se este senhor³¹

A explicação apresentada por Perétua Gonçalves é a da saliência dado ao Beneficiário e/ ou ao complemento com o traço + ANIMADO / HUMANO.

Deve observar-se que não há regularidades nestes desvios: há apenas frequências. O mesmo falante pode empregar num mesmo enunciado dois factos diferentes:

Ele ia levá-lo de avião e depois deixava-lhe cair³²

Generalização da forma popular V-se:

- « .. constata-se problemas graves» (Tempo 530: 44)
- « ... verifica-se algumas anomalias» (Tempo 703: 55)
- « .. e se criou os Pesos Monetários»

Flexão generalizada do infinito:

« ...não sabemos como levarmos os depósitos de água ..»
 (Tempo 433: 53)

« os namorados procuram conhecerem-se ...» (Tempo 681: 51)

Além de muitos outros traços linguísticos comuns, tanto a

³¹ Exemplos extraídos de Perpétua Gonçalves – Op. Cit. pgs. 38 ess. . 49 e ss. Os exemplos aqui representados foram recolhidos de falantes moçambicanos que têm pelo menos 9 anos de escolaridade.

³² Cfr Perpétua Gonçalves – Op. Cit., pg 59.

Angola como a Moçambique³³, é a alteração do modo, sobretudo nas construções em que se exige o conjuntivo:

-depois de talvez:

« talvez aquele professor trabalhava a muitos quilómetros daquela feira» (Tempo 508: 59)

-nas frases imperativas negativas:

« Não goza, Inácia ..» (Vieira 1963: 54),

« Não esquece a sua perna» (Vieira 1963: 55), «Cala a boca, não chora.»³⁴

-nas frases completivas³⁵:

com verbos volitivo-causativos:

«queria mesmo ela sabia todas as coisas da vida dele..» (Vieira 1963. 28)

-com expressões valorativas:

Pena que não viemos caçar (Pepetela 1981: 28)

-com verbos performativos negados:

« Nós não dizemos que as mulheres não devem beber ...» (Tempo 437: 2)

Conclusão

Quem for à África lusófona e estiver atento ao falar português de cor africana tem a nítida sensação de que está perante um português mais colorido, mais matizado, mais enriquecido. O léxico sai enriquecido, a gramática está sendo regularizada por analogias de raiz africana, as construções revelam filtragens culturais múltiplas. Podemos dizer que o português europeu deixou há muito de ser o centro do “falar português”: essa monocultura da língua, tornou-se mais ecológica: ao colorido do falar português do Brasil, está a juntar-se a cor africana ao português.

Por outro lado, a África lusófona é um autêntico laboratório linguístico: culturas e povos, mitos e padrões de configuração do mundo, imagens mentais da vida e da língua, estão a ser caldeados em direcção ao futuro. Haverá nesses novos caminhos similaridades com os do português do Brasil: mas há necessariamente diferenças profundas. São “novas pátrias da língua” que estão a explodir em novos escritores, novas formulações e novas imagens do mundo.

³³ Não me referi ao português da Guiné-Bissau e Cabo Verde, porque a situação é muito diferente: crioulo e português andam lado a lado. Em São Tomé e Príncipe há uma grande proximidade da norma Santomense da norma europeia no português propriamente dito.

³⁴ Pepetela - Mayombe, 2ª ed., Lisboa, 1981, 181

³⁵ Nos enunciados em que ocorrem frases relativas também se verificam desvios em relação à norma europeia.

**GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E
FACTO LITERÁRIO EM ANGOLA.
Aproximação a uma sociologia do romance angolano¹**

José Carlos Venâncio*

0. Algumas considerações preliminares

O presente texto é parte de um projecto que tem a relação entre o fenómeno da globalização e a situação cultural e literária no chamado Terceiro Mundo como principal objecto. Para além da experiência cultural e literária da África de língua portuguesa, com especial atenção votada à experiência angolana, serão ainda estudadas, em pormenor, as literaturas brasileira e macaense. Será dada especial atenção a escritores como Pepetela e Uanhenga Xitu, ambos de Angola, João Ubaldo Ribeiro, do Brasil, e Henrique de Senna Fernandes, de Macau.

O estudo da situação africana, enquanto realidade historicamente específica, leva-nos a contemplar uma terceira variável, a da democratização política, cuja ocorrência, se não é propriamente uma derivação do fenómeno da globalização, não deixa de se repercutir em África (e naturalmente em Angola) como um dos seus rostos visíveis.

A análise debruçar-se-á fundamentalmente sobre o romance. Num projecto em que se pretende estudar a relação entre globalização e criatividade literária no Terceiro Mundo, a escolha do discurso romanescos, como objecto de estudo privilegiado, não é propriamente fortuita. O romance é, dos géneros literários, o que, pela sua natureza unitária e ideológica, melhor se presta a um estudo deste teor, fortemente orientado para uma vertente sociológica. Aliás, vale mencionar,

¹ Este texto serviu de base à minha comunicação no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que decorreu na cidade do Maputo de 1 a 5 de Setembro de 1998.

*Universidade da Beira Interior e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

a este propósito, a importância que este género literário teve na afirmação da sociologia da literatura como disciplina autónoma. Lembremo-nos, para tanto, de dois nomes clássicos no domínio: Lukács (1971) e Goldmann (1964).

Mas a escolha do romance como indicador privilegiado da relação entre globalização e vivência cultural local obedece ainda a um outro objectivo. O romance é, de todos os géneros literários, o mais vendável. A evocação desta sua característica, remete-nos, atendendo ao propósito deste projecto, para a discrepância entre os mercados dos países industrializados do Ocidente e os mercados dos países menos desenvolvidos, os países do Terceiro Mundo. Enquanto os primeiros são protagonizados por actores que, para além do gosto, têm, em princípio, suficiente capacidade financeira para adquirir bens culturais, o mesmo não se passa nos mercados do Terceiro Mundo. Este desequilíbrio tem, aliás, levado a que produtores culturais dos países menos desenvolvidos, num esforço de afirmação da sua autonomia financeira e artística, se vejam obrigados a orientar a sua criatividade para o mercado e a expectativa estética de consumidores, agentes culturais e críticos de arte dos países mais desenvolvidos. Entre os criadores culturais que assim procedem encontram-se, a par dos pintores e dos músicos e eventualmente dos produtores de artesanato, os romancistas. De tal forma este processo se tem aprofundado que não será seguramente exagero afirmar que hoje, neste mundo globalizado ou que se pretende como tal, entre os bens (para não dizer mercadorias) exportáveis do Terceiro Mundo, os culturais (a música, a pintura, o artesanato e o romance) ocupam um lugar significativo, se não mesmo de honra, nalguns casos.

1. Os contextos históricos

Várias são as leituras possíveis, em termos sociológicos, do fenómeno da globalização. A perda de significado das ideologias políticas e a emergência da ideologia de mercado é, sem dúvida alguma, uma das facetas mais relevantes. De tal forma relevante que muitos, geralmente a partir de espaços de enunciação localizados no Terceiro Mundo, o têm identificado com neo-liberalismo. Se em fins dos anos 80 o termo era ainda usado para nomear fundamentalmente a mundialização do processo produtivo [é assim que o *The Penguin Dictionary of Sociology* (Londres 1987/1994) se lhe refere], com o fim

da Guerra Fria e com a conseqüente abertura dos mercados do Leste europeu, com o enorme avanço que as tecnologias de informação registaram desde então, fazendo do mundo uma “aldeia global” (para utilizar a expressão de Marshall MacLuhan), rapidamente o sector da comercialização se sobrepôs ao da produção. Falar em comercialização neste contexto será o mesmo que mencionar a padronização do consumo e, como tal, a homogeneização cultural que lhe está, em princípio, subjacente.

Não há, contudo unanimidade quanto à interpretação desta suposta homogeneidade. Enquanto uns se referem mais a uma uniformização cultural, são os defensores da chamada “one world thesis” (Albrow 1990; Genov 1997), outros, afastando o espectro do eurocentrismo implícito na posição anterior, entendem a globalização como um processo de hibridização ou mesmo de criouliização (Pieterse 1994; Lee 1997). Partilhando desta segunda posição parece estar Giddens (1997: 70), para quem com a globalização, (...)”como sucede com qualquer processo globalizante, não se dá uma deslocação de sentido unívoco para uma homogeneidade cultural”.

Em conexão com este processo de uniformização ou hibridização cultural, a globalização tem proporcionado a emergência de diásporas culturais não forçosamente determinadas pela deslocação física de povos e respectivas culturas (Giddens 1997: 70), como a pós-colonização, a certo tempo, pareceu determinar o quotidiano das ex-metrópoles e do mundo industrializado, em geral. A diáspora a que aqui se refere é a que deriva precisamente da intensificação dos meios de informação e da supremacia dos padrões de consumo dos mercados dos países desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. Não se trata propriamente de uma homogeneização na medida em que estes últimos acabam por ter de se submeter aos princípios daqueles que, na qualidade de mais desenvolvidos, absorvem o estímulo exterior (consubstanciado em bens culturais e artísticos), proveniente do Terceiro Mundo, dando-lhe um sentido próprio, forçosamente diferente do original.

Este quadro de troca de informação, de estímulos e símbolos entre o mundo industrializado e o Terceiro Mundo sucede-se a uma conjuntura em que as regiões em referência, não sendo, de modo algum, estanques, mantinham a sua configuração original, ou talvez melhor, a configuração tal como ela resultara historicamente até aos anos 60, altura em que se dá a última grande leva de independências políticas, no caso as africanas. As independências em referência valem

como o culminar de um processo em que os povos colonizados pela Europa ganham progressivamente consciência do seu destino comum através de movimentos culturais e políticos, como sejam os modernismos sul-americanos, os africanos², o nativismo africano, a negritude, o pan-africanismo, a consciencialização dos povos negros, o revivalismo asiático, etc.. Preconizam os mesmos com a sua acção contestatária o fim do euromundo, para utilizar uma expressão de Adriano Moreira (1993), construindo ou ratificando, ao mesmo tempo, o que, ainda hoje, não sem alguma imprecisão, se continua a designar por Terceiro Mundo³.

Todo este processo acontece sob a égide de ideologias políticas que, no propósito reivindicativo de uma maior dignidade humana para os povos colonizados, defenderam princípios de exclusividade ou autenticidade cultural, na maioria dos casos com impacto apenas regional, mas que, por razões de permeabilização política e de equilíbrio de forças a nível internacional, se tornaram extensivos ao plano nacional. Ainda em nome desta extensão, muitas vezes contestatada pelos povos mais marginalizados, instituíram-se regimes políticos de partido único que, nalguns casos, deram origem às mais aberrantes ditaduras políticas.

Foi esta a conjuntura a que o processo de globalização, o fim da Guerra Fria e a emergência da ideologia de mercado, aliados a outros factores de indole local, vieram pôr cobro. Uma das consequências da mudança conjuntural em causa foi o processo de democratização que aconteceu um pouco por todo o Terceiro Mundo e que em África assumiu particular importância.

² Fenómeno em muito circunscrito à África de língua portuguesa, mormente a Cabo Verde, Angola e Moçambique. O sentido de modernismo aqui referido está praticamente desprovido da dimensão vanguardista e experimentalista com que o movimento aparece revestido em ambientes industrializados e urbanizados. O sentido a que se faz menção é sobretudo o que deriva da sua faceta "expressionista", com grande impacto na versão sul-americana. A sua aplicabilidade à África de língua portuguesa deriva da analogia, sobretudo no que se refere à miscigenação de raças e culturas, entre estas sociedades e as da América do Sul, especialmente a brasileira. Quanto à dimensão vanguardista do modernismo, cf. Bürger 1993. Quanto à aplicação do termo aos contextos afro-lusófonos, cf. Venâncio 1992: 17 e segs e Matusse 1998.

³ O termo foi, ao que parece, utilizado pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, que, inspirado no título do panfleto do político gaulês Emmanuel J. Sieyès (*Qu'est-ce que le tiers état?* de 1789), pretendeu, por analogia com o "Terceiro Estado" do *Ancien Régime*, referenciar, no ambiente pós-guerra, um vasto conjunto de países e de povos marginalizados no sistema internacional. Posteriormente o termo foi apropriado pelos próprios, que nele viram um importante referente para a consolidação do seu processo de consciencialização, enquanto povos explorados pelas potências europeias. A par desse processo de identificação, o termo passou a estar igualmente conotado com a chamada "terceira via", da qual emergiu o Movimento dos Países Não-Alinhados. Nos anos 60, assistimos a mais uma deslocação de sentido do termo que passou então a referir, quase que exclusivamente, os países subdesenvolvidos ou, mais retoricamente, em vias de desenvolvimento. Não terá sido totalmente alheia a esta deslocação de sentido a "Teoria dos Três Mundos", devida a Mao Zedong (Mao-Tse-Tung). O Primeiro Mundo seria constituído pelas duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), o "Segundo Mundo" pelos restantes países industrializados.

Os países africanos de língua portuguesa, não obstante a particularidade de terem atingido tardiamente as suas independências políticas, não configuraram um quadro diferente deste, sobretudo quando temos fundamentalmente em mente, nesta comparação, a experiência da África sub-saariana. Ainda em função desta mesma contextualização, será possível, descortinar, por derivação, paralelismos entre as diferentes literaturas nacionais da África lusófona, mormente a angolana, e as literaturas dos restantes países africanos.

2. O contexto literário angolano

Ao nomear, neste ponto, a experiência literária angolana, terei fundamentalmente em atenção a periodização como factor da sua sistematização. Faço-o porque, de todos os factores passíveis de a caracterizarem, a periodização é, pela historicidade em que assenta, aquele que reflecte de forma mais directa as conjunturas atrás referidas. Num estudo anterior (Venâncio 1992) procedi a uma classificação da produção literária na África lusófona, inferida da intencionalidade textual, que resultou nos seguintes parâmetros: uma primeira divisão entre produção referente ao período colonial e a que ocorreu após as respectivas independências, durante o período pós-colonial. No que diz respeito ao período colonial, duas fases foram diferenciadas: uma primeira determinada por uma reivindicação cultural (em que a intencionalidade política vinha em segundo plano) e outra em que a reivindicação política se afirmava como a principal intencionalidade textual. No que respeitava ao período pós-colonial, descortinei, na altura, três tendências temáticas: a reconsideração do passado colonial, o impasse suscitado pelo confronto da utopia política, então defendida, com a realidade a ser transformada e, por fim, a crítica aos comportamentos que desvirtuavam a utopia. Esta última tendência foi sobretudo significativa na literatura angolana, evidenciada pela existência de uma profícua sátira social. De referir, aliás, que a literatura angolana serviu de paradigma não só na identificação desta tendência, como, no fim, de todo o esforço de sistematização então realizado. A relativa proliferação da produção literária angolana, em relação às restantes literaturas lusófonas, justificou-o.

Os desenvolvimentos sociais referidos no ponto anterior (o acentuar do fenómeno da globalização, o fim da Guerra Fria, etc.), assim como os últimos desenvolvimentos da literatura angolana, desactua-

lizam, de certa maneira, a sistematização em causa. Em texto recente (Venâncio 1998) propus, em relação à literatura angolana (podendo contudo ser extensível às restantes literaturas com as devidas adaptações), uma periodização que atendesse a este conjunto de transformações. Em vez dos períodos colonial e pós-colonial, optei por englobar toda a produção literária produzida sob o signo da nacionalidade (que o mesmo será dizer, sob a égide das ideologias políticas e dos princípios de “autenticidade” ou “genuidade” cultural) num macro-período que designei por “época da nacionalidade”. Nela incluí a produção literária de escritores como Luandino Vieira, Uanhenga Xitu, Manuel Rui [até *Rio Seco* (Lisboa 1997)] e Pepetela [até *A geração da Utopia* (Lisboa 1992), o livro da viragem, e *A gloriosa família* (1997)]. Em termos históricos, esta “época” corresponderá ao período da luta pela independência e, depois de conseguida esta, ao da chamada reconstrução nacional. Directa ou indirectamente é detectável nos textos que a compõem propósitos políticos definidos, consubstanciados com a defesa de uma utopia que surge, em quase todas as circunstâncias, confundida com a criação de uma nação multiétnica e multirracial, se não a-racial. Utopia deixa-se assim definir como um espaço de harmonia social e política a alcançar.

À “época da nacionalidade” parece estar a suceder um tipo de literatura onde a motivação política está ausente ou, quando muito, relegada para um plano secundário. O problema da nacionalidade, enquanto realidade política a ser consolidada, pouco ou nada parece condicionar os actos de escrita. Em consonância com o espírito da nova conjuntura, configurada pela globalização de mercados e vivências culturais, assiste-se à exploração de formas e conteúdos literários que, combinando padrões locais com outros tidos por universais, dão lugar àquilo que, na falta de melhor termo, tenho designado por “extraterritorialidade simbólica”. Trata-se de um aprofundamento (pelo menos, é assim pensado) do que Giddens (1997: 70) entende por diásporas culturais sem deslocação física. Aprofundamento porque tento cingir-me à literatura escrita e, aproveitando da teoria do sistema-mundo a troca desigual entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo, entendo que a transferência de bens, valores e símbolos culturais, viabilizada por essas diásporas, está longe de ser equitativa. Como nos bens materiais, nas riquezas naturais, também aqui assistimos ao preterimento do local em favor do mais universal. Este universal, pelo seu lado, é em muito condicionado pela experiência histórica dos países industrializados do Ocidente e da hegemonia

que detiveram e, de certa maneira, continuam a deter, sobre o restante mundo. E tal dá-se porque os artistas, os escritores, desejando viver do seu trabalho, impossibilitados, porém, de alcançar esse objectivo junto daqueles que, em princípio seriam os seus leitores naturais (impossibilitados que estão estes de adquirir e, nalguns casos, de entender - porque analfabetos - o que eles escrevem) se viram para os mercados ocidentais, mormente para os das ex-colónias. Romances como *A gloriosa família* (Lisboa 1997) de Pepetela, *Rioseco* (Lisboa 1997) de Manuel Rui são, sob diferentes matizes, exemplos desta nova fase⁴. A suspeição de "extraterritorialidade", em que incorre, acaba, aliás, por ser confirmada pela tiragens dos livros destes autores no mercado editorial português⁵.

3. Sobre a questão da originalidade na literatura angolana

O objectivo desta comunicação é mostrar de que forma os romancistas angolanos souberam aproveitar os condicionalismos históricos para valorizar esteticamente os seus textos. No que diz respeito à primeira conjuntura, fácil seria - tendo em atenção o facto de a originalidade intelectual e artística ser, em princípio, incompatível com uma postura orgânica ou gramsciana da vivência intelectual - rotular a produção literária acontecida sob a égide da nacionalidade como sendo de valor literário menor. A realidade não é, porém, essa.

Antes de propriamente iniciar a explicação deste facto, será de referir que, não obstante a existência de bons poetas, tais como J.A.S. Lopito Feijoó K., David Mestre e José Luís Mendonça - que chegaram a antecipar-se à viragem verificada com Pepetela e Manuel Rui -, a prosa, mormente o romance, tornou-se na grande figura da literatura angolana. É hoje o seu *ex-libris*. É uma condição dos tempos a que Angola não se pode subtrair. Mas mais, como acima referi, o romance, enquanto género literário, é, pela sua natureza épica, o género que

⁴ De referir que esta viragem entre os romancistas angolanos foi, de certa forma, antecedida pelo percurso literário de, pelo menos, dois outros romancistas afro-lusófonos: Germano Almeida, de Cabo Verde, e Mia Couto, de Moçambique. A antecipação em causa deveu-se fundamentalmente à especificidade histórica e cultural dos respectivos países.

⁵ O condicionamento do mercado e da crítica ocidental não é, ao que parece, apenas sentido pelos escritores. Os pintores também o sentem. Veja-se, por exemplo, as queixas dos pintores cabo-verdianos Manuel Figueira, Luisa Queirós e Bela Duarte sobre o seu relacionamento com os galeristas, críticos e colegas portugueses porque, na qualidade de cabo-verdianos, detentores de uma cultura mista, se vêem impossibilitados de explorar o exótico africano nas suas obras. O exótico, neste caso específico, abrir-lhes-ia portas, só que numa situação de inferioridade de dependência. Em vez de ombrearem de igual para igual com os seus pares, seriam situados num patamar abaixo daqueles. Cf. Venâncio 1996.

O mesmo desalento foi manifestado por cineastas como Zezé Gamboa, de Angola, nas Jornadas de África que tiveram lugar na Universidade Nova de Lisboa, em Maio de 1998.

melhor reproduz os compromissos históricos que têm sido descritos, transformando-se, como tal, num excelente objecto para estudos sociológicos.

As características que têm sido apontadas a este género, quer por sociólogos, como Lukács e Goldmann, quer por semiólogos, como Kristeva (1984), confirmam as suas potencialidades como unidades de significação social e histórica e, na base desse poder referencial, de consumação estética. Entre as características então apontadas, remetendo quase todas para o texto inicial de Lukács, contam-se as seguintes:

1) o romance vale pelo seu conteúdo puro, i.e. não tem uma forma fixa;

2) está-se, segundo Lukács, perante um ilimitado contínuo, em que as partes estão submetidas ao todo, o qual é, por sua vez, perceptível enquanto ideograma (in Kristeva) ou enquanto isotopia (in Greimas);

3) a realidade narrada, o conteúdo do romance, não tem princípio nem fim, embora pareça limitado pelo princípio e pelo fim do texto. O romance é, em si, um processo de mutação, um processo de transformação para um objectivo nunca alcançado. Esta mutabilidade faz com que ele se torne, segundo Kristeva (1984: 17), o próprio discurso do tempo. É a palavra, os enunciados, que introduzem a categoria tempo. Este, no que diz respeito ao romance clássico - que acompanhou a afirmação da modernidade e do capitalismo -, é geralmente linear ou monocronamente representado; o romance moderno (ou pós-modernista) tem-se caracterizado, por outro lado, em representá-lo de forma policrona, no que procura recuperar o seu sentido pré-capitalista;

4) é a história de uma procura, por parte de um herói individual, de valores autênticos numa sociedade degradada. Para Goldmann, tratando-se o romance de um género que, por excelência, pertence à modernidade, a sociedade em referência é a capitalista e os valores não autênticos que “degradam” a busca individual, correspondem, nessa sociedade ou sistema, ao valor de troca, o símbolo da sua subversão.

Trata-se de características observáveis tanto nos enunciados romanescos referentes ao período da nacionalidade, como igualmente observáveis nos do período posterior. Começemos pelos da “época da nacionalidade”. Tomemos, como exemplo, a novela de Luandino Vieira, *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, (Luanda 1979), escrita

em 1961. Trata-se de um texto de combate, com fortes ressaibos do neo-realismo português, nele se notando, enquanto ideograma ou isotopia, uma forte convicção política e ideológica que é identificável com a defendida pelo MPLA. Muita da sua originalidade vem da dimensão épica que em muito ultrapassa o plano trivial dos acontecimentos ou estratégias políticas. A solidariedade entre Domingos Xavier, tractorista e negro, e Silvestre, branco e engenheiro, vai para além da sociedade degradada, a colonial-capitalista, que os estigmatizou enquanto tais. Fazendo da novela uma plataforma de mudança, de transformação sócio-política, Luandino dá o mote para as utopias pós-coloniais, sabiamente exploradas por Pepetela. Mas mais. Não descurando o seu lugar histórico, *A vida verdadeira...* não deixa de patentear ainda hoje uma actualidade (provavelmente a mesma que os textos utópicos de Pepetela) que advém do facto de, no fim, a procura dos valores autênticos (no caso, o não racismo) continuar hoje a ser uma preocupação premente, embora já não condicionada pela construção da nação. O tempo nesta novela, fazendo justiça à influência neo-realista, é representado de forma linear, sem que, contudo, tal procedimento a empobreça esteticamente ou seja, deixe de relevar, na devida medida, as características anteriormente apontadas.

No período que se seguiu à independência, coube a Pepetela, como acima deixei antever, retomar a utopia de Luandino Vieira e dar-lhe matizes tais que o transformaram num caso especial entre os romancistas africanos de língua portuguesa. Romances como *Mayombe* (Lisboa 1980), *Yaka* (Lisboa 1985), *O cão e os caluandas* (Lisboa 1985), são exemplo duma procura de valores autênticos numa sociedade que não dá mostras de querer deixar de ser degradada. O mundo exterior, as relações capitalistas internacionalmente assumidas, surgem como forte condicionante do percurso daqueles que, em princípio, haveriam de levar a bom termo a utopia. Esses são os alvejados na crítica que o autor faz em *O cão e os caluandas*. O mesmo fizeram Manuel Rui em *Quem me dera ser onda, Crónica de um mujimbo* (Luanda 1989) e *1 Morto & os vivos* (Lisboa 1983) e Uanhenga Xitu em *O Ministro* (Luanda 1990), constituindo estes textos importantes referências de uma tendência satírica que, em princípios dos anos 80, se desenvolveu na literatura angolana.

Retomando, porém, o sentido épico e transformacional dos romances de Pepetela, vale referir que a sua grandeza deriva em muito da conjugação, mesmo que em termos puramente referenciais, do pas-

sado, do presente e do futuro, artifício de que o autor se tem servido para enunciar a utopia ao mesmo tempo que a vive antecipadamente. Se mais tarde vem mostrar em *A geração da utopia* (Lisboa 1992) o seu desalento pela não confirmação do que havia antecipado, tal não desmerece esteticamente os romances utópicos. Sobretudo porque a utopia em Pepetela não é propriamente uma meta a atingir no futuro, mas sim, como em Ernst Bloch (1985), uma antecipação vivencial e estética. É construída no dia a dia, como se de uma pedagogia se tratasse. Se a sua componente política se esvaiu, restou uma prática pedagógica que, como no passado, no presente e no futuro, continuará a ser útil não só aos angolanos, como a todos os que buscam valores humanos não estigmatizados em raças ou etnias. Aliás, devo igualmente mencionar que o facto de Pepetela e os outros escritores angolanos viverem numa sociedade particularmente afectada por essas clivagens fez com que tivessem à disposição um manancial de dificuldades (a serem ultrapassadas pelos heróis dos seus romances) que, à partida, se constituíram como um importante contributo para o enriquecimento estético dos seus textos.

Assim poder-se-á afirmar que, não obstante o sentido político com que Pepetela revestiu a utopia que desenvolveu nos seus textos, pela forma como o fez, permitiu que a mesma sobrevivesse na conjuntura que se sucedeu à “época da nacionalidade”. Ela não deixa de estar presente no seu mais recente romance, *A gloriosa família*, um romance histórico, tratando do período entre 1641-48, em que Luanda e parte de seu *hinterland* foram ocupados pelos holandeses. Explorando a contribuição holandesa para a constituição da angolanidade, confrontando-a com a contribuição portuguesa, acaba por escrever um romance em que a procura dos tais valores autênticos tanto acaba por interessar a angolanos, como a portugueses⁶. É, como atrás disse, um romance marcado pelo que, provavelmente não nos melhores termos, designei por “extraterritorialidade simbólica”. É, como vimos, seguido, neste propósito, por Manuel Rui com o *Rioseco*.

Condicionados pelas circunstâncias sociais onde inscrevem os seus enunciados, assim têm os escritores angolanos procurado dispor os seus textos em termos temporais por forma a atenderem às exigências intelectuais do actual público leitor, quer em Angola, quer nos mercados exteriores. Hoje, as expectativas desse público estão para

⁶ De salientar que nenhum dos escritores lusófonos envolvidos neste processo de “desterritorialização simbólica” exploram dimensões mais universais, integrando nos seus *récits* vivências e acções ocorridas nos países industrializados, como o faz, por exemplo, a escritora indiana Arundhati Roy (*O Deus das pequenas coisas*, Porto: Asa 1998), cujo sucesso mundial, segundo alguns críticos, radica precisamente nesse facto.

além do facilitismo que decorre de uma disposição linear do tempo. Atento a esse pormenor, Pepetela soube explorar, a seu favor, o facto de viver numa sociedade dividida entre dois mundos, de um lado, o que alguns designam por sociedade central e que eu tenho designado por “experiência crioulezante”, e, do outro, o mundo étnico, em geral. Acreditando na conciliação dos mesmos, organizou os seus *récits* de forma a fazê-los corresponder a importantes fases da junção, que o mesmo será dizer, da constituição da nação e da realização da utopia⁷

4. Considerações finais

Após esta breve exposição - forçosamente incompleta porque, no fim, não é mais do que a exposição de um projecto - pode-se concluir que a originalidade e a vitalidade da literatura angolana, mormente do seu romance, advém da maneira subtil com que os escritores souberam, e têm sabido, em qualquer das conjunturas referidas - quer na da nacionalidade, quer na da globalização - conciliar o particular, o local, com o que é mais universal. Muita desta mestria derivará da sua formação. Muitos dos visados têm preparação universitária. Esta tem-lhes proporcionado uma actualização não só no que diz respeito às experiências dos seus colegas doutros países, como também aos posicionamentos e proposições de teóricos da literatura e de críticos literários estrangeiros, assim como igualmente lhes tem permitido apreender, na conjuntura da globalização, o gosto e a subtilidade do público estrangeiro, para quem também se vêm obrigados a escrever.

De referir ainda que uma tal viragem na literatura angolana tem levado a que sectores mais tradicionalistas e politizados da intelectualidade angolana não aceite de bom grado o novo percurso dos seus colegas. Esta reacção não deve, por outro lado, ser considerada como única, não só em relação à África de língua portuguesa, como também em relação ao Terceiro Mundo. Trata-se de reacções que surgem envolvidas em fenómenos de índole social mais vasta, contestatárias do processo de globalização, que na América Latina se caracterizam por visitar o paradigma ou teoria da dependência, na Ásia são geralmente referenciados como revivalismo, em África como neo-negrismo (Kabou 1991) e no universo islâmico se têm traduzido em fundamen-

⁷ O escritor moçambicano Mia Couto não opta em *Terra sonâmbula* por uma técnica muito diferente. É a leitura, em voz alta, dos cadernos de Kinzu que marca o tempo do romance. “Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências” (p. 15), reza o início do primeiro caderno. Quem lê é o miúdo Muidinga. Fá-lo ao velho Tuhair, seu acompanhante, na retirada ou fuga da guerra que assolou o país. Encontraram os cadernos dentro de uma mala que jazia ao lado de um corpo, supostamente o de Kinzu, viajante de um autocarro que, como muitas outras nessa guerra fratricida, havia sido incendiado.

talismos religiosos.

BIBLIOGRAFIA

- ALBROW, M., 1990, "Introduction", in M. ALBROW e E. KING (Eds.), *Globalization, Knowledge and Society*, Londres: Sage
- BÜRGER; Peter, 1993 [1974], *Teoria da vanguarda*, Lisboa: Vega
- BLOCH, Ernst, 1973 [1965], "Antizipierte Realität - wie geschieht und was leistet utopisches Denken?", in R. VILLGRADTER e F. KREY (Hrsg.), *Der utopische Roman*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft: 18-29
- GENOV, Nikolai B., 1997, "Four Global Trends: Rise and Limitations", in *International Sociology*, 12, 4, 1997: 409-428
- GIDDENS, Anthony, 1997 [1994], *Para além da esquerda e da direita*, Lisboa: Celta
- GOLDMANN, Lucien, 1986 [1964], *Towards a Sociology of the Novel*, Londres / Nova Iorque: Tavistock Publications
- LEE, Raymond L.M., 1997, "The Limits and Renewal of Modernity. Reflexions on World Development and Asian Cultural Values", in *International Sociology*, 12, 3: 259-274
- KABOU, Axelle, 1991, *Et si l'Afrique refusait le développement*, Paris, L'Harmattan
- KRISTEVA, Julia, 1984 [1979], *O texto do romance. Estudo semiológico de uma estrutura discursiva transformacional*, Lisboa: Livros Horizonte
- LUKÁCS, Georg, 1971 [1920], *The Theory of the Novel*, Londres: Merlin Press
- MATUSSE, Gilberto, 1998, *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane / Livraria Universitária
- MOREIRA, Adriano, 1993, *Ciência Política*, Coimbra: Almedina
- PIETERSE, Jan Nederveen, 1994, "Globalisation as Hybridisation", in *International Sociology*, 9, 2: 161-184
- VENÂNCIO, José Carlos, 1992, *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa: Ministério da Educação / ICALP
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega
- VENÂNCIO, José Carlos, 1998, "A literatura angolana. Uma breve introdução", in *Revista Mar Além*, nº 0 (no prelo)

A MELANCOLIA DOS PERCURSOS: ÁFRICA NA LITERATURA PORTUGUESA PÓS - 25 DE ABRIL

Margarida Calafate Ribeiro*

Resumo: Este artigo analisa a presença da imagem de África na Literatura Portuguesa depois da revolução dos cravos, o 25 de Abril de 1974. A memória post-colonial é analisada seja nas obras literárias que se referem à memória das guerras coloniais (1961 – 1974), onde os textos de Manuel Alegre, António Lobo Antunes, Carlos Vale Ferraz, João de Melo e Lídia Jorge são objecto de reflexão, seja nas obras literárias que nos contam uma memória da vida dos tempos coloniais e dos tempos de transição em África. Dedicar-se uma atenção especial a Partes de África, de Helder Macedo, que pela abordagem inteiramente nova e original marca uma nova etapa na literatura portuguesa no que se refere ao tratamento da imagem de África, das relações entre Portugal e o seu passado africano recente e finalmente entre Portugal e a África

“É costume deixarmos a alma em África, alguns também a vida - mas quase todos deixamos a memória dessa lida”, diz-nos Álvaro Guerra em *Café 25 de Abril*, no momento em que “aos nossos pés o mar depõe a espuma do Império. E os destroços.” (Guerra, 1987, p. 165) Todos tivemos um avô, um tio, um vizinho, um parente que andou pelas Áfricas, em campanhas, como funcionário, comerciante, tentando a sorte, na guerra. A literatura foi marcando o registo deste encontro, e tantas vezes desencontro, na dor dividida de povos mestiços gerados em cinco séculos de paixões e de sonhos, de nostal-

* Kings College - London / Programa PRAXIS XXI

gias e esperanças, mas também de um profundo e mútuo desconhecimento.

A linha temática dos textos relativos a África, escritos pós - 25 de Abril, em que baseio a minha análise é dada pelo papel da memória do que foi para os sujeitos, narradores ou personagens, a experiência da terra africana. Memória de uma guerra que *passa para os ossos e não sai*, refazendo os versos de Assis Pacheco, normalmente escrita por quem ia daqui para lá e quando volta decide dar testemunho da experiência vivida; memória de infâncias nos tempos coloniais em obras mais ou menos saudosistas e nostálgicas dos que, tendo lá nascido ou vivido grande parte das suas vidas, de lá vieram por força da história ou da vida; e ainda recente, na reelaboração da memória pessoal e da história que Helder Macedo faz em *Partes de África*, marcando o início de uma nova abordagem do tema. É portanto já extenso e diverso o número de obras que nos falam da alma, da vida e da morte que fomos deixando em África ao longo dos percursos que fizemos. Todas elas revelam como pontos comuns a melancolia e a marca autobiográfica. O que fica à vista nestas obras é o esqueleto da alma dos seus protagonistas tantas vezes com biografias próximas do autor ou mesmo narrativamente identificados com ele. E o esqueleto das suas almas é feito das suas memórias que se enraizam na nossa memória de África.

A abrir

Analisar a presença de África na literatura anterior a 25 de Abril de 1974 e portanto da então metrópole, para aí tentar encontrar linhas de continuidade ou de ruptura em relação à literatura que ficciona África no pós - 25 de Abril é uma tarefa inquietante. Apesar de muitas referências soltas a um espaço africano mais abstracto do que real, mais negativo que positivo, é relativamente fácil constatar que afinal a África imperial, de referência crucial do nosso obsessivo e contínuo discurso sobre a identidade nacional ao longo deste século, não se abriu como espaço inspirador da nossa literatura e da nossa arte em geral.

Na literatura do século XIX só a pena de Eça de Queirós enviou um herói - Gonçalo Ramires, de *A Ilustre Casa de Ramires* - para uma África promissora, ainda que ausente, e não a habitual *terra brava*, lugar inhóspito de degredo e de febres. (Reis, 1997, p. 22) No século XX, apesar de vários autores consagrados e até politicamente compro-

metidos contra a ditadura de Salazar terem andado por terras de África, essa experiência quase não passou para as suas obras literárias. À parte alguns contos de Alves Redol, como “Os Bonecos de Nini” (1932) ou “África em Fogo” (1935) e a novela *Kangondo* (1936), em que metaforicamente são apresentadas situações de exploração na África portuguesa, um ou outro poema de Joaquim Namorado, algumas páginas dos diários de Torga e do livro singular de José-Augusto França, *Natureza Morta* (1949), pouco mais se poderá apontar. Por outro lado, e apesar dos estímulos do regime de Salazar para desenvolver uma literatura colonial, os concursos literários organizados pela Agência Geral das Colónias foram sempre pouco concorridos, apesar dos atraentes prémios. Na generalidade e sobretudo até meados da década de 50, nestes concursos apenas apareciam nomes ligados à vida colonial sem peso significativo no mundo literário metropolitano. Ainda que hoje em dia o estudo desta literatura revele fecundas pistas de leitura, relativamente à construção da imagem imperial e às ambiguidades nela contidas, a verdade é que na sua época estas narrativas e poemas não tiveram o peso necessário para inscrever África na ficção da então metrópole. África ficaria assim reservada aos “autores coloniais” - que o tempo e as circunstâncias após os anos 50 viriam a transformar em “ultramarinóis”- o que sem dúvida nos fornece algumas indicações para a compreensão do modo como os portugueses metropolitanos viviam o império, de um ponto de vista prático e não mitológico.

Se é certo que para as elites, desde a Monarquia ao Estado Novo, África era parte da nação portuguesa, representando a força com que afirmariam na Europa a sua diferença e resistiriam às tentativas de hegemonia ibérica por parte de Espanha, para o português comum que vivia na então metrópole, educado nesta mitologia de ser grande *ailleurs*, o império africano era uma ideia nebulosa, uma velha herança, que lhe ofuscava um dia-a-dia sem horizontes, especialmente nos últimos e anacrónicos anos do Estado Novo, como nos esclarece Eduardo Lourenço em vários dos seus ensaios. Para o imaginário dos portugueses o destino dos sonhos de fortuna tinha sido o Brasil no início do século, como mais tarde seria a Europa ou a América. África, para onde os governos enviavam os opositores ao regime ou palidamente os estimulavam a emigrar ou finalmente para onde iam combater, era uma realidade distante ligada a ideias vagas de imperialismo e aventureirismo, que só muito tarde se matizaram com cores de promessa. Dos portugueses lá instalados sabia-se pouco, apesar de

quase todos termos uma memória africana, de um avô, um tio, um vizinho que por lá andara e a quem se ligava a aura misteriosa e o comportamento típico do “colonial”. Só com a guerra colonial que foi *in extremis* a defesa da nossa última ficção imperial, África passou a ser conhecida por uma série de metropolitanos que, por força das circunstâncias, para lá foram combater, tornando-se a partir daí objecto de um outro discurso literário.

À parte alguns livros de autores afectos ao regime como António de Cértima, Reis Ventura, os primeiros livros de Barão da Cunha ou as antologias poéticas de Pinharanda Gomes e Rodrigo Emilio, respectivamente *O Corpo da Pátria - Antologia Poética da Guerra do Ultramar 1961-1971* (1971) e *Vestiram-se os Poetas de Soldados - O Canto da Pátria em Guerra* (1973), foram as poesias de Fernando Assis Pacheco de *Cuidar dos Vivos* (1963) e de *Câu Kiên: Um Resumo* (1972), de José Bação Leal, *Poesias e Cartas*, publicadas postumamente em 1972 e os poemas de Manuel Alegre de *Praça da Canção* (1965) e de *O Canto e as Armas* (1967) que trouxeram até à então metrópole, não só o grito africano e a realidade de uma guerra sem sentido, mas também uma diferente percepção do modo europeu/ português de estar em África que punha em causa não só o *status quo* político, mas todo o edifício de brandas maneiras, mitos e palavras esgotadas. A esta poesia de tom anti-situacionista e anti-colonialista juntam-se, na década de 70, os textos em prosa de Álvaro Guerra, *Memória* (1971), *O Disfarce* (1972), e *O Capitão Nemo e Eu* (1973) e de Modesto Navarro, *História de um Soldado que não foi Condecorado* (1973) entre alguns outros. Do lado de cá do mar também as vozes poéticas de Fiamma Hasse Pais Brandão e Luiza Neto Jorge em *Poesia 61* denunciavam de forma mais metafórica, porventura mais afectada ao discurso feminino, os resíduos expansionistas ou as nostalgias do mar que traziam cadáveres, corpos explodidos, “soldados em manobras”. Mais tarde, já na recta final do regime, seriam as autoras de *Novas Cartas Portuguesas* (1972) a ver o seu livro apreendido pela PIDE não só pelas “veleidades femininas” anunciadas nas cartas, mas sobretudo pelas referências que nelas se fazia à guerra colonial ao denunciar, entre outras coisas, o estado em que os homens “vinham das Áfricas”.

Após o 25 de Abril de 1974 serão aqueles que estiveram na guerra que darão o primeiro testemunho de África, começando a levantar o véu sobre a ficção a que a nossa condição exageradamente periférica nos tinha conduzido. Em *Retrato de Um Amigo Enquanto Falo*, publicado em 1979, Eduarda Dionísio coloca exactamente a questão da

atribuição/ pertença deste testemunho à sua geração.

O que eram as colónias e os portugueses durante séculos instalados naquelas terras - sabíamos pouco, certamente porque nos clássicos pouco se falava e porque a guerra colonial transformava o quadro da luta estabelecida na geração anterior e de que eles eram os legítimos herdeiros. A geração anterior não tinha feito a guerra, estás a perceber? As mulheres dos capitães da idade do teu pai não tinham sido imaginariamente violadas no sertão e não ficavam dias à espera do resultado da missão. Os paquetes partiam antigamente carregados de mobílias e de famílias remediadas ou enriquecidas e não cheios de soldados e de armas. (Dionísio, 1979, p. 39).

Em *Retrato de Um Amigo Enquanto Falo* Eduarda Dionísio dá-nos uma reportagem-crónica do diálogo, mas também da ruptura entre a geração que sonhou Abril, mas para quem a revolução veio tarde demais em termos de pulsões criadoras, nas palavras de Eduardo Lourenço, e a sua, aquela que foi à guerra colonial, que lutou nas associações de estudantes, que teve medo de ser preso e que sonhou resistir e que, num misto de inocência e crença, acreditou que a revolução mudaria o país e os homens de um dia para o outro, vivendo a revolução com a magia dos sonhos que se realizam. Sob a forma de uma carta de amor, este livro faz e dá-nos a transição entre um tempo antigo onde arranca uma geração vibrante, confessa seguidora das ideias e das novidades que definiram os anos 60 na civilização ocidental e os novos tempos da revolução em que o texto é comentado. (Lourenço, 1994, p. 298). Eduardo Lourenço num artigo profético sobre a situação da literatura portuguesa, datado de 1975, dizia que “a resposta sintonizada com o pulsar mais profundo do momento histórico novo” seria “sem dúvida, o lote de uma próxima geração, daquela que o está vivendo como revelação simultânea do mundo e de si mesmo” (Lourenço, 1994, p. 276). Se é certo que o seu grito irreverente começara a manifestar-se desde a poesia de Herberto Helder e do *Grupo do Gelo* no final dos anos 50 e, já nos anos 60, com *Poesia 61*, na subversão cultural que foi a 2a série de *O Tempo e o Modo* e o *& Etc.*, nas obras de Armando Silva Carvalho, Mário Henrique Leiria, Almeida Faria, também é certo que no novo quadro de liberdade que o 25 de Abril trazia, um enigmático silêncio parecia povoar os escritores de uma sociedade que no imediato parecia só se conseguir ver como vítima do fascismo. E é só praticamente nos anos 80 que

uma nova geração, que é a de Lídia Jorge, de Lobo Antunes, de João de Melo, em diálogo com os mais velhos que escreveram e se reeditaram, como José Cardoso Pires, Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno, Manuel Alegre, Nuno Bragança, Almeida Faria, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres e outros, vai rever o passado para poder entrar no presente. Nas suas obras a constante mistura de tempos e espaços no tempo da narração é a expressão do ajuste de contas possível com o tempo vivido, com o país, com eles, com o mundo. O romance tornou-se como a “crónica do tempo”, a escrita da história nacional e pessoal em que conseqüentemente a revisão da identidade nacional era também uma revisão da identidade pessoal. Dentro deste macro-*corpus* literário de revisão de identidades, sob a qual a literatura pós-25 de Abril pode ser lida, importa agora reflectir especificamente sobre a literatura escrita na senda das rotas de África.

Literatura da Guerra Colonial - um percurso africano

São vários os caminhos que podemos seguir no estudo da literatura saída da guerra de África e cujo *corpus* já se vai tornando consideravelmente extenso. Partindo da ideia de registo dos percursos através da memória, que inicialmente enunciei, e no âmbito de uma reflexão sobre África na literatura portuguesa pós-25 de Abril, procurarei analisar, num seleccionado *corpus* de obras reconhecido pela crítica, as diversas formas de contar o doloroso percurso africano, pessoal e colectivo que confrontou os portugueses com a necessidade de mudar o destino português e o quanto nele esteve presente a imagem do Outro, fundamental para a redefinição destes homens e mulheres, numa palavra, para a redefinição do país.

Trata-se de uma literatura escrita pela geração que teve o azar histórico de fechar o ciclo imperial com uma guerra e que dela regressou com o terrível sentimento de “se ter tramado em vão de se ter gasto sem sentido”, a geração do logro político, da revolta a medo, do amor a medo, da deserção ou da guerra. As suas obras vão narrar de uma forma muito biográfica, apesar dos arranjos ficcionais ou das elaborações narrativas, a história da anti-epopeia pessoal e colectiva que foi a guerra colonial, como percurso de interrogação constante dos seus narradores e personagens face às realidades vividas ao longo do percurso africano: numa dimensão mais dolorosa e sufocante da loucura da guerra em *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes (1979) e em *Autópsia de Um Mar de Ruínas*, de João de Melo (1982).

mais realista e desiludida em *Nó Cego*, de Carlos Vale Ferraz (1982), feminina e interior em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988) e finalmente mais depurada e historicamente elaborada em *Jornada de África*, de Manuel Alegre (1989).

Nestas obras está presente uma geografia africana, que foi a geografia da guerra, do medo e da angústia, da emoção e da interrogação constante. Aqui está uma África oprimida nas sanzalas, humilhada, mas em luta, está o mato, as picadas, as minas, o tempo que não passa, os abusos de poder, os homens e os seus medos, mas também a sua coragem, a sua sede, o seu cansaço, a sua raiva e as muitas mortes, os pedaços de Portugal de corpo e alma deixados nas picadas de África. Nestas obras está presente o choque entre a imagem de África no mapa cor-de-rosa do Liceu, "das freiras pretas dos calendários das missões com o heroísmo da Mocidade Portuguesa a marcar passo" (Lobo Antunes, 1991, p. 177) e a realidade agressiva, ambígua e conspirativa do final do império africano, tão bem representada em *Jornada de África* de Manuel Alegre, plena de personagens que se interrogam ao mesmo tempo que representam os seus papéis: desde o director da PIDE, Lázaro Asdrúbal, ao Escritor Jerónimo de Sousa, homónimo do outro cronista da outra *Jornada de África* (a de Alcácer-Quibir), ao General, ao Coronel, ao Furriel, ao Poeta, a Domingos da Luta, o nacionalista angolano e claro ao alferes Sebastião, personagem principal, obcecado pela estranha coincidência de nomes dos seus companheiros e os malogrados de Alcácer Quibir, parábola sobre a qual a obra é elaborada. Ao aproximar o espaço histórico e mítico de Alcácer Quibir das terras angolanas de Quipedro/ Nambuanguongo, Manuel Alegre despoja a história desta guerra de qualquer aura épica, para bem mostrar uma epopeia do avesso, metáfora de uma guerra sem sentido. (Vechii, 1995, p. 58) Por isso a interrogação ao longo do percurso africano é uma interrogação acima das certezas históricas, sobre o sofrimento, os sonhos e a dignidade humana numa história que é a nossa e Sebastião, incarnando o retorno do mito, torna-se metáfora de uma perda de identidade mais ampla, de um povo, qual Sebastião-todos-nós que não pode mais reconhecer-se no discurso ideológico dominante que manipula a memória nacional para a defesa da sua anacrónica cruzada contra os novos infiéis:

estamos aqui para defender cinco séculos de história e assegurar a permanência de Portugal numa perspectiva de reno-

vação e de futuro. Estamos aqui para ser o braço armado da lei, do progresso, da justiça, numa palavra: da Portugalidade. (Alegre, 1989, p. 64)

Ao carácter artificial desta visão monologante e de sentido único da história, defendida pelo oficial do exército português, especialista em contra-guerrilha na sua lição sobre a missão civilizadora de Portugal em África, vem contrapor-se a presença do Outro na construção do “eu” actual de Sebastião (Vechii, 1995, p. 58). Na sombra dos seus trajectos de predestinação, ao longo de *Jornada de África*, um papel central é ocupado pelo inimigo do português ou pelo outro lado da história que os cronistas habitualmente não escreviam. Do outro lado está Bárbara, amor angolano de Sebastião e militante do MPLA, estão as palavras de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade ou Amílcar Cabral que naturalmente invadem o texto e Domingos da Luta, que comanda os guerrilheiros do MPLA.

Como Camões, Sebastião apaixona-se pelo Outro, por aquele que os outros, seus companheiros de armas na ordem de um exército colonial, tão anacronicamente designavam por “bárbaro” (“terrorista”, “turras”, “pretalhada”) e que já na sua época Camões tão magnificamente tinha negado em “Endechas a Bárbara Escrava” - “bem parece estranha/ Mas bárbara não”. (Macedo, 1998) Bárbara, de *Jornada de África*, era uma “filha do império”, de pai goês e mãe cabo-verdiana, identificando-se como angolana e militante do MPLA. Neste tempo oficial da guerra colonial ela era o Outro. Mas para Sebastião, o antigo estudante de Coimbra militante contra a ditadura, conspirador desiludido e quase vencido por esta jornada de África, o amor de Bárbara era a única esperança de regeneração possível neste processo de perdição anunciada que lhe é dado a viver. Mas o tempo imposto é ainda de divisão e a partida para diferentes destinos impõe-se. Bárbara partirá para o exílio e Sebastião para Nambuangongo/ Alcácer Quibir onde a guerra se impõe com mais mortes, amputações, perseguições neste “tempo a que estamos condenados” como escreve Bárbara na sua última carta a Sebastião (Alegre, 1989, p.198). Negava-se assim a possibilidade última de “salvação” de Sebastião, e com ele, do país.

A “condenação” de Sebastião nos terrenos da guerra colonial transcende assim a experiência desagregadora do presente. O seu fado teve início em Alcácer Quibir, o simbólico fim de uma aura épica na história portuguesa que tinha começado com a partida para Ceuta.

Consequentemente, como sublinhou Luís de Sousa Rebelo, “o questionamento da ideia imperial em *Jornada de África* regressa à origem de todo o processo histórico da expansão, significativamente assinalado com a partida das tropas para África e 1962” data em que se completam quinhentos e quarenta e sete anos sobre o início do ciclo de ouro da epopeia, que se fecha com desgraça comparável à de Alcácer-Quibir. (1994, p. 30) O desaparecimento de Sebastião no final do romance, obstinado num ataque de que era impossível sair vencedor conforme lhe é dito pelos seus companheiros, todos nomes de Alcácer, representa o assumir do destino do outro Sebastião. Do outro lado, estão todos os Outros, Domingos da Luta e os seus guerrilheiros e Bárbara, que no momento em que o seu alferes desaparece começa a ganhar uma pátria. Do lado de Sebastião e como ele escreve a Bárbara no seu último aerograma “não há epopeia para dizer”, mas talvez neste espaço de perdição um novo tempo se alevante, como fica patente na mensagem de inspiração pessoana que Sebastião deixa ao seu amigo Poeta ou ao seu alterego:

“ Talvez o Quinto Império seja afinal o fim de todos os impérios. O Grande Império do Averso, o Anti-Império. E talvez seja esse o único sentido possível desta guerra: fechar o ciclo. Talvez tenhamos de nos perder aqui para chegar finalmente ao porto por achar: dentro de nós. Talvez tenhamos de não ser para podermos voltar a ser. Há um outro Portugal, não este. E sinto que tinha de passar por aqui para o encontrar. Não sei se passado, não sei se futuro. Não sei se fim ou se princípio. Sei que sou desse país: um país que já foi, um país que ainda não é. É por ele que me apetece dar de novo Santiago.” (Alegre, 1989, p. 231)

A ambiguidade desta mensagem de Sebastião leva-nos à íntima dialéctica sobre a qual esta *Jornada de África* é subtilmente traçada: o tudo ou nada do poder ser português em Alcácer/ Nambuangongo, sobre o qual eternamente um outro ciclo se reabre. (Rodrigues, 1996, p. 22) O fado de Sebastião adquire assim o sentido duplo do mito do rei que lhe deu o nome: desaparecer à imagem de Sebastião-rei e alimentar ele próprio outro “Encoberto”, de uma geração, de um povo inteiro que espera pela sua liberdade, por um subversivo D. Sebastião.

A equilibrada gestão romanesca do mítico, do histórico e do narrativo feito ao longo de *Jornada de África* oferece-nos uma experiência plurifacetada da guerra, permitindo, por um lado e a um nível mais

amplo, um questionamento da história e da identidade nacionais através de um mito da história portuguesa, onde Portugal está condenado a perder-se para poder esperar reencontrar-se; por outro lado, e a um nível mais restrito, possibilita a conversão da traumatizante experiência de guerra, vivida por Sebastião nas terras de Angola, em esperança plena pelo anúncio de uma nova história que sobre esta se escreverá. (Vechii, 1995, p. 58)

Tal como Sebastião e os personagens de *Jornada de África* também o furriel enfermeiro de *Autópsia*, o médico de *Os Cus de Judas*, o capitão de *Nó Cego* são personagens que se interrogam ao longo do percurso africano, que foi o da guerra activa, até chegarem ao desencontro consigo e ao encontro com o Outro.

Nas suas obras narra-se a experiência vivida no teatro de guerra: a luta pela vida face à omnipresença da morte, a arbitrariedade dos chefes militares, a PIDE, as barrigas de fome das crianças de África, a agressividade dos negros que no escuro das sanzalas lhes gritavam “Vai na tua terra português” ou dos colonos que na sua arrogância e bem-estar lhes diziam “Não precisamos de vocês para nada”, todo um conjunto de situações que levou o soldado português a começar a ter os mesmos ideais do guerrilheiro e, tal como o narrador-personagem de *Os Cus de Judas*, a sentir que a fotografia da velha negra esquelética que um amigo negro lhe tinha mostrado nos tempos da Faculdade dizendo que era a Guernica deles se torna também a sua Guernica. Era um engano, um logro que o tornava duplamente derrotado. Por isso, o homem que regressa dos *Cus de Judas*, de Lobo Antunes ou de Calambata em *Autópsia* de João de Melo não é um revolucionário em euforia face à Revolução, nem sequer um homem revoltado. Ele é um homem em revolta consigo, com tudo, com todos, desenhado, à deriva e a sua obra sobre a guerra colonial será sempre uma obra inacabada. Mas enquanto o narrador-personagem-autor de *Os Cus de Judas* enredado no seu mundo de dor, culpa e acusação, em que ninguém sai limpo com excepção dos guerrilheiros, fracassa no casamento, no trabalho, na ideologia, erigindo-se como o símbolo dessa “geração destruída nos cus de Judas que abre, agora, após o conhecimento do inferno, as mãos na procura asfixiada, pelos corpos, pelas noites, pelos copos, dos pássaros que não reteve”, João de Melo em *Autópsia* equilibra a sua narração de descida aos infernos pelo desdobramento narrativo. (Dacosta, 1982, p.5) Dando a palavra e a versão narrativa dos factos ora a um narrador que fala a língua portuguesa europeia e que é um “eu” irremediavelmente ligado

em termos de história e posição ao campo de guerra do exército colonial, ora a um outro narrador que pela variante do português de Angola que fala, imediatamente identificamos com o Outro, João de Melo pretende propor-nos uma dupla autópsia do império e do personagem-narrador português. Seguindo esta estratégia narrativa esse Outro-narrador, que reconhecemos como africano, devolve-nos a imagem que demos de nós próprios, obrigando-nos, a nós e ao primeiro narrador, a equacionar posições. Em última instância ele é que legitima a distanciação que o narrador português tem em relação à sua própria estrutura político-militar que ele analisa, julga e acusa desde os generais aos cabos, desde os colonos aos funcionários da Administração, desde os bispos às senhoras do Movimento Nacional Feminino perfilando-se por trás e acima de todos eles a invisível e onnipotente figura de Salazar, o grande responsável por uma violência geral sem nome e pelos mortos que ele furriel enfermeiro tenta, a que custo, salvar. Em virtude de tão elaborada construção narrativa, que contém em si mesma uma estrutura de absolvição do narrador português, ao fundo da noite de descida aos infernos feita em *Autópsia*, sucede o dia. Em *Os Cus de Judas*, aliás numa linha que lembra *Voyage au Bout de la Nuit*, de Céline, ao fim da noite não se encontra o dia: o que se encontra é uma noite mascarada de dia, em que ex-combatente, inseguro, destruído, mas irredutível no julgamento de si mesmo sobrevive na procura da restauração balsâmica, ainda que tragicamente enganadora por conhecidamente fingida, de um tempo de inocência que a guerra lhe tinha irremediavelmente roubado para sempre.

“De modo que, se faz favor, chegue-se para o meu lado da cama, fareje a minha cova no colchão, passe a mão no meu cabelo como se tivesse por mim a suave e sequiosa violência de uma ternura verdadeira, expulse para o corredor o cheiro pestilento, e odioso, e cruel da guerra, e invente uma diáfana paz de infância para os nossos corpos devastados.” (Lobo Antunes, 1983, p. 217)

Mas enquanto *Autópsia* e *Os Cus de Judas* nos apresentam processos de profunda revolta resultantes da exaustão física, psíquica e moral da guerra, *Nó Cego*, de Carlos Vale Ferraz, apresenta-nos o processo de transformação dos homens profissionais da guerra ao longo do percurso africano, o que faz deste livro um documento fundamental para a compreensão da lição de África como o elemento detonador do 25 de Abril no seio dos militares. *Nó Cego* é, de facto, uma

saga de comandos fortes e saudáveis em operações de combate em Moçambique, com mortos e feridos, vítimas e cobardes, violações, berros, palavrões, brigas, rivalidades, raivas e dramas pessoais dentro de uma grande história colectiva. As suas personagens são homens “mecanizados nos gestos de matar e nas reacções de vender cara a pele, no ofício quotidiano da guerra”, obedecendo a uma mística que faz deles uma tropa de elite, os novos cruzados, salvadores do Ocidente e do mundo cristão. (Correia, 1995) Cansados de matar e de ver morrer os seus companheiros vão-se interrogando ao longo do percurso, ajustando contas consigo próprios, enquanto cidadãos de uma ditadura fascista e instrumentos de um exército em que os generais manipulam e “fazem sempre o que querem”. (Correia, 1995) O capitão destes homens é o narrador desta história e da sua, a de um filho de funcionário público que decide entrar na Academia Militar e imbuído dos conceitos de multirracionalidade e pluricontinentalidade do império português parte para o norte de Moçambique, na defesa do império. (Gomes, 1995) Aí, no contacto directo com “as histórias de sorte e azar” que compõem o universo da guerra, começa a desconfiar que afinal a guerra “é filha de pai incógnito”, até ao abalo definitivo, diante do corpo do prisioneiro inimigo, um comissário político da Frelimo e ex-universitário em Portugal que, depois de lhe ter explicado as razões e a dignidade da sua luta, diz-lhe para ter cuidado ao entrar na base inimiga que tanto procurava, lamentando as circunstâncias em que se tinham conhecido, lamentando o alferes morto e apelando-o para dizer aos seus homens que eles guerrilheiros também eram homens.

Nesta guerra tudo é possível, temos a razão do nosso lado, temos o apoio do povo e ele vai para o vosso exército, para as vossas milícias, serve como mainato, entra nos vossos quartéis...é a nossa vantagem, estamos na nossa terra, vocês são estranhos, por isso sabemos o que se passa...” (Ferraz, 1982, p. 298)

Nó Cego não é um livro de denúncia desavisada, mas antes um romance que nos oferece um grande fresco dos movediços terrenos políticos, militares e emocionais da guerra colonial sobre os quais um conjunto de homens traçava o seu percurso, constituindo-se assim não como um *requiem* pelo império, mas pelos soldados portugueses e pelos guerrilheiros que pela dignidade da sua luta nos fizeram descobrir “as verdades mais íntimas, deixando um homem nu perante

si". (Ferraz, 1982, p. 7)

Gostaria agora de referir um percurso bem diferente. Um percurso africano feminino, narrado por Lídia Jorge em *A Costa dos Murmúrios*, protagonizado por Eva Lopo que, como muitas mulheres portuguesas, acompanhou o seu marido na guerra colonial e com ele se desencontrou. Se em vários aspectos este livro se distancia das obras acima referidas - pois o ponto de visão da sua protagonista não é traçado a partir do interior da guerra, mas das notícias que lhe chegam da guerra e da sociedade que a envolve - com elas comunga no processo de interrogação da personagem principal ao longo da sua vivência africana. Esse é o aspecto que aqui me interessa tratar.

Numa original estratégia narrativa de diálogo e recordação plena de duplicidades e ambiguidades inerentes ao tempo e ao espaço em que decorre a acção - Moçambique, Beira final dos anos 60, princípios de 70 - Eva Lopo lança um olhar feminino sobre a guerra colonial, tecendo uma análise detalhada do interior dos espaços, dos tempos, dos homens e das mulheres da sociedade que desfila no hotel Stella Maris, metáfora dos portugueses em África em tempos da guerra colonial. Inerente ao questionamento desta sociedade, que ela vê de uma margem, mas na qual pelas circunstâncias da história também está inserida, estava o questionamento do sentido das missões militares do seu marido Luís Alex, de que ela aguardava o resultado, imagem privada de um questionamento mais amplo sobre a função dos portugueses em África.

Então lembrei-me de perguntar se era sempre assim, se afinal não morria gente. Se não havia afinal um massacre inútil. Claro que eu poderia ter perguntado outra coisa, como seria, por exemplo, o rugido do leão na savana. (Jorge, 1988, p. 70)

A pergunta perversamente inocente de Evita (Eva Lopo) obedece a "uma inquietação que caracteriza a personagem, cuja função não é tranquilizar, mas antes pôr em causa o universo militar que deixa todas as mulheres deste romance infelizes e que gera tantas outras vítimas". (Saraiva, 1991, p. 45) Ao contrário do que o universo masculino e militar assume, admite e espera do mundo das mulheres, o mundo de Evita não se reduz à cama ou a maternais consolos a dar a homens embrutecidos pela guerra ou ainda a embelezar as festas do hotel Stella Maris. O espaço de Evita neste mundo imperial crepuscular vai-se antes definindo pela interrogação constante e demarcação

desta sociedade degradada e degradante que gera monstros como o Capitão Forza Leal e que tinha transformado o seu tenente Alex, o noivo, antigo estudante de Matemática, num fascinado seguidor do sinistro capitão. A resposta ao resultado das missões que ela aguardava vai projectar-se sobre ela com a violência com que qualquer grupo coeso responde a um elemento transgressor ou potencialmente transgressor: encontra-la-á nas fotografias guardadas pelo Capitão Forza Leal como “segredo de estado” e mostradas pela ambígua Helena de Tróia, mulher do capitão. Nelas vêem-se pretos mortos, cabeças espetadas em paus, palhotas incendiadas e no meio de toda aquela monstruosidade o seu tenente Alex.

“Mais rostos, mais cabeças de soldados escondidos entre sarças mais incêndios, e logo a imagem dum homem caído de braços, depois dois telhados, e sobre um dos telhados de palha, um soldado com a cabeça dum negro espetada num pau. (...) Helena tomou a seguinte e mostrou o soldado em pé, sobre o caniço. Via-se nitidamente o pau, a cabeça espetada, mas o soldado que a agitava não era um soldado, era o noivo. Helena de Tróia disse - “Vê aqui o seu noivo?” Ela queria que Evita visse. Era claro como a manhã que despontava que Helena de Tróia me havia trazido até àquela divisão da casa para que eu visse sobretudo o noivo.” (Jorge, 1988, p. 133)

Como uma bomba as fotografias projectam-se diante do espanto e do pudor de Evita, revelando-lhe a verdade sobre as missões do seu tenente Alex. Como resposta à sua “inocente” pergunta esta revelação ilumina a realidade vivida em dois sentidos: num sentido privado, torna claro o lado obscuro do relacionamento de Evita com Alex e, num sentido público, esclarece a realidade da missão militar portuguesa destinada a pacificar a revolta étnica africana, que neste universo de cegueira, só Evita e Álvaro Sabino, curiosamente um jornalista - o outro personagem transgressor que com ela tenta obsessivamente entender a irracionalidade de tudo aquilo - definem como “guerra colonial”. (Simões, 1995, p. 73)

“Lembro-me da preparação e uso a palavra nos vários sentidos. O sentido de guerra colonial não é pois de ninguém, é só nosso.” (Jorge, 1988, p. 75)

A Costa dos Murmúrios apresenta-nos como nenhum outro livro

a sociedade colonial em fim de império, quando o medo se apodera de todos e os excessos se tornam quotidianos. Por isso os efeitos desta doença fatal dos impérios em agonia que são as guerras coloniais não são só contabilizáveis pelas mortes e amputações, mas também pelas perturbações físicas e psíquicas relacionáveis com a alienação, com a desculpabilização, com o medo ou com a degradação moral e sexual em que esta sociedade vive, (Saraiva, 1991, p. 46) num percurso em que ninguém está inocente: nem os soldados, embrutecidos pela vivência da guerra; nem os civis, autojustificando os seus interesses pelos interesses da nação; nem as mulheres dos soldados, cujas dúvidas e angústias se colocavam num tempo de espera; (Sousa Santos, 1989, p. 66) nem os próprios jornalistas, de indirectas e obscuras colunas nos seus jornais sobre as vidas camufladas que entretanto se teciam, nem finalmente Evita, que assume o compromisso de contar a história - "Eu não era inocente" (Jorge, 1988, p. 247).

Ao contrário dos outros livros que tenho vindo a analisar, no romance de Lídia Jorge a mentira do império não é directamente trazida pelo Outro. Ela está patente naquela sociedade decadente que desfila no "Stella Maris" onde o medo e excesso se conjugam e dominam as pessoas, o que não deixa de ser o resultado indirecto das acções do Outro, que na sua terra morria em luta pela conquista da sua liberdade.

"Alguém devia então ir ao hall dizer isso mesmo - dizer que mente!

- Dizer a quem?" (Jorge, 1998, p. 238)

A literatura da guerra colonial narra de diversas formas o processo de dilaceração e de transformação do ser individual e colectivo ao longo de um percurso africano, que nos levou de habitantes de uma cinzenta ditadura a *homens do país azul*, utilizando a alegoria criada por Manuel Alegre para designar todas as terras onde se demanda a liberdade e o sentido de existir. (Alegre, 1989) A melancolia que a enforma tem o sentido freudiano do luto, pelos mortos que de um lado e de outro por ela se sacrificaram, pelas vidas que ficaram destruídas e pelos muitos desencontros gerados, que só nesse sentido de caminho sinuoso de conquista de liberdade suportamos encarar.

Mas não é nem imediata nem pacífica esta leitura que só o tempo nos dará e por isso esta literatura, escrita tantas vezes por quem viveu a experiência da guerra, está investida de uma função de

denúncia, desta situação trágica e tão ambigualmente esclarecida, de **alerta** contra o esquecimento e de **absolvição**, dos sujeitos narradores e do país face a si mesmo e face aos Outros. Como sublinha Roberto Vecchi no seu excelente ensaio "Letteratura della guerra coloniale: la malinconia como genere" (1995, p.18) há nestas narrativas uma recomposição terapêutica do trauma e do luto colectivo, que se encontra em estreita aliança com a escrita da história e que tenta curá-lo, talvez ingenuamente e com o desencanto natural, para daí construir uma imagem positiva de nós mesmos, para podermos viver em harmonia connosco, como diria Eduardo Lourenço. A crise do conflito é sobretudo uma crise de identidade, de auto-reconhecimento do ser pessoal e do ser português, explicando-se assim a falta de saída face às situações vividas e a solidariedade com quem na sua terra lutava pela sua liberdade. Por isso esta literatura designa permanentemente o Outro, os Outros *homens do país azul* que durante tanto tempo ignorámos, indo ao encontro dos seus anseios e da sua dignidade, presente na imagem do anjo-guerrilheiro que ofusca o imaginário do furriel enfermeiro de *Autópsia*, ou na personagem de Domingos da Luta, o nacionalista angolano de *Jornada de África* ou na doce Bárbara "cativa", imagem histórica da África conquistada e dos nossos amores por ela, que agora se ergue diante de nós em luta pela sua liberdade e de quem Sebastião ficará para sempre "cativo".

"De Bárbara a diferença que faltava
E nunca mais na língua uma só cor

De Bárbara o ser só ela sendo a outra
Senhora nossa santa pretidão

Antes de Bárbara Europa era tão pouca
Cativos somos nós Bárbara não." (Alegre, 1992, p.39)

A que porto é que efectivamente se regressa, quando não se pode regressar a Portugal sem passar por África e pela elaboração da imagem que o Outro fez de nós?

Partes de África

Tomo de empréstimo o título do romance de Helder Macedo para esta secção, começando por referir aqueles livros pouco abundantes na nossa literatura que nos falam das partes de África que os por-

tugueses trouxeram na viagem de regresso e que se prendem com a saudade e a nostalgia de uma África que só existe nas suas memórias o que confere aos romances, crônicas ou diários um tom inevitavelmente colonialista ou mais simplesmente de "romance de brancos", pois é essa a ordem do mundo que recordam como um paraíso perdido. Não é esse o caso de *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão, nem numa mais ampla dimensão o de *Partes de África*, de Helder Macedo, que mais tarde tratarei, nem quero com isto dizer que todas estas obras obedecem a visões colonialistas construídas à base de clichés e imagens feitas, que o tempo já não é disso, antes nos dão novas visões de uma vivência africana das suas gentes e lugares, nos revelam episódios fundamentais da nossa história recente e nos reafirmam o encantamento dos portugueses por África. No entanto, o sentimento de perda que domina obras como *Tchaya - Da Inocência à Revolução Adiada*, de Álvaro Récio (1996) ou o híbrido romance *Os Dias do Fim* de Ricardo Saavedra (1995) para citar exemplos recentes desta literatura, leva os seus narradores ou protagonistas a revelarem um ressentimento que se exprime numa inevitável vitimização de uns e acusação de quase todos, polarização porventura redutora, mas decerto confortável face ao complexo de situações que então se vivia. Por outro lado, a situação de guerra que estas obras anunciam e que deflagra após a descolonização não pode servir, como por vezes parece insinuar-se, para legitimar posições de opressão colonial anteriores ou planear ou propor planos de independência que, por mais concertados que fossem, não contemplavam com a legitimidade devida aqueles que, num processo histórico comum a todas as terras colonizadas pelos Europeus, tinham lutado pela libertação. Por trás deste ressentimento estão percursos cortados a meio, que a violência das circunstâncias históricas, geradas no radicalismo e na intolerância com que Portugal salazarista ia resolvendo o eufemisticamente chamado "problema africano português", não puderam contemplar. Curiosamente mas também penso que naturalmente, dessa África pós-colonial praticamente não falamos na nossa ficção. Atentamente ouvimos a palavra dos escritores africanos de que somos tantas vezes - e infelizmente não por nós, mas por isso representar uma mágoa para os escritores africanos que, por circunstâncias diversas, quase não são lidos nos seus países - o grande público leitor. Por outro lado, um número já razoável de escritores estrangeiros, que nos apressamos a traduzir, vão dando testemunho da África pós-colonial de língua portuguesa. São disto, exemplo para além das obras de africanos como Mia Couto

ou Paulina Chiziane, Manuel Rui ou Pepetela, os trabalhos de Adriaan van Dis *Em África* sobre o pós-colonialismo em Moçambique, *Comédia Infantil* de Henning Mankell ou ainda *Mais um Dia da Vida – Angola 1975*, de Kapuscinski, que constitui um atento retrato mais ou menos jornalístico da vida em Luanda nos momentos que imediatamente se seguiram à independência.

Para terminar gostaria de referir uma obra singular no nosso panorama literário, que aponta para novas linhas ficcionais e narrativas e à qual devo o título desta secção. Refiro-me a *Partes de África* de Helder Macedo (1991). Ao contrário do que está a acontecer com o mais recente romance do autor, *Pedro e Paula* (1998), *Partes de África* foi um livro pouco lido pela crítica portuguesa da altura. No entanto, a crítica brasileira rendeu-lhe homenagem e explorou algumas das linhas de leitura que o romance sugere. Dentro dessas leituras de *Partes de África* feitas do outro lado do Atlântico, apontaria as três linhas que me parecem mais importantes: uma que explora a articulação do romance com o Romantismo português e em particular com *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett, seguida por Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1993); uma outra que procura os laços com o lado brasileiro pelas linhas e entrelinhas do romance em que aflora a figura tutelar de Machado de Assis, explorada por Tânia Franco Carvalhal (1997); finalmente a que lhe busca as referências africanas sugerida por Laura Cavalcante Padilha em “A sedução de um caderno de mapas” (1997). De referenciar também, pela leitura política que oferece da obra, é o estudo de Vilma Arêas (1992) e as reflexões de Cleonice Berardinelli (1993), Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1995) e de Maria Lúcia Dal Farra, (1992) que, partindo de diferentes perspectivas, reflectem sobre a questão dos géneros literários, que *Partes de África* problematiza, ao sugerir como processo de tessitura do texto, de construção narrativa e de definição de estilo a “teoria do mosaico”, que o autor/ narrador expõe nas primeiras páginas do livro, mas não sem antes ter seduzido o leitor num jogo de leitura sobre o qual propõe um pacto de sabor muito camoniano.

“Explico: quando se tira um pedacinho dum mosaico, não se percebe, olhando só para o pedacinho, que faz parte do nariz e por isso pode perfeitamente passar a fazer parte de qualquer outra imagem para que seja necessário, mesmo num mosaico sem nariz. [...] Faço por isso voto solene de que irei trazendo para este meu mosaico todos os pedaços necessários para nariz, olhos, dentes, orelhas, boca, só que não obrigatoriamente nesta

ordem e nem sempre pertencentes ao reflexo fictício do mesmo rosto. E terá de ser o leitor a encontrar os espaços mais adequados para colocá-los, segundo o amor que tiver.” (Macedo, 1991, pp. 29-30)

Escrito num registo que trabalha em simultâneo o humor e a nostalgia e num estilo “obliquo e dissimulado” descendente original da “nobre tradição de dizer alhos para significar bugalhos”, que mais não são que reflexos diferentes da mesma coisa, *Partes de África* inicia-se como um romance em que o narrador, “poeta em anos de prosa”, se identifica com o autor em férias sabáticas da sua Cátedra Camões em Londres. Após uma irónica contemplação filosófica da paisagem e a uma séria descida à “galeria das sombras” da casa dos seus pais, onde fotografias evocam grande parte do colonialismo português do último império, Helder Macedo decide, à Garrett, iniciar a sua “grave viagem”. Desde logo é apresentada a sua família literária - Camões, logo na epígrafe, Bernardim e Garrett para além de Sá de Miranda, Cesário, Sá-Carneiro, Pessoa, Machado de Assis e tantos outros que surgem expressamente ao longo do livro ou no próprio tecido textual - e sobretudo a sua família afectiva, a figura do pai e a S. e depois ao longo do livro a mãe, o irmão, os amigos do “Gelo”, os amigos de Londres, Rui Knopfli e Eugénio Lisboa, David Mourão-Ferreira, Cardoso Pires entre outros que, de uma forma ou de outra, entrarão nesta viagem pelas *partes de África*.

A novidade que este livro nos traz prende-se tanto com a revisão do império numa perspectiva verdadeiramente pós-colonial como com a própria construção do corpo narrativo em que se tecem, com humor e com dor, os fragmentos dos percursos vividos, com vista à elaboração de um mosaico não imediato que, como acima vimos, resulta de um estimulante jogo com o leitor, a quem o narrador-autor apresenta por justaposição, encaixe ou colagem fragmentos matizados - as pedrinhas a que os Romanos chamavam *tesserae* - afinal as partes de África que preencheram durante décadas a sua e a nossa realidade. Resultantes da sua memória e imaginação, que no plano ficcional se combinam, fazendo afluir ao texto personagens reais da sua biografia e ficcionais. Helder Macedo propõe-nos, em capítulos autónomos, um conjunto de situações vividas ou ficcionadas em África e em Portugal, de onde todos nós de uma forma ou de outra emergimos: nele desfilam quadros da vida colonial em que personagens grotescas e obsessivas nos confins do império faziam o seu

pequeno mundo, real ou imaginário, girar ao seu ritmo e capricho, despotismo e desgraça ao mesmo tempo que outros se empenhavam na construção real do império; episódios marcadamente autobiográficos da sua infância e adolescência em África e mais tarde em Lisboa com os amigos, pelos cafés e bares de Lisboa dos anos 50, zelosamente vigiados pela PIDE; o exílio em Londres, onde lhe chegam ecos das angústias da guerra colonial e numa manhã, por telefone, a revolução de 25 de Abril de 1974; a passagem pela Secretaria de Estado da Cultura no governo Pintasilgo e as visitas aos novos países africanos.

Percebemos então que a imagem pictórica da “galeria das sombras”, que de início nos é apresentada como inspiradora da memória do autor, vai sendo iluminada, projectando-se nos vários capítulos que compõem o livro, constituindo-se assim o “mosaico de sombras”, sobre as quais o autor-narrador foi realizando a sua viagem entre os “mapas [que] já se mudaram, trocados por outros os nomes dos sítios e mantidos os nomes dos sítios mudados” (Macedo, 1991, p.10). E é entre esses fragmentos que se insinua a história de “Um Drama Jocosos”, escrita por Luís Garcia de Medeiros, um “ser em trânsito” pela Lisboa dos anos 50 e que se torna personagem do romance. Tendo por base o *libretto* de Don Giovanni, o drama salazarista reflecte, de forma mais coesa e tradicional, as “sombras” apresentadas nos capítulos, como se de um espelho de ficcionalização se tratasse, projectando imagens refractadas e portanto diferentes, mas reflexos da mesma coisa. Desde a câmara escura sabemos que a imagem captada é a imagem invertida do que vemos. Metaforicamente falando daí resulta que “Um Drama Jocosos” se constitui como a imagem invertida da “galeria das sombras” ou o seu espelho irónico, da mesma forma que a “galeria das sombras” pode ser vista como o espelho “sério” do drama salazarista. Como estratégia que pretende reflectir as “sombras” anteriores, o encaixe desta história no romance cria dois níveis narrativos: um que “contextualiza”, composto pelo “mosaico das sombras”, e o “contexto”, a história de “O Drama Jocosos”, que as reflecte. Ligações diegéticas unem estes dois níveis, mas são sobretudo estas imagens reflectidas - das “sombras” na história de “Um Drama Jocosos” e da história de “Um Drama Jocosos” nas “sombras” - que os interligam dando coesão a uma obra aparentemente desconexa. Um livro em dois livros, romance à século XVIII, à Garrett ou fragmentação pós-modernista?

A articulação romanesca destes dois eixos narrativos sugere-nos

uma obra estruturalmente dupla, mas que não se encerra na sua duplicidade. Ela aponta-nos antes para uma terceira via construída pela imagem terceira em que as duas histórias se projectam, produzindo algo de diferente “como nos espelhos”. Ora este edifício romanesco, laboriosamente arquitectado pelo autor/ narrador em conversa espirituosa e cúmplice com o leitor, reflecte por sua vez a postura filosófica de um autor/ narrador que não se satisfaz com as oposições ou os contrários em que está arquitectado o mundo dos mapas reais e imaginados em que se traçam os percursos individuais e colectivos. Nesta viagem, a tutelar figura do pai do autor/ narrador, alto funcionário colonial nas várias terras africanas que então compunham o império português, emerge como uma referência moral de rectidão, mas também de ressentida discordância entre o passado e a lei, que o pai representava, e a geração do narrador que assiste ao crepúsculo do império. Aí se encontram os binómios pai/ pátria, colonizador/ colonizado, poder/ impoder em que se estruturam os mundos questionados ao longo da narração na procura de um terceiro termo que resolva a incomunicabilidade - do filho e do pai, metáfora da incomunicabilidade entre os mundos divididos em binómios que se excluem. Agora a meio do seu percurso, o autor-narrador verifica que nenhum convenceu o outro da sua razão, concertada e epocal, a do pai, irreverente e ansiosa, a do filho. Na verdade, ambos se completaram na imagem reflectida do outro, imagem afinal da reconciliação dos mundos sugerida, via Camões, na sua proposta de celebração épica do império numa visão de harmonia do mundo do fim dos impérios, para a qual o pai contribuiu a seu tempo como construtor do império, de que ele, filho, é herdeiro como cidadão de uma portugalidade espalhada pelas partes que afectiva e culturalmente o (e nos) constituem - Portugal, África e Brasil, na presença tutelar de Machado de Assis. Não há nostalgia colonialista, ajuste de contas, cobranças ou pagamento de dívidas, mas reconciliação das “Partes” na certeza irónica, mas também dolorosa, de que “a flor é a dor da raiz”, como já nos dizia Junqueiro.

Com o seu narrador interventivo identificado com o autor, discurso digressivo, conversa espirituosa com o leitor este texto de “fronteiras ausentes” num sentido temático e formal surgia na ficção portuguesa do início dos anos noventa, como “inclassificável”, como dizia Garrett, não sem alguma vaidade, das suas *Viagens na Minha Terra*, que de facto conservam um lugar à parte do nosso Romantismo. (Paiva, 1996, p. 218) Também *Partes de África* quer pela densidade de

significado, quer pela estrutura, quer ainda pela diferente e inovadora perspetivação da memória da relação entre África e Portugal introduz uma significativa diferença. Na dicotomia de centros e periferias - em que Boaventura Sousa Santos nos concedeu o estado intermédio - o romance não se encaixa. Não é, no sentido da crítica pós-colonial, um "the empire writes back to the centre" na expressão de Salman Rusdhi, nem um "Out of Africa", na expressão de Plínio o Velho trazida para a modernidade pelo célebre livro de Karen Blixen. *Partes de África* transmite-nos antes um olhar excêntrico: que vem de África, mas que não se transveste de africano, porque é europeu e que olha para Portugal simultaneamente do centro e da periferia africana em que se formou. É portanto na via mais sinuosa, mas também mais estimulante da procura do terceiro termo, que *Partes de África* inscreve África e Portugal na ficção contemporânea. Sem fugir ao lado melancólico, memorialista e autobiográfico que impregna a nossa ficção sobre África, mas tratando-o de outra maneira, manifestando-se como fiel herdeiro da melhor tradição literária portuguesa sem se deixar imobilizar por ela, mas antes com ela dialogando em termos contemporâneos, *Partes de África* acusa o nosso crescimento coletivo enquanto nação pós-colonial num sentido político e literário. Com ele se assinala na ficção portuguesa que "já chegou o tempo do fim dos impérios" e que esse "pós-imperialismo [...] se pode tornar na consequência positiva de ter havido impérios" (Macedo, 1991, p. 167). Penso que foi este um dos aspectos que mais terá seduzido os críticos brasileiros, que como acima expus, leram o romance por uma via da herança portuguesa, lhe reconheceram uma alma brasileira e o articularam com uma vertente africana. Como conclui Teresa Cristina Cerdeira da Silva:

"Se não há esquecimento possível para a opressão e as perdas, se não há esquecimento possível para os esquecimentos e os silêncios impostos, há que se assinalar que, hoje, como nos diz o narrador dessas *Partes de África*, um poeta grande de Moçambique guarda, com toda propriedade, em seu passado, a marca indelével do outro grande que na mesma língua construiu *Os seus Lusíadas*, transformado em objeto de fascínio onde as fronteiras políticas importam indiscutivelmente menos que a força das não-fronteiras ou as "fronteiras ausentes" que a cultura sabe inventar. É essa a possibilidade de ler também, no passado, a construção "dos novos países a haver". Erramos ambos/ acertamos ambos seria, quem sabe, uma outra forma -

certamente mais generosa - de dialogar com os mestres, com o pai, com a pátria." (Silva, 1993).

A fechar

Nas duas últimas décadas, a ficção portuguesa, mercê das profundas mudanças trazidas pelo 25 de Abril, tem revisitado o nosso passado histórico, remoto e recente, como forma mais ou menos provocatória de questionar a chamada identidade nacional, tema que tinha sido a paixão dos poetas e de alguns romancistas do final do século passado. Já nessa altura, África entrava subterraneamente neste questionamento da identidade nacional, enquanto parte essencial de uma nação que tinha dificuldade em se reconhecer fora dos contornos de uma imagem imperial. Após o 25 de Abril, com o regresso à "pequena casa lusitana", África foi-se inscrevendo na literatura, com uma força que aliás nunca antes tinha tido, e povoando o nosso imaginário afectivo e político como um espaço de onde simultaneamente se regressa e aonde se regressa. Mas no pós-25 de Abril não se regressava apenas de África. Outras *partes* marginais que formavam o Portugal salazarista, e que eram uma directa consequência dele, se revelavam nesta viagem de regresso. Como refere Isabel Allegro de Magalhães (1995, pp. 196-7) fazia-se a viagem de retorno à pátria: emigrantes chegados de países europeus, soldados vindos das ex-colónias, exilados regressando do estrangeiro e retornados desembarcados de África. Portugal era para estes "regressados" um país imaginado: idílica paz para os soldados cansados da guerra, realização de sonhos políticos para os exilados, porto seguro para exorcização de todas as humilhações passadas nas terras de emigração, metrópole imaginada e lugar de retorno obrigatório para os retornados, país de emigração para os "retornados" que nunca tinham partido. Mas nem o momento da partida, nem o momento em que se imagina chegar é igual ao da chegada e estas chegadas rapidamente se converteram em chegadas a lugar nenhum, a portos sem espaço para os que chegavam. Por isso se regressa a África para pela memória refazer o percurso de construção de uma nova identidade pessoal, que se transformou em colectiva, para preencher as lacunas da história oficial que durante décadas nos dominou, para exorcizar fantasmas, para visitar os tempos para sempre perdidos, para recuperar os percursos interrompidos, para reescrever a história. Daí a aparentemente paradoxal situação destas narrativas, a que chamo "narrativas de regresso" a Portugal

que regressam a África para aí reencontrar o caminho que lhes permite o efectivo, mas sempre inquieto, "regresso". Por isso estas narrativas revestem-se de um valor duplo intrinsecamente cúmplice: são importantes elementos de reflexão sobre o modo europeu/ português de estar em África (particularmente no crepúsculo do império) e simultaneamente peças indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal.

Após o tempo de uma ordem do mundo dividido em binómios tão exaustivamente explorada pelo pensamento colonialista e virada do avesso pela crítica anti-colonialista, estamos agora no momento de viver as "consequências positivas de ter havido impérios" (Macedo, 1991, p. 167), um tempo de mestiçagem cultural comum a vários países. Ele recompõe e reajusta o passado, que às vezes ainda nos incomoda, mas que também nos comove, e permite-nos usufruir dessa magnífica variedade de que todos somos herdeiros e que se escreve em língua portuguesa. Já João de Barros, o cronista da fundação do império, na introdução à sua *Gramática* de 1539, previa que as armas e os padrões seriam coisas que o tempo iria destruir, mas que a língua portuguesa ficaria como testemunho da viagem e do encontro, da violência e da partilha. Seria esta a resposta, aliás por de mais avisada, dada cinco séculos antes, à célebre questão de Bachelard sobre o que permanece do passado histórico: *Do passado histórico só permanece aquilo que tem razões para recomeçar*.

As ficções sobre África na literatura portuguesa pós 25 de Abril, seja na vertente que geralmente designamos por literatura da guerra colonial, seja na sua vertente de nostalgia ou na particular e inovadora proposta de *Partes de África*, são elementos fundamentais para nos situarmos hoje em dia, enquanto construtores de uma nação pós-colonial na procura dos contornos de uma forma de estar, connosco e com os outros, nos espaços de "fronteiras ausentes", que a partir das heranças e da cultura se desenham e sobre os quais se projectam as diversas identidades de um espaço transnacional culturalmente definido pela língua em que se escreve.

Bibliografia:

- ALEGRE, M. (1989), *O Canto e as Armas*, Lisboa: Dom Quixote.
 ALEGRE, M. (1989), *Jornada de África*, Lisboa: Dom Quixote.
 ALEGRE, M. (1989), *O Homem do País Azul*, Lisboa: Dom Quixote.
 ALEGRE, M. (1992), "Com que Pena", *Vinte Poemas para*

Camões, Lisboa: Dom Quixote.

ARÊAS, V. (1992), Em forma de fivela. *Remate de Males*, 12, 27-32.

ASSIS PACHECO, F. (1976), *Catalabanza Quilolo e Volta*, Coimbra: Centelha.

ASSIS PACHECO, F. (1996), Cuidar dos Vivos . In *A Musa Irregular* (pp. 9-32) Porto: Asa.

BAÇÃO LEAL, J. (1971), *Poesias e Cartas*, Porto: Tipografia Vale Formoso.

BARRENO, M.I., Horta, M.T., Velho da Costa, M. (1974), *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura.

BERARDINELLI, C. (1993, Julho-Dezembro), Nas dobras do texto. *Colóquio/ Letras*, 129/130, 192-199.

CARVALHAL, T. F. (1997, 2 Semestre), Partes de África: Mosaico de Vida e Ficção. *Scripta*, 1, pp.163-167.

CORREIA, P.P. (1995, 21 Outubro), Saga de Comandos. *Público - Leituras*, 7.

DACOSTA, F. (1982, 5-18 Janeiro), António Lobo Antunes: muitos escritores têm-me um pó desgraçado. *Jornal de Letras*, 4-5.

DAL FARRA, M. L. (1992), Partes do eu e de África. *Remate de Males*, 12, 23-26.

DAL FARRA, M. L. (1993), Epitáfio para a metaliteratura. *Vértice*, 53, 117-120.

DIONÍSIO, E. (1979), *Retrato de um Amigo Enquanto Falo*. Lisboa: Armazém das Letras.

FERRAZ, C. V. (1982), *Nó Cego*, Lisboa: Livraria Bertrand.

GERSÃO, T. (1997), *A Árvore das Palavras*, Lisboa: Dom Quixote.

GOMES, A. (1995, 21 Outubro), Poderoso testemunho excelente literatura. *Público - Leituras*, 5.

GUERRA, A. (1987), *Café 25 de Abril*, Lisboa: O Jornal.

JORGE, L. (1988), *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa: Círculo dos Leitores.

KAPUSCINSKI, R. (1998), *Mais Um Dia de Vida – Angola 1975*, Porto: Campo das Letras.

LOURENÇO, E. (1994), *O Canto e o Signo*, Lisboa: Presença.

LOBO ANTUNES, A. (1991), *Os Cus de Judas*, Lisboa: Dom Quixote.

MACEDO, H. (1998), Love as knowledge: the lyric poetry of Camões. *Portuguese Studies*, 14, 50-64.

MACEDO, H. (1991), *Partes de África*, Lisboa: Presença.

MAGALHÃES, I.A. (1995), *O Sexo dos Textos*, Lisboa: Caminho.

MANSELL, H. (1998), *Comédia Infantil*, Porto: Asa.

MELO, J. (1992), *Autópsia de um Mar de Ruínas*, Lisboa: Dom Quixote.

PADILHA, L. C. (1997), A Sedução de um Caderno de Mapas, texto policopiado, apresentado no "Encontro Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa", Porto Alegre, Brasil.

PAIVA MONTEIRO, O. (1996), Garrett. In: Machado, A. M. (Ed.) *Dicionário de Literatura Portuguesa*. (pp.212-219) Lisboa: Presença.

REBELO, Luís S. (1994), Os Diálogos da Identidade no Fim do Século. *Tesserae - Journal of Iberian and Latin-American Studies*, 1 . 21-33.

RÉCIO, A. (1996), *Tchaya - Da Inocência à Revolução Adiada*, Lisboa: Editorial Notícias.

REIS, Carlos (1997, 7 Maio), Inscrição ficcional de África. *Jornal de Letras*, 22-23.

SAAVEDRA, R. (1995), *Os Dias do Fim*, Lisboa: Editorial Notícias.

SARAIVA, A. (1991), Os Duplos do Real e os Duplos do Romanesco. In *Arquivos do Centro Cultural Português*, 29 (pp.34-48). Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, T.C.C. (1993), Partes da *minha terra*: romances em eco no avesso das viagens portuguesas. In *Convergência Lusíada*, 10.

SILVA, T.C.C. (1995), O mosaico como ordenação do caos. In: Santos, G. et Allii (Ed.) *Cleonice Clara em Sua Geração* (pp. 637-645). Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

SIMÕES, M. G. (1995), La guerra dietro le quinte: "A Costa dos Murmúrios" de Lídia Jorge. In Simões, M. G. e Vecchi, R. (Ed.) *Dalle Armi Ai Garofani - studi sulla letteratura della guerra coloniale* (pp. 71-77). Roma, Bulzoni Editore.

SOUSA SANTOS, M.I. (1989, Janeiro-Fevereiro), Bondoso caos: "A Costa dos Murmúrios" de Lídia Jorge. *Colóquio-Letras*, 107, 64-67.

VAN DIS A.(1998). *Em África*. Lisboa: Dom Quixote.

VECCHI, R. (1995, La guerra coloniale tra genere e tema: *Jornada de África*, di Manuel Alegre. In Simões, M. G. e Vecchi, R. (Ed.) *Dalle Armi ai Garofani - studi sulla letteratura della guerra coloniale* (pp. 50-8). Roma, Bulzoni Editore.

VECCHI, R. (1995), Letteratura della guerra coloniale: la malinconia como genere. In Simões, M. G. e Vecchi, R. (Ed.) *Dalle Armi ai*

Garofani - studi sulla letteratura della guerra coloniale (pp. 13-19).
Roma, Bulzoni Editore.

**THORNTON, JOHN - THE KONGOLESE SAINT ANTHONY
DONA BEATRIZ KIMPA VITA AND THE ANTONIAN MOVE-
MENT, 1684-1706. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1998**

António Custódio Gonçalves
Maciel Morais Santos

Na primeira década do século XVIII desenvolveu-se no território do antigo reino do Congo um movimento messiânico, conhecido posteriormente pelo nome da sua principal figura: Beatriz Kimpa Vita. Dada a precocidade da exposição do Congo à penetração europeia - os portugueses tinham estabelecido os primeiros contactos em 1483 - esta é sem dúvida uma das regiões da África sub-sahariana para a qual se dispõe de maior número de fontes. Não admira, portanto, que as circunstâncias e a evolução particular do fenómeno Kimpa Vita ficassem registados em numerosos documentos escritos, que se cruzaram com a tradicional memória oral africana.

Com base nos depoimentos dos missionários capuchinhos (que através da Coroa Portuguesa, o Vaticano enviou para o Congo no século XVII) existe hoje uma vasta bibliografia sobre o movimento de Kimpa Vita, de que resultou a percepção da sua complexidade, bem superior à de que as primeiras análises davam conta.

Tal como aconteceu com movimentos congêneres, este fenómeno revelou-se ambivalente e paradoxal, difícil de reduzir a uma tipologia classificatória. Sabe-se que em função dos diferentes momentos históricos, os processos dialécticos entre significantes inovadores e significados tradicionais podem assumir categorias diferentes (A. C. Gonçalves, 1980) e, deste modo, induzir facilmente em erros e anacronismos. Em particular, não parece que este movimento Antoniano possa ser considerado através de um nacionalismo projectivo (G. Balandier, 1953; V. Lanternari, 1962 e 1965; Mulhmann, 1968; T. Filesi, 1971 e 1972), de messianismos congolezes de outros contextos (L. Jadin, 1961; E. Sulzman, 1968; M. Sinda, 1972) ou em

quadros de “nativismo”, “utopia”, e “associativismo” (Silva Cunha, 1958; E. Santos, 1972). Um dos pontos fortes da tese de Thornton (J. Thornton, 1979) foi precisamente o de ter posto em evidência o simplismo de algumas destas interpretações .

A oportunidade de consultar o relato de Marcellino d’Atri, o encarregado de uma das missões apostólicas e testemunha ocular deste movimento messiânico, proporcionou a J. Thornton a possibilidade de apresentar um novo trabalho sobre este tema. O objectivo declarado do autor é o de apresentar os principais factos conhecidos a um “*público não académico*” e Thornton está especialmente atento à sensibilização de um público em particular: o afro-americano que, na sua opinião, tenderia a esquecer as suas raízes congolezas. Por exemplo, a presença de escravos congolezes na revolta de Stono, ocorrida na Carolina do Sul em 1739, constitui para Thornton uma ligação directa com o messianismo de Kimpa Vita. Daí a necessidade de fazer sair este fenómeno dos círculos académicos, o que nesta perspectiva se pode também ver como uma contribuição para a apropriação da herança congoleza dos E. U. A.

Este objectivo explica parcialmente a forma que tomou a divulgação. Trata-se de uma narrativa que, entre 1684 e 1706, segue cronologicamente as principais etapas dos conflitos feudais do Congo e da biografia de Kimpa Vita. Thornton adaptou o registo das suas fontes e transcreveu várias passagens em discurso directo, sem perda de conteúdo e ganhando sem dúvida em facilidade de comunicação. No conjunto, a exposição é clara, existem alguns mapas que ajudam a situar o terreno da acção e o peso das notas foi várias vezes descarregado para os finais de capítulos (visto alguns deles dependerem quase exclusivamente de uma ou duas fontes apenas).

Thornton integra as informações contextualizantes de forma inteligente, intercalando-as à medida que se tornam necessárias e sem nunca constituírem objecto de secções autónomas do livro. Assim, existe, paralelamente ao relato diacrónico, um texto sincrónico que vai tendo sucessivamente por objecto vários aspectos da cultura material, do sistema de parentesco, das sociedades secretas e do xamanismo congolês, do comércio de escravos, etc.

No entanto, facilidade de leitura não implica necessariamente facilidade de compreensão, tanto mais que o público alvo do livro não se compõe de especialistas de história de África. Para começar, se se pretende modificar a imagem tradicional das raízes islâmicas afro-americanas, adicionando-lhe a componente cristã congoleza, era pre-

ciso mostrar como aparece o cristianismo no Congo e por que razão se torna complicada a grafia dos nomes dos seus reis (com a sua dupla onomástica, portuguesa e africana). Ou então, se se pretende mostrar a modernidade de D. Beatriz e associar a sua mensagem à resistência africana ao tráfico de escravos, era preciso mostrar como esse comércio passou a ser um componente essencial da sociedade congoleza da época. Por outras palavras, torna-se impossível falar do Congo do século XVIII, dos títulos portugueses da sua aristocracia ou da forma cristã sob que aparecem as suas manifestações ideológicas (de revolta ou de legitimação) sem falar dos dois séculos anteriores de presença "semi-colonial" portuguesa.

Pode também notar-se que o peso explicativo do texto sincrónico intercalado nem sempre foi o mais adequado. Por exemplo, a organização linheageira serviu de quadro de referência ao Antonionismo e para a explicação deste movimento é necessária a conjunção entre esta identificação e a sociedade global do Congo e de Angola. Sem uma avaliação correcta destas duas dimensões, corre-se o risco de confundir a história ideológica, ligada a grupos particulares específicos e a história global, objectiva e macro-social.

Devido a esta dependência demasiado estreita do chamado tempo curto (o dos relatos das suas fontes e das conjunturas específicas em que se desenrola a sua narrativa), a narrativa de Thornton perde em inteligibilidade. Além disso, reduz de algum modo a riqueza sincrética do movimento de Kimpa Vita, cuja principal originalidade se prende com o facto de representar uma síntese cultural feita de materiais com quase dois séculos.

Uma peculiaridade do seu índice ideográfico ilustra como esta característica se pode tornar paradoxal. Em abono do texto de Thornton deve dizer-se que, apesar da deficiente contextualização histórica, as suas referências à influência portuguesa (língua, administração, missões, comércio, etc.) no desenrolar da acção são quase permanentes. E no entanto, no seu índice ideográfico a entrada "língua portuguesa" apresenta três menções e a entrada "Portugal" apenas uma, isto é, tantas como "Bristol" ou "Port York". Thornton teria simplesmente anulado a possibilidade de uma crítica tão fácil como esta se convencionasse que não existiam entradas para "Portugal" ou "Portuguese", tal como não existem para "Dona Beatriz", "Kongo" ou "Saint Anthony".

Algumas lacunas da exposição não diminuem as qualidades de uma belíssima obra de divulgação, que revela de modo muito vivo o

retrato de uma sociedade de há quase três séculos. Existe ao longo da narrativa uma certa tensão dramática, quase shakesperiana, e sem dúvida que isso ajuda a prender o leitor do princípio ao fim do livro. Pode mesmo fazê-lo ultrapassar com êxito a descrição (nada resumida) da geografia e das batalhas de um reino "irreal," povoado de "duques" e "marqueses", ao aproximá-lo do estranho mundo de Tolkien.

Referências citadas

BALANDIER, G., "Messianismes et nationalismes en Afrique Noire", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 14, 1953: 41-65.

CUNHA, J.S., *Aspectos dos movimentos associativos na África negra*, 2 vol., Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1958 e 1959.

FILESI, T., "Nazionalismo e religione nel Congo all inizio del 1700: la setta degli "Antoniani", *Africa*, Roma, XVI, 3, 1971: 267-303; XXVI, 4, 1971: 463-508; XXVII, 1972: 645-668.

GONÇALVES, A.C., *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII ème siècle*, München, London, Weltforum Verlag, 1980.

JADIN, L., "Le Congo et la secte des Antoniens - Restauration du royaume sous Pedro IV et la "sainte Antoine" congolaise (1694-1718)", *Bulletin de Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles, 33, 1961: 411-614.

LANTERNARI, V., *Les mouvements religieux des peuples opprimés*, Paris, Maspero, 1962

"Syncretismes, messianismes, néo-traditionalismes en Afrique Noire", *Archives de sociologie des religions*, 19 janv.-juin 1965: 99-116

MULHMANN, W., *Messianismes révolutionnaires du Tiers-Monde*, Paris, Gallimard, 1968.

SANTOS, E., *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*, Lisboa, Casa da Moeda, 1972.

SINDA, M., *Le messianisme congolais et ses incidences politiques*, Paris, Payot, 1972.

SULZMAN, E., "Le mouvement des Antoniens dans l'ancien royaume de Congo", in MULHMANN, W.- *Messianismes révolutionnaires du Tiers Monde*, Paris, Gallimard, 1968: 76-81.

THORNTON, J.K., *The Kingdom of Kongo in the era of the civil wars 1641-1718*, Los Angeles, UCLA, 1979.

CONTRIBUTOS PARA A REVITALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM ANGOLA*

Carlos Gomes Pimenta**

O que hoje estamos a discutir não é apenas a Universidade em Angola. É o futuro deste País, o qual certamente não se fará sem homens de cultura, sem técnicos, sem intelectuais capazes de porem em prática uma dimensão cultural e humanista do desenvolvimento.

É um futuro que se discute e só isso justificará que os poderes públicos e políticos saibam olhar com carinho e generosidade para a Universidade Agostinho Neto que, apesar de todas as vicissitudes e dificuldades, é o mais válido e duradouro guardião do saber em Angola, o seu mais poderoso laboratório.

A Universidade não é uma fábrica de licenciados utilizando uma tecnologia testada e obedecendo às regras do funcionamento do mercado. O pragmatismo conjuntural e não estratégico, o economicismo, o mito da regulação automática pelos mercados, tão acalentador de mentes preguiçosas e algibeiras tilitantes, não são capazes de encobrir algumas realidades. A Universidade é uma instituição com longa história cuja durabilidade resulta tanto de estar com a sociedade (presente) como contra ela (criatividade, futuro). Nascida também em berços europeus de ascenso da burguesia soube sempre manter uma autonomia relativa, pugnar por um estatuto próprio e adaptar as suas missões e prioridades aos contextos históricos e geográficos. A sua dimensão cultural e a formação de técnicos com capacidade de acção futura distancia-a do mercado sem lhe fechar a visão da sociedade em que se situa. A "procura" condiciona-se à "oferta" e esta comanda a vida da instituição. A oferta de saber (docentes) é também procura de investigação, luta pela dignidade e cidadãos de corpo inteiro. As propostas de criação de concorrência só se podem justificar pelo lucro,

* Fórum Internacional sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola. Luanda, 3-7 de Novembro de 1998.

** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Faculdade de Economia do Porto.

favoritismo e mecanismos pessoais e nunca em nome do fortalecimento da Universidade Agostinho Neto, da Universidade em Angola, da sociedade civil ou do futuro.

Porque o ensino universitário é vital; porque a Universidade Agostinho Neto é, e continuará a ser, a ligação cultural e técnica entre o passado e o futuro; porque este Fórum é uma expressão da sua vitalidade e um reforço da sua visibilidade sócio-política; porque fui responsável pela coordenação de uma valiosa equipe de universitários portugueses que fez o levantamento da situação da Universidade e apresentou propostas de revitalização, que mereceu o estudo e consideração da actual Reitoria; porque esta tem revelado um dinamismo importante - de que é testemunho esta mesma iniciativa durante tanto tempo pensada e remetida para um secundaríssimo plano -, por tudo isto é com grande entusiasmo e alguma emoção que aqui estou fazendo uma breve referência e apresentação do documento "Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola" elaborado pela Fundação Gomes Teixeira / Universidade do Porto, entre 1994 e 1996, no âmbito do 1º Projecto da Educação, segundo contrato firmado com o Ministério da Educação de Angola, e financiado pelo Banco Mundial.

COMENTÁRIO PRÉVIO

Antes de analisarmos alguns aspectos do seu conteúdo é importante esclarecer desde já que o trabalho realizado é o resultado da aplicação de dezenas de docentes e quadros técnicos da Universidade do Porto, da Faculdade de Direito de Coimbra e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, dos contributos indispensáveis de várias dezenas de docentes, funcionários, estudantes e antigos estudantes da Universidade Agostinho Neto. A lista dos autores e consultores e a forma como está organizada no relatório, assim como os agradecimentos, espelham graus de responsabilidade e de contributos que nos dispensamos de referir.

É habitual afirmar-se que tudo o que de bom o documento tem é da autoria dos outros e os possíveis erros depende de nós, mas ao afirmarmos tal não estamos muito longe da verdade porque não posso deixar de explicitar que entre as diversas informações, opiniões e relatórios parciais nem sempre houve concordância total. É natural que assim acontecesse porque a radiografia não era fácil de tirar e

muito menos a sua observação, porque as linguagens disciplinares dificilmente se misturam entre si e a leitura interdisciplinar tem fricções, porque as consciências possíveis dos intervenientes, marcadas pelas suas experiências de vida, eram diferentes. Coube-me fazer opções entre leituras divergentes, tentar superar paradoxos ou reais contradições, estabelecer metodologias que permitissem passar da análise da situação para as propostas de transformação.

Nestes prolegómenos é também importante dizer que não foi fácil o nosso trabalho. Provavelmente nunca o seria, mas ainda o foi menos quando acabamos por sofrer os impactos da desarticulação entre Ministério da Educação e Universidade Agostinho Neto, da então existente desarticulação entre Reitoria e Faculdades e Institutos, entre parceiras da mesma instituição, entre pessoas.

O nosso estatuto era simples: um conjunto de técnicos contratados (via FGT / UP) por uma entidade governamental angolana (Ministério da Educação) de fazer um estudo da Universidade. Um acto normal em qualquer parte do mundo em que cada vez mais se trocam experiências e se avalia. Mas no presente caso concentrou sobre os docentes e técnicos portugueses envolvidos o então mau estar existente, a frustração de muitos, os receios de ameaça aos poderes institucionais ou económicos, os caducos complexos de colonizador e colonizado, em que até os espantinhos racistas foram levantados.

A qualidade do trabalho realizado - do qual não temos dúvidas, independentemente das opiniões que haja sobre o seu conteúdo, os laços intelectuais estabelecidos e as amizades construídas foram, e são, bálsamos que nos atenuaram os constrangimentos apontados, mas que não farão esquece-los.

Aliás é o reconhecimento desses constrangimentos que dão pleno significado a esta iniciativa. Depois de o trabalho ter estagnado em terreno pantanoso durante alguns meses, ter corrido o risco de ser esquecido, depois da proposta de realização deste fórum ter sido sucessivamente esquecida, a Equipe Reitoral saída do processo eleitoral teve a coragem de pegar nele e sobre ele forjar as suas opiniões, de realizar este evento. O silêncio só pode agradar ao imobilismo e aos poderes não institucionais. O debate e o confronto de ideias, apresentado com rigor, frontalidade e lealdade, e a capacidade de executar o que daí resulte são instrumentos de construção do

futuro.

“Que sempre que um homem sonha o mundo pula e avança” afirma o poeta português António Gedeão, cientista de profissão. Se “não há certeza de nada” (Maria Celestina Fernandes), quando “as nossas mãos (estão) abertas para a fraternidade do mundo” (Agostinho Neto) é possível a Universidade Agostinho Neto estar presente, reunir em si o espaço, condensar o tempo (parafrazeando Agostinho Neto) e construir o futuro.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Em termos de estrutura o relatório final está dividido em duas partes metodológica e conceptualmente distintas, embora profundamente interligadas e fornecedores de uma coerência global: numa primeira faz-se a análise da situação e, numa segunda, a apresentação de propostas para a revitalização da Universidade. Não seria possível apresentarmos propostas de alteração sem antes conhecermos bastante bem a realidade enquanto estrutura dinâmica, prenhe de forças actuantes, ora convergentes ou compatíveis ora contraditórias e conflituantes.

O facto de sermos uma equipe exterior trouxe vantagens e inconvenientes nessa leitura da realidade angolana e universitária, nem apenas angolana nem exclusivamente universitária. Por um lado o processo de apreensão da realidade foi mais lento e alguns erros iniciais de percurso, assim como alguns dos desentendimentos atrás referidos, impediram uma dinâmica participativa. Por outro, partiu-se sem ideias preconcebidas explicitamente, sem objectivos de favorecimento de isto ou daquilo e as propostas apresentadas resultaram desse processo genuíno de aprendizagem, impensáveis à partida. Não fomos, como ninguém é, imparciais, mas certamente fomos honestos e diferentes.

SOBRE A RADIOGRAFIA DA SITUAÇÃO

Partimos de uma hipótese de trabalho: a realidade de um espaço económico-social é sempre a síntese dialéctica das dinâmicas interna e envolvente, síntese cujos pesos relativos dependem das conjunturas. Uma e outras dinâmicas podem ser permissivas ou impulsionadoras, progressivas ou regressivas, forjadas no passado e con-

tinuadores ou de ruptura. Os seus conteúdos são das mais diversas naturezas: científica e de sobrevivência, pedagógica e financeira, de aceitação social e de animismo psíquico, de padrões culturais e de relações pessoais, de relacionamento humano e vida das instituições. Por outras palavras, seria, na nossa opinião, uma grande falácia identificar o “interior” da Universidade com um animismo de avanço e o “exterior” como um constrangimento financeiro, e reduzir a suas relações a esse mero desajustamento.

Por isso não poderíamos compreender a realidade de uma faculdade ou de um serviço sem conhecer também a da Universidade, não poderíamos compreender a Universidade sem entendermos a do ensino, não poderíamos saber o que é a Universidade em Angola sem saber o que ela é em África (sobretudo na África Subsaariana) e como se comporta nas conjunturas internacionais. Por isso não poderíamos compreender o ensino sem a investigação, e vice versa; os docentes sem os funcionários, apesar de lhes corresponderem estatutos de intervenção claramente diferenciados; os estudantes sem os professores; o trabalho sem o lazer, o estudo sem a ação social escolar.

Condicionados pelo estabelecido contratualmente e pelos constrangimentos logísticos a que fomos obrigados, limitados pelos nossos próprios conhecimentos e pelo confronto operacional das culturas banto e greco-latina, procuramos

traçar as principais pinceladas da conjuntura universitária mundial e da realidade universitária subsaariana nas últimas décadas (“A evolução do ensino superior nos países desenvolvidos” [3.2] e “Os problemas do ensino superior na África subsaariana” [3.3])

perceber o sistema educativo angolano, assim como as suas dinâmicas, e explicitar a (des)integração do ensino superior, em geral, e da universidade, em particular (“Estrutura do Sistema Educativo Angolano” [3.4])

ler e interpretar os inputs e outputs universitários assim como os seus enquadramentos ([3.4], “Alguns Enquadramentos Legais da Universidade” [3.6] e “Relacionamento Externo” [4.2])

conhecer os diversos segmentos da Universidade Agostinho Neto nas suas dimensões funcional e orgânica (“Análise Pormenorizada

da Universidade Agostinho Neto” nas “Análises Longitudinais” [4.3] e “Análises Transversais” [4.4])

conceptualizar o que existe, mas também detectar o que não existe e faz falta (“Análises Transversais” - “O que não existe” [4.4.2])

É difícil resumir em poucas linhas mais de quatrocentas páginas de texto. Corremos inevitavelmente o risco de deixar muita coisa por dizer, das grandes linhas de força deixarem na penumbra por menores que também são essenciais, de lançarmos ambiguidades que só uma explanação mais completa permitiria resolver. Mas é necessário correr esses riscos.

Enfim, a análise da situação pode ser resumida da seguinte forma:

O desenvolvimento económico-social e a realização integral dos indivíduos como cidadãos - de um mundo em que se reforça simultânea e paradoxalmente a mundialização e a uniformização, por um lado, e os valores locais e específicos, por outro - exigem crescentes níveis de educação, cabendo ao ensino superior, em geral, e às universidades, em particular, um papel estratégico, de longo prazo.

“É hoje aceite que o desenvolvimento sócio-económico e a competitividade das sociedades dependerão, cada vez mais, do conhecimento, o que transforma a educação num dos recursos económicos e sociais mais importantes”

A reconhecida importância do ensino superior e da universidade e a sua conseqüente massificação, fazendo com que a sociedade e os poderes públicos lhe cobrem papeis, funções e desempenhos, por um lado; o peso da história e as dinâmicas próprias das instituições com as características das universidades, por outro; e a ainda as ideologias liberalizantes e privatizantes que hoje dominam fazem com que as Universidades se encontrem em todo o mundo em fase de auto-reflexão - em que este Fórum se integra digna e plenamente -, de encruzilhada, de adaptação e/ou alteração. As opções entre sistemas de ensino superior binários ou integrados, a alteração dos pesos relativos da dependência e da autonomia, com a emergência da qualidade e da avaliação, as dificuldades do financiamento, os impactos da massificação e a importância da formação contínua são aspectos pre-

sententes em todas as Universidades.

Em África as universidades são simultaneamente universais e específicas. Estas especificidades têm a ver com o elevado peso de analfabetismo existente, com o serem frequentemente instituições de colonização, numa fase, e de afirmação nacional no pós-independência, com as características dos tecidos social, político e cultural que a região subsaariana apresenta.

A Universidade Agostinho Neto é um catalisador deste vasto conjunto de elementos e dinâmicas. Soube viver e sobreviver, manteve no seu seio um importante conjunto de intelectuais e docentes de grande qualidade, conservou viva a importância do ensino superior em Angola como garante do seu próprio futuro. A Universidade Agostinho Neto tem sido ao longo dos anos significativamente inovadora no contexto africano, revelando um potencial de adaptação e criatividade notórias. A sociedade e o Estado não têm sabido reconhecer a Universidade que têm, como o revelam os desenquadramentos institucionais, alguns problemas de financiamento e a coexistência com mecanismos de bolsas no Estrangeiro perfeitamente inadequados. A erosão sofrida pela Universidade Agostinho Neto tendeu a desagregá-la e desestruturá-la, exigindo hoje um grande esforço de reestruturação.

A Universidade Agostinho Neto é uma parte do sistema educativo angolano, simultaneamente receptor e impulsionador - cabendo-lhe um papel mais importante que o frequentemente atribuído por alguns organismos internacionais demasiado ofuscados pelo ensino primário -, solidário e autónomo. Forma homens que também são quadros e técnicos do tecido económico e social. Repensar a Universidade Agostinho é repensar o sistema educativo angolano no seu conjunto. Exige aumentar significativamente a qualidade dos licenciados, cujo perfil foi previamente explicitado e alvo da coerência dos programas pedagógicos e científicos. Os desajustamentos e dificuldades no acesso e aproveitamento só podem ser resolvidos pelo diálogo institucional. A qualidade dos licenciados exige a erradicação de todo e qualquer processo que não se fundamente numa pedagogia testada e numa cientificidade reconhecida.

Os recursos humanos são o principal trunfo, o principal capital, da Universidade Agostinho Neto, havendo que ter a coragem de os

reconhecer, e premiar, quando existem com qualidade e honestidade e de os superar (formando-os ou marginalizando-os) quando não possuem aquelas duas características. A atenção principal nesta matéria deve concentrar-se nos docentes, criando condições de trabalho científico e pedagógico regulares, de obtenção de graus académicos de reconhecido mérito, de continuar ao longo da vida a investigar. Também os funcionários são parte integrante desses recursos humanos havendo que operacioná-los adequadamente, num quadro de informação ajustada e disponibilizada, tratada preferencialmente de forma informática. Também os estudantes e a sua participação activa na vida universitária são elementos constitutivos dos recursos humanos, para o que é importante o acesso, as práticas pedagógicas, a acção social escolar e o desporto universitário.

Se as missões da Universidade podem conter em Angola vertentes específicas é inquestionável que as duas principais são o ensino e a investigação. A sua indissociabilidade permite que na Universidade tanto se ensine as realidades como se ensine a pensar e recrear as realidades. Realidades universais e africanas, abstractas e concretas, internacionais e locais, eternas e contemporâneas que transmitem à Universidade uma missão universal, regional e nacional: pensar universal e humanistamente sobre as realidades angolanas e africanas.

Nesse pensar e (re)criar, a importância relativa das diversas Faculdades e Institutos existentes é diferente, como o é a forma de se organizarem para que a Universidade - todo que dá sentido às partes e que não existe sem elas - atinja os seus objectivos. Constituindo já um importante conjunto de saberes disciplinarmente organizados, com algumas áreas de repetição ou conflito, não cobrem suficiente as realidades a que a Universidade deve dar resposta:

inexistência de uma unidade orgânica dedicada mais às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas constitui, porventura, a carência mais evidente da Universidade Agostinho Neto, em termos da sua organização interna em função da cobertura dos diferentes domínios do saber." (Pág. 433)

Não nos parece oportuno aqui referirmos aspectos específicos de cada uma das funções ou faculdades e institutos. Para terminar este ponto permitam-me apenas que justifique a ausência de qualquer

referência explícita à localização da Universidade Agostinho Neto no território nacional: o contrato e o orçamento não o comportavam. Sentíamos que se tratava de uma lacuna mas não tivemos condições de a superar. Apenas num ou noutro caso (como, por exemplo, a propósito das Ciências Agrárias, ou do ISCED) tivemos de fazer uma leve referência ao assunto. Trata-se efectivamente, de uma lacuna mas que não invalida tudo o restante.

SOBRE A INTERVENÇÃO

A “Estratégia e Tática de Intervenção” ocupa o quinto capítulo, inventariando-se 64 acções, especificando para cada uma delas o conteúdo da acção, a estratégia em que se insere, a articulação com outras acções, o seu âmbito geográfico-institucional, a sua calendarização, os recursos necessários e a entidade decisória da sua implementação.

Essas acções estão agrupadas em nove subconjuntos: Articulação (1), Acções prioritárias (5), Acções Prioritárias de Intervenção (3), Complementaridades Convenientes (3), Harmonização do Sistema Educativo (7), Pedagógico-Científicas (21), Administrativo-financeiras (7), Institucionais (13) e Circum-universitárias (4).

A análise da situação e o conteúdo das propostas apresentadas mostram inequivocamente que uma alteração significativa da situação da Universidade exige a estreita colaboração político-institucional do Estado, entenda-se Sociedade, da Universidade, leia-se Reitoria, e das Unidades orgânicas. 23% das acções têm como decisor o Estado, 45% a Universidade, 4% as Faculdades e Institutos e as restantes têm mais de um centro decisor. Por isso a primeira acção visava o “Diálogo Institucional Permanente para a Revitalização da Universidade Agostinho Neto” através da constituição dum Grupo de Trabalhos envolvendo os órgãos de soberania, a Universidade e representantes da actividade Económica. Considerávamos então, ao momento da feitura do relatório final, que existiam algumas acções que eram prévias a tudo o mais. Não era pensável promover qualquer revitalização da Universidade sem que essas acções designadas de prioritárias estivessem concretizadas. Eram elas a “Melhoria da Remuneração dos Docentes”, a “Melhoria da Remuneração dos Funcionários”, a “Melhoria das Infraestruturas de Electricidade, Água, Esgotos e Comunicações”, a “Aplicação Integral do Novo Estatuto Orgânico da

Universidade Agostinho Neto” e, finalmente, a “Aplicação Integral do Novo Estatuto da Carreira Docente”. A história recente deu-nos razão. Antes da concretização de qualquer uma dessas medidas o relatório esteve na gaveta e este Fórum sucessivamente adiado. Depois da concretização de uma significativa parte delas estamos aqui a debater ideias com confiança que o futuro seja diferente, melhor.

Era opinião de alguns autores do relatório que um reforço do orçamento deveria integrar explicitamente o conjunto das acções prioritárias anteriormente invocadas. Acabou por não ficar e tal ponto foi remetido para o conjunto das Complementaridades Convenientes. Em primeiro lugar porque as medidas de aumento orçamental mais importantes já constavam da listagem das acções prioritárias. Em segundo lugar porque não basta reforçar o orçamento sendo igualmente necessário modificar procedimentos, reforçar a informação e os controlos administrativo-financeiros. Em terceiro lugar porque as limitações financeiras são um elemento restritivo mas também são frequentemente um falso argumento, um pretexto para o imobilismo e a manutenção do status quo. De qualquer forma o “Reforço do Orçamento e Modificação dos Procedimentos” figura entre as complementaridades convenientes, conjuntamente com a “Modificação da Política de Bolsas”:

“As referências anteriores [Acções Prioritárias] são exequíveis por si se houver vontade política para a sua execução. Contudo essa vontade política de atribuir à Universidade o espaço económico, cultural e social que lhe compete surge muito mais claramente se for modificada radicalmente a política de formação no estrangeiro a todos os níveis de ensino, com prejuízo das instituições nacionais, isto é, se a política de bolsas se alterar profundamente. Essa situação criaria igualmente disponibilidades financeiras adicionais, ..., susceptíveis de permitir a Universidade funcionar com um orçamento adequado”.

Seria fastidioso estar aqui a apresentar o conjunto das acções propostas e com pouco significado - porque cada uma vale não pela sua enumeração mas pelo estudo atento dos seus conteúdos e pela articulação com as restantes.

Cite-se, no entanto, a título de exemplo, e só disso

Aprovação pela Assembleia Nacional de uma Lei de Bases do

Sistema Educativo

Prioridade para a formação de professores dos níveis de ensino pré-universitário

Programa nacional de formação profissional

Modificar o Acesso à Universidade

para a harmonização do sistema educativo.

Revisão curricular em todas as licenciaturas

Formação científica e pedagógica dos docentes universitários

Montagem de alguns mestrados e pós-graduações

Participação em projectos de investigação internacionais

Reconstituição do fundo documental

Reorganização das bibliotecas

Criação de uma Faculdade de Letras e Ciências Humanas

Reinstalação das estruturas mais carenciadas

e ainda

Reorganização dos serviços administrativos

Reorganização contabilística

Montagem de um Painel de Pilotagem

Informatização da Gestão de Alunos.

Para terminar este inventário parcial citaria ainda algumas acções institucionais:

Criação de uma Direcção Nacional do Ensino Superior no Ministério da Educação

Criação de uma Fundação para o apoio à investigação

Criação de um Gabinete de Planeamento na Universidade

Elaboração de um Plano Estratégico da Universidade

Geminação com universidades estrangeiras.

SOBRE A SUGESTÃO DE FUTURO

A conclusão inevitável de todas estas medidas é que o trabalho realizado no âmbito do 1º Projecto da Educação e o significativo trabalho que a actual Reitoria tem desenvolvido exige a sua continuidade. Por isso terminamos o relatório afirmando

“No que concerne à Universidade Agostinho Neto o 1º Projecto da Educação do Ministério da Educação é um projecto exploratório. Aconselha a existência de um outro Projecto que viabilize as direcções fundamentais de revitalização desenhados neste relatório.

A autonomia da Universidade consignada no estatuto Orgânico da Universidade e cuja concretização plena se aconselha, recomenda que a existência de um novo projecto seja aprovado pelos órgãos decisórios da Universidade.

(...)

O projecto deve ter a duração de cinco anos (duração oficial de uma licenciatura) ...

COMENTÁRIO FINAL

O Relatório que aqui analisamos foi o culminar de um trabalho e uma proposta de sequência. Ele é essencialmente uma proposta de rumo e de trabalho mas terá de ser a vontade do povo angolano e do seu Estado, o trabalho abnegado de docentes, funcionários e estudantes, o apoio financeiro de instituições diversas e a cooperação internacional que serão capazes de construir um futuro radioso.

**TORRES, Adelino, HORIZONTES DO DESENVOLVIMENTO
AFRICANO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI, LISBOA
VEGA, 1998, 265 pp.**

José Carlos Venâncio

Nos últimos anos publicaram-se na área dos Estudos Africanos quatro ou cinco títulos que vieram contribuir, quer em termos de conteúdo, quer de teoria, para a consolidação deste domínio científico em Portugal. Um desses estudos é seguramente este em que o autor, contrariando o espectro do afro-pessimismo, analisa teorias, práticas políticas e, mais do que isso tudo, aponta, com uma coragem pouco usual nestes domínios, soluções para o círculo vicioso de subdesenvolvimento em que o continente parece ter mergulhado. O livro é composto por quatro capítulos, consistindo o primeiro (*Das teorias da crise à crise das teorias*) na recensão das muitas proposições e teorias que, a propósito da questão do desenvolvimento, sobretudo em relação aos países do Sul (termo que Adelino Torres prefere ao de Terceiro Mundo), se tem produzido. Contrapõe a heterodoxia desenvolvimentista à ortodoxia neoclássica que, através das instituições de Bretton Woods, continua a dominar o universo das políticas desenvolvimentistas, quer nos países do Norte, quer nos do Sul. “A percepção sumária das instituições de Bretton Woods relembra a dos antigos colonizadores, na medida em que ignora as gramáticas particulares, sobrepondo-lhes a estereotopia de uma leitura que apenas apreende elementos simples e incondicionados, correlatos de uma matriz teórica não-complexa”, diz-nos a dado passo do ensaio (p.120).

No segundo capítulo (*Desenvolvimento e modernidade*), de índole mais sociológica, são discutidas as contradições da modernização em África enquanto processo histórico-antropológico e enquanto política desenvolvimentista. A questão da integração, sobretudo regional, constitui o conteúdo do terceiro capítulo, intitulado *O debate sobre a*

integração. Nele se discute - não apenas em relação aos países do Sul-, os benefícios da integração regional, averiguando nomeadamente em que medida esta poderá responder ao espírito concorrencial (que o autor não renega totalmente) implícito à mundialização e à liberalização das economias, servida como panaceia para todos os males de que enfermam as economias nacionais neste fim de século. O autor mostra como em África esta integração, sendo um importante veículo para o renascimento das respectivas economias e sociedades, fica, por enquanto, aquém das expectativas. Faz a esse propósito observações úteis sobre agrupamentos regionais em África, tais como a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), mostrando o impacto comercial e social de cada uma.

No quarto e último capítulo (*Mercados: factor de desenvolvimento?*) discute-se a pertinência do mercado como factor de desenvolvimento em África, a par de uma integração regional que, como se viu, continua incipiente. Adverte, porém, os que teimam em reduzir o desenvolvimento integrado do mercado à simples “oportunidade de negócios”, que, por essa via, fazendo depender o desenvolvimento industrial exclusivamente da “elasticidade-rendimento” da procura dos respectivos produtos, não se atingirá forçosamente uma melhoria da produtividade. O acento tónico deverá ser posto na “eficiência e na redução dos custos, de maneira a que as empresas (...) ocupem (...) um lugar nesse mercado em função da elasticidade-preço da procura para os seus produtos” (p.177). Não é, assim, o mercado que deve adaptar-se às empresas, mas sim o contrário. São elas que (...)” devem responder às necessidades expressas e potenciais daquele” (p.177). O apelo a um desenvolvimento mais endógeno, implícito nesta argumentação, ganha particular importância pelo facto de o autor entender que uma das saídas possíveis para África reside na cooperação euro-africana, mormente na monetária, com a extensão da experiência da Zona Franco a todos os países africanos.

**VENÂNCIO, José Carlos (COORD.), O DESAFIO AFRICANO,
LISBOA, VEGA E UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR,
1997, 256 pp.**

Ivo Carneiro de Sousa*

Variado, interessado e importante se mostra este volume que, coordenado por José Carlos Venâncio, publica as actas do colóquio internacional sobre a «África de Língua Portuguesa: presente e futuro», realizado na Universidade da Beira Interior, nos dias 23 e 24 de Maio de 1996. Investigações qualificadas acolhem-se, de imediato, ao primeiro andamento desta obra em que se procura discutir o tema cada vez mais actual da *Afirmção étnica e identidade nacional*. Uma primeira comunicação de Manuel Laranjeira Rodrigues Areia (pp. 27-43) trata de discutir a etnicidade enquanto processo compósito, arrastando-se do social ao simbólico, elegendo como domínio de debate o caso de Angola. Investigando com atenção o conjunto de conexões que permitem desconstruir a noção e a acção da etnicidade, ligando-as nomeadamente ao desenvolvimento das fronteiras políticas africanas, o autor demonstra rigorosamente quanto a etnicidade se vincula mais à circulação de bens e populações do que às repartições e cesuras dos territórios, contrariando, assim, uma demorada «razão etnológica» que procurou frequentemente encontrar na territorialidade o principal envasamento da diversidade étnica. Em continuação, interessantes se mostram também as páginas em que se discute a comunicação entre a luta pela independência e a emergência da «célebre» tripolarização étnica de Angola, distribuindo os ambundos pelo MPLA, os kongos pela FNLA e os ovimbundos pela UNITA. Um processo em que a etnicidade se converteu em catalizador de estratégias políticas e divisões que, apresentadas, discutivelmente, sob a designação de «tribalismo», concorreram de forma indiscutível para contrariar a construção da unidade e identidade nacionais, bem como para infirmar a coextensividade entre o Estado angolano e o todo territorial nacional. Em seguida, Rodrigues Areia, estuda esta situação através da obra de

Pepetela, *Mayombe* (1993), nela buscando apoios para documentar o temário da divisão étnica de Angola, um veio que, ainda agora, continua a convocar-se, em várias frentes e movimentos políticos, para adiar a concretização de uma Angola unificada.

É também nesta linha de debates acerca dos problemas da etnicidade e da identidade nos países africanos de expressão portuguesa que se deve ler a contribuição de Luís Polanah, intitulada, mais genericamente, «As identidades dos povos e a Democracia» (pp. 45-58). Reflexão amadurecida por uma longa actividade de investigação e de ensino também sobre questões africanas, este trabalho tenta ultrapassar o etnocentrismo e o predomínio de um «modelo europeu» já no estudo/interpretação, já também na configuração e estruturação políticas dos países africanos. Que se tem mostrado tantas vezes um modelo trágico tanto no distanciamento em relação às realidades culturais e sociais africanas quanto na «exportação» de paradigmas político-institucionais que, exagerando, por exemplo, a sua dimensão eleitoral e partidária, esquecem direitos, garantias e, o que mais importa, a riqueza das diversidades dos sistemas culturais, tradicionais e simbólicos dos povos africanos. Interessante é, por isso, esta ideia trabalhada por Luís Polanah, de uma «reconquista da vida tradicional», de uma recuperação, também social e política, do «sistema social tradicional» que, longe de quaisquer modalidades de retorno a passados longínquos, pode permitir escorar a especialização de uma cultura democrática pluriétnica e nacional.

Concreto, informado e documentado se apresenta o estudo de Eduardo Medeiros sobre «Etnias e etnicidade em Moçambique. O advento do Mundo Sena, das origens a 1918» (pp. 59-82). Descobre-se uma investigação histórica qualificada, mergulhando aos contactos coloniais iniciais, nas primeiras décadas de Quinhentos, para seguir a lenta estruturação dos espaços da Zambézia que, com a transformação dos processos dos prazos em dominações senhoriais-patrimoniais, começam a prefigurar a construção de sistemas de Estado que, no século XIX, se podem seguir na Gorongosa, em Massangano e em Massingire. Constituinte praticamente «estados independentes», estes três espaços são estudados pelo autor durante o período oitocentista, provando-se que o chamado «mundo sena» foi percorrido pelos mais variados afrontamentos políticos e sociais, entrecruzando também «gente proveniente dos mais diversos horizontes culturais» (p. 80).

Uma segunda secção deste livro reúne contribuições acerca da

Situação económica e oportunidades de negócios nos Palop. Um primeiro estudo de Adelino Torres discute a relação fundamental entre «Mercados e Desenvolvimento em África: lógicas e desafios num contexto de 'globalização'» (pp. 85-130). O autor visita demorada e criticamente as soluções e perspectivas que, marcadas pelo ultraliberalismo, foram guiando o desenvolvimento africano, discutindo também com profunda competência a confusão conceitual a elas associadas. É o que ocorre, por exemplo, na precipitada colagem entre as noções de «mercado» e «capitalismo» que importa saber distinguir e, ademais, distanciar na interpretação das realidades económicas africanas. Procurando orientar a investigação pela renovação da noção e da *praxis* do desenvolvimento, Adelino Torres propõe, com inteligência, substituir a ideia de «oportunidades de negócio» com que se afronta tantas vezes o investimento nos espaços africanos de língua portuguesa, pela noção mais estruturante de «oportunidades de desenvolvimento numa perspectiva de mercado».

Partindo de uma máxima changana *Txova Xita Duma*, qualquer coisa como «empurra que isso vai», o artigo de Feliciano José de Mina discute a emergência empresarial dos pequenos e médios empresários de Maputo neste período de consolidação da transição política em Moçambique (pp. 131-141). Trata-se mais de visitar o «comportamento» empresarial em comunicação com o crescimento económico e as modificações culturais. Assim, as relações com o Estado, a dimensão familiar, a religião, combinam-se com a análise das receitas e das responsabilidades económicas dos empresários para perspectivarem algumas interpretações interessantes, como o tema da configuração de uma «crioulidade económica» (p. 140) que poderá pautar um novo paradigma na edificação da dialéctica entre identidade nacional e desenvolvimento sócio-económico.

Três comunicações diferentes constituem o terceiro temário deste livro consagrado agora à *Cultura e Literatura*. Algumas considerações de Salvato Trigo sobre os dois termos discutem as suas ligações de proximidade e alteridade, revisitando a distinção entre literatura e língua, a primeira ancorando-se ao devir cultural, enquanto a segunda tende a funcionar como sistema simbólico matricial, verdadeiramente expressando-se como «mátria» (pp. 145-155). Um conceito importante na obra deste autor e que importa convocar na longa duração, distinguindo-o da construção da Nação e da identidade nacional, para as quais a língua é factor importante, mas não decisivo. É precisamente esta discussão que se retoma na comunicação de

David Brookshaw sobre «Pepetela e a construção de uma nacionalidade» (pp. 157-162), texto em que se julga interessante a comparação entre a literatura afro-lusófona e a literatura latino-americana, campos em que o romance de nacionalidade se foi formando na «fase eufórica da independência» (p. 162). Um último estudo da autoria de Fátima Mendonça prefere o título «Entre Voltaire e Fanon ou o dilema pós-colonial da Universalidade» (pp.163-172), discutindo também as relações entre sistema literário e os elementos extra-literários que, do social ao cultural, concorrem, afinal, para a sobrevivência e especificidade de uma literatura, como ocorre quando se procura discutir a identidade da literatura moçambicana.

Encerra esta obra um conjunto de três estudos sobre *Ensino, Formação Profissional e Desenvolvimento*. A abrir, as investigações que Inácio Rebelo de Andrade agrupou com o título «Algumas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento» (pp. 175-184). Percorrendo a própria história da noção de desenvolvimento e as suas diferentes expressões «escolares», o autor recusa qualquer dimensão essencialista de desenvolvimento para discutir criticamente as correntes que se estendem do «crescimento económico» à generosidade «ecológica». O caminho prospectivo prefere situar-se (também em termos de «escola»?) em torno da ideia de um desenvolvimento «estrutural-personalista» em que as concepções dominantes se possam vazar na tríplice equação operar-participar-dirigir. A concluir, dois interessantes estudos de caso. Primeiro, o trabalho de Carlos Machili sobre «Ensino, formação profissional e desenvolvimento: a formação de professores em Moçambique, 1964-1995» (pp. 185-223). Descobre-se uma investigação relevante que revisita paradigmas, cenários e modalidades de evolução da formação de professores, sendo especialmente importante a discussão não fechada acerca dos equilíbrios entre solidariedades étnicas e afirmação nacional. Por fim, Jorge de Sousa Brito interroga-se: «Que Ensino Superior para cabo Verde do século XXI» (pp. 225-239). Cruzando a necessidade de perspectivar o ensino superior enquanto motor de desenvolvimento com o futuro económico e social de Cabo-Verde, o autor sugere uma aliança estreita entre os dois vectores que poderiam concorrer para transformar o arquipélago em centro de redes de ensino, de investigação e divulgação científicas.

**THORNTON, JOHN - THE KONGOLESE SAINT ANTHONY
DONA BEATRIZ KIMPA VITA AND THE ANTONIAN MOVE-
MENT, 1684-1706. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1998**

António Custódio Gonçalves
Maciel Morais Santos

Na primeira década do século XVIII desenvolveu-se no território do antigo reino do Congo um movimento messiânico, conhecido posteriormente pelo nome da sua principal figura: Beatriz Kimpa Vita. Dada a precocidade da exposição do Congo à penetração europeia - os portugueses tinham estabelecido os primeiros contactos em 1483 - esta é sem dúvida uma das regiões da África sub-sahariana para a qual se dispõe de maior número de fontes. Não admira, portanto, que as circunstâncias e a evolução particular do fenómeno Kimpa Vita ficassem registados em numerosos documentos escritos, que se cruzaram com a tradicional memória oral africana.

Com base nos depoimentos dos missionários capuchinhos (que através da Coroa Portuguesa, o Vaticano enviou para o Congo no século XVII) existe hoje uma vasta bibliografia sobre o movimento de Kimpa Vita, de que resultou a percepção da sua complexidade, bem superior à de que as primeiras análises davam conta.

Tal como aconteceu com movimentos congêneres, este fenómeno revelou-se ambivalente e paradoxal, difícil de reduzir a uma tipologia classificatória. Sabe-se que em função dos diferentes momentos históricos, os processos dialécticos entre significantes inovadores e significados tradicionais podem assumir categorias diferentes (A. C. Gonçalves, 1980) e, deste modo, induzir facilmente em erros e anacronismos. Em particular, não parece que este movimento Antoniano possa ser considerado através de um nacionalismo projectivo (G. Balandier, 1953; V. Lanternari, 1962 e 1965; Mulhmann, 1968; T. Filesi, 1971 e 1972), de messianismos congolezes de outros contextos (L. Jadin, 1961; E. Sulzman, 1968; M. Sinda, 1972) ou em

quadros de “nativismo”, “utopia”, e “associativismo” (Silva Cunha, 1958; E. Santos, 1972). Um dos pontos fortes da tese de Thornton (J. Thornton, 1979) foi precisamente o de ter posto em evidência o simplismo de algumas destas interpretações .

A oportunidade de consultar o relato de Marcellino d’Atri, o encarregado de uma das missões apostólicas e testemunha ocular deste movimento messiânico, proporcionou a J. Thornton a possibilidade de apresentar um novo trabalho sobre este tema. O objectivo declarado do autor é o de apresentar os principais factos conhecidos a um “*público não académico*” e Thornton está especialmente atento à sensibilização de um público em particular: o afro-americano que, na sua opinião, tenderia a esquecer as suas raízes congolezas. Por exemplo, a presença de escravos congolezes na revolta de Stono, ocorrida na Carolina do Sul em 1739, constitui para Thornton uma ligação directa com o messianismo de Kimpa Vita. Daí a necessidade de fazer sair este fenómeno dos círculos académicos, o que nesta perspectiva se pode também ver como uma contribuição para a apropriação da herança congoleza dos E. U. A.

Este objectivo explica parcialmente a forma que tomou a divulgação. Trata-se de uma narrativa que, entre 1684 e 1706, segue cronologicamente as principais etapas dos conflitos feudais do Congo e da biografia de Kimpa Vita. Thornton adaptou o registo das suas fontes e transcreveu várias passagens em discurso directo, sem perda de conteúdo e ganhando sem dúvida em facilidade de comunicação. No conjunto, a exposição é clara, existem alguns mapas que ajudam a situar o terreno da acção e o peso das notas foi várias vezes descarregado para os finais de capítulos (visto alguns deles dependerem quase exclusivamente de uma ou duas fontes apenas).

Thornton integra as informações contextualizantes de forma inteligente, intercalando-as à medida que se tornam necessárias e sem nunca constituírem objecto de secções autónomas do livro. Assim, existe, paralelamente ao relato diacrónico, um texto sincrónico que vai tendo sucessivamente por objecto vários aspectos da cultura material, do sistema de parentesco, das sociedades secretas e do xamanismo congolês, do comércio de escravos, etc.

No entanto, facilidade de leitura não implica necessariamente facilidade de compreensão, tanto mais que o público alvo do livro não se compõe de especialistas de história de África. Para começar, se se pretende modificar a imagem tradicional das raízes islâmicas afro-americanas, adicionando-lhe a componente cristã congoleza, era pre-

ciso mostrar como aparece o cristianismo no Congo e por que razão se torna complicada a grafia dos nomes dos seus reis (com a sua dupla onomástica, portuguesa e africana). Ou então, se se pretende mostrar a modernidade de D. Beatriz e associar a sua mensagem à resistência africana ao tráfico de escravos, era preciso mostrar como esse comércio passou a ser um componente essencial da sociedade congoleza da época. Por outras palavras, torna-se impossível falar do Congo do século XVIII, dos títulos portugueses da sua aristocracia ou da forma cristã sob que aparecem as suas manifestações ideológicas (de revolta ou de legitimação) sem falar dos dois séculos anteriores de presença “semi-colonial” portuguesa.

Pode também notar-se que o peso explicativo do texto sincrónico intercalado nem sempre foi o mais adequado. Por exemplo, a organização linheageira serviu de quadro de referência ao Antonionismo e para a explicação deste movimento é necessária a conjunção entre esta identificação e a sociedade global do Congo e de Angola. Sem uma avaliação correcta destas duas dimensões, corre-se o risco de confundir a história ideológica, ligada a grupos particulares específicos e a história global, objectiva e macro-social.

Devido a esta dependência demasiado estreita do chamado tempo curto (o dos relatos das suas fontes e das conjunturas específicas em que se desenrola a sua narrativa), a narrativa de Thornton perde em inteligibilidade. Além disso, reduz de algum modo a riqueza sincrética do movimento de Kimpa Vita, cuja principal originalidade se prende com o facto de representar uma síntese cultural feita de materiais com quase dois séculos.

Uma peculiaridade do seu índice ideográfico ilustra como esta característica se pode tornar paradoxal. Em abono do texto de Thornton deve dizer-se que, apesar da deficiente contextualização histórica, as suas referências à influência portuguesa (língua, administração, missões, comércio, etc.) no desenrolar da acção são quase permanentes. E no entanto, no seu índice ideográfico a entrada “língua portuguesa” apresenta três menções e a entrada “Portugal” apenas uma, isto é, tantas como “Bristol” ou “Port York”. Thornton teria simplesmente anulado a possibilidade de uma crítica tão fácil como esta se convencionasse que não existiam entradas para “Portugal” ou “Portuguese”, tal como não existem para “Dona Beatriz”, “Kongo” ou “Saint Anthony”.

Algumas lacunas da exposição não diminuem as qualidades de uma belíssima obra de divulgação, que revela de modo muito vivo o

retrato de uma sociedade de há quase três séculos. Existe ao longo da narrativa uma certa tensão dramática, quase shakesperiana, e sem dúvida que isso ajuda a prender o leitor do princípio ao fim do livro. Pode mesmo fazê-lo ultrapassar com êxito a descrição (nada resumida) da geografia e das batalhas de um reino "irreal," povoado de "duques" e "marqueses", ao aproximá-lo do estranho mundo de Tolkien.

Referências citadas

BALANDIER, G., "Messianismes et nationalismes en Afrique Noire", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 14, 1953: 41-65.

CUNHA, J.S., *Aspectos dos movimentos associativos na África negra*, 2 vol., Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1958 e 1959.

FILESI, T., "Nazionalismo e religione nel Congo all inizio del 1700: la setta degli "Antoniani", *Africa*, Roma, XVI, 3, 1971: 267-303; XXVI, 4, 1971: 463-508; XXVII, 1972: 645-668.

GONÇALVES, A.C., *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII ème siècle*, München, London, Weltforum Verlag, 1980.

JADIN, L., "Le Congo et la secte des Antoniens - Restauration du royaume sous Pedro IV et la "sainte Antoine" congolaise (1694-1718)", *Bulletin de Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles, 33, 1961: 411-614.

LANTERNARI, V., *Les mouvements religieux des peuples opprimés*, Paris, Maspero, 1962

"Syncretismes, messianismes, néo-traditionalismes en Afrique Noire", *Archives de sociologie des religions*, 19 janv.-juin 1965: 99-116

MULHMANN, W., *Messianismes révolutionnaires du Tiers-Monde*, Paris, Gallimard, 1968.

SANTOS, E., *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*, Lisboa, Casa da Moeda, 1972.

SINDA, M., *Le messianisme congolais et ses incidences politiques*, Paris, Payot, 1972.

SULZMAN, E., "Le mouvement des Antoniens dans l'ancien royaume de Congo", in MULHMANN, W.- *Messianismes révolutionnaires du Tiers Monde*, Paris, Gallimard, 1968: 76-81.

THORNTON, J.K., *The Kingdom of Kongo in the era of the civil wars 1641-1718*, Los Angeles, UCLA, 1979.

RUI, MANUEL - *RIOSECO E DA PALMA DA MÃO*

Maria Cristina Pacheco

No passado mês de Outubro, as Edições Cotovia publicaram um novo livro do escritor angolano Manuel Rui, com o título genérico *Da Palma da Mão*. Apresentando um conjunto de treze curtas narrativas, curiosamente classificadas pelo autor como “estórias infantis para adultos” – subtítulo que, ao figurar na capa do volume, se reveste de uma forte carga apelativa, pelo seu ineditismo e aparente contradição - este livro situa-se, quanto a nós, na sequência directa e esperada da maior parte dos textos em prosa a que Manuel Rui nos tem habituado, já que pretenderá retratar, aqui e ali pontuados de subtil ironia, breves episódios do quotidiano luandense. Tal intenção é, aliás, expressa pelo autor num aviso preambular : “isto é a realidade e qualquer semelhança com a ficção é mera coincidência”. Assim Manuel Rui destrói, ou melhor, baralha a fronteira entre os conceitos de “verdade” e de “verosimilhança”, colocando fingidamente o leitor perante a captação directa de casos pontuais, como se pretendesse ocultar a mediação ficcional de quem narra. Neste jogo de cumplicidade, espécie de falso “tópico de modéstia”, mais uma vez se constata que o imediatismo e o tom ingénuo que, à primeira vista, caracterizam alguns dos textos de Manuel Rui apenas escondem a aguda consciência que o seu autor possui da complexidade inerente à escrita literária, mesmo quando se trata de pequenas “estórias” centradas em poucas personagens, utilizando as “falas” simples do dia-a-dia

Mas é em *Rioseco* (também publicado pelas Edições Cotovia em 1997) que, a nosso ver, mais se patenteia a maturidade narrativa do escritor. Romance longo – 532 páginas distribuídas em três partes – e belíssimo, desenvolvendo-se a ritmo lento e gostoso, é um texto bem estruturado, equilibrando com mestria diálogos e descrições. Pleno de saborosos detalhes na progressiva apresentação do perfil psicológico,

actuante e emotivo das diversas personagens (com especial relevo para *Noíto, Zacaria, Mateus*), parece-nos um texto particularmente notável pela atenção telúrica e afetiva que dedica aos elementos e transformações da natureza – o sol, a chuva, a areia, os ventos, o mar!

Quanto aos rios, são evocados nas conversas (e nos nomes dos meninos *Kuanza e Kunene*), já que o espaço privilegiado para o decorrer da acção é uma ilha de pescadores (Mussulu?), situada ao largo de uma grande cidade (Luanda?) e sem rio, isto é, onde apenas existe “rioseco”. Nesta ilha, através dos diálogos e memórias das personagens que nela habitam ou que vão aparecendo a visitá-la, todo o complexo mosaico angolano vai ser convocado: gentes da cidade e do “mato”, do litoral e do interior, originalmente de culturas, regiões, línguas e costumes diferentes, marcadas ou não pelos vários estigmas da guerra, mas conseguindo, apesar de tudo, esbater barreiras e levar à prática o ancestral hábito africano da solidariedade e da partilha dos parques bens materiais que possuem! E tudo isto – eis a grande novidade do romance! – filtrado pela visão e vivência da personagem principal, uma mulher recém-chegada, uma “*mais velha*”, *Noíto*, que, embora com “*cauteladas de sulana do planalto*”, mas magnífica de sabedoria, sensibilidade, experiência e entendimento do mundo, se vai adaptando às diferenças, agindo, inventando, apreciando os pequenos “nadas” que a vida lhe oferece e que, por isso, acabará por merecer gradualmente o respeito e a admiração de todos os que a conhecem. Subjacente a toda a narrativa, a polémica sempre reiterada em torno da maior ou menor importância ou interdependência do mar e dos rios configura, no plano simbólico, a esperança na paz e na harmonia, que o autor terá querido transmitir.

Rioseco é, pois, em nosso entender, um grande romance, revelador de um “outro” Manuel Rui, e, simultaneamente, obra de leitura obrigatória para todos aqueles que se interessam pela literatura angolana.